



Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado do Acre – Brasil

Dissertação apresentada ao Programa Doutoral em Ciências do Desporto (Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março), com vista ao grau de Doutor em Ciência do Desporto, sob orientação do Professor Doutor José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes.

José Reinaldo Cajado de Azevedo

Porto, dezembro de 2014

Provas de Doutoramento

Azevedo, J.R.C (2014) *Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado do Acre – Brasil*. Porto: J. R. C. Azevedo. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-chave: POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO, DESPORTO E LAZER, MUNICÍPIOS, ESTADO DO ACRE.

FINANCIAMENTO



Este trabalho teve o apoio financeiro do Programa Ciência sem Fronteira, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

“Olhamos para trás, avaliamos e medimos a caminhada: ficamos de consciência tranquila, alegremo-nos e orgulhamo-nos pela trajetória percorrida. E no entanto vemos perfeitamente que se podia ter feito mais e melhor. Vemos e concluimos que, no presente e no futuro, há e sempre haverá muitas coisas a desafiar a nossa satisfação; sempre estará à nossa frente muito caminho para fazer. Estar parado é andar para trás e olvidar que as velas ardem até ao fim. Corramos, pois; tanto quanto possível, cúmplices e juntos dando o nosso melhor”. (Bento, 2009, p. X)

DEDICATÓRIA

A meu pai Décio (*in memoriam*), minha mãe Maria Eugênia e minha avó Augusta (*in memoriam*) por mostrarem o caminho a ser seguido;

A Rose, minha esposa, que desde o primeiro momento me apoiou nesta longa jornada em terras portuguesas;

Ao Rafael e Thiago, meus filhos, que sempre nos deram muito orgulho.

Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu.

Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar o que se plantou;

Tempo de matar, e tempo de curar; tempo de derrubar, e tempo de edificar;

Tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de prantear, e tempo de dançar;

Tempo de espalhar pedras, e tempo de ajuntar pedras; tempo de abraçar, e tempo de afastar-se de abraçar;

Tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de guardar, e tempo de lançar fora;

Tempo de rasgar, e tempo de coser; tempo de estar calado, e tempo de falar;

Tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz. (...)”

Eclesiastes-Capítulo 3

E o meu tempo é agora. Tempo de partir e de agradecer a todos que contribuíram para que este momento chegasse.

Por um lado um momento de alegria por mais uma etapa concluída, e por outro lado um momento de tristeza por ter que deixar para trás amigos que fiz desde 2006 quando aqui estive no mestrado e agora nestes anos no doutorado.

Em primeiro lugar agradecer a Deus por proporcionar saúde e condições para chegar até aqui;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio financeiro;

Aos meus irmãos José Neto, Eidila e José Américo e suas famílias pelo apoio e carinho, e minha cunhada Andrea Prado pela revisão ortográfica do trabalho;

A toda família de Uberaba, Rio Branco e Xapuri;

Ao Professor Doutor Jorge Bento, um patrimônio intelectual, que abriu as portas da faculdade para o mundo e nos recebe de uma forma tão amiga;

Ao Professor Doutor Pedro Sarmiento, não somente meu orientador mas um amigo. Um agradecimento muito especial pela competência, seriedade, amizade e acima de tudo pela preocupação com o próximo. Obrigado por abrir as portas de sua casa e tenha certeza que as minhas estarão sempre abertas para você e toda sua família;

A Professora Doutora Maria José pela atenção e apoio nestes 4 anos em terras lusitanas;

Ao Professor Doutor Carlos Januário por compartilhar sua experiência sobre o tema das políticas públicas desportivas;

Ao Professor Doutor António Manuel Fonseca, Diretor do Programa Doutoral em Ciências do Desporto pela seriedade na condução do doutoramento e respeito aos estudantes;

A Professora Doutora Isabel Mesquita coordenadora da área 1 “Desporto, Educação e Cultura” do Programa Doutoral em Ciências do Desporto, pelos ensinamentos e compromisso com os alunos;

Aos professores da FADEUP que oportunizaram novos conhecimentos;

Aos companheiros do Gabinete de Gestão Desportiva, que em nome do amigo Gustavo Paibe, agradeço pelas constantes trocas de experiências;

Ao “Seu” Marinho e ao Nuno sempre muito atenciosos;

A amiga Maria Domingues sempre gentil, atenciosa e preocupada com o bem estar dos estudantes que estão longe de casa, em seu nome agradeço toda a equipe da secretaria da faculdade;

Ao Rui Biscaia sempre disposto em ajudar;

A equipe da biblioteca, Pedro Novais, Nuno Reis, Mafalda Pereira e Virgínia Pinheiro sempre gentis e a disposição dos estudantes, e um agradecimento especial a Patrícia Martins que sempre me “socorreu” nas horas complicadas com o EndNote;

Aos demais funcionários da FADEUP, que em nome do Hugo Silva e do Miguel Gomes agradeço a todos pelo carinho e respeito;

Aos amigos brasileiros estudantes da FADEUP, que em nome do José

Augusto Rodrigues, Guto, saúdo e agradeço pela amizade;

Aos amigos portugueses, agradeço pelas amizades;

Ao amigo Jader Bezerra companheiro de todas as horas;

A todos os amigos da UFAC que em nome do amigo Auton Filho, o “Tim”, retribuo o carinho;

Aos professores do curso de Educação Física que em nome dos Professores João e Lucy, companheiros de jornada portuguesa cumprimento os demais;

Aos amigos e funcionários do Centro de Ciências da Saúde e Desporto - CCSD, da Universidade Federal do Acre;

Ao casal Ebson e Rosângela pelos momentos de alegria e saudades do Brasil;

Aos amigos Edilson Cadaxo e Márcia Cadaxo, pela amizade e momentos inesquecíveis em terras europeias;

Aos amigos Helena, Norberto e o pequeno Miguel pela amizade e carinho;

E aqueles que de uma forma ou de outra me ajudaram a chegar até aqui e que não me lembrei de citar os nomes, minhas desculpas pela falha.

Índice Geral

Índice de figuras	XVI
Índice de tabelas	XVII
Índice de quadros	XVIII
RESUMO	XIX
ABSTRACT	XXI
Lista de abreviaturas	XXIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	9
1. Revisão de Literatura	11
1.1. Desporto e lazer	11
1.2. Desenvolvimento	14
1.3. Políticas públicas	17
1.3.1. Concepção	17
1.3.2. Conceitos	19
1.3.3. Fases de elaboração	36
1.3.3.1. Identificação do problema e construção da agenda	38
1.3.3.2. Formulação	39
1.3.3.3. Tomada de decisão	40
1.3.3.4. Implementação	40
1.3.3.5. Avaliação	42
1.3.4. Extinção de uma política pública	45
1.3.5. Os atores no processo	46
1.4. As políticas públicas no brasil	48
1.4.1. O papel dos municípios nas políticas públicas	57
1.5. Enquadramento legal do desporto e lazer no brasil	60
1.6. Organização administrativa do esporte	67
1.6.1. Organização administrativa do esporte no brasil	67
1.6.1.1. Secretaria Executiva	69
1.6.1.2. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	72
1.6.1.3. Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	75

1.6.1.4. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor	77
1.6.1.5. Conselho Nacional Do Esporte – CNE	78
1.6.2. Organização administrativa do esporte no Acre	79
1.7. Conferências nacionais	82
1.7.1. Conferência Nacional de Esporte	83
1.7.2. Resultado final da1ª Conferência Nacional de Esporte	91
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	101
2. Metodologia	103
2.1. Local do estudo	103
2.1.2. O Estado do Acre – um pouco de história	103
2.1.3. O Estado do Acre – nos dias atuais	106
2.2. Universo da pesquisa	108
2.3. Amostra da pesquisa	109
2.3.1. Caracterização dos municípios pesquisados	110
2.4. Recolha de dados	128
2.4.1. Entrevista	128
2.4.1.1. Aplicação das entrevistas	131
2.4.2. Documentos: corpus do estudo	134
2.4.3. Análise de dados	134
2.4.3.1. Análise de conteúdo	134
2.4.3.2. Sistema categorial	136
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	139
3. Apresentação dos resultados	141
3.1. Acrelândia	141
3.2. Assis Brasil	144
3.3. Brasiléia	146
3.4. Bujari	149
3.5. Capixaba	151
3.6. Cruzeiro do Sul	153
3.7. Epitaciolândia	156
3.8. Feijó	159
3.9 . Mâncio Lima	161
3.10. Manoel Urbano	163

3.11. Plácido de Castro	165
3.12. Porto Acre	167
3.13. Rio Branco	169
3.14. Rodrigues Alves	173
3.15. Senador Guimard	173
3.16. Xapuri	177
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	181
4. Discussão dos resultados	183
4.1. Categoria A: Análise da situação	183
4.2. Categoria B: Formulação das políticas públicas	189
4.2.1. Subcategoria B1: Estratégias	189
4.2.2. Subcategoria B2: Prioridades	192
4.2.3. Subcategoria B3: Tomada de decisão	197
4.3. Categoria C: Implementação	200
4.4. Categoria D: Avaliação	209
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES	219
5. Conclusões	221
5.1. Recomendações	226
5.2. Limitações	227
CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
6. Referências bibliográficas	231
ANEXOS	XXVII
Anexo 1 – Carta de apresentação	XXIX
Anexo 2 – Diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Esportes	XXXI
Anexo 3 – Documento final da 1ª Conferência Nacional de Esportes	LV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama do Institucional Analysis and Development – IAD	28
Figura 2: Diagrama do Multiple Streams Framework	30
Figura 3: Diagrama do Advocacy Coalition Framework	34
Figura 4: Ciclo de políticas públicas	37
Figura 5: Organograma Ministério do Esporte	69
Figura 6: Brasil e o Estado do Acre	107
Figura 7: O Estado do Acre e seus municípios	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Relação população, número de eleitores do Estado do Acre	108
Tabela 2: Relação município, mandato e partido político	110
Tabela 3: Organização administrativa do esporte nos municípios do Acre	186
Tabela 4: Relação municípios, partido político e políticas desportivas	198
Tabela 5: Comparativo anual da lei de incentivo	205

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: Visão clássica e atual	18
QUADRO 2: Diferença entre os modelos <i>top-down</i> e <i>bottom-up</i>	42
QUADRO 3: Atores em políticas públicas	47

RESUMO

O desporto e o lazer são direitos sociais previstos na Constituição, que deve ser garantido pelo poder público, através da organização legislativa e da elaboração e execução de políticas públicas, com vistas a diminuir as desigualdades sociais e auxiliar na garantia do pleno exercício da cidadania. Diante deste quadro foi realizado no ano de 2004 a 1ª Conferência de Esporte e Lazer com objetivo de formular e implementar políticas públicas para a área, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano. É nosso propósito, neste estudo, realizar um diagnóstico das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios do Estado do Acre, onde passamos a, i) Identificar e caracterizar as estratégias de intervenção definidas na 1ª Conferência de Esporte e Lazer; ii) analisar como se deu o processo de definição e implementação de políticas públicas nos municípios acreanos e iii) avaliar o nível de consecução das políticas de esporte e lazer. Recorremos ao método qualitativo e a diferentes fontes de recolha de dados, pesquisa documental e entrevista semiestruturada, e a uma mesma técnica de tratamento de informação, a análise de conteúdo através do sistema categorial. As entrevistas foram aplicadas aos gestores de esporte e lazer de 16 municípios do Estado do Acre, perfazendo um total de 72,72 % de municípios pesquisados que corresponde a 86,38% da população do Estado. As principais conclusões indicam a existência de uma grande diferença entre a agenda política proposta pela conferência e as que são cumpridas pelo município; houve participação de diversos atores na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, porém não ficou evidente que a participação tenha sido decisiva para a produção efetiva das políticas públicas; a falta de recursos financeiros é o principal obstáculo encontrado pelos gestores para implementação das políticas públicas; a maioria dos municípios não possuem leis específicas destinadas ao esporte e lazer.

Palavras-chave: POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO, DESPORTO E LAZER, MUNICÍPIOS, ESTADO DO ACRE.

ABSTRACT

Sports and leisure are social rights according to the Federal Constitution of Brazil, which should be guaranteed by the government, by the laws organization and by the elaboration and execution of public politics, aiming to diminish social inequalities and to help guarantee the full exercise of citizenship. In 2004, in this environment, the First Sports and Leisure Conference was held, aiming to formulate and apply public politics in the area, collaborating for the human and national development. In this study, it is our purpose to make a diagnosis of sports and leisure public politics in municipalities of the State of Acre, where we, i) identified and characterized the intervention strategies defined at the First Sports and Leisure Conference; ii) analyze how the definition and appliance of the public politics in municipalities of Acre went through and iii) evaluate the attainment of sport and leisure politics. We recurred to the qualitative method and different data sources, documental research and semi structured interviews, and to a similar technique in information treatment, the content analysis via category system. Interviews were held with sport and leisure managers of 16 municipalities of the State of Acre, making a total of 72,72% of researched municipalities which corresponds to 86,38% of the state's population. The main conclusions indicate the existence of a huge difference among the public politic agenda proposed by the Conference and the ones that are fulfilled by the municipalities; there was participation by many people on the formulation, execution and evaluation of the public politics, however, there was no evidence that this participation has been decisive to the effective production of public politics; the lack of financial resources is the main obstacle found by the managers to implement the public politics; most of the municipalities do not have specific laws destined to sport and leisure.

Keywords: PUBLIC POLITICS, MANAGEMENT, SPORT AND LEISURE, MUNICIPALITIES, STATE OF ACRE.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACF – The Advocacy Coalition Framework
ADESG – Associação Desportiva Senador Guimard
CBC – Confederação Brasileira de Clubes
CBD – Confederação Brasileira de Desportos
CBDE – Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBDU – Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CEDIME – Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte
CENESP – Centro De Excelência Esportiva
CEUs – Centro De Artes e Esportes Unificados
CGCOPA – Comitê Gestor da Copa do Mundo
CIE – Centro De Iniciação ao Esporte
CND – Conselho Nacional de Desporto
CNE – Conselho Nacional do Esporte
CNRH – Centro Nacional de Recursos Humanos
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
COLONACRE – Companhia Estadual de Colonização do Acre
CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro
CPMF – Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CRD – Conselho Regional De Desportos
DED – Departamento De Educação Física E Desporto
DPVAT – Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
ECA – Estatuto Da Criança e Adolescente
EPT – Esporte Para Todos
FAD – Federação Acreana de Desportos
FAT – Fundo De Apoio ao Trabalhador

FDRHCD – Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto

FFAC – Federação de Futebol do Estado do Acre

FFEAC – Federação de Futebol do Estado do Acre

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIFA – Fédération Internationale de Football Association

IAD – Institutional Analysis and Development

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior

INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IR – Imposto de Renda

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

LAET – Liga Acreana de Esportes Terrestres

LDB – Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOM – Lei Orgânica Municipal

ME – Ministério do Esporte

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Medida Provisória

ONGS – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PELC – Projeto Esporte e Lazer na Cidade

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNDE – Plano Nacional de Educação Física e Desporto

PNE – Política Nacional de Esportes
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEED – Secretaria de Educação Física e Desporto
SETUL – Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo
SNEL – Sistema Nacional de Esporte e Lazer
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em 1772 a.C, Hamurabi, o sexto Rei da Babilônia, foi o responsável por escrever e decretar o Código Hamurabi, que é uma compilação de 282 leis da antiga Babilônia, sendo considerada a legislação mais antiga que se conhece. Seu código estabelecia regras de vida e de propriedade, com leis específicas sobre situações concretas. Para William Dunn (1981), as políticas públicas têm aí sua origem.

Mas é a partir do século XX que as políticas públicas passaram a ser mais evidenciadas. Nos Estados Unidos surgiram como disciplina e na Europa tinham como objetivo analisar e explicar o papel do Estado e de suas organizações.

Para Souza (2006), nos Estados Unidos, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, dando ênfase aos estudos relacionados à ação dos governos, enquanto na Europa, surgem como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo, produtor por excelência, de políticas públicas.

De acordo com Souza (2006), Rocha (2010) e Secchi (2012), os grandes pioneiros nesta área foram David Truman que escreveu o livro *The governmental process* (1951) mostrando as estruturas e os processos das políticas públicas nas três esferas (executivo, Legislativo e judiciário); Daniel Lerner e Harold D. Lasswell com o livro *The policy sciences*, em que Lasswell mostra o crescente interesse de pesquisadores sobre o tema.

O conceito de políticas públicas é abundante na literatura, mas de modo sucinto podemos afirmar que são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas, podendo ser sociais (saúde, educação, habitação, previdência, renda); macroeconômicas (fiscal, monetária, industrial, cambial); setoriais (meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos, dentre outras). Esses conceitos vêm ao encontro do pensamento de diversos autores como Meny & Thoenig (1992), Dunn (1994), Subirats et al. (2008), dentre outros.

INTRODUÇÃO

No estudo das políticas públicas, foram desenvolvidos vários modelos, tipos e esquemas para análise de todo processo. Nosso trabalho está sustentado em autores que desenvolveram esses processos, tais como: Kingdon (1995), Ostrom (2005, 2007) , Baumgartner et al. (2007), Sabatier (2005, 2007) e Sabatier & Weible (2007)

No Brasil, nas últimas décadas, observamos uma nova onda de áreas a serem contempladas e estrategicamente utilizadas pelo Estado¹ no momento de criar e implementar políticas públicas, dentre elas, o esporte e o lazer. O governo passou a utilizar e incentivar as políticas públicas de esporte e lazer como meios de buscar a equidade social. Cada unidade federativa² e cada município tem uma diretriz governamental, um contexto socioeconômico e conseqüentemente as políticas públicas de esporte e lazer são diversas em seus objetivos, público alvo, duração, proposta, abrangência etc.

Isso se deu principalmente após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabeleceu que fosse dever do Estado fomentar as práticas desportivas formais e não formais e também deu uma maior autonomia às unidades federativas e aos municípios.

Em 1995, foi criado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Ministério do Esporte que dentre outras ações promulgou no ano de 1998, a Lei n.º 9.615, que instituiu as normas gerais sobre o desporto. Em janeiro de 2003, com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, a estratégia adotada pelo ministro à época, foi a criação de projetos que possibilitavam a prática do esporte de forma massificada, em diversos níveis e com finalidades diferentes (Alves & Pieranti, 2007) .

Outro ponto de destaque foi a realização de conferências, que são espaços essencialmente políticos com representações governamentais e não governamentais com a intenção de elaborar, deliberar e fiscalizar as políticas

¹ No Brasil, o termo Estado é utilizado de duas formas. A primeira indica a República Federativa do Brasil, ou seja o Estado Brasileiro e o segundo designa Estado como Unidades Federativas que são entidades subnacionais autônomas dotadas de governo e constituição próprios que juntas formam a República Federativa do Brasil.

² Atualmente o Brasil é dividido política e administrativamente em 27 unidades federativas, sendo 26 estados e 1 Distrito Federal.

públicas em seu âmbito municipal, estadual e nacional. Vale ressaltar que essas ações estão estampadas na Constituição Federal, no inciso II do artigo 204 que diz: a “participação da população por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

É nesse contexto que o estudo de políticas públicas para o esporte e lazer, no Brasil, vem aumentando a cada dia e podemos citar os trabalhos de Stigger (1998), Souza (2006), Deccache-Maia (2006), Alves & Pieranti (2007), Pinto (2008), Bueno (2008), Starepravo (2011), Secchi (2012) dentre outros.

Seguindo esse mesmo caminho, surgiram estudos de políticas públicas regionalizadas, ou seja, um estudo mais detalhado de regiões e municípios brasileiros. Podemos citar trabalhos de Cristan (2000) em que estuda a gestão de esporte e lazer na Secretaria de Esportes no município de São Paulo, Liáo Junior (2003) estuda as políticas públicas no governo do Distrito Federal, Melo (2005) estuda as políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré no Estado do Rio de Janeiro, Mezzadri et al. (2007) faz um diagnóstico das políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do Estado do Paraná; Bastos (2008) analisa as políticas e a gestão no município de Santana do Parnaíba no Estado de São Paulo, (Menezes, 2009) estuda a gestão das políticas públicas municipais da região metropolitana de Recife e Mata (2011) analisa as políticas públicas de esporte e lazer na cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

Na região Norte do País, é notória a falta de informação e de estudos sobre o tema devido a sua dimensão territorial. Dificuldades encontradas nas comunicações com os municípios devido à baixa qualidade de serviços de telecomunicações, dificuldades no deslocamento para diversos municípios haja vista que em diversas localidades, o acesso se dá por barcos ou aviões de pequeno porte, ou seja, é uma região com características muito peculiares, de floresta e de rios.

Em 2011, com a intenção de sanar uma parte dessa falta de informação a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte lançou o livro *“Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte do*

INTRODUÇÃO

Brasil – o existente e o necessário” coordenado por Soares et al. (2011) da Universidade Federal do Amazonas tendo como colaboradores a Universidade Federal do Pará e o Instituto Luterano de Ensino de Porto Velho. Desse modo, os Estados do Amazonas, Pará e Rondônia foram contemplados com o estudo. O Estado do Acre mesmo pertencendo à região Norte do País, não foi contemplado no referido estudo.

Assim, com essa falta de informações sobre as políticas de esporte e lazer no Estado do Acre e em seus municípios, definiu-se o problema norteador dessa tese: Quais foram as políticas definidas, como se chegou a sua definição e como se deu a participação da população e das Instituições na formulação dessas políticas? Quais as políticas implantadas e quais as implicações concretas da aplicação dessa política nos municípios do Estado? Essas políticas se enquadram entre as principais políticas de esporte e lazer do Brasil?

Com o intuito de conhecer o quadro atual dessa situação, nos propusemos a realizar um diagnóstico das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios do Estado do Acre, onde passamos a identificar os municípios em seu aspecto histórico e físico, como foram planejadas, elaboradas, executadas e avaliadas essas políticas e qual a sua importância para o desenvolvimento dos municípios.

Para sustentar este estudo, partimos da agenda política proposta na 1ª Conferência de Esporte realizada em 2004, que passou a orientar e subsidiar a política Nacional de Esporte e Lazer, por meio de suas deliberações.

Portanto, o objetivo geral de nosso estudo é:

- Compreender e avaliar os constrangimentos contextuais, materiais e políticos que levaram à definição e à implementação das políticas públicas a partir das conclusões da 1ª Conferência de Esporte e Lazer, realizada em 2004.

São objetivos específicos:

- Identificar e caracterizar as estratégias de intervenção definidas na 1ª Conferência de Esporte e Lazer;

- Analisar como se deu o processo de definição e de implementação de políticas públicas nos municípios acreanos;
- Avaliar o nível de consecução das políticas de esporte e lazer.

A escolha da metodologia de investigação com base na recolha de dados em entrevistas semiestruturadas realizadas com os principais responsáveis políticos de esporte e lazer dos municípios e a sua análise a luz dos conhecimentos sistematizados pelo referencial teórico disponível, foi sem dúvida uma dificuldade a ultrapassar, face às limitações de formação académica dos atores políticos com os quais vamos interagir.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Desporto e lazer

No Brasil os termos desporto e lazer, na maioria das vezes caminham juntos, mostrando que há uma inter-relação entre eles, dificultando a identificação de quando estão juntos ou separados. Na realidade, são categorias que apresentam áreas em comum e podemos afirmar que nem sempre esporte é lazer e o lazer não é somente o esporte.

O termo desporto é usado indistintamente, tendo o mesmo significado de esporte. Para Puga (2006) destaca-se o primeiro em razão da origem literal da palavra na língua portuguesa e adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o segundo, pela popularização e uso corrente da mídia.

Para Tubino (1987) ao reconhecer que em nosso País há apenas uma relativa relevância de relação entre o termo utilizado e o seu conteúdo, na hipótese do uso de esporte ou desporto, conclui-se que qualquer uma das opções tende para a percepção da abrangência conceitual do fato esportivo, acrescentando-se que por uma questão de hábito se achou por bem prosseguir no emprego do termo esporte.

Lyra Filho (1973) é quem oferece a melhor contribuição nesta definição. Ele explica que o vocábulo “*desport*” era usado no francês antigo com o significado de prazer, descanso esparecimento, recreio, transformando-se posteriormente em “*sport*” para o próprio francês, e também chegando ao idioma inglês do mesmo modo. Afirma ainda que, por outro lado, os espanhóis passaram a utilizar “*deporte*”, os italianos, “*deporto*” e os portugueses consagraram o uso do termo “*desporto*”.

Portanto, poderá ser adotado qualquer um dos termos, dependendo do contexto abordado.

O desporto gera variadas dinâmicas sociais e diversas formas de sociabilidade. Ganhou o mundo, estando inserido em suas diferentes maneiras na sociedade, como no alto rendimento, o esporte competitivo, espetacularização, ligado à mídia, e ao lazer voltado para o divertimento e

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

prazer. Os conceitos de desporto são os mais variados e começamos a explorá-los pelos clássicos autores do desporto.

Desporto é uma atividade na qual tem de estar reunidos o jogo, a luta e um intenso esforço físico (Gillet, 1961). Por sua vez, Magnane (1969) nos mostra que é uma atividade de lazer cuja predominância é o esforço físico, participando simultaneamente do jogo e do trabalho, praticada de maneira competitiva, comportando regulamento e instituições específicas, e suscetível de transformar-se em atividade profissional.

Huizinga (1972) em seu livro "*Homo Ludens*", afirma que jogo é uma ação ou atividade voluntária, que se desenvolve dentro de um lugar e de um tempo determinado, seguindo regras obrigatórias e livremente aceitas, que tem como ação um fim em si mesma, acompanhada por um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser algo diferente da vida corrente.

Cagigal (1972) define desporto como uma atividade específica de competição, valorizando intensamente a prática de exercícios físicos, com vistas à obtenção por parte do indivíduo, do aprimoramento morfofuncional e psíquico, concretizada em um recorde, na superação de si mesmo ou de um adversário.

Mas é em Bento (1999, p. 126) que encontramos a vastidão de possibilidades do desporto que nos mostra que "o desporto existe no plural, face à pluralidade de clientela, de modelos, de cenários, de modalidades e disciplinas, e de sentidos e significados". Afirma ainda que o "desporto será cada vez mais um conceito lato, ultrapassando o âmbito do desporto organizado, dispensando uma definição comum, podendo até prescindir de uma unidade de sentido e conceder à algumas formas uma independência dos valores clássicos do desporto".

Navegando ainda pelo fenômeno social, econômico e cultural do desporto, Bento (2004, p. 139) tem a concepção de que "o desporto tem um carácter de omnipresença, pelo que toca em muitas vertentes da sociedade, como sejam a educação, saúde, prevenção, estilos de vida, urbanismo, turismo, internacionalização, ecologia, cultura etc. Mais ainda, o desporto

congrega valores de ordem biológica, psicológica, social, cultural e filosófico-religiosa, podendo ser mobilizado para muitas frentes”.

Para Constantino (2006, p. 99) “o desporto é, cada vez mais, plural, diversificado e criativo, num tempo e num espaço cada vez mais interdependentes de outras variáveis sociais, aumentando o grau de multiplicidade de condicionantes e da sua própria reflexividade”.

Garcia (2009) diz não conseguir uma definição de desporto suficientemente abrangente para incluir todas as formas e sentidos dessa atividade humana. Diz ainda que quando busca uma definição, há um mínimo denominador comum que é o homem. E afirma “seja no desporto de alto nível, naquele praticado nas ruas ou praças públicas, seja ainda quando observo pessoas com deficiências, idosos, crianças ou em todos aqueles ligados à natureza, o ser humano surge como uma constante” (Garcia, 2009, p. 318).

Concordamos com Tani et al. (2012) que nos mostra que na concepção de desporto em nossa cultura, já está enraizada a perspectiva do alto rendimento, sendo esta, uma concepção reduzida e simplista que deixa de abarcar outras possibilidades de entendimento e de desenvolvimento do fenômeno sociocultural que é o desporto. Segundo o autor, para combater essa visão simplista, tem sido proposta uma concepção de desporto denominada de múltiplas perspectivas, em que ele é, antes de tudo, um importante patrimônio cultural da humanidade criado, transmitido e transformado ao longo dos tempos conferindo uma característica dinâmica.

Da mesma forma que no desporto, no lazer também não se percebe um acordo sobre seus conceitos, que vão desde as definições mais restritas, até aquelas mais críticas e abrangentes.

Para Dumazedier (1979), sociólogo francês que mais influenciou as concepções brasileiras, define lazer como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Camargo (1989) conceitua o lazer como um conjunto de atividades que devem reunir certas características: devem ser gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada de trabalho profissional e doméstica e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Para Marcelino (2008) a incorporação do termo lazer ao vocabulário comum é relativamente recente em termos históricos, e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. Também afirma que a democracia política e econômica é condição básica, ainda que não suficiente, para uma verdadeira cultura popular e para a eliminação das barreiras sociais que inibem a criação e práticas culturais. Define o lazer como uma atividade desinteressada, sem fins lucrativos, relaxante, sociabilizante e liberatória (Marcelino, 2000).

Após citar alguns autores encerramos com Werneck (2000) que sustenta que o lazer é considerado um direito social, oriundo das conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado e também uma possibilidade de produção de cultura, que a partir de vivências lúdicas, mobiliza o desejo e os sentimentos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, que são construídos coletivamente.

Assim podemos avaliar que o desporto, e também acrescentamos o lazer, constitui num valioso campo e instrumento do desenvolvimento humano, contribuindo para a expressão livre e democrática dos indivíduos e das comunidades nacionais que estes representam e constituem (Correia, 2009).

1.2. Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, no qual vários autores indicam que a melhoria da qualidade de vida é questão prioritária. Caiden & Caravantes (1982) mostram que em fevereiro de 1980 a *“Independent Commission on International Development Issues”* (Brandt Commission) em seu relatório ao Secretário geral da ONU, afirma que o desenvolvimento tem que significar a melhoria das condições de vida, sendo

mais do que a passagem da condição de pobre para a de rico, de uma economia rural tradicional para uma sofisticada: carrega ele consigo não apenas a ideia de melhor condição econômica, mas também a de maior dignidade humana, mais segurança, justiça e equidade.

Para Oliveira (2002) o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social. Para o autor “desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.” (Oliveira, 2002, p. 45)

Dentro do debate sobre desenvolvimento, o ponto que está ocupando lugar central é o desenvolvimento humano. A importância desse tema tornou o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, referência na mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

O PNUD foi fundado em 1965 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias.

O conceito de desenvolvimento humano é definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser. Também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2013)

O grau de desenvolvimento humano de um país é medido por meio do grau de desenvolvimento econômico e da qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. Um IDH até 0,499 é um país com baixo índice de desenvolvimento humano, de 0,500 a 0,799 é um índice com médio desenvolvimento e acima de 0,800 um país com alto índice de desenvolvimento.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Classifica-se então um país com alto IDH se ele oferece condições econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais necessárias e suficientes para que todos os cidadãos tenham garantido os direitos plenos da cidadania e consigam desenvolver suas potencialidades.

A 1ª Conferência Nacional de Esporte realizada no Brasil em 2004, desenvolveu-se sob o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”.

Esse tema mostra que o esporte e lazer são fatores de desenvolvimento humano, pois contribuem para formação integral das pessoas e para a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade, e não devem ser vistos apenas como um instrumento para solucionar ou desviar a atenção dos problemas sociais (Ministério do Esporte, 2004).

O relatório de 2011 do IDH (PNUD, 2013), mostra o Brasil na 85ª posição entre 186 países, com um índice de 0,730, em que é considerado de médio desenvolvimento humano. O país continua a exibir um IDH menor do que a média da América Latina e Caribe, que é de 0,741. Na região, o país mais bem colocado é o Chile, que ocupa a 40ª posição, seguido da Argentina 45ª, Uruguai 51º, Panamá e Cuba 59ª, México 61º, Costa Rica 62º e Venezuela 71º e Peru 77º. O país que ocupa a pior posição na lista completa é o Niger. Com mais alto IDH estão, pela ordem, Noruega com índice de 0,955 seguido de Austrália, Estados Unidos e Holanda.

De acordo com “*Relatório das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz*”, o desenvolvimento é um processo de ampliação das escolhas das pessoas e de aumento das oportunidades disponíveis a todos os membros da sociedade. Baseado nos princípios da inclusão, da equidade e da sustentabilidade, a ênfase está na importância de aumentar as oportunidades para a geração atual assim como para as gerações futuras. As capacidades humanas básicas necessárias para isso são: "conduzir vidas longas e saudáveis, ter acesso ao conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para manter um padrão de vida decente e poder participar na vida da comunidade". O esporte pode ajudar diretamente a construir essas capacidades (ONU, 2003).

Porém, devemos ressaltar que o IDH, apesar de ser um dos melhores parâmetros para avaliação das políticas públicas, não poderá ser considerado sozinho para medir o "desenvolvimento humano" de um país, pois esse conceito é bastante subjetivo, afinal é necessário avaliar também diversos outros fatores que influenciam nesse "desenvolvimento".

A própria ONU em seu website reconhece que o conceito de desenvolvimento humano é amplo demais para ser capturado pelo IDH, e que um dos objetivos da construção do índice é chamar atenção dos formuladores de políticas públicas, da mídia e das Organizações não Governamentais - ONGS para questões humanas, desviando o foco de indicadores meramente econômicos como historicamente era realizado (Oliveira, 2012).

1.3. Políticas públicas

1.3.1. Concepção

Um desafio que se faz necessário é a definição de política. Não aquela política que a população em geral conhece em época de eleição, em que vários candidatos disputam votos e fazem promessas a seus eleitores. A definição proposta navega pela ciência política, que abrange diversos campos como o estudo da administração pública, processos Legislativos, direito público, análise de políticas públicas, objeto deste trabalho, dentre outros.

Para Lasswel (1951) podemos considerar as ciências políticas como um conjunto de disciplinas que se ocupam de explicar os processos de elaboração e execução das políticas, e se encarregam de localizar dados e elaborar interpretações relevantes para os problemas de políticas de um período determinado.

Foi na antiga Grécia o berço dos estudos filosóficos e sociais. Suas escolas de filosofia, ciência e retórica foram as primeiras grandes instituições europeias destinadas à educação superior e à investigação, tendo como pioneiras, as obras de Platão e posteriormente de Aristóteles, que mostram o começo da filosofia grega e especialmente sua relação com as políticas e os demais estudos sociais (Zipper & Morales, 1999).

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos iniciais na área datam 360 anos a.C em que Platão escreveu três obras, “*A República*”, “*O Político*” e “*As Leis*”, convencido de que o conhecimento que os governantes poderiam adquirir era a única salvação para os Estados.

Após a morte de Platão, Aristóteles seu discípulo, criou seu próprio Liceu e realizou grandes projetos de investigação. E fruto desses estudos nasceu a obra “*Política*”, que segundo Bobbio et al. (1998) deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado e sobre as várias formas de governo.

O termo política é derivado do grego “*politéia*”, que indicava os procedimentos relativos a “*pólis*” (“*politikós*”), que era o modelo das antigas cidades gregas, autônomas e soberanas, constituído por um conselho e por uma assembleia havendo uma ou várias magistraturas. Após essa obra, o termo Política passa a ser bastante difundido.

Para Bobbio et al. (1998) na época moderna, o termo “*pólis*” perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, etc., passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a “*pólis*” ou seja, o Estado.

No quadro 1, mostramos a visão clássica e atual destes termos.

Conceito	Visão Clássica	Visão Atual
Pólis	Cidade estruturada	Cidade, Países, Comunidade de Nações
Politéia	Estado, Constituição, Regime Político, Cidadania	Sistema Político Institucional
Politika	Coisa Pública, República, Soberania, O cívico	Relações de Poder
Quadro 1: Visão clássica e atual Nota: Fonte: Zipper & Morales (1999)		

Diversos são os conceitos de política, nos quais o ponto chave dessas abordagens é o poder. Para Dias & Matos (2012, p. 3) a política pode ser vista como um conjunto de interações que visam a atingir determinado objetivo, e nesse sentido, está em toda a parte, seja na arte, nos jogos amorosos, nas relações de trabalho, na religião, no esporte etc. Ruz (1998) afirma que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam as relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Tanto a política quanto as políticas públicas têm a ver com poder social. Mas enquanto a política é um conceito amplo, em relação ao poder, em geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas sobre como gerir os negócios públicos (Lahera, 2004).

Por ser amplo, o termo política no idioma inglês, nos mostra uma clara diferenciação entre os termos “*polity*”, “*politics*” e “*policy*” (“*policies*” no plural). A distinção entre esses termos é de fundamental importância para a compreensão das políticas públicas.

O termo “*polity*” é a dimensão institucional, referindo-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema administrativo (Frey, 2000).

Já o termo “*politics*” refere-se ao processo político, no qual se definem inúmeras estratégias, geralmente de caráter conflituoso em que os atores buscam a imposição de objetivos, de conteúdos procurando sempre a construção de um consenso.

E por fim o termo “*policy*” refere-se aos conteúdos concretos, ou seja, são ações de governo para desenvolver ações que visam a atender às necessidades da sociedade; tais ações partem da “*politics*”.

1.3.2. Conceitos

Para William Dunn (1981) citado por Rocha (2010), as políticas públicas (*public policy*) e suas análises remontam o “*Código de Hamurabi*”, que representa um conjunto de leis escritas, oriundas da Mesopotâmia, escrito pelo Rei Hamurabi em 1700 a.C.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Mas foi a partir do século XX que as políticas públicas passaram a ser mais evidenciadas. Nos Estados Unidos surgiu como disciplina e na Europa tinha como objetivo analisar e explicar o papel do Estado e de suas organizações. Corroborando nesse sentido, Souza (2006) afirma que na Europa surge como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo, produtor por excelência, de políticas públicas. A autora afirma ainda que nos Estados Unidos, ao contrário da Europa, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, dando ênfase aos estudos sobre a ação dos governos.

Para autores como Secchi (2012), Rocha (2010), Souza (2006) os pioneiros nesta área foram David Truman que escreveu o livro “*The governmental process*” (1951) mostrando as estruturas e os processos das políticas públicas nas três esferas (executivo, Legislativo e judiciário); Daniel Lerner e Harold D. Lasswell com o livro “*The policy sciences*”, em que Lasswell mostra o crescente interesse de pesquisadores sobre o tema.

Outros autores importantes que tratam das ciências políticas (“policy sciences”), das análises das políticas (“policy analysis”) do processo político (“policy process”), são Easton (1957), Lindblom (1959), Dror (1970) dentre outros.

Os conceitos de políticas públicas são abundantes na literatura, mas de uma forma sucinta podemos afirmar que são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas, podendo ser sociais (saúde, educação, habitação, previdência, renda); macroeconômica (fiscal, monetária industrial, cambial); setoriais (meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos, dentre outras).

Isso vem ao encontro do que sustenta Dunn (1994) ao afirmar que as políticas públicas são um conjunto de escolhas interdependentes coletivas que estão associadas a decisões tomadas pelos governos e seus representantes e que transitam em áreas tais como defesa, saúde, educação, bem-estar, previdência, segurança social dentre outras. Em qualquer das áreas acima,

existem diferentes possibilidades de ações políticas ligadas ao governo envolvendo vários intervenientes na comunidade.

De acordo com Subirats et al. (2008) uma definição que é compartilhada pela maioria dos estudiosos da área é aquela em que Meny & Thoening (1992, p. 7) afirmam que o estudo de políticas públicas não é outra coisa senão o estudo da ação das autoridades públicas na sociedade. Segundo os autores, uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental em um setor da sociedade ou em um espaço geográfico.

Nesse sentido podemos afirmar que políticas públicas, somente são implantadas por meio do Estado, mesmo que entidades privadas participem do processo, mas as decisões são tomadas pelo poder público. As políticas públicas implicam estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas para a solução de problemas públicos e/ou para a obtenção de maiores níveis de bem-estar social (Dias & Matos, 2012).

Segundo Meny & Thoening (1992) existem cinco características que geralmente são atribuídas às políticas públicas:

1. Conteúdo: recursos são mobilizados para produzir resultados ou produtos. Estes produtos são o que os analistas identificam como um problema de pesquisa para a ação e resultam de um processo de trabalho e ação;

2. Programa: uma política pública não se reduz a um ato concreto e isolado de uma autoridade pública. Os atores se articulam em torno de um ou alguns eixos específicos que formam um denominador comum: o setor de intervenção, o problema tratado, a constância do decisor público em suas opções e intenções.

3. Orientação normativa: a atividade pública não é resultante de respostas aleatórias, e sim, de expressões e preferências, conscientes ou não, voluntariamente ou sob o peso das circunstâncias do decisor. Os atores traduzem orientações, intencionalmente ou não, satisfazem interesses, são portadores de certos valores e possuem objetivos específicos.

4. Fator de coerção: a atividade pública provém da autoridade que o ator governamental possui. A autoridade com a qual o decisor está revestido se impõe na coletividade.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

5. Competência social: uma política pública se define por sua competência, por seus atos e disposições que afetam a situação, os interesses e os comportamentos das sociedades. Deve-se identificar o público, os indivíduos, os grupos ou as instituições que compõem o campo da atuação governamental.

Nas políticas públicas foram desenvolvidos vários modelos, tipos, e esquemas para análise de todo processo. Dye (2005) afirma que os modelos usados para estudar políticas públicas são modelos conceituais e que visam a simplificar e esclarecer as ideias sobre política e políticas públicas; identificar aspectos importantes de questões político sociais; ajudar a nos comunicarmos, focalizando as características essenciais da vida política; direcionar os esforços para compreender melhor as políticas públicas, sugerindo o que é importante e o que não é importante e propor explicações para as políticas públicas, bem como prever suas consequências.

O autor identifica os vários paradigmas de análises existentes na literatura, sendo eles: modelo de processo; modelo de grupo; modelo de elite; modelo racional; modelo incremental, modelo da teoria de jogos; modelo de opção pública e modelo sistêmico.

- Modelo de processo

Um dos principais objetivos desse modelo é descobrir padrões identificáveis de atividades ou processos. Essas atividades agrupadas formam o processo político, que geralmente seguem o seguinte esquema: identificação do problema, montagem da agenda para deliberação, formulação de propostas, legitimação, implementação e avaliação.

Nesse modelo, a grande questão é o estudo do processo evitando a análise sobre o conteúdo das políticas. Permite ainda que os pesquisadores estudem como as decisões são tomadas e até mesmo como deveriam ser tomadas, não permitindo que comentem a substância das políticas, ou seja, quem ganha o que e por que.

Esse modelo é útil para nos ajudar a entender as várias atividades envolvidas na formulação das políticas, tais como: os mecanismos, as estratégias, comportamento dos atores envolvidos, deixando de lado os conteúdos das políticas.

- Modelo de grupo

A grande importância desse modelo é a interação entre os grupos, em que indivíduos com interesses comuns se unem formal ou informalmente para apresentar suas demandas ao governo.

Os indivíduos não agem sozinhos e somente são importantes quando agem em nome do grupo ou como parte integrante dele. Esse grupo torna-se o elo entre os indivíduos e o governo.

Ao sistema político cabe administrar os conflitos existentes entre os diversos grupos de interesse por meio de estabelecimento das regras do jogo, negociação de acordos e equilíbrio de interesses, oficialização dos acordos por meio das políticas públicas e o cumprimento de fato, desses acordos.

A política pública se dá pelo equilíbrio alcançado nessa luta, e orienta-se na direção desejada pelo grupo com maior poder de influência. Essa influência é determinada por seu tamanho, riqueza, poder organizacional, liderança, acesso aos formuladores de decisão e coesão interna.

- Modelo de elite

Nesse modelo não podemos afirmar que as políticas públicas são demandas do povo. Essa teoria propõe que em políticas públicas o povo é apático, passivo e mal informado e que na verdade é a elite que molda a opinião da população sobre essas questões, traduzindo assim, as preferências das elites.

Os gestores públicos apenas executam o que foi estabelecido pelas elites, ou seja, as políticas caminham de cima para baixo; das elites para o povo.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Esse modelo mostra que as políticas públicas não refletem as demandas do povo e sim, decorrem das redefinições que as elites fazem de seus valores. Essas políticas são alteradas com frequência, mas dificilmente substituídas. As mudanças ocorrem quando os acontecimentos ameaçam o sistema e as elites promovem mudanças de forma a se manterem em suas posições e em seus poderes.

Esse modelo sustenta que o povo tem apenas uma influência indireta sobre o comportamento deliberativo das elites e que a estabilidade do sistema e sua perpetuação dependem do consenso das elites em torno dos valores fundamentais do sistema, e somente as opções políticas que se enquadram nesse consenso serão consideradas.

- *Modelo racional*

O modelo sugere que os governos devem adotar políticas públicas nas quais o ganho social supere os custos e devem evitar políticas em que os custos não sejam excedidos pelo ganho. Uma política é racional quando a diferença entre os valores que ela produz e os valores que ela sacrifica é positiva e maior que o saldo de qualquer outra proposta.

Os tomadores de decisão devem conhecer preferências e valores da sociedade, conhecer todas as propostas disponíveis, conhecer as consequências de todas as propostas alternativas, calcular o custo/benefício de cada proposta e selecionar a proposta política mais eficiente.

Contudo, esse modelo traz alguns empecilhos tais como: os decisores políticos tomam suas decisões procurando **maximizar** suas recompensas – poder, reeleição, dinheiro, status, não sendo estimulados a tomarem decisões com base nos objetivos da sociedade; muitos benefícios e custos conflitantes não podem ser comparados e ponderados e por fim os formuladores carecem de conhecimento especializado para analisar os custos/benefícios quando está em jogo um grande número de variáveis (políticas, sociais, econômicas e culturais).

- Modelo incremental

Esse modelo vê a política pública como uma continuação das atividades de governos anteriores com algumas modificações. O incrementalismo é conservador, pois os programas, as políticas e as despesas atuais são considerados o ponto de partida e qualquer ação a ser executada, modificações, alterações, novas políticas e novos programas são realizadas nos programas em vigor.

Os formuladores geralmente aceitam a legitimidade dos programas estabelecidos e concordam tacitamente em dar continuidade às políticas anteriores, porque não dispõem de tempo, informações ou dinheiro para pesquisar alternativas; não têm capacidade para prever todas as consequências das propostas; não conseguem calcular a relação entre os custos e os benefícios das propostas alternativas quando se tem um grande número de variáveis (político, econômico, social e cultural); têm uma grande incerteza quanto às consequências de políticas completamente novas ou diferentes; desaconselham mudanças pelo fato de terem sido feitos vultosos investimentos em dinheiro, em construções ou mesmo, por disposições psicológicas, práticas administrativas e estruturas organizacionais.

O modelo é politicamente conveniente, pois os acordos são mais fáceis de serem alcançados quando os itens em discussão consistem em aumento ou diminuição do orçamento ou de modificações nos programas já existentes.

O incrementalismo é importante para diminuir conflitos, manter a estabilidade e preservar o sistema político, pois os programas e políticas do passado mantêm-se nos anos subsequentes, evitando conflitos, a menos que haja um substancial realinhamento político.

- Modelo da teoria de jogos

Essa teoria é o estudo de decisões racionais em situações em que dois ou mais participantes têm opções a fazer e o resultado depende das escolhas de cada um. Na formulação de políticas públicas ela se aplica quando não

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

existe uma escolha a fazer que seja melhor que outras, em que os melhores resultados dependem daquilo que os outros façam.

É um modelo abstrato e dedutivo, pois não descreve como as pessoas tomam decisões, mas como procederiam para tomá-las em situações competitivas se elas fossem inteiramente racionais. Ela se aplica a situações competitivas em que o resultado depende do que dois ou mais participantes façam. Ela é proposta mais como um instrumento analítico do que como um guia prático para formulação de políticas públicas.

- Modelo da opção pública

A opção pública é o estudo econômico da tomada de decisão fora do âmbito do mercado, especificamente na aplicação de análises econômicas à formulação de políticas públicas.

Essa teoria parte do princípio de que todos os atores, sejam eleitores, contribuintes, candidatos, grupos de interesses, partidos, legisladores e governos; procuram ao máximo benefícios pessoais, tanto na política como no mercado de trabalho.

Os indivíduos se associam politicamente para proporcionarem a si mesmos benefícios mútuos e mediante acordo entre eles aumentam o próprio bem-estar, ou seja, as pessoas perseguem o interesse próprio tanto na política quanto no mercado, conseguindo beneficiar-se reciprocamente pelas tomadas de decisões coletivas.

A teoria de opção pública admite que o governo exerça funções em que o mercado não consegue desempenhar esse papel. O governo deve oferecer bens e serviços públicos que, se forem oferecidos a um indivíduo, devem ser oferecidos a todos os outros. Outro ponto que justifica a intervenção pública são as externalidades, que é um efeito prejudicial (custos) que uma atividade econômica tem sobre terceiros, nos quais não estão envolvidos nessa atividade.

Em suma, nessa teoria os grupos de interesse buscam benefícios específicos, subsídios, privilégios, cobrando ações do governo e os custos desses benefícios podem ser repartidos entre todos os contribuintes. Essa

concentração de benefícios em favor de poucos cria um sistema de grupos organizados e homogêneos que buscam a expansão da atividade governamental à custa dos grupos maiores, mas menos organizados.

- Modelo sistêmico

Nesse modelo, a política pública é considerada uma resposta de um sistema político às forças que afetam a partir do meio ambiente, que é tudo aquilo externo às fronteiras do sistema político. Já o sistema político é um conjunto de estruturas e processos inter-relacionados, que exerce as funções de alocar valores para a sociedade.

As forças geradas no meio ambiente e que afetam o sistema político são considerados “*inputs*” (entradas). Os “*outputs*” (saídas) do sistema político são as alocações imperativas de valores do sistema, que por sua vez constituem as políticas públicas.

Os “*inputs*” são recebidos no sistema político como forma de demanda, que ocorrem quando os indivíduos ou grupos agem para influenciar a política pública ou então como forma de apoio, que é concedido quando os indivíduos ou grupos aceitam o resultado das eleições, obedecem as leis, pagam seus impostos e conformam-se com as decisões políticas.

Para transformar os “*inputs*” em “*outputs*” e se constituírem em políticas públicas, o sistema deve promover e fazer cumprir os acordos entre as partes interessadas. Essas políticas podem ter um efeito modificador sobre o ambiente.

Outros modelos são apresentados por Sabatier (2007) para explicar as etapas do processo de elaboração de políticas públicas: Teoria da escolha racional institucional (“*Institutional Rational Choice*”) que versa sobre a análise institucional e a estrutura de desenvolvimento; Teoria de fluxos múltiplos (“*The Multiple Streams Framework*”) explica a definição dos problemas e definição da agenda; Teoria do equilíbrio pontuado (“*Punctuated-equilibrium theory*”) teoriza sobre a formulação das políticas e Teoria da “*Advocacy coalition*” (“*The advocacy coalition framework*”) que explana a adoção das políticas e as consequentes mudanças.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

- Teoria da escolha racional institucional – Análise e desenvolvimento institucional (“Institutional Analysis and Development – IAD”)

De acordo com Ostrom (2005) a publicação “*The Three Worlds of Action: A Metatheoretical Synthesis of Institutional Approaches*” (Kiser and Ostrom 1982) foi uma publicação inicial na tentativa de explicar a estrutura IAD, na qual “nosso objetivo era contribuir para a integração do trabalho desenvolvido por cientistas políticos, economistas, antropólogos, advogados, sociólogos, psicólogos e outros interessados em como as instituições afetam no comportamento do indivíduo baseados nos incentivos”. (Ostrom, 2005, p. 8).

O IAD, como mostra a figura 1, é um mapa conceitual composto de vários níveis que se interagem.

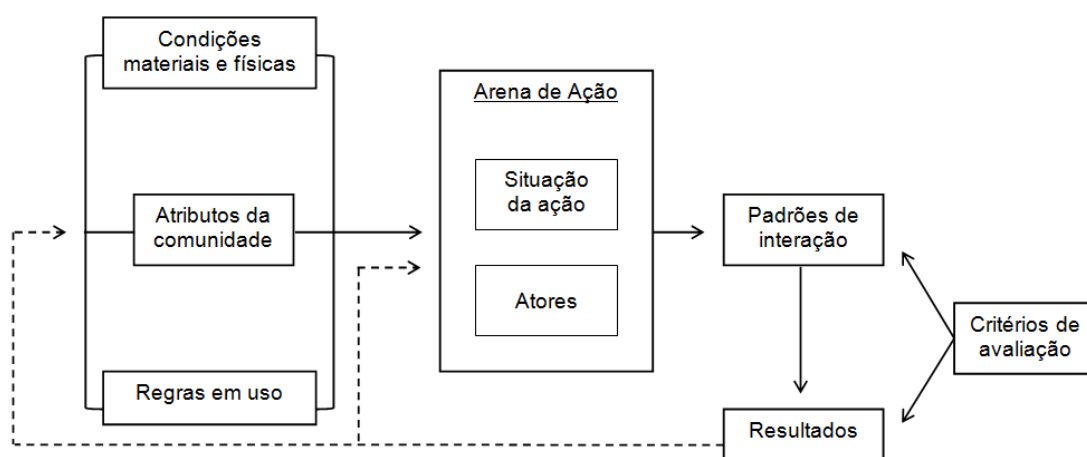


Figura 1: Diagrama do Institutional Analysis and Development - IAD

Nota: Fonte: Ostrom (2005, 2007)

O primeiro passo na análise de um problema é a identificação de uma unidade de análise, chamada de arena de ação (conjunto de variáveis chamado de situação/ação) que pode ser utilizada para analisar, prever e explicar o comportamento dentro de arranjos institucionais. Esta situação/ação caracteriza-se pelas seguintes variáveis: i) os participantes; ii) as posições de cada participante; iii) os resultados potenciais; iv) as ações permitidas e sua relação com os resultados; v) nível de controle de cada participante, vi) as

informações disponíveis e vii) a relação custo benefício atribuídos a ações e impactos.

A arena é um espaço no qual indivíduos interagem, trocam bens e serviços resolvem problemas.

A segunda etapa é dividida em dois passos sendo o primeiro analisar os fatores exógenos que afetam a estrutura de uma arena de ação, onde esses fatores possuem três grupos de variáveis: i) as regras utilizadas pelos participantes; ii) os atributos das condições materiais e físicas e iii) os atributos da comunidade em geral.

O segundo passo também ocorre fora da arena de ação em que se analisa como essas estruturas complexas estão ligadas sequencial e simultaneamente.

Finalizando, “as variáveis exógenas afetam a estrutura de uma arena de ação, gerando interações, e produzindo resultados. Os critérios de avaliação são usados para avaliar o desempenho do sistema, a análise dos padrões de interação e os resultados” (Ostrom, 2005, p. 13) .

- *Teoria de fluxos múltiplos (The Multiple Streams Framework)*

De acordo com Zahariadis (2007) essa abordagem foi desenvolvida por Kingdon em 1995, baseada no modelo “*garbage can*” (lata de lixo) de Cohen, March e Olsen de 1972.

A teoria “*Multiple Streams*”, como mostra a figura 2, incide principalmente sobre dois focos: a formação da agenda e a tomada de decisão. Nessa abordagem três fluxos são identificados: problemas, “*policies*” (soluções) e “*politics*” (políticas), em que cada uma tem sua própria dinâmica e regras. A combinação desses três fluxos aumenta as chances de que uma política específica será adotada pelos decisores.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

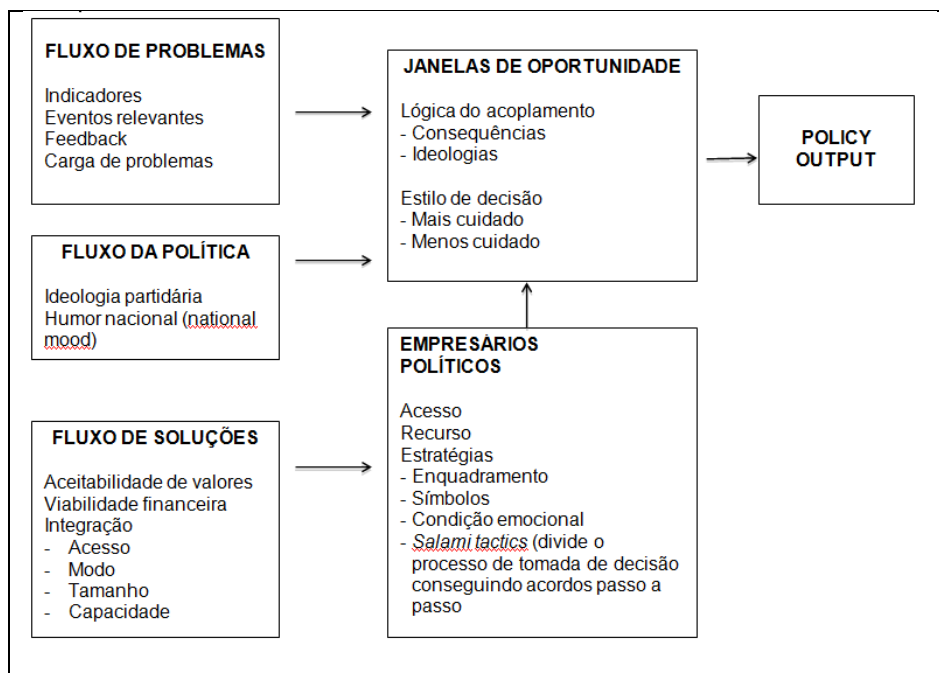


Figura 2: Diagrama do Multiple Streams Framework

Nota: Fonte: Zahariadis (2007)

O primeiro fluxo “problemas” busca examinar que condições são definidas como problemas e por que umas recebem mais atenção que outras. E para analisar essas condições, os formuladores utilizam três mecanismos: i) indicadores, que indica uma questão que pode ser problemática; ii) eventos, nos quais alguns acontecimentos chamam mais atenção que outros devido a sua magnitude (desastres ambientais, calamidade pública, etc) e iii) “*feedback*” dos programas em execução para análises e necessidades de reformulações.

O segundo fluxo “*policies*” (soluções), é o conjunto de ideias, alternativas e soluções para resolver os problemas, com participação de burocratas, funcionários, acadêmicos, pesquisadores por meio de fóruns, audiências, documentos. O critério de seleção dessas soluções incluem a viabilidade técnica e aceitabilidade, sendo que as propostas que não estejam em conformidade com os valores dos decisores estão menos propensas a serem consideradas.

Por fim o terceiro fluxo “*politics*” (políticas) é a dimensão política do processo. Nesse fluxo há influência de três elementos: i) humor nacional (“*national mood*”), em que um elevado número de pessoas de uma comunidade

segue uma linha de pensamento comum podendo ocorrer oscilações de humor, ii) grupos de interesse, em que os políticos muitas vezes veem o apoio ou a oposição como indicadores de consenso ou dissenso. Quando há consenso, o ambiente é favorável e quando há pontos de vistas conflitantes, os políticos procuram um ponto de equilíbrio e iii) rotatividade (“*turnover*”) de pessoal chave da administração, mudanças de competências podendo causar mudanças no processo.

Para que seja possível introduzir fatos na agenda política e formar políticas é necessário fazer com que os fluxos se juntem (“*coupling*”), alcançando janelas de oportunidade (“*policy window*’s”) (Rocha, 2010).

- *Teoria do equilíbrio pontuado (“Punctuated-equilibrium theory”)*

Essa teoria desenvolvida por Baumgartner e Jones (Baumgartner et al., 2007), começou com uma análise em longo prazo do processo político dos Estados Unidos, que se caracterizou por ser um processo que envolve um longo período de estabilidade seguido de rápidos e inesperados episódios de mudanças radicais.

Segundo Cruz-Rúbio (2010) essa teoria nasce e se aplica pela primeira vez na Biologia para explicar o desenvolvimento das diferenças entre espécies e os processos de extinção abruptos, sendo que Baumgartner e Jones foram os primeiros a trazer os postulados ao estudo das dinâmicas de mudanças políticas e ao processo de políticas públicas.

O modelo busca explicar uma simples observação, em que os processos políticos são muitas vezes conduzidos por uma lógica de estabilidade e incrementalismo, mas, ocasionalmente, ocorrem mudanças em grande escala sem aviso prévio.

Os governos são capazes de processar a maioria dos problemas públicos de forma paralela, por meio de distintas arenas políticas, chamadas de subsistemas, formadas por comunidades de especialistas, as quais podem ser dominadas por um único interesse ou podem sofrer a concorrência por vários

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

interesses. Enquanto isso os líderes ou aqueles que têm o poder de decisão fazem parte do macrossistema.

Quando uma questão permanece somente em um subsistema a tendência é a permanência do status quo, porém se houver uma ou várias questões que têm um alto interesse, estas devem ser tratadas sequencialmente, ou seja, junto ao macrossistema. É nesse momento que podem ocorrer as principais mudanças nas políticas públicas.

Nesse modelo, quando se estimula a participação de novos atores e coloca-se um tema que até então estava apenas nos subsistemas, aumenta a pressão e quebra o monopólio, ocasionado assim, a redefinição do problema ou pelo menos a atenção às novas dimensões. Assim, cria-se segundo os autores, uma nova imagem política (“*policy image*”) que agora estariam dispostos e interessados em mobilizar a sua influência, o que acaba por reconfigurar a composição e o equilíbrio de forças no subsistema de política. Esse processo é definido como “*feedback*” positivo.

Por sua vez, quando os atores têm o “monopólio” para abordar um problema, prevalecendo mudanças lentas, graduais e incrementais, configurando uma situação de equilíbrio, não sofrem pressão e se mantêm fora do macrossistema, mantendo a hegemonia no tratamento de suas respectivas disciplinas, é chamado de “*feedback*” negativo.

A imagem política (“*policy image*”), misto de informações empíricas e apelos emotivos, são munições de informações para o processo de formulação de políticas e se tornam essenciais quando está em causa o processo de ruptura do status quo para o processo de mudança.

Essa mudança ocorre quando os grupos desfavorecidos conseguem romper com os monopólios das políticas, criando imagem e ideias capazes de permitir a ruptura (Rocha, 2010).

- Teoria da “Advocacy coalition” (“The Advocacy Coalition Framework – ACF”)

Esse modelo proposto por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (Sabatier & Weible, 2007) nasceu no final da década de 1980, a partir da experiência de Sabatier com a literatura de implementação das políticas públicas e também do interesse dos autores, em compreender o papel que a informação desempenha no processo de decisão política. Até hoje, mais de uma centena de estudos utilizando a ACF foram realizadas, levando a significativas revisões de seu quadro inicial.

Para os autores, a formulação de políticas é muito complexa e seus participantes, para terem algum poder de influência, devem se especializar, sendo que essa especialização deve ocorrer dentro de subsistemas, que são compostos por atores das variadas organizações sociais, governamentais e privadas, tais como investigadores, diretores, líderes de grupos, legisladores, dentre outros. Assim, esses atores são especialistas em uma área específica, envolvem-se em um nível significativo de coordenação e tempo, buscam promover seus interesses dentro do subsistema e compartilham de um conjunto de crenças normativas e casuais.

Dentro desse sistema de crenças (“*beliefs systems*”) há três estruturas hierárquicas: i) o nível mais alto, que incluem crenças ontológicas e normativas básicas; ii) crenças mais profundas de políticas, que é decidir compromissos, as prioridades, as percepções, a seriedade e as estratégias para atender os subsistemas e iii) as crenças secundárias relacionadas com suposições sobre os fatores causadores dos problemas em nível local, o desenho institucional e a evolução do desempenho.

Outro aspecto são os elementos que se usam para influenciar o processo político e as políticas: i) autoridade formal e legal para a tomada de decisão; ii) opinião pública; iii) informação; iv) mobilização de apoio público; v) recursos financeiros e vi) habilidades de liderança.

Na estrutura da ACF identificam-se dois fatores no processo das políticas, um estático e outro dinâmico. Esses fatores afetam os recursos e as

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

limitações dos atores, que por sua vez afetam a formulação de políticas no âmbito do subsistema. A figura 3 mostra a configuração do ACF.

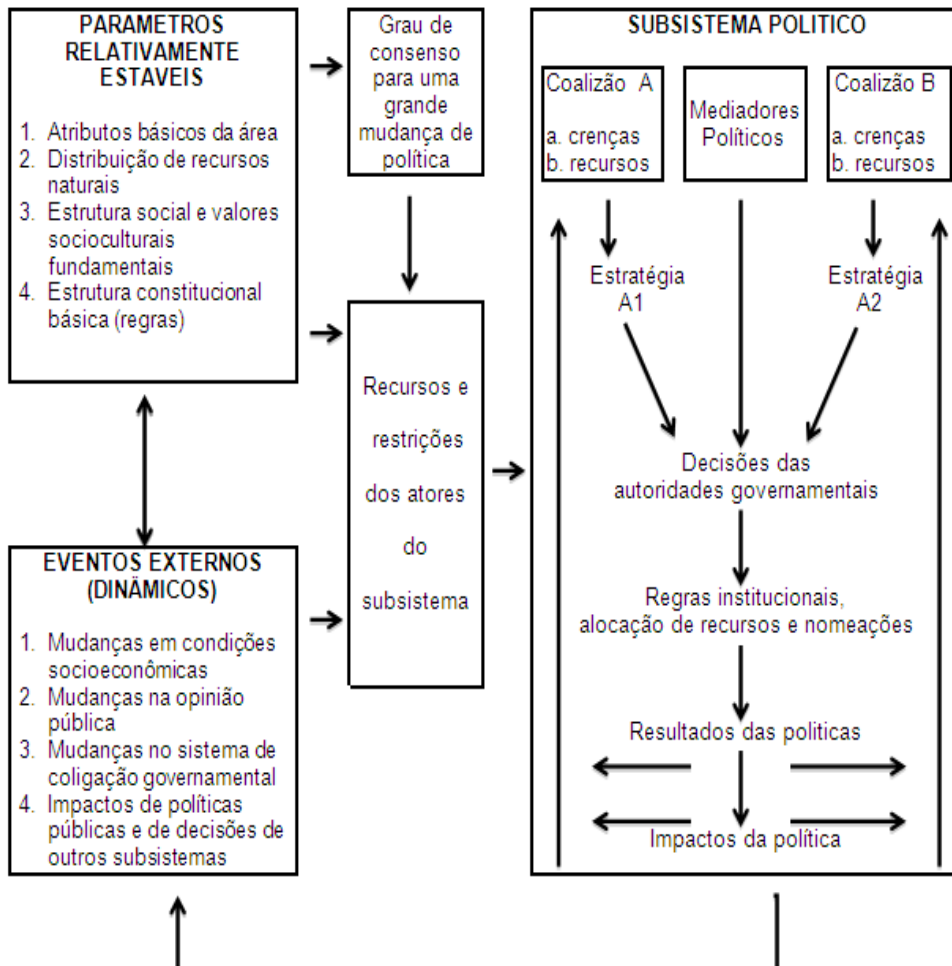


Figura 3: Diagrama do Advocacy Coalition Framework
Nota: Fonte: Sabatier (2007)

Portanto, estes são os modelos teóricos que explicam o que é uma política pública e o funcionamento do sistema político em relação ao processo de transformação das demandas em ações governamentais.

Há também um estudo que se refere ao tipo das políticas públicas, que mostra o impacto que cada política pretende alcançar na sociedade. Cada uma das políticas públicas cria arenas em que os atores defrontam-se com a produção dessas políticas e em cada uma dessas arenas são realizadas ações e definidas estratégias pelos atores na produção de uma política. É nesse sentido que ressaltamos os tipos de políticas públicas apresentadas por

Frey (2000) denominadas de “Tipologias de Lowi”: i) políticas distributivas; ii) políticas redistributivas; iii) políticas regulatórias e iv) políticas constitutivas.

- Políticas distributivas

Caracterizadas pelo baixo grau de conflito, haja vista que os benefícios são distribuídos de acordo com as necessidades de cada um, sem que afete os outros grupos de interesse, em que os custos são “distribuídos” pela sociedade. Esse tipo de política envolve a “barganha” em que até mesmo opositores (Frey, 2000) costumam ser incluídos na distribuição desses benefícios. Exemplos dessas políticas são as isenções de tarifas, renúncia e incentivos fiscais, emendas parlamentares.

- Políticas redistributivas

Caracterizado pelo alto grau de conflito, pois representa um jogo de soma zero, ou seja, enquanto alguns ganham outros têm de perder. Os benefícios são concentrados em alguns grupos implicando custos para outros. Os interesses são totalmente antagônicos, em que se formam duas correntes, uma querendo que as demandas se efetivem, enquanto a outra luta para que a política não seja efetivada. Exemplo dessas políticas são as cotas nas Universidades, programas de reforma agrária, programas de previdência, seguro desemprego.

- Políticas regulatórias

Neste tipo de política o conflito tende a se modificar de acordo com a configuração das políticas. Elas controlam e regulam certas atividades políticas, estabelecem padrões de comportamento, criam regras e regulamentos. A capacidade de aprovação ou não de uma política depende da força dos atores e interesses presentes. Há uma clara distinção entre quem ganha e quem perde. Exemplo destas políticas são os códigos de trânsito, as leis ambientais, as leis de defesa do consumidor.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

- Políticas constitutivas

São políticas que determinam as regras do jogo, que definem a competência de cada um. São regras sobre os poderes. Provocam conflitos entre os entes e atores diretamente interessados, pois têm a capacidade de alterar o equilíbrio do poder existente (Secchi, 2012). Exemplo dessa política são as regras do sistema eleitoral, as regras de participação da sociedade em decisões públicas.

1.3.3. Fases de elaboração

Uma parte importante do processo político é conhecida como ciclo das políticas públicas ("*policy cycle*"), que são formadas por diferentes fases ou etapas, apresentando uma dinâmica de articulação entre elas. "As várias fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigados no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase" (Frey, 2000, p. 226)

Um dos primeiros autores que adota as fases no processo político foi Lasswell que se refere a sete fases: "*intelligence, promotion, prescription, invocation, application, termination, and appraisal*" (Rocha, 2010, p. 93).

Na literatura encontramos diversos autores que defendem um número determinado de fases, mas entre todos, há uma homogenia entre elas. Assim, apresentamos algumas propostas de variados autores:

Anderson (2003): Identificação de problemas e definição de agenda; formulação; adoção; implementação; avaliação; Dye (2005): montagem da agenda; formulação de proposta; legitimação de políticas; implementação de políticas e avaliação de políticas; Frey (2000): percepção e definição de problemas; formação da agenda; elaboração de programas e de decisão; implementação e avaliação; Heidemann (2009): decisão política; implementação; verificar se as partes interessadas foram satisfeitas em suas demandas e avaliação; Howlett (2000): construção da agenda; formulação de políticas; tomada de decisões; implementação e avaliação; Kingdon (1995):

definição da agenda; a especificação de alternativas a partir das quais a escolha deve ser feita; uma escolha autoritária entre essas alternativas específicas e implementação da decisão; Meny & Thoenig (1992): identificação de um problema; formulação de solução; tomada de decisão; execução do programa e avaliação dos resultados; Pasquino (2009): identificação do problema; formação da agenda política; formulação de soluções; decisão; execução e avaliação; Peters (2013): formulação e construção da agenda; legitimação; organização e implementação; alocação de recursos e avaliação; Subirats et al. (2008): inclusão da agenda (definição do problema público); decisão/programação (programa de atuação político-administrativo e acordos políticos administrativos); implementação (planos de ação e atos de implementação) e avaliação.

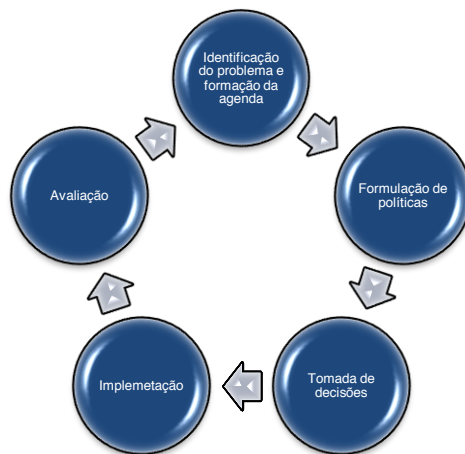


Figura 4: Ciclo de políticas públicas

Podemos notar que são várias as divisões do ciclo de políticas públicas, mas com algumas fases comuns entre elas. Para nosso estudo, apresentamos o ciclo dividido em cinco fases, conforme figura 4: i) Identificação do problema e construção da agenda; ii) formulação de políticas; iii) tomada de decisões; iv) implementação e v) avaliação.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1.3.3.1. Identificação do problema e construção da agenda

Uma política pública pretende resolver um problema social reconhecido politicamente como público e o primeiro passo é a identificação do problema. Após essa identificação há a formação da agenda, que é um conjunto de problemas que chamam atenção do governo e podem ser solucionados por meio das políticas públicas.

A definição dos problemas tem que ser muito cuidadosa e levar em consideração problemas sociais, políticos e econômicos que sejam visíveis a toda comunidade. Pasquino alerta para certos tipos de problemas que visam a não atender aos anseios e às necessidades da população e sim criar algum tipo de favorecimento, *“a definição de uma política pública sem que exista um problema pode constituir resposta ao interesse das autoridades de conquistar popularidades, de obter fundos ou de favorecer certos grupos”*. (Pasquino, 2009, p. 300)

Alguns problemas são tão urgentes que por si só já necessitam fazer parte da agenda. Mas por que alguns problemas recebem mais atenção do que outros?

Para (Kingdon, 1995) a resposta está nos meios pelos quais os atores tomam conhecimento dos problemas e também nas formas pelas quais essas situações foram definidas como problemas. Quanto aos meios, eles podem ser através de indicadores, eventos-foco e feedback, em que os indicadores medem a importância de uma situação; os eventos-foco que chamam atenção por se tratar de uma situação excepcional – um desastre, uma crise, uma calamidade, e o feedback em que as autoridades tomam conhecimento das situações existentes por meio de avaliações ou de reclamações que chegam até eles.

Quanto às formas, as situações passam a ser definidas como problemas quando se acredita que deve ser feito algo para mudá-las. Outro importante meio de evidenciar um problema é a comunicação social e corroborando esta questão, Frey afirma *“frequentemente, são as mídias e outras formas de comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar”*. (Frey, 2000, p. 227)

Uma vez levantados os problemas, o segundo passo é incluí-los na agenda. Esta pode ser classificada em dois tipos de acordo com Cobb & Elder (1971): sistêmica e institucional. A agenda sistêmica representa um conjunto de problemas de interesse público, mas que não necessariamente, correspondem às prioridades nas agendas institucionais. Ela tem um caráter mais abstrato, mais geral e mais amplo em seu alcance e domínio. Somente alguns dos variados problemas são encaminhados para a agenda institucional. A agenda institucional representa um conjunto de problemas de interesse público que são considerados como possíveis assuntos de ação. São propostas que o poder público decidiu enfrentar. Um importante ponto a se destacar é que quanto maior a disparidade entre os dois tipos de agenda maior será a intensidade e a frequência de conflito dentro do sistema político

1.3.3.2. Formulação

Nessa fase se escolhem as melhores alternativas para solucionar os diversos problemas constantes na agenda institucional. É nesse momento que são estabelecidos os objetivos, os programas, os métodos, as ações a serem desenvolvidas, para possíveis soluções dos problemas.

Encontramos nessa fase, inúmeras propostas e uma vez formuladas as possíveis soluções, torna-se essencial proceder à delicada tarefa de escolher as mais necessárias. Deve-se levar em conta, não só o ponto de vista econômico, mas também o custo/benefício e as possibilidades de sucesso de cada uma delas.

É um processo muito conflituoso, pois há uma rota de colisão dos grupos em função da escolha do problema mais importante. Em outro momento os atores se mobilizam e unem suas forças para negociar e decidir as melhores alternativas.

Os especialistas são de fundamental importância, pois procurarão projetar o futuro em função das medidas tomadas no presente.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1.3.3.3. Tomada de decisão

É nesse momento que será escolhida a alternativa de ação mais apropriada. Na maioria das vezes, essas decisões já estão tomadas, e seguindo o pensamento de Frey (2000, p. 228), o autor afirma que “decisões “verdadeiras”, isto é, escolhas entre várias alternativas de ação, são raras exceções nessa fase do ciclo político”.

Após negociações com grupos de interesse, esta é referendada por meio de um ato oficial podendo ser no voto, assinatura de documentos, dentre outros. Uma vez referendada, o próximo passo é a elaboração de leis, decretos, normas e resoluções.

Para Secchi (2012, pp. 40,41), existem três formas de entender a dinâmica de escolha de alternativas de solução para problemas públicos: os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções; os tomadores de decisão vão ajustando o problema às soluções, e as soluções aos problemas e por fim os tomadores de decisão têm solução em mão e correm atrás de problemas.

Portanto, “apesar de tudo, com base numa seleção entre alternativas politicamente aceitáveis e praticáveis, chega-se, finalmente, a uma decisão”. (Pasquino, 2009, p. 302)

1.3.3.4. Implementação

É nessa fase que as intenções políticas serão transformadas em ações concretas, após as decisões terem sido tomadas na fase anterior.

A definição de implementação de Meny & Thoening, expressa muito bem essa fase, em que ele afirma: “fase de uma política pública durante a qual gera atos e efeitos a partir de um marco normativo de intenções, de textos ou de discursos”. (Meny & Thoening, 1992, p. 158)

O processo de implementação é uma fase muito complexa, pois envolve uma diversidade de atores interessados em sua execução e diferentes contextos sociais, econômicos, tecnológicos e políticos.

Duas perspectivas de análise são utilizadas nessa fase: o modelo “*top-down*”, desenvolvido por Sabatier & Mazmanian e o modelo “*bottom-up*” desenvolvido por Hjern & Hull. (Subirats et al., 2008)

O enfoque “*top-down*”, se baseia no fato de que a política de implementação tem início com uma decisão da esfera política, geralmente do governo central (Sabatier, 2005), ou seja, a decisão parte de cima para baixo. Esse mesmo autor sustenta que há seis condições necessárias e suficientes para uma implementação eficaz dos objetivos: i) objetivos claros e consistentes; ii) programa baseado em uma teoria causal adequada; iii) processo de implementação legalmente estruturado; iv) funcionários comprometidos; v) manutenção do apoio político por parte dos grupos de interesse ao longo do tempo e vi) as mudanças nas condições socioeconômicas não podem prejudicar os programas.

O enfoque “*bottom-up*” começa com a identificação dos atores envolvidos, seus objetivos, estratégias e atividades. Em seguida usa o contato para desenvolver uma rede composta por atores e grupos verdadeiramente envolvidos no planejamento, financiamento e execução dos programas governamentais e não governamentais. Nesse caso as decisões partem de baixo para cima, pois esses atores, conhecidos como “atores de bairros” têm conhecimento e poder suficiente para adaptar as políticas públicas de acordo com as necessidades de seu público, como também atender as suas próprias exigências pessoais (Pasquino, 2009).

No quadro 2 apresentamos as diferenças básicas entre esses dois enfoques.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Enfoque de implementação	Modelo top-down (Sabatier & Mazmanian, 1979)	Modelo bottom-up (Hjern & Hull, 1982)
Ponto de partida de análise de implementação de políticas públicas	Decisões das autoridades político-administrativas (PPA, planos de ação)	Atividades da rede em implementação a nível local (APA, rede de ação pública)
Processo para identificação dos principais atores das políticas públicas	De cima e a partir do setor público para baixo para o setor privado	De baixo (“atores de bairro”) para cima, considerando de maneira simultânea os atores públicos e privados
Crítérios de avaliação da qualidade de implementação das políticas públicas	- Regularidade (cumprimento legal) do processo de implementação - Eficácia: estágio de conclusão dos objetivos formais do PPA	- Não tem critérios claramente definidos a priori - Avaliação do estágio de participação dos atores envolvidos - Avaliação do nível de conflito da implementação
Questão fundamental (para a gestão das políticas públicas)	Que modalidades (estruturas e procedimentos) de implementação devem utilizar para garantir um maior grau de realizações dos objetivos oficiais?	Que interações entre os atores públicos e privados de uma rede de ação pública devem levar em consideração durante a implementação para que seja aceita?

Quadro 2: Diferença entre os modelos *top-down* e *bottom-up*

Nota 1: PPA: Programa de atuação político administrativo; APA: Acordo político administrativo

Nota 2: Fonte: Subirats et al. (2008, p. 186)

1.3.3.5. Avaliação

Essa fase representa o momento determinante das políticas públicas, e apesar de ser a última etapa, a avaliação deve ocorrer em todas as fases. A finalidade da avaliação “é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (Costa & Castanhar, 2003, p. 972).

Podemos neste ponto, apresentar pelo menos quatro tipos de uso da avaliação de acordo com Faria (2005): i) *instrumental*, seu uso não depende apenas da qualidade da avaliação, mas de uma adequada divulgação de seus resultados, de sua inteligibilidade e da facilidade das recomendações propostas; ii) *conceitual*, geralmente limitado ao técnico do programa, no qual nem sempre tem poder decisão, podendo esperar alguma decisão em função

da avaliação realizada; iii) *como instrumento de persuasão*, quando é utilizado para mobilizar apoio para que os tomadores de decisão já tenham sobre as mudanças necessárias, com o objetivo de legitimar uma posição e ganhar novos adeptos para as mudanças desejadas, e iv) *para o esclarecimento*, nem sempre proposital, mas devido ao acúmulo de conhecimento proveniente de diversas avaliações causa impacto sobre as redes de profissionais, sobre os formadores de opinião, ocasionando alterações nas crenças e na forma de ação das instituições, pautando a agenda governamental.

A avaliação sendo um processo para mensurar os objetivos propostos, de determinar se as coisas são boas ou más e de atribuir um determinado valor é necessário que haja critérios. Podemos elencar uma série de critérios utilizados, pois não existe um consenso em torno da questão. Mas os principais critérios utilizados são: eficácia, eficiência e efetividade.

- Eficácia: visa a aferir se o programa está sendo (ou foi) implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas. (Figueiredo & Figueiredo, 1986)
- Eficiência: visa a comparar os recursos utilizados, com os efeitos obtidos, ou seja, quanto menor o recurso utilizado maior deverá ser o benefício produzido. É a relação custo/benefício.
- Efetividade: diz respeito aos efeitos do programa implementado sobre a população alvo, ou seja, seus impactos, seu sucesso ou fracasso na efetiva mudança proposta.

Podemos também determinar o tipo de avaliação a ser realizada, de acordo com Cotta (1998), Cohen & Franco (2004) e Ramos & Schabbach (2012) ela pode ser: i) *externa*, quando realizada por especialistas de fora da instituição responsável pelo programa; ii) *interna*, quando executada dentro da instituição e conta com maior colaboração das pessoas que participam diretamente do programa; e iii) *mista*, que é uma combinação dos dois tipos anteriores, fazendo com que os avaliadores externos tenham contato com os participantes do programa a ser avaliado.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Quanto ao momento de realização da avaliação, de acordo com Cohen & Franco (2004), Trevisan & Bellen (2008) e Dias & Matos (2012, pp. 88-89) ela pode ser: i) “*ex-ante*”, quando é realizada antes de se executar o plano, política ou programa, e seu objetivo principal é analisar sua adequação às necessidades que o motivam e suas chances de sucesso, ou seja, garantir a priori que o programa tal como concebido, atingiu os objetivos para que foi planejado; ii) *intermediária*; quando realizada durante a implementação, com uma análise crítica dos dados coletados sobre o programa como um todo; e iii) “*ex-post*,” quando é realizada ao término do programa, avaliando o sucesso do programa, das estratégias concebidas, o grau de flexibilidade e capacidade de adaptações a uma realidade sempre em transformação, a sua eficácia e a eficiência, bem como a adequação dos mecanismos de gestão e acompanhamento.

No âmbito da avaliação, são analisados diversos aspectos e de acordo com Ramos & Schabbach (2012, pp. 1290-1291) há uma necessidade de aprimoramento dessas avaliações, pois encontramos uma série de dificuldades, em que muitos programas e ações não são desenhados para serem avaliados; a prevalência de delineamentos de pesquisa que não controlam as variáveis antecedentes, processuais e de resultados, e que produzem falsas conclusões, atribuindo ao programa a responsabilidade de resultados não provocados por ele, mas por outros fatores; poucos dados disponíveis e, quando existentes, bastante limitados e com periodicidade irregular e, por fim, a resistência na administração pública, devido à predominância de uma cultura autoritária, em que as autoridades públicas, ficam constrangidas com a perspectiva de serem analisadas, as suas ações e reagem através da proibições diretas ou colocando dificuldades, mostrando desinteresse no levantamento de dados tornando inacessível, as fontes, além da falta de apoio.

Portanto, esta é a última fase do ciclo de políticas públicas, mas devemos deixar claro que avaliação é um processo político, no qual estão presentes as discussões, os interesses, as ideologias, dentre outros. E de acordo com Rocha (2010), os resultados da avaliação nunca são

determinantes para a decisão política, sendo que outros elementos interagem no processo de decisão política.

1.3.4. Extinção de uma política pública

Após a avaliação, uma decisão deverá ser tomada no sentido de dar continuidade, reestruturar ou pôr fim à política pública. Ao optarem pela continuidade ou pela reestruturação, o que acontece na maioria das vezes, não haverá problemas maiores para os decisores políticos uma vez que não haverá interrupção das políticas, que foram frutos de longas negociações.

Porém há ainda a extinção política, que na visão de Meny & Thoenig (1992), pode ocorrer de três maneiras: i) fechamento de um organismo administrativo; ii) transformação de um ministério e de suas atividades e iii) desaparecimento do problema abordado. O mesmo autor defende que ela também termina quando há uma alteração significativa que pode afetar seu conteúdo; seus executores e seus tutores públicos; o problema ao qual responde e a população a ser beneficiada.

Entretanto são poucas as chances de extinção de uma política pública, pois o ônus seria muito grande para os decisores políticos, e Bardach (1976) aponta cinco questões que corrobora essa afirmação: i) grandes investimentos realizados no orçamento operacional e de capital para permitir a execução dos programas, dificultando sua extinção; ii) o grande conflito que desencadearia com os atores, institucionais ou não, que lutaram pela implementação das políticas públicas; iii) a grande dificuldade dos líderes políticos em admitir o erro cometido; iv) o receio de mudança dos programas existentes, sem a certeza de que algo melhor vai realmente se materializar; e v) a falta de ousadia dos políticos.

Por fim, somos de acordo com Pasquino que afirma “são poucas as políticas públicas cuja vigência cessa definitivamente, ao passo que muitas acabam por ser mais ou menos profundamente reestruturadas e outras ainda perduram por inércia” (Pasquino, 2009, p. 306).

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1.3.5. Os atores no processo

Durante todo o ciclo político, diversos intervenientes fazem parte desse processo, que são chamados de atores políticos (“*stakeholders*”). Esses atores podem ser indivíduos, grupos ou instituições e têm um papel preponderante, pois são capazes de influenciar o conteúdo e os resultados das políticas, exercem pressão para decidir o que entra na agenda, influenciam na elaboração das propostas e na implementação das políticas públicas além de ter o poder de decisão sobre elas.

Neste sentido, Subirats et al. (2008) afirma que “todo indivíduo ou grupo social envolvido em um problema coletivo que origina as políticas públicas se considera um ator potencial, que poderia tomar parte do “espaço” da referida política. Na verdade, o comportamento mais ou menos ativo de um ator influenciará a maneira pela qual acaba sendo concebida e posta em prática a intervenção pública em questão” (Subirats et al., 2008, p. 50).

Podemos dividir esses atores em públicos ou privados. Os atores públicos são aqueles que fazem parte do aparelho do Estado, no executivo, Legislativo e judiciário. Além de fazer parte, os que foram eleitos (presidente, senadores, deputados, prefeitos e vereadores) esse grupo também é constituído pelos burocratas, aqueles que não foram eleitos, mas ocupam posições estratégicas nas instituições estatais.

Já os atores privados são aqueles que não possuem uma ligação direta com a administração do Estado. Fazem parte os empresários, os trabalhadores, as organizações não governamentais (ONGs), a mídia, grupos de interesse, sindicatos, associações, partidos políticos dentre outros.

De acordo com Dias & Matos (2012), identificamos no quadro 3 os principais atores envolvidos nas políticas públicas.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

ATORES	DESCRIÇÃO
Atores fundamentais	Políticos e alta equipe administrativa. Presidente, governadores, prefeitos, ministros, secretários, senadores, deputados e vereadores
Partidos políticos	Tanto os de situação quanto os de oposição
Equipes de governo	Pessoas nomeadas para integrar equipes que assessoram os políticos
Corpo técnico	Burocracia, constituída por funcionários de carreira
Juízes	Poder judiciário
Mídia	Veículos de comunicação de massa (jornais, rádios, TVs, internet)
Empresas	Corporações transnacionais, pequenas e médias empresas
Sindicatos e associações profissionais	Organizações sindicais e de representação profissional
Organizações os terceiro setor	ONGs, entidades filantrópicas, fundações
Atores do conhecimento	Escritórios de assessoramento legislativos, institutos vinculados a partidos políticos, organismos internacionais, centros de pesquisa
Grupos de pressão	Conjunto de indivíduos que procuram defender seus interesses junto aos órgãos de governo
Movimentos sociais	Movimento de curta duração com objetivos bem determinados
Associações comunitárias	Sociedade de amigos de bairros, associações representativas de comunidades territoriais específicas (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos etc.)

Quadro 3: Atores em políticas públicas

Nota 1: Fonte: Dias & Matos (2012, p. 44)

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1.4. As políticas públicas no Brasil

O futebol no Brasil já era jogado desde o início do século XX, porém não existia nenhuma instituição responsável pela regulamentação do esporte. Assim em 19 de junho de 1916 foi criada a Confederação Brasileira de Desportos – CBD. Para Sarmiento (2006, p. 1) “mais do que à simples preocupação de regulamentar a prática desportiva, o início do século XX assistiu à legitimação do esporte como um ideal superior de expressões das qualidades humanas”.

O Presidente da República à época Getúlio Vargas, notou que era importante para o governo ter o controle do esporte para que permanecesse centralizado, submetido à supervisão do governo. Sendo assim, em 1936 interveio no setor esportivo e fez com que Luiz Aranha, irmão do Ministro da Justiça Oswaldo Aranha, fosse eleito para o comando da CBD. Com isso, o Estado chamou para si a responsabilidade de normatizar, controlar e utilizar as entidades esportivas de acordo com suas orientações políticas. O esporte passa a ser um importante instrumento do Estado para seu processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico do País (Bueno, 2008).

Em 19 de janeiro de 1939, por meio do Decreto-Lei nº 1.056, criou-se a Comissão Nacional de Desporto, sendo o primeiro ato legal dedicado ao desporto:

Art. 1º Fica instituída uma comissão, denominada Comissão Nacional de Desportos que será constituída de cinco membros, designados pelo Presidente da República, dentre pessoas entendidas em matéria de Desportos ou a estes consagradas.

Art. 2º Compete à Comissão de que trata o artigo anterior realizar minucioso estudo do problema dos desportos no país, e apresentar ao Governo Federal, no prazo de sessenta dias, o plano geral de sua regulamentação.

Os resultados dos trabalhos dessa comissão resultou, o que é considerado o marco da intervenção estatal no esporte, no Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941. Esse decreto institui o Conselho Nacional de Desporto - CND, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, para o qual

estabelece as bases da organização dos desportos em todo país, tendo as seguintes atribuições:

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;
- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;
- c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;
- d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.

Essa lei, segundo autores como Manhães (1986), Vargas (1995), Tubino (1996) tinha função mais de controle do que o desenvolvimento da prática esportiva. Assim o Estado passa a ter poderes de intervenção nas organizações esportivas³ – confederações, federações, ligas, associações desportivas e até nas competições organizadas no país.

Até o final dos anos 50 praticamente nada se altera, mesmo com várias portarias e decretos sendo sancionados. De acordo com Tubino (1996) somente entre 1941 e 1945, foram 14 decretos e portarias.

Em 1º de abril 1964 o País começava a viver uma ditadura, com os militares chegando ao poder após um golpe de Estado, nesse contexto, o esporte passa a ser utilizado como meio de propaganda do Regime Militar.

³ No Brasil, as confederações são entidades nacionais de administração do desporto; as federações são entidades regionais de administração do desporto.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

A partir da implantação do regime no Brasil, puderam ser identificadas novas ações de maior impacto de iniciativa do governo federal sobre políticas de esporte e lazer e sua estrutura organizacional concomitante, atingindo Estado e municípios, além de ampliar o princípio de centralização administrativa nas mãos da União (Cristan, 2000).

Também passam a investir fortemente no esporte na tentativa de fazer da Educação Física um sustentáculo ideológico, na medida em que ela participaria na promoção do País através do êxito em competições de alto nível. Foi nesse período que a ideia central girava em torno do Brasil-Potência, assim, seria fundamental eliminar as críticas internas e deixar transparecer um clima de prosperidade e de desenvolvimento (Darido, 2003).

Em 1969 no governo do General Costa e Silva, o Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH-IPEA órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, firmou convênio com a então Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura para elaboração e realização do “Diagnóstico da Educação Física e dos Esportes no Brasil”. Uma das justificativas citadas é que “as atividades de Educação Física e Desporto estão intimamente ligadas às políticas de saúde e de educação, dado o seu papel condicionador da aptidão física e mental da população; possuem, outrossim, vinculações com a política de bem-estar, em seus aspectos de lazer e recreação” (Corrêa, 1971, p. 7).

Os resultados foram apresentados somente em 1971, porém algumas medidas já tinham sido tomadas como a implantação da Loteria Esportiva Federal em 1969, a criação do DED - Departamento de Educação Física e Desporto vinculado ao MEC, ou seja, legitimando algumas ações que estavam em andamento.

Para Betti (1991, p. 108) “a política nacional para o setor não havia ainda sido oficialmente formulada. Porém, as diretrizes gerais já estavam concebidas no Diagnóstico de Educação Física/Desportos, e confirmadas pelo DED em 1971”.

As conclusões desse diagnóstico foram divididas em três blocos: 1) É possível comprovar um crescimento de importância no setor da Educação

Física/Desportos no período de 1964/1970, como também localizar uma estruturação de valores sociais, predisposta a um desenvolvimento acelerado e de alta significação; 2) Esse crescimento apresenta-se com distorções regionais e setoriais igualmente importantes, sobretudo quanto a uma tendência excessivamente quantitativa e 3) A deficiência qualitativa incide seus maiores efeitos no que se refere à interpretação das atividades físicas como importante meio educacional, à circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, aos relacionamentos dos diferentes elementos da organização desportiva comunitária e à ação governamental, no representado pela legislação e pela capacidade de intervenção positiva no processo evolutivo do setor (Costa, 1971, pp. 353-359).

Com a chegada do Presidente Ernesto Geisel ao poder, o desporto é contemplado com uma nova lei atendendo a algumas demandas do setor. O Decreto nº 80.228 de 25 de agosto de 1977 regulamente a Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre o desporto. Para Tubino (2010) este documento somente modernizou o esporte brasileiro sem romper a ação tutelar do Estado.

Nessa lei, o Conselho Nacional do Desporto – CND continua a ser o órgão normativo e disciplinador do desporto nacional. Porém, algumas inovações são contempladas nesse documento. É criado o sistema desportivo nacional integrado por órgãos públicos e entidades privadas que dirigem, orientam, supervisionam, coordenam, controlam ou proporcionam, a prática desportiva no País. O desporto é reconhecido nas seguintes formas de organização: a) Comunitária: sob a supervisão do CND, que abrange atividades das associações, ligas, federações, confederações e Comitê Olímpico Brasileiro, podendo ser amador ou profissional; b) estudantil: dividido em desporto universitário dirigido pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário e desporto escolar para estudantes do 1º e 2º graus e dirigidas pelo Ministério da Educação e Cultura; c) militar: praticado nas forças armadas sob a direção do órgão especializado de cada ministério militar e d) classista: em que qualquer empresa pode organizar uma associação desportiva classista.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Ainda de acordo com essa mesma lei, ficou estabelecido que o Poder Executivo definiria a Política Nacional de Educação Física e Desporto, com os seguintes objetivos:

- I - Aprimoramento da aptidão física da população;
- II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

Também determinou ao Ministério da Educação e Cultura a elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desporto – PNED, a serem cumpridas entre 1976 e 1979, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desporto, dando prioridade a programas de estímulo à educação física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível.

Para cumprir o objetivo de estimular a prática desportiva de massa e ampliar a oferta popular, foi criado o movimento “Esporte para todos” – EPT, a partir de 1973 formatados nos modelos europeus inspirados na Campanha “TRIMM”, nascido na Noruega, cujo objetivo era conduzir as condutas da população, disseminando praticas esportivas orientadas para o lazer e recreação.

De acordo com Cristan (2000), a partir de 1975 o MEC, passou a orientar as políticas públicas para a área de esportes fundamentado numa sequência que abrangia as seguintes etapas:

1. Plano Nacional de Desenvolvimento,
2. Plano Setorial de Educação Física e Esportes,
3. Política Nacional de Educação Física e Desporto,
4. Plano Nacional de Educação Física e Desporto,
5. Elaboração da Programação anual de ações e destinação de recursos financeiros para a área,
6. Desdobramento destes planos em nível estadual e municipal (Cristan, 2000, pp. 162-163).

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Em 1978 o decreto nº 81.454 reestrutura o MEC criando a Secretaria de Educação Física e Desporto – SEED, proposta consolidada no Plano Nacional de Educação Física e Desporto. Esta Secretaria elaborou as Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desporto 1980/1985, resultando na implementação de programas setorializados em nível federal, estadual e municipal.

A novidade nestas diretrizes foi o destaque dado à Educação Infantil e à implantação e implementação da Educação Física na educação pré-escolar e no ensino de primeira a quarta série do primeiro grau. Essa proposta foi inspirada nas teorias norte-americanas destinada a crianças de 4 a 10 anos que tinha por objetivo a realização de atividades educativas visando a criar o gosto e o hábito pelo exercício regular. De 1975 à 1985 as ações governamentais prioritárias no esporte se voltavam para o setor educacional.

Em 1985 o Brasil entra em uma nova fase com o fim do Regime Militar e a eleição, indireta, de um presidente civil. É a chamada Nova República, caracterizada pela ampla democratização política do País e sua estabilização econômica. Em 1985 é eleito presidente, Tancredo Neves que veio a falecer antes de sua posse. Diante deste quadro, assume o vice presidente José Sarney tomando posse em março de 1985.

As mudanças necessárias para redemocratizar o País tiveram início e as políticas estatais na área de esporte e lazer também foram contempladas. No dia 19 de julho de 1985 foi assinado o Decreto nº 91.452 que cria a Comissão de Reformulação do Desporto, tendo como presidente o Professor Manoel José Gomes Tubino e coordenada pela Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação, destinada a realizar estudos sobre o desporto nacional para em um prazo de 120 dias apresentar relatório final.

Os trabalhos da Comissão de reformulação do esporte brasileiro teve como base a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (UNESCO, 1978). De acordo com Tubino (2010) o relatório final apresentou 80 indicações propostas que receberam uma divisão prática e pedagógica, que permitiria visualizar os pontos prioritário de mudança. são cinco os pontos prioritários:

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1. A reformulação do esporte e a sua natureza.

Esse item modificou o conceito de esporte quanto as suas manifestações reconhecendo três formas: esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance, além das já reconhecidas anteriormente o esporte militar e o esporte classista. Também propôs mudanças quanto a sua organização passando a: esporte federado, esporte universitário, esporte escolar, esporte classista, esporte militar, esporte não formal e esporte profissional.

2. A necessidade de redefinição de papéis nos diversos segmentos, inclusive do Estado, em relação ao esporte.

Aqui, procurou estabelecer um diálogo entre diversos níveis de governo, entidades componentes do Sistema esportivo e demais órgãos públicos e privados com propósito de discutir a distribuição e coordenação de funções de cada um deles.

3. As mudanças jurídico-esportivo-institucionais.

Aqui, procurou estabelecer o direito de todos às praticas esportivas, com objetivo de permitir a inclusão do desporto na Constituição Federal de 1988, além de discutir temas relevantes como loteria esportiva, justiça desportiva, “*doping*”, dentre outros.

4. A carência de recursos humanos, físicos e financeiros.

Procurou alternativas para financiamento de esporte, e ampliação de recursos humanos para a melhoria do esporte.

5. A insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte.

Insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte nas áreas de medicina esportiva, psicologia esportiva e direito esportivo.

Uma das orientações propostas pela comissão foi a descentralização desportiva, acompanhada por sugestões importantes como a modernização da prática esportiva considerando a validade da formulação do calendário esportivo por parte do Sistema Nacional de Desportos, a organização da documentação esportiva, a criação de centros esportivos nas capitais, a integração das academias no processo desportivo e uma série de temas que visavam, sobretudo, a transferir para fora das responsabilidades da União e o

dever de promover esporte/lazer enquanto demanda socialmente constituída pela população (Cristan, 2000, pp. 165-166).

No ano de 1985 a Assembleia Nacional Constituinte atendendo às demandas de diversas entidades e também ao relatório final da Comissão de reformulação do esporte brasileiro, garantem no texto da Constituição Federal o direito do cidadão ao esporte e lazer.

Na estrutura organizacional não houve alteração, continuando o MEC abrigando os principais órgãos de gestão de esporte, a Secretaria de Educação Física e Desporto e o Conselho Nacional de Desporto. Posteriormente o Comitê Olímpico Brasileiro passa a integrar o Sistema Nacional Desportivo como órgão consultivo do MEC e do CND.

No dia 6 de julho de 1993 foi regulamentada a Lei nº 8.672, a chamada Lei Zico. Essa lei previa uma profunda reestruturação do desporto brasileiro. Dentre elas podemos citar:

- a) a conceituação das manifestações do desporto passando a ser denominado de desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento sendo este último diferenciado entre profissional, semiprofissional e amador;
- b) Os clubes deveriam deixar de ser entidades de direito privado, sem fins lucrativos, isentos de pagamentos de tributos, e se transformassem em empresas de direito privado;
- c) Todos os jogadores deveriam ganhar passe livre a partir do ano de 2000 e a negociação de contrato de trabalho deveria ser feita entre patrão e empregado, ou seja, clube e jogador;
- d) Foi criado o Sistema Brasileiro do Desporto, compreendendo o Conselho Superior de Desporto; a Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto; o Sistema Federal, os Sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade.

Com essas reformas o Sistema Nacional de Desportos adquiriu uma maior autonomia e o Conselho Nacional de Desportos – CND foi extinto.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Uma das polêmicas geradas por essa lei era o esvaziamento do papel da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), uma vez que os clubes ou ligas passariam a ter direito de estabelecer negociações de direito de TV e marketing, calendário e organização de todos os torneios.

A CBF responderia apenas pela seleção brasileira. Outro ponto de conflito dizia respeito aos bingos, que depois de algum tempo, foram suprimidos da lei.

No período correspondente entre 1993 e 1998, grandes discussões ocorreram no meio desportivo e em março de 1998, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi sancionada a Lei 9.615, a chamada Lei Pelé, que normatiza o desporto no país.

À época, essa lei foi muito criticada, pois repetia quase toda a lei anterior. Para Kasznar & Filho (2002), essa clonagem chegou a 58% do texto anterior e Souza (2011) em seu artigo Princípios de Direito Desportivo, afirmou que esse diploma repetiu em tantos aspectos a lei anterior que nos leva a perguntar se era mesmo necessária uma nova lei, ou se bastava realizar as alterações adequadas na legislação vigente.

Algumas mudanças ocorreram, tais como:

- a) Alteração no Sistema Brasileiro de Esportes, compreendendo agora o Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Esporte, Conselho Nacional do Esporte e o Sistema Nacional de Esporte. O Sistema Nacional de Esporte congrega o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paraolímpico Brasileiro, as Entidades Nacionais de Administração do Desporto (confederações), as Entidades Regionais de Administração do Desporto (federações), as ligas e as entidades de prática desportiva filiadas ou não às referidas anteriormente.
- b) Introdução do Ministério Público na fiscalização de contas, de dirigentes, confederações, federações, clubes e ligas;
- c) Aumento de recursos para o desporto;
- d) Criação de possibilidades de arrecadação pelas entidades desportivas e
- e) Preocupação social com a nova lei.

É preciso dizer que, o instrumento legal é importante, porque pode vir a lastrar possíveis disputas em torno de um dado objeto, nesse caso, a política de desporto, mas o fator legal não é suficiente para a efetivação de demandas oriundas da população.

Sem vontade política, não se consegue nada. Nesse caso, a vontade política relaciona-se com compromissos sociais estabelecidos e assumidos com determinados setores da sociedade.

1.4.1. O papel dos municípios nas políticas públicas

A organização político administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal, e os municípios, sendo formado por vinte e seis estados e o Distrito Federal, que é a capital do País.

Os estados possuem a liberdade de criar leis autônomas, que são subordinadas à Constituição Federal Brasileira. Dentro dos estados existe uma divisão que são os municípios. Esses também possuem leis próprias, que devem seguir os modelos estipulados pela nossa constituição. Dentro dos territórios municipais é possível encontrar outra divisão de proporção menor, que os subdivide em distritos, sendo órgãos submetidos ao poder do município. Um município é dividido em bairros dentro de uma mesma região. Pode também apresentar subprefeituras, descentralizando as ações no dia a dia.

A Constituição Brasileira traz dispositivo que se inicia precisamente no art. 18, no qual afirma que o Município é um Ente da Federação dotado de autonomia para a sua organização político-administrativa, dando assim embasamento ao Município em suas atividades Administrativas. Para tanto, o Município implementará a sua “Constituição”, que em termos técnicos é denominada de Lei Orgânica Municipal (LOM), a qual determinará as diretrizes da Administração Municipal.

Dessa forma, “município é uma entidade autônoma, que possui competências próprias, que implicam obrigações e funções específicas, devendo sua administração, cuja sede é a cidade, buscar desenvolver suas funções sociais e trabalhar pelo bem estar de seus habitantes” (Figueiredo & Figueiredo, 1986, pp. 110-111).

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

E dentro dessa autonomia e de ações descentralizadas que Chemin (2008) diz que município é uma cooperação territorial de direito público, servindo como unidade geográfica e divisionária do estado, dotada de governo próprio para a administração descentralizada de serviços estaduais ou provinciais e regulação de interesses locais, governo próprio que se realiza mediante a eletividade dos seus órgãos Executivo e Legislativo, aos quais geralmente se atribui a competência para arrecadação de rendas.

Assim, a descentralização das ações públicas provocou uma mudança nas responsabilidades dos municípios, mesmo que na prática, ao longo dos anos, esta ação se desenvolva de forma lenta e nem sempre com tanta autonomia em relação ao Governo Federal (Arretche, 1999). Corroborando, Farah (2006) indica que esse processo de transformação da gestão e das políticas públicas municipais é um processo gradual, que afeta de forma heterogênea diferentes estados e regiões e diferentes municipalidades, assim como diferentes áreas de políticas públicas.

Para Zingoni (2009) esse novo marco constitui um desafio fundamental para os governos municipais, comprometidos, dentre outros aspectos, com a busca simultânea de maior eficiência e equidade na formulação e execução de políticas públicas sociais e urbanas.

Diversos autores defendem a importância que o município tem na elaboração, execução e acompanhamento das políticas sociais.

O município, como centro de poder mais próximo do cidadão, como entidade natural e anterior ao próprio estado – originando-se por imposição da natureza social do homem – e como titular natural das competências locais que é, constitui o nível de governo mais apto a compreender as necessidades de seus cidadãos e a prover de forma mais eficaz e responsável suas carências, propiciando, nessa esteira, a abertura do espaço à maior participação da população na administração local (Torres, 2001).

Gallardo & Jiménez (2004, p. 11), afirmam que “La administración local es la más cercana al ciudadano, la que mejor conoce sus necesidades, y en consecuencia, la que debe prestar el mayor número de servicios deportivos al público en general, por ello, debe establecer canales de comunicación para

facilitar a todos los ciudadanos el acceso a la práctica deportiva, de acuerdo con las demandas existentes”.

Marcelino (2008) aponta para a necessidade de o poder público municipal estabelecer em conjunto com os executivos estaduais e federais, políticas setoriais de lazer, valendo-se da ampla discussão com setores representativos da população.

Para Constantino (2006) a cidade não é apenas o espaço de trabalho, de circulação, de troca e eventualmente de habitação. Ela torna-se também um espaço de uso desportivo, com diferentes espaços de tecido urbano, a serem objetos de novas apropriações de diferentes usos.

O mesmo autor sustenta que é no plano cultural que a questão das políticas desportivas municipais se deve colocar. Suscita uma verdadeira “oferta pública desportiva” ancorada na intervenção direta do Estado e sugere como medidas estratégicas: 1) generalizar o acesso à prática; 2) criar infraestruturas; 3) melhorar a qualidade das atividades e práticas desportivas; 4) cooperar com a sociedade civil e 5) modernizar a gestão. (Constantino, 1999)

Para Menezes (2009) os aspectos positivos de descentralização no Brasil, no que se refere à efetivação de políticas sociais urbanas diferenciadas, inovadoras e resolutivas entre os governos subnacionais – decorrentes de processos de participação, deslocamento de poder e construção ativa – são uma realidade em diversas cidades brasileiras.

Isso vai ao encontro do pensamento de Sarmiento sobre o que estava ocorrendo em Portugal, onde se entende que “a passagem gradual das competências desportivas do poder central para o poder local parece estar a ser um importante fator de desenvolvimento do sistema desportivo nacional, permitindo um reforço da ligação entre o cidadão e o Estado. Tem facilitado inclusivamente, a avaliação das carências e necessidades das populações, bem como, desempenho do exercício das funções aos líderes políticos” (Sarmiento, 2000, p. 93).

Portanto é dever do município, como ente estatal, garantir o efetivo direito social ao lazer e ao desporto.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

1.5. Enquadramento legal do desporto e lazer no Brasil

Desde a primeira Constituição até os dias de hoje, o Brasil já adotou sete Constituições.

A 1ª Constituição do País data de 1824 (Brasil Império) e foi imposta por Dom Pedro I, que em Portugal era chamado de Dom Pedro IV. Com o apoio do Partido Português, constituído por ricos comerciantes e altos funcionários públicos, ele dissolveu a Assembleia Constituinte de 1823 e impôs o seu próprio projeto. Atribuía ao Imperador o posto de chefe supremo do Estado brasileiro. Marcado pelo desequilíbrio entre os poderes constituintes, sendo que o poder moderador do Imperador subjugava os outros três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário.

Após a proclamação da república em 1889 o Congresso Constituinte decreta e promulga a Constituição de 1891 com a instituição da forma federativa de Estado, e da forma republicana de governo, estabelecimento e independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dentre outras.

Em 1934 no governo de Getúlio Vargas (Segunda República) foi promulgada a terceira Constituição, na qual foram adotadas medidas dando maior poder ao Governo Federal, voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos, com direito de voto às mulheres e a criação de várias leis trabalhistas.

Já em 1937 o próprio Getúlio Vargas revogou a Constituição anterior, dissolveu o Congresso e outorgou a Carta Constitucional do Estado Novo com grande inspiração fascista, declarando extintos os partidos políticos e concentrando o poder nas mãos do Chefe Supremo do Executivo.

A quinta Constituição, de 1946, retomou a linha democrática, sendo promulgada de forma legal, tendo como principais mudanças o restabelecimento dos direitos individuais, fim da censura e da pena de morte, devolveu a independência ao Executivo, Legislativo e Judiciário restaurando o equilíbrio entre estes poderes. Nessa carta foi dada autonomia aos estados e municípios.

Com a instalação do Regime Militar em 1964 o contexto passa a ser o autoritarismo e a política de segurança nacional que visava a combater os

inimigos internos do regime. Este regime dominava e controlava o Legislativo e assim o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de Constituição que foi aprovada em 1967, sem nenhuma dificuldade.

Em 1969 a Constituição de 67 recebe uma nova redação por meio de uma Emenda Constitucional, decretada pela junta militar, com o objetivo de adequá-la às medidas de exceção (censura, repressão, perseguição) que o governo estava decretando, dando “legalidade” a esses atos. Essa Constituição estabelece a competência da União, para legislar sobre normas gerais do desporto.

Como já citado anteriormente, em 1985 com o início da redemocratização e o término do Regime Militar, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte com a finalidade de elaborar um novo texto constitucional. E no dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição, chamada de Constituição Cidadã, pois houve intensa participação popular.

Assim inaugurou-se um novo arcabouço jurídico institucional no País com ampliação das liberdades civis e os direitos dos cidadãos. Esses direitos estão organizados em direitos e garantias individuais, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e direitos que se referem à participação em partidos políticos.

Desse modo, pela primeira vez, reiterando o que dissemos anteriormente, houve a institucionalização do desporto e do lazer em nosso país passando nossa Carta Magna a destacar o lazer como uma das garantias fundamentais dos direitos sociais, estando inserido no capítulo II “Dos Direitos Sociais”:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além do lazer, destinou-se um capítulo específico ao segmento que compreende o desporto como direito de cada um; conferindo prioridade às práticas educacionais na destinação de recursos públicos e ratifica a liberdade de organização própria da ordem social liberal no desporto ao consagrar a

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

autonomia de organização de funcionamento das entidades desportivas. Diz o artigo 217, da seção III, capítulo III “Da educação, da cultura e do desporto”:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1.º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2.º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3.º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social

Um importante ponto nesta Constituição foi o alargamento da visão do desporto, deixando de ter uma perspectiva voltada para o rendimento. Nas palavras de Tubino (2010, p. 38) “as práticas formais e não-formais, o direito de cada brasileiro à prática esportiva, a defesa dos esportes de criação nacional e a vinculação do lazer a um parágrafo do capítulo constitucional do esporte afastaram de vez a perspectiva única anterior voltada ao rendimento”.

Após a promulgação da Constituição de 1988, houve um avanço jurídico-legal, significativo, com a criação de várias leis, contemplando o desporto e o lazer. De acordo com Pinto (2008) a participação e a difusão de informações sobre esse aparato legal tornaram-se indispensáveis, como também as discussões sobre possibilidades e limites a enfrentar rumo ao provimento necessário à conquista desses direitos.

Após essa etapa, no início da década de 1990, abriram-se as discussões para a regulamentação infraconstitucional do desporto e do lazer, para ajustar aos novos preceitos da Constituição de 1988.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

No governo Collor (1990/1992), foi sancionada em julho de 1993 a Lei n.º 8.672/93, a chamada Lei Zico, que previa uma profunda reestruturação do desporto brasileiro.

Posteriormente, no governo Fernando Henrique Cardoso criou-se o Ministério Extraordinário dos Esportes. Para comandar a pasta, foi nomeado como ministro o ex-atleta Edson Arantes do Nascimento, Pelé, que frente à pasta, promulgou a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto, conhecida como Lei Pelé.

Em seu capítulo I, as disposições iniciais introduzem:

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

§ 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

Um importante ponto foi a manutenção das três dimensões do desporto: i) esporte escolar, esporte educacional ou esporte educação; ii) esporte de alto rendimento, esporte de alta competição ou esporte performance e iii) esporte participação, esporte de lazer, esporte de tempo livre.

Portanto fica estabelecido no Capítulo III da referida lei:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Assim diversas leis, que garantem o desporto e o lazer como direito do cidadão foram sancionadas:

- *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: “Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda as seguintes diretrizes: IV – promoção do desporto educacional e apoio às praticas desportivas não-formais”.

- *Estatuto da Criança e Adolescente – ECA*

No Estatuto da Criança e Adolescente - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - o lazer esta inserido no artigo 4º e no artigo 59, a saber:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

- Estatuto do Idoso

O termo lazer aparece, também no Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2002 - no artigo 3ª que diz:

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

II - preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas.

Também esta inserido no artigo 10:

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1.º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

IV - prática de esportes e de diversões;

E por fim, o artigo 20 do capítulo V “Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer”: “Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

- Apoio às pessoas portadoras de deficiência

Não menos importante a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 que estabelece as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social insere o lazer em seu texto, *in verbis*:

Art. 2º - Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

- Proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais

Podemos citar ainda a lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais que no artigo 4º declara:

§ 2ª - O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outro.

- Promoção, proteção e recuperação da saúde

A Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, coloca o lazer como fator determinante da saúde da população:

Art. 3º - A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

Outras duas importantes leis foram sancionadas para apoiar e desenvolver o desporto. A lei nº 10.264 chamada Lei Agnelo-Piva e a lei nº 11.438 a lei de incentivo ao esporte.

- Lei Agnelo-Piva

A Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001 chamada lei Agnelo-Piva, tem este nome por ter sido o então Senador Pedro Piva e o então Deputado Federal Agnelo Queiroz seus autores. Esta lei determina que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Do total destes recursos 85% são destinados ao COB e 15% ao CPB. Deste total as confederações deverão investir 10% no desporto escolar e 5% no desporto universitário. Estes recursos deverão ser usados no fomento,

desenvolvimento e manutenção do desporto, formação de recursos humanos, preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas e suas participações em eventos esportivos.

- *Incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo*

Já a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Esta lei estimula pessoas e empresas a patrocinar e fazer doações para projetos esportivos e paradesportivos em troca de incentivos fiscais. Poderão ser deduzidos do imposto de renda devido 6% para pessoas físicas e 1% para pessoas jurídicas.

Os projetos desportivos e paradesportivos atenderão a pelo menos uma das manifestações do desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento.

Portanto, reconhecer legalmente esses direitos não é suficiente tendo que haver por parte da sociedade e dos governantes ações para elaboração e implementação de políticas públicas para o setor. Cabe ao poder público a responsabilidade de garantir o seu cumprimento. Este nosso pensamento vai de encontro com Feio (1978) que afirma “que não basta a publicação de uma lei ou de uma doutrina para que se cumpra no âmbito das instituições o destino eminentemente dinâmico e funcional da cultura desportiva”. Diz ainda que “a primeira preocupação da política em desporto é realizar o direito do nosso povo à sua prática, há que objetivar as palavras”.

1.6. Organização administrativa do esporte

1.6.1. Organização administrativa do esporte no Brasil

A institucionalização do esporte no Brasil teve início no governo Getúlio Vargas com a promulgação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que criou a divisão de ensino de educação física, vinculado ao Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1970 no governo militar de Emílio Garrastazu Médici transformou-se no Departamento de Educação Física e Desporto, permanecendo vinculado ao

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

mesmo Ministério. No ano de 1978, ainda sob o governo militar agora de Ernesto Geisel é criada a Secretaria de Educação Física e Desporto estando agora vinculada ao Ministério da Educação.

Já no período conhecido com Nova República o presidente Fernando Collor sanciona a lei n° 8028 de 12 de abril de 1990, criando a Secretaria dos Desportos, um órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República. Após seu impeachment, o Presidente Itamar Franco cria a Secretaria de Desporto e novamente volta a ser vinculada ao Ministério da Educação.

Em 1995 o Presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Medida Provisória n° 813 de 1° de janeiro de 1995, criou o cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, tendo a Secretaria de Desporto ligada ao Ministério da Educação e do Desporto. Essa mesma MP vincula tecnicamente a Secretaria de Desportos ao Ministro Extraordinário dos Esportes para prestar apoio técnico e administrativo necessários ao seu desempenho.

Nesse mesmo ano, o Decreto n° 1437, de 4 de abril de 1995 cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto tendo a finalidade de promover e desenvolver a prática do desporto.

No dia 1° de janeiro de 1999, no início do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é criado o Ministério do Esporte e Turismo, e o INDESP passa a ser vinculado a essa pasta.

Em 2000 por meio da Medida Provisória n° 2049, de 26 de outubro é extinto o INDESP e em substituição cria-se a Secretaria Nacional de Esportes vinculado ao Ministério do Esporte e Turismo.

Em 2003 toma posse o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e por meio da Medida Provisória n° 103 de 1° de janeiro convertida na Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, o Ministério do Esporte e Turismo foi desmembrado, passando o esporte a ter um ministério próprio o Ministério do Esporte.

Nos dias atuais o Ministério do Esporte, além dos departamentos e outros setores, conta com quatro secretarias: Secretaria Executiva, Secretaria Nacional Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Secretaria Nacional de

Esporte de Alto Rendimento; Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos dos Torcedores; além do Conselho Nacional de Esportes, como mostra o organograma do Ministério na figura 5.

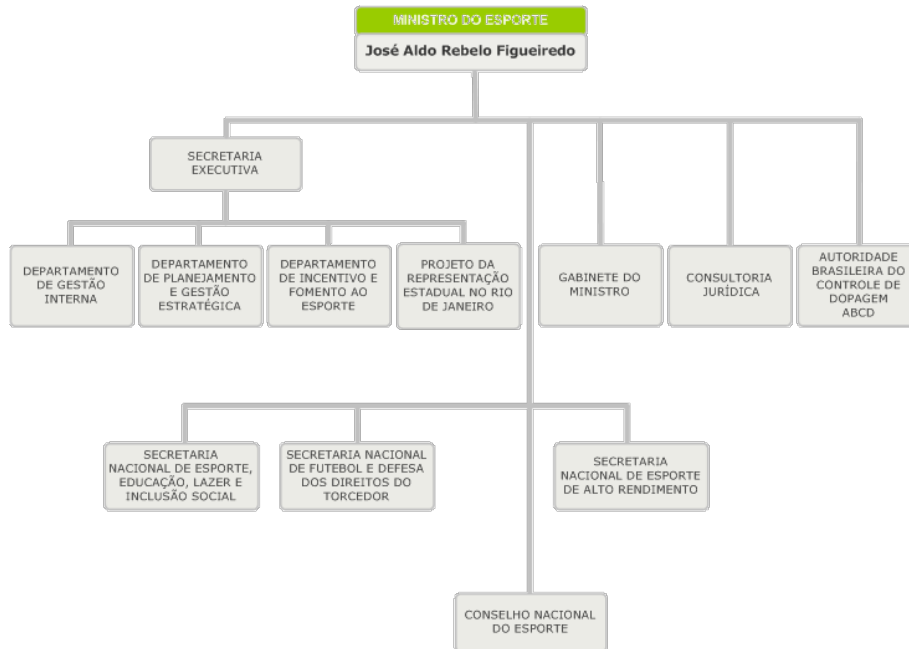


Figura 5: Organograma Ministério do Esporte

Nota: Fonte: <http://www.esporte.gov.br/institucional/organograma/organograma.jsp>

Os programas e projetos do Ministério se dividem entre as secretarias, tendo cada umas delas a responsabilidade de gerenciá-los. De acordo com o Ministério do Esporte (Ministério do Esporte, 2013) são essas as funções, os projetos e os programas das secretarias.

1.6.1.1. Secretaria Executiva

Tem a função de auxiliar o Ministro do Esporte na supervisão e coordenação das atividades das secretarias nacionais, integradas à estrutura do ministério, e na definição das diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional do Esporte. Além disso, supervisiona e coordena as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, recursos humanos e de serviços gerais. É responsável ainda pelo gerenciamento de recursos para construção,

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

modernização de quadras, ginásios, espaços esportivos e aquisição de equipamentos para instituições de ensino e comunidades. São programas e projetos vinculados a essa Secretaria:

- Conferência Nacional do Esporte

Configura-se como um espaço de debate, formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer para o Brasil. São realizadas em nível municipal, estadual e a última etapa, em nível nacional. Desde a sua implantação já foram realizadas três conferências, sendo a primeira em 2004 com o tema : “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”; a segunda em 2006 com o tema: “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” e a terceira em 2010 com o tema: “Por um Time Chamado Brasil – Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”

- Lei de Incentivo ao Esporte

Essa lei permite que pessoas físicas ou jurídicas utilizem parte do que pagariam ao imposto de renda para financiar projetos esportivos, sendo obrigatório o investimento em umas das manifestações esportivas de participação, rendimento ou educacional. As pessoas físicas podem deduzir 6% do imposto devido, enquanto as pessoas jurídicas podem deduzir 1%. Os proponentes devem protocolar seus projetos no ME no prazo previsto em edital, e depois uma comissão técnica julgará os projetos aprovando-os ou não.

- Pintando a Liberdade

Tem o objetivo de proporcionar aos detentos do regime fechado das penitenciárias brasileiras, uma atividade laboral e renda através da produção de material esportivo e uniformes. As unidades são instaladas no presídios e a inclusão do detento no projeto é uma decisão voluntária e os critérios de seleção são definidos pela administração do presídio. O principal produto das fábricas é o material esportivo como bolas de futebol de campo, bolas de futsal, bolas de basquete, bolas de vôlei, redes, bolsas e agasalhos esportivos que é

distribuído em órgãos públicos como creches, escolas, quartéis das polícias militares, escolas técnicas, prefeituras e entidades que desempenham trabalhos sociais. Os detentos recebem pelo trabalho realizado, uma parte do pagamento é repassado ao detento e outra parte é depositada para ser retirada após o cumprimento da pena. Há também o benefício da remissão da pena.

- Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs

Anteriormente chamado de Praça da Juventude, esses centros são destinados a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer. Seus principais objetivos são garantir à população o acesso às práticas esportivas; utilizar o esporte e o lazer como fatores de melhoria da qualidade de vida e inclusão social e por fim, introduzir o esporte e o lazer na promoção do desenvolvimento humano em todos os segmentos sociais. O projeto prevê um ginásio poliesportivo coberto, quadras, pistas de caminhadas, arquibancadas, centro de convivência dentre outros espaços. Prefeituras e governos estaduais podem participar através do cadastramento em local específico e os recursos para execução podem ser obtidos por meio de doações próprias do ME, recurso do Programa Nacional de Segurança Pública ou emendas parlamentares⁴.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

“Por uma Agenda Nacional de Esporte” é o nome de um acordo de cooperação técnica internacional, entre o ME e as Nações Unidas, que tem por objetivo contribuir para a democratização e a universalização do acesso ao esporte e ao lazer de toda a população brasileira, promovendo a inclusão social e o exercício da cidadania por meio do desenvolvimento sustentável setorial e implementação do Plano Decenal de Esporte e Lazer. São quatro eixos temáticos deste programa: i) fortalecer a capacidade institucional do ME

⁴ Emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Por meio das emendas os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando a uma melhor alocação dos recursos públicos. É a oportunidade que eles têm de acrescentarem novas programações orçamentárias com o objetivo de atender às demandas das comunidades que representam, e do município receber benfeitorias da União, como hospitais, postos de saúde, quadra esportivas dentre outras.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

para elaborar, coordenar, monitorar e implementar políticas públicas, consolidando o diálogo social para a promoção do esporte nacional e maior visibilidade internacional; ii) promover a estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer – SNEL, com a descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer e modelo de gestão setorial sustentável; iii) consolidar o esporte e o lazer, como política de estado, promovendo o Plano Decenal de Esporte e Lazer e a agenda setorial na Agenda Nacional Social e iv) promover iniciativas nacionais e internacionais para a operacionalização da Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas 2016.

1.6.1.2. Secretaria Nacional Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Essa Secretaria possui dois departamentos, sendo o Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e o Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

Os principais objetivos dessa Secretaria são de coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações; implantar as diretrizes referentes a Plano Nacional de Esporte e aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e às entidades não governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer, dentre outras atribuições. São programas vinculados a essa Secretaria:

- **Programa Segundo Tempo**

Esse nome se deve ao fato de que suas ações se realizam no contra turno, ou seja, fora do horário escolar. Voltado para crianças, adolescentes e jovens expostos a riscos sociais, é um programa de incentivo ao esporte como fator de desenvolvimento da cidadania e de melhoria da qualidade de vida,

prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Suas ações buscam aumentar a autoestima, habilidades motoras e condições de saúde dos participantes. Também incentivam a prática de atividades esportivas educacionais e a interação entre participantes como forma de garantir a inclusão social. Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos podem ser inscrever para propor uma parceria com o programa.

- Projeto Esporte e Lazer na Cidade – PELC

Criado em 2003, tem a finalidade de desenvolver uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e de lazer da população. Os principais objetivos são ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social, por meio da promoção de ações educativas. Esse programa além de proporcionar estas práticas que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, formação de gestores e lideranças comunitárias além de fomentar a pesquisa e a socialização do conhecimento. A participação das entidades se dá por meio de editais públicos.

- Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social

Destinado ao reconhecimento de iniciativas científicas, tecnológicas, pedagógicas e jornalísticas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. O objetivo é incentivar, apoiar e valorizar tais iniciativas. As categorias do prêmio são: dissertação, tese, pesquisa independente; monografias de graduação e especialização; relato de experiência; ensaio e mídias, sendo que mídias reúne ainda outra cinco categorias: jornalismo impresso, telejornalismo, fotojornalismo, webjornalismo e áudio visual educativo.

- Jogos dos Povos Indígenas

Os jogos têm por objetivo valorizar e fortalecer as culturas e manifestações corporais e esportivas indígenas, tendo como princípio a

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

consideração aos mandamentos do povo indígena, respeitando a ancestralidade dos líderes, os rituais e demais celebrações. São mais de 30 etnias, de diversos estados brasileiros que disputam premiações nas modalidades de arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, canoagem, corrida de 100 metros, corrida de fundo, corrida de tora, futebol masculino, futebol feminino e natação/travessia. Além dessas modalidades, há os esportes tradicionais indígenas que são realizados apenas como forma de demonstração e celebração entre os representantes das etnias, não havendo premiação e nem árbitros.

- Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer

Ação programática do Ministério do Esporte, tem por finalidade fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico-tecnológico; estimular estudos sobre o esporte recreativo e do lazer, visando à formulação e à gestão de políticas públicas, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação dessas atividades, bem como ao estabelecimento de indicadores de desempenho. São compostas de núcleos que são instâncias vinculadas à instituições de ensino públicas ou privadas sem fins lucrativos. A rede busca implantar novos núcleos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação que interligados aos atuais formarão sistemas para difusão de conhecimentos voltados à formação e qualificação de pessoal para o aperfeiçoamento e avaliação de gestão de políticas públicas de esporte e lazer.

- CEDIME - Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte

É o centro de documentação e informação do ME, com acesso a banco de projetos, bibliotecas, legislação, dentre outros documentos.

- Pintando a Cidadania

Tem o objetivo de proporcionar à geração de emprego e renda por meio da produção de material esportivo e uniformes. As unidades são instaladas em comunidades de risco social. O principal produto das fábricas é o uniforme

esportivo, camisetas, calções e bonés, que são utilizados pelos participantes do Programa Segundo Tempo. A renda é dividida para cada trabalhador conforme a produção de cada um. Podem participar entidades sem fins lucrativos, administração pública municipal, estadual e o Distrito Federal. Antes da implantação é realizado um estudo técnico e operacional e são realizadas reuniões com lideranças locais.

1.6.1.3. Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Essa Secretaria possui dois departamentos, sendo o Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento e o Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos.

Os principais objetivos dessa pasta são: coordenar, formular e implementar políticas relativas aos esportes de competição, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas e ações; fazer proposições para compor o Plano Nacional de Esportes e implantá-los; prestar cooperação técnica e assistência financeira a outros órgãos da administração pública federal, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, às entidades não governamentais sem fins lucrativos, em empreendimentos ligados ao esporte de alto rendimento; articular com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas nas áreas do esporte de alto rendimento; dentre outras. São programas e projetos vinculados a essa Secretaria:

- Plano Brasil Medalhas 2016

É um plano lançado pelo Governo Federal com o objetivo de colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros colocados nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Serão investidos recursos financeiros entre 2013 e 2016 com recursos alocados do Orçamento Geral da União e de empresas estatais. Será efetivado apoio financeiro aos atletas, treinadores, equipes multidisciplinares (preparadores físicos, nutricionistas, atletas-guia); apoio na aquisição de materiais esportivos,

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

apoio a treinamentos e participações em competições no Brasil e exterior, além de apoio à construção, reforma e operação de centros de treinamentos selecionados em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB)

- Centro de Iniciação ao Esporte – CIE

Ação que tem por objetivo ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social. Os municípios poderão escolher entre três modelos, dependendo do tamanho do terreno disponibilizado pela Prefeitura. Os projetos de arquitetura e engenharia serão fornecidos pelo ME, e podem participar dessa etapa as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Curitiba e Porto Alegre, Região Integrada do Entorno do Distrito Federal, cidades com população acima de 70 mil habitantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e acima de 100 mil habitantes no Sul e Sudeste, que representam 60% da população brasileira e 49% de toda a pobreza urbana.

- Olimpíadas Escolares

Competição destinada a atletas da rede pública e privada do País, tem por objetivo promover a inclusão social, detectar novos talentos e criar um ambiente favorável à continuidade da prática esportiva no país. São realizadas em duas etapas sendo uma na faixa etária de 12 a 14 anos e outra etapa na faixa etária de 15 a 17 anos, distribuídos em 11 modalidades comum às duas etapas e mais o badminton (12 a 14 anos) e o taekwondo (15 a 17 anos). São realizadas etapas municipais e estaduais, em que a escola campeã da modalidade está credenciada para participar da etapa nacional. Esse evento é uma realização do COB e do ME.

- Rede CENESP

Composta por centros de desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na área do esporte, com objetivo de detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos nas modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Formada por estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas instituições de ensino superior. Atualmente a Rede é composta por nove centros e desenvolve as seguintes ações: avaliação de atletas de rendimento, desenvolvimento profissional, promoção de eventos e intercâmbios científicos e tecnológicos para o esporte.

- Bolsa Atleta

Auxílio financeiro com o objetivo de garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento e participação em competições visando ao desenvolvimento de sua carreira. As condições para o benefício são a vinculação do atleta a alguma entidade de prática esportiva, ter filiação à entidade de administração de sua modalidade, tanto estadual como nacional, estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada (modalidade bolsa estudantil), além da participação, no ano anterior, de competição esportiva no Brasil ou no exterior. A bolsa é dividida em cinco categorias: bolsa base; estudantil; nacional; internacional e olímpico/paraolímpico. Para participar, além de satisfazer as condições exigidas o atleta deverá fazer sua inscrição “*online*” e aguardar o resultado final.

1.6.1.4. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

Esta secretaria possui dois departamentos, sendo o Departamento de Futebol Profissional e Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor.

Essa secretaria foi instituída em agosto de 2011 em substituição a Assessoria de Futebol. Sua finalidade é realizar ações que contribuam para o melhoramento do futebol de uma forma geral, entre elas o incentivo a uma cultura de respeito aos direitos do torcedor. O papel do ME é exercer a função de agente interlocutor entre o governo e órgãos públicos e privados que terão participação na preparação desse mundial de futebol. São programas e projetos vinculados a essa Secretaria:

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

- Copa do Mundo FIFA 2014

Em janeiro de 2010 foi criado o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA 2014), com o objetivo de definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa. Fazem parte deste Comitê 16 ministérios, Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República. O ME é o responsável pela coordenação geral do Comitê.

- Timemania

Criada com o objetivo de auxiliar os clubes a quitarem débitos de impostos federais, por meio de um concurso de prognóstico em que os clubes recebem uma porcentagem do total arrecado com as apostas, que serão destinados ao pagamento de dívidas federais (Receita Federal, INSS, FGTS, dentre outros)

- Torcida Legal

Conjunto de medidas de segurança criado por meio de parcerias entre instituições de futebol e o Governo Federal. Dentro destas medidas estão a designação dos órgãos competentes a vistoriar os estádios de futebol, bem como a documentação obrigatória para vistoria; alterações no Estatuto do Torcedor no sentido de coibir a violência dentro e nos arredores do estádio e outras providências no sentido de resguardar o torcedor; e implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol.

1.6.1.5. Conselho Nacional do Esporte – CNE

Criado pelo Decreto nº 4.201 de 18 de abril de 2002, o CNE tem por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda população, além da

melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

Composto por 22 membros dos diferentes segmentos esportivos do país e indicados pelo ME, é um órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento diretamente vinculado ao ME e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto. Esse sistema nacional é composto pelo COB, CPB, Confederação Brasileira de Clubes – CBC, as entidades nacionais de administração do desporto a eles filiadas ou vinculadas, sendo que sua finalidade é promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

1.6.2. Organização Administrativa do Esporte no Acre

Em 1921 com o objetivo de dirigir e difundir o desporto amador em todo o Território Federal do Acre, foi criada a Liga Acreana de Sports Terrestres – LAET, que administrava o futebol, o basquetebol e o voleibol. Foi fundada por Rio Branco Football Club, Ypiranga Sport Club e Acreano Sporting Club.

Em 1947 a LAET passa a se chamar Federação Acreana de Desportos - FAD, entidade máxima do futebol acreano, que foi fundada pelos presidentes do Rio Branco Football Club, do Fortaleza Football Club, do América Esporte Clube e do Independência Futebol Clube.

Entretanto, a Federação começou a se corporificar três anos antes de sua fundação, por meio de uma medida do presidente do Conselho Regional de Desportos – CRD, entidade esta, instalada em 19 de dezembro de 1942 como um órgão consultivo do governo territorial do Acre.

É então elaborado o estatuto para dirigir a prática desportiva em todo o Território Federal do Acre, entrando em vigor em 4 de maio de 1947. Mesmo antes da aprovação do estatuto da FAD, o CRD inicia uma extensa temporada de futebol.

Ainda em 1947, após a aprovação do estatuto, a FAD solicita sua filiação junto à Confederação Brasileira de Desportos – CBD, entidade máxima do esporte nacional à época. A confirmação de sua filiação ocorreu em agosto desse mesmo ano.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Em setembro de 1987, com a presença dos dirigentes do Rio Branco Football Club, Independência Futebol Clube, Atlético Acreano, Atlético Clube Juventus, São Francisco Futebol Clube, Associação Desportiva Vasco da Gama e Andirá Esporte Clube, houve alteração no Estatuto da FAD, fazendo com que esta fosse extinta, surgindo a Federação de Futebol do Estado do Acre - FFEAC, a nova gestora do futebol do Estado do Acre e em 1999 com a presença dos clubes que fundaram a FFEAC e mais a presença dos dirigentes da Associação Desportiva Senador Guiomard – ADESG, houve nova mudança no estatuto e agora a federação em definitivo passa a denominar-se Federação de Futebol do Estado do Acre – FFAC.

Com isso, em 1979, o governo estadual vendo o crescimento da cultura e do desporto no estado, institui a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto – FDRHCD. Porém, os objetivos da fundação para o desporto são limitados com o propósito de apenas estimular o desporto, desenvolver infraestrutura para a prática dos esportes amadores e cria uma coordenadoria de esportes.

Com o desporto crescendo a cada ano uma nova lei é sancionada, aumentando a responsabilidade do estado com o desporto. Passa a ser função estatal: promover e incentivar o intercâmbio cultural e desportivo, em nível estadual, nacional e local; executar e desenvolver a Educação Física em todos os níveis de escolaridade; desenvolver e promover o desporto amador no estado, manter e conservar a infraestrutura cultural e desportiva do estado.

Também determina a criação do Conselho Estadual de Desporto, que apesar de estar no texto da lei, nunca foi criada, além de uma Coordenadoria de Desporto constituída do setor de desporto amador; setor de desporto comunitário; setor de educação física escolar, setor de educação física superior e o setor de atividades especiais.

Com a necessidade de dar uma nova dinâmica no setor, em janeiro de 1999, por meio da Lei Complementar nº 61, de 13 de janeiro de 1999, é criada a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, em substituição a antiga FDRHCD.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Essa nova fundação era composta de duas diretorias e quatro departamentos: artes; patrimônio histórico; formação e difusão e esportes. Dentre as várias finalidades, duas são específicas para o desporto: uma visa a promover o desporto e o lazer comunitário e a outra visa a promover e incentivar o intercâmbio cultural e desportivo em nível estadual, nacional e internacional.

Com crescimento do desporto no estado e a cobrança da sociedade por uma pasta específica para o setor, é criado no segundo mandato do Governador Jorge Viana, por meio da Lei Complementar nº 115, de 31 de dezembro de 2002, a Secretaria Extraordinária do Esporte, com o objetivo de planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar planos e programas de incentivo ao esporte e lazer no estado; promover e executar o desporto e o lazer comunitário; promover, executar e incentivar o intercâmbio desportivo em nível estadual, nacional e internacional e estimular as iniciativas públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer que colaborem para a formação do cidadão.

Em 1º de janeiro de 2007, o então Secretário de Educação Arnóbio Marques é eleito e assume o Governo do Estado, adotando uma nova estrutura para o esporte e lazer. É criada a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo – SETUL, resultado da fusão das Secretarias de Turismo e Esporte, e visa em sua essência, a levar adiante o desenvolvimento comunitário do Acre. A Secretaria é composta por três diretorias executivas, sendo: Esporte; Lazer e Turismo.

Novamente a estrutura organizacional é modificada e o esporte deixa de fazer parte da Secretaria de Turismo e é incorporado pela Secretaria de Educação que passa a se chamar Secretaria de Educação e Esporte. O lazer continua vinculado à Secretaria de Turismo.

A Secretaria de Educação e Esporte conta com duas secretarias adjuntas, a de Educação e a de Esporte. Esta última possui: chefia de gabinete, assessoria técnica, divisão de esporte e lazer comunitário, divisão de esporte educacional, divisão de esporte de alto rendimento, divisão de

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

gerenciamento das arenas esportivas, divisão de gestão da lei de incentivo ao esporte e por fim, divisão de suporte à gestão interna.

Nota-se com essa atual estrutura organizacional que cada governante que assume o poder, institui diferentes formas de administrar o esporte e o lazer em nosso Estado.

1.7. Conferências nacionais

Um dos grandes avanços alcançados com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 foi o direito de participação da população na formulação das políticas públicas. Hoje, há uma crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões das políticas públicas (Dagnino, 2004).

Essa participação se dá por meio de referendo, plebiscito, conselhos nacionais de políticas, conselhos gestores locais, audiências públicas, ouvidorias, mesas de negociações, orçamentos participativos e as conferências nacionais de políticas públicas (Avritzer, 2008; Pogrebinschi & Santos, 2011).

As conferências nacionais, “estão inseridas no que chamamos de democracia participativa e do sistema descentralizado e participativo, construído a partir da Constituição de 1988 e que permite a construção de espaços de negociação, a construção de consensos e dissensos, compartilhamento de poder e a corresponsabilidade entre Estado e a sociedade civil” (Moroni, 2006)

Estas conferências são convocadas pelo Poder Público Federal, organizadas em temas e com regras preestabelecidas. São precedidas por etapas municipais, estaduais, regionais, em que os resultados são levados para a conferência nacional, e após as discussões e votações, um documento final é elaborado com as diretrizes para a formulação das políticas públicas.

De acordo com Pogrebinschi & Santos (2011), foi em 1941 a primeira conferência no Brasil. Foram realizadas durante o governo de Getúlio Vargas a 1ª Conferência Nacional de Saúde e a 1ª Conferência Nacional de Educação, estando à frente o então Ministro da Educação Gustavo Capanema (República

Federativa do Brasil, 1941). Desde então, dezenas de conferências foram realizadas com os mais variados temas.

1.7.1. Conferência Nacional de Esporte

A Conferência Nacional de Esporte foi instituída no dia 21 de janeiro de 2004 configurando-se como um campo de debate, formulação e deliberação de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Até a presente data foram realizadas 3 conferências na área de esporte e lazer.

A 1ª Conferência foi realizada em 2004 com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” tendo como finalidade central, democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas (Ministério do Esporte, 2004).

A 2ª Conferência realizou-se em 2006 com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” e seus objetivos foram: consolidar o espaço de diálogo entre Estado e sociedade; mobilizar estados e municípios para aperfeiçoar a estruturação institucional e a política de esporte e lazer; promover ampla mobilização, articulação e participação popular em torno da análise do atual Sistema Nacional de Esporte; avançar na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e por fim consolidar a Política Nacional do Esporte.

A última foi realizada em 2010 e chamou-se 3ª Conferência Nacional de Esporte “Por um time chamado Brasil” e teve como tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, tendo por objetivo elaborar o Plano Decenal do Esporte e Lazer, estabelecendo Linhas Estratégicas, ações, metas e responsáveis para o esporte e lazer no país, nos próximos 10 anos.

Vale ressaltar que para esse estudo o foco é direcionado a 1ª Conferência realizada em 2004. O tema escolhido foi “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. Para o Ministério do Esporte (Ministério do

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

Esporte, 2004) a escolha desse tema se deve ao fato de que o esporte e lazer são fatores de desenvolvimento humano, porque contribuem para a formação integral das pessoas e para a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade.

A Conferência foi organizada em três etapas: as municipais/regionais, as etapas estaduais e a etapa nacional. A organização das etapas seguiu essa ordem, com o objetivo de tentar garantir uma ampla participação da sociedade nas conferências e agregar questões relevantes aos municípios e estados nos debates da Conferência Nacional.

Foram estabelecidos um conjunto de 8 eixos temáticos, com propostas de ações em cada uma delas para servir de embasamento para a construção de uma Política Nacional de Esportes, sendo eles: 1: esporte e alto rendimento; 2: esporte educacional; 3: futebol; 4: esporte, lazer e qualidade de vida; 5: direito ao esporte e lazer; 6: esporte, economia e negócios; 7: esporte, administração e legislação e 8: esporte e conhecimento.

No eixo temático “esporte e alto rendimento” os principais pontos foram: estabelecimento de um calendário esportivo unificado e integrado envolvendo municípios, estados, a União e as entidades organizadoras do esporte nacional garantindo competições em todos níveis; definição e implementação de uma Política Nacional de Esporte e Paradesporte de Alto Rendimento para os próximos 20 anos; aumento e descentralização dos recursos financeiros destinados ao esporte de alto rendimento em todas as suas vertentes, por meio da criação de leis de incentivo fiscal e a fiscalização destes recursos; definição de uma política para o esporte de base; garantia que os recursos da Lei Agnelo/Piva sejam destinados, também, às entidades estaduais de administração do esporte e as entidades formadoras. Em relação aos centros de treinamentos há indicação para implementação destas estruturas visando o desenvolvimento de atletas e paratletas de alto rendimento, desde a base até o treinamento de alto nível, dotadas de equipamento, recursos humanos, apoio científico, médico e instalações apropriadas, de forma regionalizada e descentralizada em diversos municípios, criando para que o atleta e o paratleta de alto rendimento possam se dedicar profissionalmente a uma modalidade.

Também sugerem o incentivo ao desenvolvimento de tecnologia e a produção nacional de equipamentos esportivos, devidamente certificados; isenção a importação de equipamentos, quando necessária, para todo tipo de esporte; criação de uma "Agência Nacional Antidoping", envolvida com as áreas de esporte, da saúde e da educação; criação e implementação de condições visando garantir a participação popular e o controle social na aplicação de recursos públicos para o esporte e o paradesporte; implementação de ações que visem o aumento da prática esportiva de alto rendimento em parceria com confederações, federações, clubes e associações e por fim ampliação dos centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp) para todo território nacional por meio de parcerias com universidades públicas e privadas.

No eixo temático “esporte educacional” pontos importantes foram inseridos nas propostas, como a necessidade de investimentos de orçamento ou parcerias dos governos federais, estaduais e municipais para a aquisição de material esportivo para as escolas públicas, bem como, transporte para os alunos de zonas rurais e periféricas; ampliação dos investimentos federais, estaduais e municipais para a construção, restauração, ampliação e conclusão de infraestrutura mínima e necessária à prática da atividade física nas escolas e em espaços municipais de áreas urbanas e rurais. Também há propostas para a Educação Física como a necessidade de revisar, reformular, ampliar e reestruturar o currículo e a metodologia utilizada na área, com diretrizes nacionais que orientem a prática pedagógica respeitando as demandas regionais e rurais; assegurar a formação e valorização do professor de Educação Física pelo poder público, nos diferentes níveis de ensino. A pauta para o esporte escolar conta com propostas de ampliação e reestruturação das diretrizes metodológicas do esporte para os alunos em todos os níveis de ensino; ampliação de carga horária destinada ao esporte e a inclusão de outras modalidades esportivas, ministradas por profissionais da área; estabelecimento de uma Política Nacional de Esporte Escolar visando à descentralização da União para os estados e municípios e ampliação, reorganização e reestruturação das Secretarias de Educação dos estados, e em alguns casos, um setor específico de esporte, com autonomia para organizar e gerenciar o

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

esporte escolar, com orçamento específico ou fundo de incentivo; promover a articulação e consonância entre as Diretrizes do Esporte Escolar com as Diretrizes da Educação Física Escolar; criação de conselhos, secretarias, autarquias e programas nacional, estadual e municipal que beneficiem o desenvolvimento do Esporte Educacional. Propõe ainda o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas do Ministério do Esporte "Segundo Tempo" e "Pintando a Liberdade" para todos os estados e municípios; a criação de novos programas educativos de esporte e lazer; financiamento de políticas, programas e ações articuladas com as federações e confederações universitárias, dirigidas para o público universitário; estabelecer políticas e programas que garantam a inclusão do portador de necessidades especiais, por meio de professores capacitados para atuar nos diferentes níveis do ensino público.

O terceiro eixo temático “futebol” apresentou proposições tais como a proposta de melhoria da segurança nos estádios adequando-os às normas técnicas de segurança; promoção da melhoria na gestão dos recursos destinados ao futebol aumentando as dotações orçamentárias públicas para no mínimo 1% além da criação de fundos próprios de financiamento; implementação de um plano de desenvolvimento do futebol feminino com especial atenção à formação de novas atletas por meio da ampliação da oferta de escolinhas de futebol feminino, aumento do número de competições e inclusão do futebol feminino nos campeonatos promovidos pelo Ministério do Esporte; estimular a criação de ligas de futebol feminino bem como aperfeiçoar a legislação existente; melhoria das condições necessárias para que os atletas do futebol possam se desenvolver garantindo locais de treinamento adequado, centros científicos de excelência esportiva, apoio médico, financeiro, material, condições para continuar os estudos e orientação de profissionais qualificados; incremento e aprimoramento da infraestrutura necessária ao futebol por meio da modernização dos estádios existentes e da construção de novos; aumento do número de campos de futebol aproveitando as escolas e as áreas comunitárias; aperfeiçoamento da estrutura organizacional do futebol garantindo a gestão democrática e transparente das suas entidades

organizadoras bem como o controle social por meio da organização de ouvidorias e conselhos comunitários; promover a revisão da legislação vigente garantindo sua aplicação, ampliando a divulgação dessas leis através de edições e publicações que levem esclarecimentos à população e formular uma política de investimento para integração entre escolas e clubes na formação de nas esferas, municipal, estadual e federal, convênios e parcerias com empresas.

O quarto eixo temático “esporte, lazer e qualidade de vida” apresentou as seguintes diretrizes: elaborar, propor e implementar políticas públicas de formação inicial, formação continuada e de capacitação para profissionais e gestores que atuam no setor de esporte e de lazer, além de apoiar o financiamento de estudos e pesquisas no setor do esporte e do lazer que valorizem as questões sociais, desenvolvimento humano e qualidade social de vida; formular, implantar, apoiar e financiar políticas públicas de promoção do esporte e do lazer, articuladas pelo princípio da inclusão social, em conjunto com os governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, direcionadas à população em situação de vulnerabilidade ou de exclusão social; propor políticas públicas para racionalizar, maximizar e ocupar espaços e equipamentos públicos, adequados ao esporte e ao lazer, indicando a utilização de escolas, passeios, parques, ginásios, estádios, espaços não formais, entre outros equipamentos públicos. Em relação às infraestruturas propõe a realização de um diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer e apoiar as políticas públicas para construção, modernização, revitalização e preservação de equipamentos e espaços públicos de esporte e de lazer e como última recomendação deste eixo incentivar e apoiar a criação de órgãos públicos de administração do esporte e do lazer, nos níveis municipal e estadual, e órgãos de controle social das políticas públicas de esporte e lazer, com ampla participação de setores organizados da sociedade civil.

No eixo temático “direito ao esporte e lazer” há propostas de criação de políticas para utilização de espaços públicos para as atividades de esporte e lazer; criação de leis para o setor além da criação de fontes de recursos financeiros para financiamentos esportivos e de lazer. Os principais pontos

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

foram: criação de um fundo financeiro para o esporte em todas as suas manifestações e o lazer e criar fontes de recursos públicos com a finalidade de prover atividades esportivas e de lazer; criar leis de incentivo fiscal para o esporte e o lazer, em nível municipal, estadual e federal, com garantia da aplicação das legislações vigentes; criação, construção, revitalização, reforma e manutenção de espaços para a prática do esporte e do lazer, otimizando os espaços existentes, inclusive com acessibilidade à pessoa portadora de deficiência e à pessoa idosa, além de ampliar a utilização de espaços de esporte e lazer, tais como escolas, clubes, praças, parques dentre outros; garantia da participação popular na discussão da utilização destes espaços e equipamentos, através de uma política de cogestão, na construção de instrumentos para sua democratização; promoção de campanhas e busca de parcerias para estimular o desenvolvimento do esporte; fomentar a prática do esporte e lazer de criação e de identidade nacional e cultural, na área rural e urbana, em comunidades indígenas e quilombolas ⁵, respeitando as peculiaridades regionais. Também propõe a elaboração e implementação de políticas públicas de esporte e lazer que estimulem e valorizem a participação da mulher e da pessoa portadora de deficiência, bem como garantir sua acessibilidade aos espaços e equipamentos públicos de esporte e de lazer. E por fim este eixo temático sugere reestruturar o sistema esportivo e paradesportivo brasileiro quanto à regulação e ao controle do Estado, definindo diretrizes nacionais, com vistas a definir um novo ordenamento legal do esporte e do lazer que tenha como princípio a participação popular, oportunizando a democratização do esporte e lazer como direito social.

O eixo temático 6 “esporte, economia e negócios” na maioria de suas propostas, indica as possibilidades financiamento para o esporte e lazer. Os principais tópicos são: constituir os órgãos municipais e estaduais de esporte e lazer como unidades orçamentárias, destinando no mínimo 1% do orçamento

⁵ As comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, conforme Decreto nº 4887/03. Essas comunidades possuem direito de propriedade de suas terras consagrado desde a Constituição Federal de 1988.

aos municípios e aos estados; utilização de parte de impostos ou taxas para o subsídio do esporte, através do Imposto de Renda (nível federal), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (nível estadual), Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza e Imposto Predial e Territorial Urbano (nível municipal), além de percentuais oriundos do fundo das telecomunicações e do lucro líquido do sistema bancário; aumentar o percentual de recursos oriundos das Loterias para o esporte e lazer; regulamentação dos bingos com controle da União; criação de linhas de financiamento do esporte pelas entidades financeiras em níveis municipal, estadual e federal; criação de legislação de incentivos fiscais em nível municipal, estadual e nacional, com recursos destinados; criação de um Fundo para o Desenvolvimento do Esporte vinculado ao Ministério do Esporte, com a destinação de recursos aos níveis federal, estaduais e municipais, sendo que o valor repassado seja proporcional ao número de habitantes de cada município. Propõe ainda criar programa de incentivos à instalação da indústria esportiva, vinculado à responsabilidade social e a geração de empregos; e facilitar a importação no caso de equipamentos esportivos sem similar nacional; elaborar diagnóstico estatístico do potencial econômico financeiro do esporte em níveis municipal, estadual e nacional; ampliar a divulgação, cobertura e transmissão do esporte no rádio e na TV, assim como fomentar a veiculação de eventos esportivos através das TVs educativas e comunitárias, estimulando as modalidades na sua base e nas divisões inferiores; criar, através do Ministério do Esporte, veículo de comunicação para divulgação de políticas, temas e eventos do esporte e do lazer e por fim ampliar a validade do Estatuto do Torcedor para todos os esportes.

O eixo temático “esporte, administração e legislação” apresenta os seguintes itens norteadores: alteração da Lei Agnelo/Piva nos seus diversos aspectos; fiscalização pelo poder público acerca do cumprimento da legislação desportiva em vigor, além do desenvolvimento de mecanismos de controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos no esporte, notadamente confederações e federações, garantindo maior transparência quanto a destinação e prestação de contas referente à utilização de verba pública;

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

aprovação de legislação que proporcione políticas de ação de incentivo por todos os entes federados, viabilizando espaço, recurso, projetos para o desenvolvimento do esporte social, de lazer, rendimento e educacional; regulamente a destinação de recursos provenientes de estatal; para atribuir responsabilidade aos dirigentes desportivos; alteração da Lei no 9.615/98 disciplinando acerca do processo eleitoral das entidades desportivas; criação do Fundo Nacional do Desporto; criação de agência reguladora de recursos públicos destinados aos esportes amadores, profissionais e ao Comitê Olímpico Brasileiro; legislação que garanta destinação orçamentária e inclusão nos planos diretores municipais de recursos que garantam a construção e manutenção de espaços e a infraestrutura destinada ao setor; alteração do Estatuto da Cidade para destinar espaços exclusivos para o esporte e lazer nos aglomerados residenciais. Propõe ainda a viabilização de aumento de recurso para o esporte por meio de diversas fontes de financiamento; promover a integração entre universidades, poder público e terceiro setor para implementação de programas de educação continuada; criação de bancos de dados específicos sobre a legislação do esporte e da Educação Física e o agrupamento dos dispositivos legais relacionados ao esporte e ao lazer e celebrar convênios entre instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos esportivos e de formação profissional continuada.

O último eixo temático “esporte e conhecimento” elenca um conjunto de propostas relacionadas ao apoio e fomento a estudos científicos e sua difusão na área de Educação Física, esporte e lazer. As principais propostas são: promover o fomento, o apoio, o incentivo e o financiamento a políticas públicas de formação continuada, articuladas com as instituições de ensino superior, públicas e privadas, e instituições científicas, para qualificar o trabalho de gestores públicos e privados de esporte e lazer, visando o desenvolvimento científico da Educação Física, do esporte e do lazer; promover a produção de pesquisas e estudos científicos visando o desenvolvimento do lazer, da Educação Física e do esporte em suas diversas manifestações; fomentar, apoiar e incentivar políticas públicas de informação e documentação visando a socialização do conhecimento, o aperfeiçoamento da gestão pública e privada

e o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física, do esporte e do lazer; realizar, com apoio e financiamento público, eventos científicos, em âmbito nacional e internacional, que promovam o desenvolvimento da Educação Física, do esporte e do lazer, além de Implementar políticas públicas de apoio, incentivo e financiamento de publicações de periódicos e livros e de difusão do conhecimento científico, na área da Educação Física, do esporte e do lazer; e por fim formular e implementar políticas de cooperação técnica e intercâmbios em nível nacional e internacional que promovam a troca de experiências e ao avanço científico e tecnológico da Educação Física do esporte e do lazer e o estreitamento das relações internacionais do Brasil com outros países.

1.7.2. Resultado Final da 1ª Conferência Nacional de Esporte

A 1ª Conferência Nacional de Esporte em seus documentos finais aponta para a construção de um Sistema Nacional do Esporte e Lazer, a partir de princípios, diretrizes e objetivos estruturantes, voltado a unificar as ações de todos os setores, agentes e instituições envolvidas com o esporte e lazer. Indicou ainda diversas propostas de ação, de acordo com os eixos temáticos apresentados. O documento final em sua totalidades esta nos anexos deste trabalho.

Os princípios do Sistema Nacional do Esporte e Lazer indicam o reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais; comprometimento com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; a inclusão social compreendida como garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer e por fim a gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência e gerenciamento dos recursos.

As diretrizes orienta para a descentralização das políticas de esporte e lazer; gestão participativa; universalização do acesso ao esporte e lazer; controle social da gestão pública; desenvolvimento humano e promoção da inclusão social e a integração entre os povos independente de raça, etnia, credo, gênero e de pessoas com qualquer tipo de deficiência.

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

São objetivos estruturantes: promover a cidadania esportiva e de lazer; democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, visando a melhoria da qualidade de vida da população brasileira; descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer; detectar e desenvolver talentos esportivos e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento; fomentar a prática do esporte educacional e de participação, para toda a população, e o fortalecimento da identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.

O Sistema Nacional do Esporte e do Lazer compreende as esferas de atuação pública e privada e na sua construção deverá ser observada a indicação de competências das esferas nacional, estadual e municipal, sendo um processo integrado que compreende um corpo unificado de políticas públicas nas três esferas.

Apresentamos agora as principais propostas de ação, de acordo com os eixos que compuseram o temário da conferência:

O eixo temático “esporte e alto rendimento” apresentou as seguintes propostas de ação: definir e implementar uma Política Nacional de Esporte contemplando o desenvolvimento do esporte olímpico, paraolímpico e não-olímpico; aumentar, descentralizar e fiscalizar os recursos financeiros destinados ao esporte de alto rendimento em todas as suas vertentes – olímpico, paraolímpico e não-olímpico – por meio da criação de leis de incentivo fiscal; garantir que os recursos da Lei Agnelo/Piva sejam destinados também às entidades estaduais e municipais de administração do esporte olímpico, paraolímpico e não-olímpico, bem como às entidades formadoras beneficiando também técnicos e atletas para que o esporte de base seja contemplado e priorizado; implementar centros de formação, treinamento, pesquisa e excelência esportiva por intermédio de parcerias com Universidades, Forças Armadas e entidades afins, com estrutura especializada para o desenvolvimento de atletas e paraatletas e programas antidrogas, desde a base até o treinamento de alto rendimento composta de equipamentos, recursos humanos, científicos, médicos, fisioterapeutas e profissionais de Educação Física, e instalações apropriadas, de forma

regionalizada e descentralizada em diversos municípios de todos os estados brasileiros; garantir junto às agências de bacias hidrográficas a destinação de uma porcentagem mínima de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água potável, existentes nos rios e lagos brasileiros para subsidiar os esportes em geral.

O eixo temático “esporte educacional” apresentou as seguintes propostas de ação: os investimentos federais, estaduais, distritais e municipais devem contemplar i) a aquisição de material esportivo, implementos paradesportivos e cadeiras de rodas paradesportivas, ii) construção, restauração, manutenção, ampliação e conclusão de infraestrutura necessária à educação física, ao esporte educacional e ao lazer, nas escolas e em espaços municipais urbanos e rurais com a consulta ao profissional de Educação Física além do aproveitamento de espaços físicos já existentes nos municípios e estados, iii) assegurar transporte para os alunos de zonas rurais e periféricas e iv) criação de fundos e incentivos fiscais orientados, principalmente àqueles que desenvolvem programas e projetos sociais e ações interdisciplinares, integradas com outros setores sociais, voltadas para o esporte educacional; reformular e implementar política de eventos esportivos e científicos de acordo com a proposta do esporte escolar; criação, legitimação e fortalecimento de espaços políticos da sociedade civil organizada, como fóruns populares e sociais, e a criação de conselhos, secretarias, autarquias e programas nacionais, estaduais e municipais, promovendo a articulação em consonância entre as Diretrizes do Esporte Escolar; possibilitar a ampliação da prática pedagógica no contra-turno escolar, orientada no esporte educacional escolar, enquanto atividade extracurricular, garantindo a obrigatoriedade da Educação Física no período noturno; a Política de Esporte e Lazer desenvolvida nos âmbitos federal, estadual e municipal, deverá garantir a ampliação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas já existentes no âmbito do esporte e lazer, beneficiando o maior número de crianças, jovens, trabalhadores e idosos que estejam incluídos no ensino regular ou não, bem como as pessoas com necessidades especiais; implantar um programa nacional de bolsa atleta para alunos carentes do ensino básico e universitário;

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

garantir o repasse dos recursos destinados pela Lei Agnelo/Piva, referente ao financiamento do esporte escolar e universitário diretamente para a CBDE e CBDU; fomentar por parte dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte campanhas para que os cursos de Educação Física revisem seus currículos atentando para a formação profissional em Educação Física na perspectiva do esporte escolar, enquanto cultura corporal; orientar diretrizes considerando os aspectos pedagógicos e metodológicos do esporte escolar como parte integrante do projeto pedagógico da escola nos níveis fundamental, médio e superior, com carga horária específica, considerando a manutenção das aulas de educação física e por fim estabelecer política nacional de esporte escolar, assegurando, por meio de relações interinstitucionais, a formação e valorização do profissional de Educação Física pelo poder público, nos diferentes níveis de ensino, com o provimento de concursos públicos, garantia de melhor remuneração e formação continuada.

O eixo temático “futebol” apresentou as seguintes propostas: criação de um sistema nacional de financiamento do futebol amador, por meio de um fundo nacional, estadual e municipal que garanta o repasse de recursos às ligas e entidades esportivas sem fins lucrativos e que participam do processo de formação e prática do futebol e que estejam aptas com as suas obrigações estatutárias e de acordo com a legislação em vigor; implementar um plano de desenvolvimento do futebol feminino com especial atenção na formação de novas atletas por meio da ampliação da oferta de escolinhas de futebol feminino, aumentando o número de competições e inclusão dessa modalidade nos campeonatos, promovidos por confederações, federações e ligas; formular uma política de investimento para integração entre escolas, clubes e entidades comunitárias na formação de atletas nas categorias de base nas esferas municipal, estadual e federal, convênios e parcerias com empresas; formular uma política de investimento para integração entre escolas, clubes, ligas, federações e entidades de práticas comunitárias na formação de atletas das categorias de base e amadores, nas esferas municipais, estaduais e federal; aperfeiçoar a estrutura organizacional no futebol garantindo a gestão democrática e transparente nas suas entidades organizadoras; criação de um

sistema único de esporte e lazer com dotação orçamentária da união, dos estados e dos municípios, com controle social, onde os poderes constitutivos possam fiscalizar as eleições e os repasse financeiros para as confederações, federações, ligas e entidades envolvidas nas ações do futebol; regulamentar e fiscalizar as atividades dos empresários de atletas e garantir os direitos federativos aos atletas das escolinhas de esporte de várzea, dos clubes amadores e profissionais, e das ligas filiadas às federações de futebol.

As propostas de ação do eixo temático “esporte, lazer e qualidade de vida” abrangem: elaborar, propor e implementar ações de qualificação profissional, em nível de formação inicial, continuada e de capacitação para profissionais e gestores que atuam nos setores de esporte e lazer, articulados com instituições de ensino superior e outras entidades; ações de promoção do esporte e do lazer, articuladas pelo princípio da inclusão social, envolvendo governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, direcionadas à população, em situação de vulnerabilidade ou de exclusão social; realizar diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer e propor ações articuladas ente os diversos níveis da administração pública e ou em articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer; incentivar e apoiar a criação de órgãos públicos de administração do esporte e do lazer, nos níveis municipal e estadual, e órgão de controle social das políticas públicas de esporte e de lazer, com dotação orçamentária da União, dos estados e dos municípios, com controle social através de conselhos populares; definição de papéis e responsabilidades nas diferentes instâncias, federal, estadual e municipal no sentido de garantir aplicação equânime no mínimo de 1,5% do orçamento da União e de cada estado e município, na elaboração, implantação, manutenção, avaliação e controle das ações de esporte e de lazer.

O eixo temático “direito ao esporte e lazer” compreende: criação do fundo nacional com fontes de recursos públicos para o esporte em todas as suas manifestações, para o lazer e para as atividades esportivas de criação

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

nacional e identidade cultural garantindo o acesso às pessoas com deficiência e idosos, com a fiscalização a cargo dos conselhos de esporte e lazer estaduais e municipais; criação do sistema nacional do esporte e lazer com dotação orçamentária da União, estados e municípios garantindo o controle social e gestão pública consubstanciados nos princípios da participação popular e gestão democrática para manutenção e viabilização de políticas públicas de esporte e lazer; criação, construção, revitalização, ampliação, reestruturação, reforma e manutenção de espaços para a prática do esporte e do lazer baseadas no Estatuto das Cidades; incentivar e fomentar a prática do esporte e do lazer na dimensão do esporte de criação nacional e de identidade cultural em todo território brasileiro e em todas as comunidades, privilegiando as de baixa renda e respeitando as peculiaridades regionais e as características nacionais; elaborar, implantar, avaliar e financiar políticas de esporte e lazer sendo que 15% do valor total arrecadado pela nova loteria timemania seja destinado para investimento ao segmento do desporto de base das pessoas com deficiência e necessidades especiais; garantir a acessibilidade em espaços e equipamentos públicos e privados de esporte e lazer a partir de um diagnóstico em todo território brasileiro, nas escolas, clubes, praças, parques e garantir a implantação, independentemente da fonte de financiamento, de políticas de esporte e lazer voltadas para as pessoas com deficiência, especialmente o esporte de base. Para o eixo temático “esporte, economia e negócios” as propostas foram: vinculação mínima de 1% do orçamento federal, estadual, e municipal, através de emenda constitucional, para o esporte, em todas suas manifestações; criar leis de incentivos fiscais em nível municipal, estadual e federal; criação de um fundo para o desenvolvimento do esporte e lazer vinculado ao Ministério do Esporte, com a destinação de recursos prioritária para os municípios, condicionando o repasse das verbas à existência de Conselhos de Esporte e Lazer que exercerão fiscalização sobre a aplicação dos recursos; criar programa de esporte e lazer na programação de rádio e TV do Sistema Radiobrás, para divulgação de políticas, temas e eventos do esporte e do lazer; fomentar a veiculação de

eventos esportivos, estimulando as modalidades na sua base e nas divisões inferiores com o uso de janelas de Libras⁶ e legendas.

Para o eixo temático “esporte, administração e legislação” as principais propostas foram: criação e implementação de um Sistema Único de Esporte e Lazer para o Brasil contemplando: gestão, ordenamento legal, participação popular através de conselhos e conferências e financiamento do esporte e lazer; exigência e apoio para a criação de órgãos estaduais e municipais específicos para o desenvolvimento do esporte e do lazer; de fundos estaduais e municipais de esporte e lazer; das ouvidorias nos estados e municípios e Distrito Federal e legislação antidoping para o desporto de alto rendimento; desenvolvimento do desporto, do paradesporto e do lazer mediante destinação orçamentária que garantam a construção e manutenção de espaços e a infraestrutura destinada ao setor, priorizando as regiões norte e nordeste, considerando o fator amazônico e os desequilíbrios regionais; aprovação de legislação, em caráter de urgência que regulamente a lei Agnelo/Piva; que proporcione políticas de ação de incentivo por todos os entes federados, viabilizando espaço, recurso, projetos para o desenvolvimento do desporto e paradesporto social, do lazer, de rendimento e educacional; que incentive a criação de secretarias, órgãos ou departamentos e conselhos de esporte, com a participação de todos os segmentos que regulamente a destinação de recursos provenientes de empresas estatais, autarquias e fundações públicas; que altere a Lei que institui normas gerais sobre o desporto disciplinando acerca do processo eleitoral das entidades que compõem o Sistema Nacional do Desporto; que crie um Fundo Nacional do Desporto e Lazer, destinado ao fomento e viabilização através do aumento de recursos para o esporte e lazer e do aumento na participação dos recursos provenientes das loterias e demais jogos legalizados; que destine percentual sobre os royalties do petróleo para o esporte e lazer; que crie e implemente fundos e/ou leis de incentivo ao esporte

⁶ A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é utilizada por deficientes auditivos para a comunicação entre eles e entre surdos e ouvintes

CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA

e lazer a nível municipal, estadual, distrital e federal; que destine parte dos impostos , taxas e contribuições cobradas sobre qualquer atividade esportiva, para aplicação no lazer e no esporte de base; que instrumentalize gestores públicos e privados para a captação de recursos; que inclua as entidades de administração e promoção do desporto e lazer, sem fins lucrativos ou econômicos, dentre as beneficiadas pela imunidade tributária referida na Constituição Federal e por fim aprovação do abatimento no IRPF e IRPJ das doações ao esporte e ao lazer, à semelhança das deduções já existentes para o Estatuto da Criança e Adolescente e à produção audiovisual.

O último eixo temático “esporte e conhecimento” tem como propostas: promover a formulação, o fomento, o apoio, o incentivo e o financiamento a políticas públicas de formação continuada, descentralizadas e desconcentradas, visando qualificar o trabalho de gestores de esporte e lazer, profissionais e acadêmicos da área de Educação Física, esporte e lazer, agentes sociais de esporte e lazer e ex-atletas, buscando o desenvolvimento científico da Educação Física, do esporte e lazer, priorizando o atendimento das demandas sociais, principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, onde ainda não existem cursos de mestrado e doutorado na referida área; incentivar, apoiar e financiar políticas públicas descentralizadas e desconcentradas, que promovam a produção de conhecimento e estudos científicos visando o desenvolvimento do lazer, da Educação Física e do esporte em suas diversas manifestações; elaborar, fomentar, apoiar e incentivar políticas públicas de informação e documentação, visando a socialização do conhecimento, o aperfeiçoamento da gestão pública e o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física, do esporte e do lazer; implementar ações de políticas públicas de difusão de conhecimento em Educação Física, esporte e lazer, através do financiamento de eventos científicos e culturais em âmbito nacional e internacional e de publicação de periódicos científicos e livros na área; apoiar e incentivar a implantação de cursos de mestrado e doutorado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na área de Educação Física, esporte e lazer; elaborar e implementar ações que permitam maior controle público dos programas do Ministério do Esporte,

visando à sua democratização, desburocratização e participação da sociedade civil.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

2. Metodologia

A palavra metodologia é derivada de método, do latim “*methodus*” que significa caminho ou via para a realização de algo. É um campo em que se estuda os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento. Método é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento.

Para Albarello et al. (1997) a metodologia deve ser escolhida em função dos objetivos da investigação ou estudo, em função dos resultados esperados ou ainda tipos de análise desejada.

E, no decurso do trabalho de pesquisa, o investigador deverá segundo Fortin (2003), determinar os métodos que irá utilizar para obter as respostas às questões levantadas.

Portanto, metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda a ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, dos instrumentos utilizados, do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão de trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa (Bello, 2009).

No caso particular de nosso estudo, recorreremos ao método qualitativo e a diferentes fontes de recolha de dados (pesquisa documental e entrevista semiestruturada), e a uma mesma técnica de tratamento da informação, a análise de conteúdo.

2.1. Local do Estudo

2.1.2. O Estado do Acre – Um Pouco de história

Aquiri (“rio dos jacarés”) assim o Acre foi chamado inicialmente. Essa foi a forma que os exploradores da região transcreveram do dialeto dos índios Ipurinã a palavra Uwákuru. Esse território antes pertencente à Bolívia foi aos poucos sendo ocupado por brasileiros.

Assim como aconteceu em São Paulo com os Bandeirantes, que partiram em expedições para o interior nos séculos XVI e XVII, o processo de

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

incorporação do Acre ao Brasil decorreu também do desbravamento de populações que o povoaram e o fizeram produtivo.

Até o ano de 1877 os habitantes da região eram índios aculturados. A expansão luso-brasileira ocorrida na Amazônia durante o período colonial, não os havia alcançado, quando imigrantes vindos do Nordeste atraídos pelos altos preços da borracha no mercado internacional e fugindo da seca que os castigava, iniciaram a abertura de seringais. Esse fato fez com que a população da bacia do Alto-Purus, aumentasse de cerca de mil habitantes para quatro mil em apenas um ano.

A história do Acre começa a se definir em 1895 quando uma comissão demarcatória foi encarregada de definir limites entre Brasil e Bolívia, com base no Tratado de Ayacucho, de 1867 (Ranzi, 2008). No processo demarcatório foi constatado, no ponto inicial da linha divisória entre os dois países (nascente do Javari), que a Bolívia ficaria com uma região rica em látex, na época ocupada por brasileiros. Reconhecida legalmente a fronteira Brasil-Bolívia, em 12 de setembro de 1898, a Bolívia quis tomar posse da região então ocupada por seringueiros brasileiros, na vila de Xapuri.

Os brasileiros não aceitaram e obrigaram os bolivianos a se retirar da região. No início de 1899, desembarcou em Puerto Alonso o ministro boliviano, Dom José Paravicini, com apoio do governo brasileiro, impôs decretos, inclusive o de abertura dos rios amazônicos ao comércio internacional, cobrou altos impostos sobre a borracha, demarcou seringais⁷ e oprimiu os nativos da região. O período dessa atuação ficou na história como os "Cem dias de Paravicini". A Insurreição Acreana ganha seu primeiro ensaio em 1º de maio de 1899, quando seringalistas⁸ se reúnem no seringal Bom Destino, de Joaquim Vitor, liderados pelo jornalista José Carvalho, e decidem lutar contra o domínio boliviano. O momento coincidia com a viagem de Paravicini para Belém. O delegado que o substituíra, Moisés Santivanez, foi expulso. Começava a Revolução Acreana. Sem armas ou tiros,

⁷ Fazenda ou propriedade onde se explora a seringueira (árvore que produz o látex) e que se encontra mais comumente à margem dos rios.

⁸ Proprietário dos seringais.

os revolucionários brasileiros restabeleceram o domínio e criaram a Junta Central Revolucionária.

Em 3 de junho de 1899, entra no cenário da Revolução do Acre o jornalista espanhol Luís Galvez, que denuncia nos jornais do Estado do Pará uma aliança entre Bolívia e Estados Unidos. Os Estados Unidos apoiariam militarmente os bolivianos em caso de guerra contra o Brasil. Enquanto o governo brasileiro continuava reconhecendo os direitos da Bolívia sobre a região, revolucionários decidem pela fundação do Estado Independente do Acre. Os revolucionários, em 14 de julho de 1899 - escolhida por ser a data de aniversário da Queda da Bastilha durante a Revolução Francesa - concretizam a criação do Estado Independente do Acre, com capital na Cidade do Acre, antes chamado Puerto Alonso.

Luís Galvez foi aclamado presidente do novo país, buscou o reconhecimento internacional e elaborou a legislação. Porém, ele desagradou seringalistas, aviadores⁹ e exportadores e acabou sendo deposto em 28 de dezembro de 1899 pelo seringalista Antônio de Souza Braga, que não se garantiu no comando e devolveu o posto a Galvez, em 30 de janeiro de 1900.

De acordo com Morais (2008), em 15 de março de 1900, o Governo Federal enviou a força da marinha brasileira para o Acre. Galvez foi destituído e o Acre voltou ao domínio Boliviano. O governo do Amazonas também tinha pretensões de anexar o Acre ao estado e decidiu financiar a expedição “Floriano Peixoto” ou “Expedição dos Poetas”, que levou para a área boêmios e profissionais liberais de Manaus. Em 29 de dezembro de 1900 em Puerto Alonso, os poetas foram derrotados. Em 11 de julho de 1901, a Bolívia assina contrato de arrendamento do Acre com capitalistas norte-americanos e ingleses, que chegaram para instalar o *Bolivian Syndicate*, o que, para a opinião pública, era uma ameaça à soberania nacional. O Governo Federal finalmente percebe os riscos e possíveis perdas e interfere, salvando a Amazônia do domínio imperialista.

⁹ Comerciante que fornece a crédito às mercadorias necessárias para o extrativismo.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Com novo apoio do governo do Amazonas, seringueiros¹⁰ e seringalistas revolucionários partiram mais uma vez para a luta em 6 de agosto de 1902, em Xapuri. A luta armada se estendeu até 24 de janeiro de 1903, data de retomada do poder aos brasileiros e reinstalação do Estado Independente do Acre. Com a substituição, na República brasileira, de Campos Sales (1898/1902) por Rodrigues Alves (1902/1906) o Governo Federal muda sua postura sobre o assunto. A partir das negociações do ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, foi estabelecido o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, que anexava o Acre ao Brasil. Em 8 de setembro de 1909, mediante o Tratado do Rio de Janeiro, foi resolvida também a questão de fronteiras com o Peru.

A administração do Acre foi unificada a partir do ano de 1920 e passou a ser exercida por um Governador, nomeado pelo Presidente da República.

A Constituição de 1934 garantiu o direito ao Território por dois representantes na Câmara dos Deputados. Em 1957, o Deputado José Guiomard dos Santos, apresenta o projeto que resultou na Lei 4.070, de 15 de junho de 1962, sancionada pelo Presidente da República João Goulart, elevando o território à categoria de estado. José Augusto de Araújo foi o primeiro governador do Estado do Acre, eleito com mais de 7.000 votos em outubro de 1962. (*Secretaria de Turismo do Estado do Acre*)

2.1.3. O Estado do Acre – nos dias atuais

O Acre é um dos 27 estados brasileiros. Ele é o 15º em extensão territorial, com uma superfície de 164.221,36 Km², correspondente a 4,26% da Região Norte e a 1,92% do território nacional (figura 6).

¹⁰ Trabalhador envolvido com as atividades de extração da matéria prima da borracha.



FIGURA 6. Brasil e o Estado do Acre

O Estado está situado num planalto com altitude média de 200 m, localizado no sudoeste da Região Norte, entre as latitudes de $-7^{\circ}06'56''$ N e longitude $-73^{\circ}48'05''$ W, latitude de $-11^{\circ}08'41''$ S e longitude $-68^{\circ}42'59''$ W.

Os limites do Estado são formados por fronteiras internacionais com Peru (O) e Bolívia (S) e por divisas estaduais com os estados do Amazonas (N) e Rondônia (L). As cidades mais populosas são: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá e Sena Madureira.

De acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), a população do Acre é de 732.793 habitantes representando 4,61% da Amazônia brasileira, sendo a capital Rio Branco, o município mais populoso com 335.796 habitantes e o menor Santa Rosa do Purús com 4.612 habitantes (tabela 1).

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Tabela 1: Relação população, número de eleitores do Estado do Acre

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ELEITORES
Rio Branco	335.796	216.728
Cruzeiro do Sul	78.444	48.329
Sena Madureira	37.993	23.948
Tarauacá	35.526	21.293
Feijó	32.311	17.131
Brasiléia	21.438	15.302
Senador Guiomard	20.153	15.810
Plácido de Castro	17.203	12.514
Xapuri	16.016	10.791
Mâncio Lima	15.246	9.984
Epitaciolândia	15.126	9.420
Porto Acre	14.806	10.502
Rodrigues Alves	14.334	8.691
Marechal Thaumaturgo	14.200	7.800
Acrelândia	12.538	9.088
Porto Walter	9.172	4.857
Capixaba	8.810	6.423
Bujari	8.474	5.538
Manoel Urbano	7.989	5.094
Jordão	6.531	3.704
Assis Brasil	6.075	4.495
Santa Rosa do Purus	4.612	2.355
TOTAL	732.793	469.797

Fonte: Dados do IBGE e TSE 2010

2.2. Universo da Pesquisa

O Estado conta com vinte e dois municípios, subdividido em cinco regionais (figura 7) que aglomeram municípios respeitando suas peculiaridades ecológicas, econômicas e produtivas. É o caso de Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, que possuem as densidades demográficas mais baixas. Chega-se a esses municípios somente de avião ou navegando pelos rios, que ainda são os caminhos tradicionais na Amazônia Brasileira.

O município mais populoso na região do Alto Juruá é Cruzeiro do Sul, com a segunda maior população do Estado. A região é acessível por terra pela

Rodovia BR 364. Estes dados mostram as peculiaridades não somente do Estado do Acre, mas de toda Região Norte, como afirma (Soares et al., 2011, p. 62) “essa magnífica região possui características que impõem um ritmo próprio de vida a começar pelas distâncias, considerando-se também o sistema de transporte que se baseia nos rios da bacia amazônica, além das dificuldades naturais de sobrevivência”.

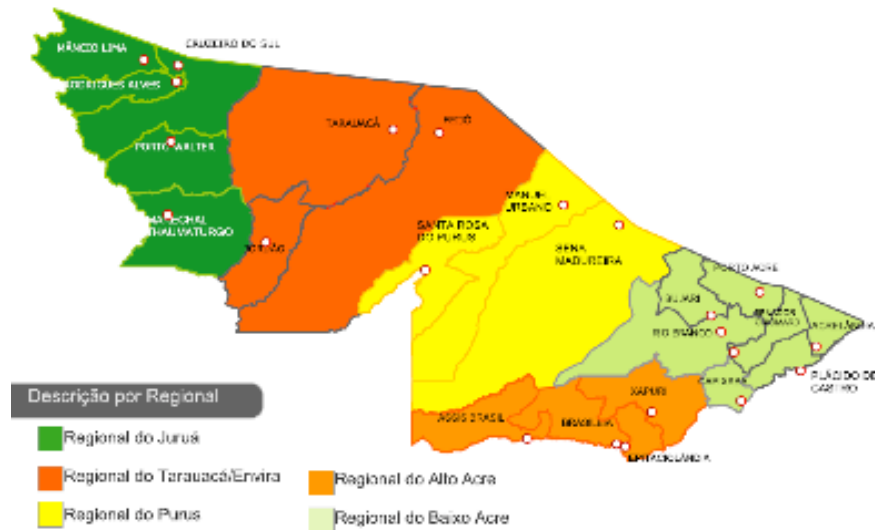


FIGURA 7: O Estado do Acre e seus municípios

2.3. Amostra da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em 16 municípios dos 22 de todo o Estado, perfazendo um total de 72,72 % de municípios pesquisados que corresponde a 86,38% da população do Estado e abrangeu os municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco (capital), Rodrigues Alves, Senador Guiomard e Xapuri.

De 2004, data da 1ª Conferências de Esportes realizada no Estado do Acre, até hoje houve três legislaturas municipais. Isso fez com que em alguns municípios os partidos políticos se mantivessem no poder, em outros houve mudança de partido, mas os princípios continuaram os mesmos devido à coligações entre eles e no restante, houve uma mudança de partido, de ações e de ideologias políticas (tabela 2).

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Tabela 2: Relação município, mandato e partido político

Município	Mandato de 1/1/2001 à 31/12/2004	Mandato de 1/1/2005 à 31/12/2008	Mandato de 1/1/2009 à 31/12/2012
	Partido Político	Partido Político	Partido Político
Acrelândia	PSDB	PSDB	PP
Assis Brasil	PT	PT	PT
Brasiléia	PT	PT	PT
Bujari	PMDB	PT	PMDB
Capixaba	PSDB	PTB	PT
Cruzeiro do Sul	PP	PTB	PMDB
Epitaciolândia	PP	PSB	PSB
Feijó	PT	PT	PT
Mâncio Lima	PP	PL	PMDB
Manoel Urbano	PT	PSDC	PP
Plácido de Castro	PSDB	PT	PT
Porto Acre	PMDB	PPS	PT
Rio Branco	PMDB	PT	PT
Rodrigues Alves	PP	PP	PT
Senador Guiomard	PFL	PPS	PSDB
Xapuri	PT	PMDB	PT

Fonte: Dados do TSE. 2012

2.3.1. Caracterização dos municípios pesquisados

ACRELÂNDIA

Distância da capital por rodovia: 105 km

Área: 1.814 km²

População: 12.538 habitantes

Densidade demográfica: 6,35 hab./km²

Esse município surgiu a partir de Projetos de Assentamento na década de 1980, com o desmembramento dos vizinhos Plácido de Castro e Senador Guiomard. Seu decreto de criação foi assinado no dia 28 de abril de 1992 e oficializado como município em 1º de janeiro de 1993. A Companhia Estadual de Colonização – COLONACRE, implantou no local, o antigo Projeto de Colonização Redenção I e a Vila Redenção. Posteriormente foi construída a cidade, cuja população é constituída principalmente por famílias que migraram

de outras regiões do país.

Atualmente, o município ocupa o 15º lugar em número de habitantes no Estado e a 20ª posição em tamanho de área. Ele destaca-se com a produção de culturas como o café, cacau, banana, algodão; além da pecuária, do extrativismo vegetal da produção de madeira manejada. Acrelândia limita-se ao norte, com os estados do Amazonas e Rondônia; ao sul e a sudoeste, com o município de Plácido de Castro; a leste, com a República da Bolívia e a oeste, com o município de Senador Guiomard.

ASSIS BRASIL

Distância da capital por rodovia - 342 km

Área - 4.977 Km²

População – 6.075 habitantes

Densidade demográfica - 1,07 hab./km²

A sede do município de Assis Brasil localiza-se no antigo seringal Paraguassú, à margem esquerda do Rio Acre. Esse seringal foi fundado por três irmãos maranhenses, chegados em 1908, destacando-se pelas benfeitorias ali instaladas, como luz elétrica, telefone e um pequeno alambique. Em 1958, o seringal foi elevado à categoria de Vila e seu nome mudou para Vila Assis Brasil, em homenagem ao secretário do Ministro das Relações Exterior Barão do Rio Branco, Francisco de Assis Brasil. Ele recebeu essa homenagem pelos serviços prestados nas ações diplomáticas com o Bolivian Syndicate que permitiram chegar a um acordo com a Bolívia para anexar o Acre ao Brasil.

A transformação em município ocorreu a partir do desmembramento de Brasiléia. A data de sua fundação é 1º de março de 1963, porém só obteve autonomia municipal em 14 de maio de 1976. Assis Brasil também é conhecida como a cidade das “Três fronteiras” por estar em território brasileiro e fazer limite com os países vizinhos, Peru e Bolívia. Assis Brasil ocupa o vigésimo primeiro lugar em número de população e o décimo terceiro em extensão territorial.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

O município possui uma forte ligação com a cidade vizinha de Brasiléia, Iñapari (do lado peruano) e a Zona Franca de Cobija na Bolívia. O município tem como atividades principais o comércio, a agricultura de subsistência, a pecuária e o extrativismo vegetal.

Assis Brasil limita-se ao norte, com o município de Sena Madureira; ao sul, com o Peru e a Bolívia; a leste, com o município de Brasiléia e a oeste, com o Peru.

No município estão localizadas as Terras Indígenas Cabeceira do rio Acre, que abriga a etnia Jaminawa e a Terra Indígena Mamoadate (parte), além das etnias Manchineri e Jaminawa, da família linguística Aruak e Pano, respectivamente. Ao todo, são cerca de 1.500 habitantes vivendo em 29 aldeias. A presença desses povos nessa região é muito remota. Suas atividades básicas são: a pesca, a caça, coletas de frutos da floresta, pequenos cultivos de subsistência e festividades, destaca-se também entre suas atividades o manejo do tracajá¹¹.

BRASILÉIA

Distância da capital por rodovia - 232 km

Área - 3.918 km²

População – 21.438 habitantes

Densidade demográfica - 4,86 hab./km²

A origem do município está relacionada ao combate do igarapé Bahia entre brasileiros e bolivianos, vencido pela Bolívia durante a Revolução Acreana (em 1902), delimitando exatamente a fronteira entre esses dois países durante a guerra. Motivado pelos conflitos, o General Pando fundou na margem boliviana do igarapé a cidade de Cobija.

Brasiléia originou-se sobre uma pequena faixa de terra do antigo Seringal Carmen, onde foi fundada em 1910, com o nome de Brasília. Alçada à condição de Município em 1938, Brasília passou a se chamar Brasiléia em 1943. O novo nome derivou da união das palavras Brasil (Bras) e Hiléia

¹¹ Tartaruga de água doce, encontrada nos rios amazônicos, com cerca de 50 cm de comprimento

(floresta). Em 1992, Brasília teve sua área dividida para a criação do município de Eptaciolândia. Nesse município também teve origem a moderna doutrina do Daime¹², a partir das atividades dos maranhenses Antônio e André Costa e Raimundo Irineu Serra.

A cidade possui uma grande influência econômica do comércio praticado pela Zona Franca do lado boliviano e pela capital Rio Branco. Sua economia baseia-se no comércio, na pecuária leiteira e de corte, na agricultura de subsistência e no extrativismo vegetal. Com a “Estrada do Pacífico”, integrando essa região aos países vizinhos, há grande esperança no crescimento econômico do município.

O município ocupa o sexto lugar em número de população e o décimo quarto em tamanho de área. Brasília limita-se ao norte e a leste, com o município de Xapuri; ao sul, com a Bolívia; a oeste, com o município de Assis Brasil; a noroeste, com o município de Sena Madureira e a sudeste, com o município de Eptaciolândia.

BUJARI

Distância da capital por rodovia 22 km

Área - 3.037 km²

População – 8.474 habitantes

Densidade demográfica - 2,15 hab./km²

O município situa-se às margens da Rodovia BR 364 e sua origem está relacionada ao comércio e ao extrativismo vegetal. Bujari era uma colocação de seringa pertencente ao seringal Empreza, atual cidade de Rio Branco. A urbanização ocorreu paralelamente à construção do trecho da BR 364 entre Rio Branco e Sena Madureira. A localidade, elevada a distrito de Rio Branco em 1979, foi se estabelecendo aos poucos às margens da rodovia. Com ajuda do exército foi transferida a infraestrutura básica para um terreno a 500 metros da rodovia.

A elevação a município ocorreu com assinatura do decreto de criação no

¹² Manifestação religiosa surgida na região amazônica nas primeiras décadas do século XX. Consiste em um doutrina espiritualista que tem como base o uso de uma bebida enteógena, a ayahuasca.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

dia 28 de abril de 1992 e oficializado em 1º de janeiro de 1993 com a posse dos Poderes Executivo e Legislativo do município. Sua área é cortada por dois rios: o Antimari e o Andirá, que são de suma importância para a vida da população que vive nas suas margens.

Bujari possui hoje, a décima nona população do Estado e ocupa o décimo sexto lugar em tamanho de área. A economia local se baseia no comércio, no extrativismo vegetal, na pecuária e na agricultura de subsistência, com destaque para a piscicultura e a produção de hortaliças. Bujari limita-se ao norte, com o estado do Amazonas; ao sul, com o município de Rio Branco; a leste, com o município de Porto Acre e a oeste, com o município de Sena Madureira.

CAPIXABA

Distância da capital por rodovia 72 km

Área - 1.697 km²

População – 8.810 habitantes

Densidade demográfica 4,97 hab./km²

Capixaba formou-se a partir da antiga Vila Gavião originária do Seringal Gavião. Gavião denominava não só um seringal, mas um dos “campos nativos” de que temos notícias desde a época do povoamento no primeiro Ciclo da Borracha. No final do século XIX e início do XX, esse campo denominado de Gavião teve um papel fundamental junto dos outros (como o Esperança, Palmares, Central, da Cobra, do Capatará etc.), porque viabilizou o estabelecimento de uma rota comercial que trazia gado da Bolívia (da região do Rio Beni) que era internado nesses locais, e depois vendido para diversos seringais acreanos, possibilitando o abastecimento de “carne verde” como se dizia na época. Essa rota comercial do gado boliviano pode ter exercido papel fundamental na economia do Vale do Acre, principalmente para Rio Branco.

O nome de Capixaba surgiu em função de uma família de imigrantes do Espírito Santo que chegou ao Acre na década de 1970 e instalou uma serraria na vila Gavião. A partir do surgimento dessa referência, as pessoas que queriam ir até a localidade, chamavam-na de serraria Capixaba. A localidade

creceu com a falência dos seringais nativos, pois passou a receber a população que abandonava a atividade de extração do látex.

Assim, surgiu a Vila e depois a sede municipal. No dia 28 de abril de 1992, o Governador Edmundo Pinto assinou o decreto de criação do município, quando este foi desmembrado dos municípios de Rio Branco e Xapuri. Em 1º de janeiro de 1993, os Poderes Executivo e Legislativo tomaram posse e o município foi implementado.

O município possui a décima sexta população do Estado e ocupa o vigésimo primeiro lugar em área. Sua economia gira em torno do extrativismo vegetal, da madeira, da castanha do Brasil, da pecuária, da agricultura de subsistência e do cultivo de cana para a usina de álcool que se instalou no município. Capixaba limita-se ao norte e nordeste, com o município de Rio Branco; ao sul, com a Bolívia; a leste, com o município de Plácido de Castro e a Bolívia e a oeste, com o município de Xapuri.

CRUZEIRO DO SUL

Distância da capital por rodovia: 648 km

Área - 8.816 km²

População – 78.444 habitantes

Densidade demográfica - 8,38 hab./km²

Fundada pelo General Thaumaturgo de Azevedo, como capital do departamento do Alto Juruá, a cidade ocupou inicialmente o lugar chamado de Invencível. O seu nome faz referência à constelação de Cruzeiro do Sul. O fundador da cidade também estabeleceu o traçado urbano inicial, com largos bulevares e quarteirões bem definidos. Por causa da quantidade de igarapés que cortam a cidade, ela foi tratada nos anos iniciais, como a Veneza Acreana.

A região foi visitada por brancos pela primeira vez em meados de 1857, que se depararam com a resistência das tribos indígenas locais no Estirão do Nauas (hoje parte do município de Rodrigues Alves) que se tornou limite para ocupação da região. A expressão Terra dos Nauas, como é conhecida a região, mantém viva essa expressão de nativismo e resistência de sua população.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Atualmente, o município de Cruzeiro do Sul é o segundo mais populoso do Acre. Ele representa o polo econômico do Vale do Juruá e possui uma forte ligação econômica com a cidade de Manaus no Estado do Amazonas, para onde é transportado por balsa o principal produto regional, a famosa farinha de Cruzeiro do Sul.

O município localiza-se no noroeste do Estado e faz limite ao norte, com o Estado do Amazonas; ao sul, com o município de Porto Walter; ao leste, com o município de Tarauacá e a oeste, com os municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves e com o Peru.

O acesso por terra é possível pela BR 364, por via fluvial (de Manaus) pelo rio Juruá e por via aérea, de Rio Branco, Manaus e Pucallpa no Peru (250 km), com quem a cidade mantém um intercâmbio comercial.

O município tem duas terras indígenas das etnias Jaminawa e Katukina. Essas etnias são da família linguística Pano, que habitam a área há muitos anos e mantêm sua cultura baseada na relação com o ambiente, por meio de suas atividades de caça, coleta, agricultura e festividades. São praticadas também atividades religiosas e de cura, como é o caso do “kampô” (a vacina do sapo) e os rituais de “ayahuasca”, que utiliza a bebida feita a partir de vegetais. A Terra Indígena Katukina é cortada pela BR 364, um fato que causa diversos problemas para a comunidade devido à circulação de pessoas estranhas em suas terras. Já a Terra Indígena Jaminawa do Igarapé Preto tem acesso somente por via fluvial.

Há também registro de indígenas da etnia Marubo, vindos do Amazonas, que cruzam o município para chegar a Cruzeiro do Sul esporadicamente. Todos os habitantes indígenas juntos somam mais de 500 pessoas espalhadas por cerca de sete aldeias no Município.

EPITACIOLÂNDIA

Distância da capital por rodovia 230 km

Área - 1.655 km²

População – 15.126 habitantes

Densidade demográfica - 8,11 hab./km²

O município de Eptaciolândia recebeu esse nome em homenagem ao ex-presidente da república Eptácio Pessoa. O decreto de criação do município foi assinado no dia 28 de abril de 1992 pelo governador Edmundo Pinto, mas foi só em 1º de janeiro de 1993 que o município se emancipou politicamente e o prefeito e os vereadores tomaram posse de seus respectivos cargos. O Município abriga marcos de fronteira que foram estabelecidos para esclarecer os limites com a Bolívia, após os combates sangrentos da Revolução Acreana nas margens do igarapé Bahia.

O município possui uma forte ligação econômica com a cidade vizinha de Cobija (Bolívia) por meio da ponte do igarapé Bahia e mantém um grande intercâmbio comercial com a vizinha Brasiléia, através de uma ponte sobre o rio Acre. O município aguarda a implantação de uma Área de Livre Comércio aprovada pelo Governo Federal, englobando também o município de Brasiléia. Eptaciolândia ocupa o décimo segundo lugar em número de população e o vigésimo segundo lugar em tamanho de área, sendo o menor município do Estado do Acre.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são: o comércio em pequena escala, a indústria madeireira e moveleira, a agricultura de subsistência e uma crescente atividade pecuarista. Eptaciolândia limita-se ao norte, com o município de Xapuri; ao sul e a leste, com a Bolívia e a oeste, com o município de Brasiléia.

FEIJÓ

Distância da capital por rodovia 366 km

Área - 27.964 km²

População – 32.311 habitantes

Densidade demográfica 1,11 hab./km²

A sede atual do município de Feijó originou-se do antigo seringal Porto Alegre. Fundada como Vila em 3 de maio de 1906, a cidade se tornou município e passou a exercer sua autonomia política pelo Decreto Lei nº 968 de 21 de dezembro de 1938, assinado pelo governador Epaminondas de

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Oliveira Martins (no entanto a data citada no brasão do município é 1939). Seu nome é uma homenagem ao padre Diogo Antônio Feijó.

Atualmente, Feijó tem a quinta maior população do Acre e é o primeiro em extensão territorial. Em Feijó, as principais atividades desenvolvidas são: a agropecuária e o extrativismo vegetal principalmente com a exploração de madeira e a coleta de frutas silvestres como o açaí. Dentro da Regional Tarauacá-Envira, Feijó se destaca como centro polarizador da economia local. Feijó limita-se ao norte, com o estado do Amazonas; ao sul, com o Peru; a leste, com os municípios de Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano e a oeste, com os municípios de Tarauacá e Jordão.

O município de Feijó destaca-se dos demais por concentrar o maior número de terras indígenas do Estado, perfazendo um total de 10, equivalente a pouco mais de 30,3% da área do município e uma população de aproximadamente 1.589 pessoas em 30 aldeias. A Terra Indígena Katukina-Kaxinawá abriga o povo Shanenawa, que havia sido identificado por engano como Katukina. Em sua língua, Shanenawa significa “pássaro azul”, eles pertencem à família linguística Pano e habitam as margens do Rio Envira. Além destes, há ainda as etnias Kulina, Ashaninka, Kaxinawá, Jaminawa e os índios isolados que habitam essas terras entre o Brasil e o Peru. Tudo isso faz com que ali exista uma grande diversidade cultural.

A maior parte dessas terras está situada a sudoeste do município, fronteira com o Peru, cobrindo assim, boa parte da nascente do rio Envira. Essa concentração de terras Indígenas nessa região é muito importante para a conservação e preservação ambiental da flora, da fauna e nascente deste rio.

O acesso a essas terras se dá somente por via fluvial, sendo o rio Envira a principal via. Mesmo assim, muitos desses povos têm se deslocado para a área urbana de Feijó, concentrando-se na periferia, em condições de extrema pobreza.

MÂNCIO LIMA

Distância da capital por rodovia - 698 km

Área - 5.502 km²

População – 15.246 habitantes

Densidade demográfica - 2,50 hab./km

Mâncio Lima situa-se às margens do rio Moa e originou-se do povoado Japiim, referência ao nome de uma ave que se aninha nos buritizais da região. Esse povoado se localizava dentro do Seringal Barão, de propriedade do Coronel Mâncio Lima. Em 1913, foi transformado em vila e em 1º de março de 1963 foi elevado à categoria de município, passando a exercer a autonomia política a partir de 14 de maio de 1976. O atual nome da localidade refere-se ao seu fundador, o coronel Mâncio Lima que foi uma das principais lideranças políticas do Juruá e um dos líderes da Revolta Autonomista que ocorreu em Cruzeiro do Sul, em 1910.

Atualmente, o município de Mâncio Lima é o décimo mais populoso do Acre e possui a décima maior extensão territorial. A economia local possui uma forte ligação com Cruzeiro do Sul por via terrestre e também com a cidade de Rio Branco, através da Rodovia BR 364. O município já foi um grande produtor de café e concentra suas atividades produtivas na agricultura, com destaque para a mandioca. Dessa mandioca de qualidade excepcional é feita grande parte da famosa “farinha de Cruzeiro do Sul”, conhecida nas outras regiões por sua excelência.

Mâncio Lima limita-se ao norte, com o estado do Amazonas; ao sul e a oeste, com a República do Peru; a leste, com o município de Rodrigues Alves e a nordeste, com o município de Cruzeiro do Sul.

O município possui três terras indígenas, ocupando 12,1% da área do município. Os povos que habitam essas terras são da família linguística Pano. Também vivem no município, os Nawa e os Nukini na região da Serra do Moa, com acesso pelo rio do mesmo nome. Já os Poyanawa, vivem no antigo seringal Barão próximos à sede do município, com acesso terrestre.

O povo Nawa foi considerado extinto até poucos anos atrás. Mais

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

recentemente, foram identificados descendentes que não falam a língua Nawa e sim, o português. A identificação desse povo gerou um trabalho de investigação. Em 2003, o estado brasileiro reconheceu a existência desse povo, gerando um processo de identificação e delimitação para posterior homologação de suas terras.

MANOEL URBANO

Distância da capital por rodovia - 215 km

Área - 10.635 km²

População - 7.989 habitantes

Densidade demográfica - 0,67 hab./km²

A sede municipal de Manuel Urbano originou-se da Colocação Tabocal. Depois seu nome mudou para Vila Castelo, devido ao navio Castelo que ficou encalhado no rio Purus, durante um período de seca aguardando a cheia do rio para regressar ao porto de Belém.

Em 14 de maio de 1976, a localidade foi desmembrada do município de Sena Madureira e transformou-se em município e recebeu o nome de Manuel Urbano em homenagem ao grande explorador do rio Purus, Manuel Urbano da Encarnação.

O município está situado à margem esquerda do Rio Purus. O acesso a Manuel Urbano é feito por via terrestre pela BR 364. Por via fluvial, o município é acessível pelo rio Purus e por via aérea, somente por aeronaves de pequeno porte.

Esse município ocupa no estado, o quarto lugar em extensão territorial e o décimo oitavo em população. A maioria dos produtos industrializados vem de Sena Madureira. O extrativismo vegetal da borracha é a atividade econômica mais importante desenvolvida pelo município, onde se tem a prática da agricultura de subsistência e a pecuária.

Manuel Urbano limita-se ao norte, com o estado do Amazonas; ao sul e a leste, com o município de Sena Madureira; a oeste, com o município de Santa Rosa do Purus; a noroeste, com o município de Feijó e a sudoeste, com a República do Peru.

O município possui a Terra Indígena Alto Purus, parte composta pelo povo Kaxinawá/Kulina, essa terra indígena perfaz 11,3% do total das terras de Manuel Urbano. O povo Kulina tem uma cultura de festas, de rituais de formação de guerreiros, pescarias e caçadas coletivas. Eles também possuem uma rica cultura musical, com mariris (festas) que duram a noite toda e caracterizam esse povo, que se autodenomina Madijá, como um dos mais alegres do Acre.

O acesso à Terra Indígena Alto Purus se dá via Rio Purus, a partir da cidade de Manuel Urbano.

PLACIDO DE CASTRO

Distância da capital por rodovia - 95 km

Área - 1.945 km²

População - 17.203 habitantes

Densidade demográfica - 8,87 hab./km²

No início do século XX, logo após a Revolução Acreana, a região do atual município de Plácido de Castro era um local de refúgio e encontro de foragidos da lei. No período em que Plácido de Castro exerceu a função de prefeito departamental do Alto Acre em 1906 e 1907, ele chamava a atenção em seus relatórios, para a necessidade de ali fundar um povoado que acabasse com essa situação. O desenvolvimento da localidade veio depois, nos anos de 1940 e 1950, com a abertura da estrada que ligou Rio Branco, Quinari e Plácido de Castro.

O município foi fundado em março de 1963, onde anteriormente se localizava a colocação Pacatuba, do Seringal São Gabriel.

O povoado cresceu por ocupar uma posição estratégica, onde eram vendidas as riquezas produzidas em toda região banhada pelo Rio Abunã, como borracha e castanha, por meio da troca de mercadorias. Em 1922, o local do importante entreposto comercial foi batizado com o nome de Plácido de Castro, em homenagem ao grande herói da Revolução Acreana.

O principal meio de acesso ao município é por meio da rodovia AC-40,

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

pela qual a cidade recebe muitos turistas nos finais de semana. A economia local baseia-se na pecuária de corte e leiteira, serrarias, indústria de movelaria, atividade turística, agricultura e o extrativismo vegetal, com destaque para a castanha do Brasil. O município possui ainda o Parque Ecológico de Plácido de Castro que é uma área de preservação municipal com 34 hectares, criado para abrigar os 113 gêneros de árvores catalogadas no seu interior. O local que abrigava árvores de grande porte, como castanheiras, seringueiras, patoás, cacau silvestre e mogno, teve sua área queimada com a invasão do fogo no ano de 2005.

O município possui a oitava população do estado e o décimo nono lugar em extensão territorial.

Plácido de Castro limita-se ao norte e noroeste com o município de Senador Guiomard, ao sul com a República da Bolívia, a leste com o município de Acrelândia, a oeste com o município de Capixaba.

PORTO ACRE

Distância da capital por rodovia - 78 km

Área - 2.609 km²

População – 14.806 habitantes

Densidade demográfica - 5,25 hab./km²

Durante o domínio boliviano sobre a região, Porto Acre, que se chamava Puerto Alonso (nome que homenageava o presidente da Bolívia na época), já abrigou um posto alfandegário boliviano, que foi motivo de revolta dos seringalistas brasileiros. Por isso, Porto Acre foi o principal foco da Revolução Acreana em suas diversas etapas.

Em 1899, se tornou palco de diversos acontecimentos como a 1ª Insurreição Acreana, a fundação da República de Galvez em 14 de julho de 1899 (quando passou a se chamar Cidade do Acre), foi destino da Expedição dos Poetas em 1900. Em 24 de janeiro de 1903, assistiu ao término da Revolução Acreana com a grande vitória final comandada por Plácido de Castro, que marcou a tomada destas terras definitivamente pelos brasileiros.

Os conflitos entre bolivianos e brasileiros terminaram com o Acre

anexado ao Brasil em 1903 e a cidade rebatizada para Porto Acre. Ficaram as trincheiras da Revolução Acreana e algumas construções históricas do período áureo da borracha. No Seringal Bom Destino está parte desse patrimônio histórico, que mantém viva a memória das origens do Estado do Acre.

O rio Acre, que banha a cidade, serviu de via de acesso aos seringueiros e seringalistas brasileiros ainda serve aos ribeirinhos e moradores de suas margens para a circulação de mercadorias e pessoas. Durante o período seco, suas praias de areias férteis são usadas para o cultivo de melancia, banana, hortaliças, mandioca e outras culturas de subsistência.

Porto Acre foi desmembrado do município de Rio Branco e elevado à categoria de município em 28 de abril de 1992 e passou a funcionar em 1º de janeiro de 1993, quando o prefeito e os vereadores tomaram posse.

O seu acesso pode ser feito por via fluvial pelo rio Acre e terrestre através da rodovia AC-010 que corta o município.

No Estado, Porto Acre ocupa o décimo primeiro lugar em população e a décima sétima posição em área. Sua economia está baseada no extrativismo vegetal da borracha, beneficiamento da castanha e madeira, pecuária em pequena escala, produtos hortifrutigranjeiros e o comércio em geral.

Porto Acre limita-se ao norte, com o estado do Amazonas; ao sul, com os municípios de Bujari e Rio Branco; a leste, com o município de Senador Guimard e a oeste, com o município de Bujari.

RIO BRANCO

Distância de Brasília (capital do país) - 3.105 km

Área - 8.831 km²

População – 335.796 habitantes

Densidade demográfica - 32,91 hab./km²

As origens da cidade de Rio Branco remontam à chegada do seringalista Neutel Maia subindo o Rio Acre com seus trabalhadores para fundar um seringal no território ocupado pelos índios Apurinã. Em 28 de dezembro de 1882, eles ancoraram seu barco nas margens do rio Acre, aos pés de uma grande gameleira. No local foi implantado um seringal à margem direita do Rio

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Acre com o nome Volta da Empreza (hoje Segundo Distrito).

Próximo à centenária árvore, que se constitui o marco da fundação da cidade, ocorreram dois combates importantes da Revolução Acreana: o primeiro vencido pelos bolivianos e o segundo pelos brasileiros, ambos em 1902. Posteriormente foi instalado outro seringal na margem esquerda do rio, com o nome de Empreza (local onde está situado hoje o Palácio Rio Branco).

Em 1904, o seringal Volta da Empreza passou a ser chamado de Vila Rio Branco, onde foi instalada provisoriamente a sede da prefeitura. Em 1909, o prefeito mudou a sede para o seringal Empreza, que recebeu o nome de Pennápolis homenageando o então presidente Affonso Penna. Em 1912, o município de Rio Branco recebeu seu nome definitivo em homenagem ao Barão do Rio Branco.

Ao longo de sua história, Rio Branco abrigou migrantes de diversas origens: nordestinos, índios, sírio-libaneses, cariocas, portugueses, gaúchos, italianos, amazonenses, espanhóis etc. Isso contribuiu para que o município se transformasse no maior centro populacional, comercial, cultural, político e industrial do estado. A maior expressão do peso econômico da capital é a feira de negócios, a Expoacre, realizada anualmente no pavilhão de exposições do município.

Rio Branco possui um grande número de bairros devido a um intenso processo migratório ocorrido nos anos de 1970. Isso fez a cidade concentrar metade da população de todo o Estado.

Ocupa o quinto lugar no Estado em extensão territorial. O município de Rio Branco limita-se ao norte com os municípios de Bujari e Porto Acre; ao sul com os municípios de Xapuri e Capixaba; a leste, com o município de Senador Guiomard e a oeste, com o município de Sena Madureira.

RODRIGUES ALVES

Distância da capital por rodovia - 622 km

Área - 3.078 km²

População – 14.334 habitantes

Densidade demográfica - 4,03 hab./km²

O município de Rodrigues Alves situa-se à margem esquerda do rio Juruá, e originou-se nas terras do antigo Seringal Buritizal, que depois mudou de nome para Florianópolis. Por volta de 1940, transformou-se na Colônia Rodrigues Alves e em 1960, ficou sendo uma vila de Cruzeiro do Sul. A vila recebeu esse nome em homenagem ao ex-presidente da república Francisco de Paula Rodrigues Alves, que enviou o Barão de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores para resolver a questão do Acre, com a Bolívia e o Peru.

No dia 28 de abril de 1992, o município de Rodrigues Alves foi desmembrado de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. O decreto de criação foi assinado pelo governador Edmundo Pinto e sua implementação ocorreu com a posse dos poderes Executivo e Legislativo em 1º de janeiro de 1993.

A economia de Rodrigues Alves baseia-se no extrativismo vegetal, principalmente da madeira, além da agricultura de subsistência e da pecuária em pequena escala. A economia local possui uma forte ligação com Cruzeiro do Sul. O município possui a décima quarta maior população do Estado e ocupa o décimo quinto lugar em extensão territorial.

Rodrigues Alves limita-se ao norte com o município de Mâncio Lima; ao leste e ao sul, com o município de Cruzeiro do Sul e a oeste, com a República do Peru.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

SENADOR GUIOMARD

Distância da capital por rodovia - 24 km

Área - 2.321 km²

População – 20.153 habitantes

Densidade Demográfica - 8,12 hab./km²

O município de Senador Guiomard localiza-se hoje onde já foi a antiga Colocação Quinarzinho. Em 1947, o local transformou-se em Vila Grande Quinari e em 1º de março de 1963, passou a ser um município. A origem do nome Quinari pode ser creditada a uma árvore de uso medicinal chamada de Quina-Quina ou Quinarana, de cuja casca tradicionalmente se faz chá para combater a malária, ou aos dois igarapés do município que levam esse nome (Quinari e Quinari Grande).

No ano de 1976, o nome mudou para Senador Guiomard. Este nome é uma homenagem ao autor do projeto de lei que elevou o Acre à condição de estado, o ex-senador da República e ex-governador do Acre José Guiomard dos Santos. Apesar da mudança, o município ainda é chamado de Quinari por grande parte da população. O acesso terrestre à sede municipal de Senador Guiomard se dá através das rodovias AC-40, BR 364 e BR 317.

O município possui a 7ª maior população do Acre e ocupa o 18º lugar em extensão territorial. Sua economia está baseada na agricultura, pecuária e em um pequeno parque industrial. O símbolo da economia de Senador Guiomard é o amendoim, cujo plantio no município é fruto da migração de algumas famílias japonesas que se instalaram no povoado na década de 1950.

Senador Guiomard limita-se ao norte com o estado do Amazonas; ao sul e a oeste, com o município de Rio Branco; a leste, com o município de Plácido de Castro e a nordeste, com o município de Acrelândia.

XAPURI

Distância da capital por rodovia - 188 km

Área - 5.347 km²

População – 16.016 habitantes

Densidade demográfica - 2,67 hab./km²

O povoado surgiu logo depois de Volta da Empreza (Rio Branco), no ano de 1883, em um local estratégico na confluência do rio Xapuri com o rio Acre. A localidade tornou-se um dos principais entrepostos comerciais do Acre no Ciclo da Borracha. Durante o período da Revolução Acreana, Xapuri foi ocupada por autoridades bolivianas que passaram a chamá-la de Mariscal Sucre. Em 6 de agosto de 1903, as tropas do Coronel Plácido de Castro tomaram o povoado marcando o início da última vitoriosa etapa da Revolução Acreana, que culminou com a Anexação do Acre ao Brasil. Em 1904, Xapuri transformou-se em vila e foi oficializada como município no dia 23 de outubro de 1912. Seu nome deriva da tribo indígena dos “Xapurys”.

No início do século, passando a município, se destacou na produção de castanha e borracha. Logo foi construída a infraestrutura, com escolas e casas de comércio. Na década de 1980, a cidade também foi palco do movimento de resistência dos seringueiros em defesa dos seringais nativos da região. O principal líder desse movimento, cuja luta culminou na criação das reservas extrativistas, foi o sindicalista xapuriense Chico Mendes.

Xapuri é um dos municípios mais visitados do estado por conta, principalmente, dos monumentos históricos da época da Revolução Acreana e da casa em que residia Chico Mendes.

Há também novos empreendimentos criados para desenvolver a economia do município. A fábrica de preservativos masculinos, que utiliza o látex extraído dos seringais da região; a fábrica de pisos de madeira, uma pousada ecológica no Seringal Cachoeira; além da indústria moveleira, pecuária extensiva e agricultura de subsistência.

Durante muitos anos Xapuri foi tratada como Princesinha do Acre graças à grande riqueza que ostentava nos anos áureos do Ciclo da Borracha. A

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

cidade ocupa o nono lugar em população no Estado e a décima segunda posição em área.

O município de Xapuri limita-se ao norte com o município de Rio Branco; ao sul, com o município de Epitaciolândia; a leste, com o município de Capixaba; a oeste, com o município de Sena Madureira e a sudoeste, com o município de Brasília.

2.4. Recolha de dados

2.4.1. Entrevista

Tendo em vista o nosso objeto de estudo e os objetivos que nos propusemos atingir, uma das opções escolhidas na recolha de dados foi a entrevista. Por meio dela, podemos extrair os pensamentos, as ideias, as opiniões dos entrevistados, sendo uma fonte muita rica de informações.

Corroborando este pensamento, autores como Quivy & Campenhoudt (2008), Bogdan & Biklen (2010) e Flick (2013) nos mostram que a entrevista permite a aproximação do contexto em estudo e a descoberta de elementos que, de outra forma, não seriam passíveis de ser encontrados, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, além do que o entrevistado exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações.

Lakatos & Marconi (1990) classificam as entrevistas em não estruturadas, semiestruturadas ou estruturadas. Em nosso estudo optamos pela entrevista semiestruturadas, pois no nosso entendimento, há certa flexibilidade e possibilidade de adaptação ao entrevistado, às suas reações, ao contexto, além de permitir aprofundar mais o tema em determinadas questões.

Quivy & Campenhoudt (2008) consideram as entrevistas semiestruturadas quando o entrevistador faz sempre, certas perguntas principais, mas é livre para alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informações. Gil (1999) afirma que o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para sua retomada. Vale salientar que nessa técnica, o entrevistador tem que ser o próprio pesquisador, pois se faz

necessário um bom conhecimento do assunto.

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa empírica, a qual requer tempo e alguns cuidados. Um deles é a elaboração do guião de entrevista, que é um instrumento com perguntas elaboradas que servirá de roteiro para a condução delas. Para Boni & Quaresma (2005), este deve ser construído tendo em conta as questões da investigação e os objetivos a serem alcançados.

Para Flick (2013), a concepção do guião da entrevista e sua condução têm de obedecer a quatro critérios: não-diretividade, especificidade, amplitude e profundidade, e ainda, a atenção ao contexto pessoal do entrevistado (Flick, 2013, p. 78).

O critério não diretividade mostra que o entrevistador tem de se abster o máximo possível de fazer avaliações prematuras e praticar um estilo não diretivo, além do que perguntas feitas no momento errado ou perguntas erradas podem inibir o entrevistado em vez de ajudá-lo a exprimir seu ponto de vista.

O critério especificidades, é aquele que faz ressaltar os elementos específicos que determinam o impacto ou um significado de um acontecimento para o entrevistado, ajudando-o a recordar de situações específicas vivenciadas por ele.

O critério amplitude visa a garantir que todos os aspectos e temas relevantes para a investigação possam ser tratados no decorrer das entrevistas, dando também oportunidade ao entrevistado de introduzir novos temas na entrevista por sua própria iniciativa, mas tendo o cuidado para não sair do tema proposto.

E por fim, a profundidade e o contexto pessoal devem assegurar que as respostas emocionais do entrevistado possam ir além de afirmações simples e o entrevistador por sua vez, possa avaliar sistematicamente o nível de profundidade que vai atingindo no decorrer da entrevista.

Como propõem Boni & Quaresma (2005), as perguntas devem ser feitas tendo em conta a linha de pensamento dos entrevistados, ou seja, procurando dar continuidade à conversação, conduzindo a entrevista com certo sentido

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

lógico para os entrevistados.

Todo o processo se deu sob o acompanhamento de nosso orientador que após várias considerações preliminares, analisou-o e o validou como sendo correto do ponto de vista metodológico. A etapa seguinte foi a realização da entrevista piloto, com dois gestores estaduais, sendo que estes não são alvos do estudo. Isso vai ao encontro do que preconiza Lakatos & Marconi (1990) que afirmam que o pré-teste pode ser aplicado mais de uma vez, tendo em vista o seu aprimoramento e o aumento da validade, e que deve ser aplicado em populações com características semelhantes, mas nunca naquela que será alvo de estudo.

A realização do pré-teste foi fundamental para verificarmos a adequação do instrumento aos objetivos propostos, permitindo ajustes antes de validar definitivamente o guião.

Assim a versão final do guião, ficou assim elaborada:

- No município há uma secretaria específica para o esporte e lazer? Se não, onde o esporte e o lazer se enquadram na estrutura municipal?
- Há quanto tempo está à frente da gestão do desporto no município?
- Qual a importância do desporto e do lazer em sua gestão?
- Em 2004 foi realizada a 1ª Conferência Estadual de Esportes para elaboração de políticas públicas de esporte e lazer para o Estado e municípios. O senhor(a) participou de algumas das etapas, municipal, regional ou estadual?
- Tem conhecimento do documento final da 1ª Conferência Estadual de Esportes?
- Concorde com as propostas que foram estabelecidas?
- Como se deu o processo de formulação das políticas de esporte e lazer do município?
- De que forma se deu essa participação?
- Houve a participação da população e de outros agentes na elaboração das políticas?

- Houve continuidade ou ruptura da atual gestão em relação às ações de esporte e lazer da gestão anterior?
- Como foram estabelecidas as prioridades da implementação para políticas públicas de esporte e lazer no município?
- Quais os principais pontos que foram estruturantes?
- Quais as principais dificuldades encontradas para implementação e execução de políticas públicas de esporte e lazer?
- Em que medida os objetivos foram atingidos? Em que medida os resultados são consistentes com os objetivos?
- Existe uma parceria pública ou privada para realizações de ações na área de esporte e lazer ? Se sim, que tipo de parceria? Se não, por que não há?
- Quais as fontes de financiamento para o esporte e lazer em seu município?
- Há recursos no orçamento do município destinado exclusivamente para o esporte e lazer? Se há, qual a porcentagem e o que representa em reais? Se não, por que não há?
- Há leis no município específicas para o esporte e lazer? Se sim, quais?
- Como são realizadas as avaliações das políticas públicas? Qual tipo de processo, interno ou externo?
- Quais os critérios utilizados na avaliação das políticas públicas?
- Quais as dificuldades encontradas na avaliação?
- Qual o futuro que se espera para o município, diante das ações que foram ou estão sendo realizadas e implementadas?

2.4.1.1. Aplicação das entrevistas

Para a realização das entrevistas contatamos primeiramente a Secretaria de Esportes do Estado do Acre para nos fornecer os contatos de todos os gestores de esportes dos municípios acreanos. De posse dessas informações, o próximo passo foi o contato direto com os gestores, para marcação delas. Nesse contato, expusemos a intenção e os objetivos da pesquisa, bem como o compromisso de não utilizar as informações dadas

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

pelos entrevistados para fins políticos ou partidários. Essa informação se fez necessária, pois no ano que realizamos as entrevistas houve eleições no Brasil, para escolha de prefeitos e vereadores.

Houve uma grande dificuldade na marcação das entrevistas com os gestores das cidades de Santa Rosa do Purús, Marechal Thaumaturgo e Jordão, para as quais o acesso é possível somente de avião ou barco. Apesar de serem municípios pequenos, a comunicação é um grande problema nessas regiões e os gestores não foram localizados. Para o município de Porto Walter, também o acesso se dá por meio de avião ou barco, e nesse caso, contatamos o gestor e marcamos a entrevista para a cidade de Cruzeiro do Sul. Ele não compareceu alegando problemas de deslocamento até o município vizinho. Remarcamos as entrevistas e mais uma vez, alegando problemas de transporte, não compareceu.

No município de Sena Madureira, fizemos o contato por telefone, marcamos a entrevista e o gestor não compareceu. Refizemos o contato para remarcação da entrevista e ele alegou que não “podia” dar as informações que nós necessitávamos. E por fim, no município de Tarauacá o gestor de esporte e lazer, era o Secretário de Comunicação que estava interino no cargo e não podia dar as informações que necessitávamos, pois assumira as funções naquela semana. O antigo gestor afastou-se para concorrer a cargo eletivo. Portanto, ficamos sem informações a respeito dos seis municípios em questão.

Nos demais municípios, antes da entrevista, apresentamos uma declaração emitida pela Faculdade de Desporto na qual garantimos o uso correto de todos os dados fornecidos e em seguida fizemos uma apresentação pessoal e profissional e mais uma vez, expusemos a intenção e os objetivos da pesquisa com o compromisso de não utilizar as informações dadas pelos entrevistados para fins políticos ou partidários. Esta apresentação é preconizada por Quivy & Campenhoudt (2008) que afirmam que “uma breve exposição introdutória acerca dos objetivos da entrevista e do que dela se espera basta geralmente para lhe dar o tom geral da conversa, livre e muito aberta.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 74).

Assim, as entrevistas foram realizadas de acordo com o seguinte

calendário:

Acrelândia: 31 de agosto de 2012, com duração de 09 horas e 39 minutos;
Assis Brasil: 06 de setembro de 2012, com duração de 15:28 minutos;
Brasília: 05 de setembro de 2012, com duração de 14:12 minutos;
Bujari: 21 de agosto de 2012, com duração de 11:23 minutos;
Capixaba: 05 de setembro de 2012, com duração de 12:21 minutos;
Cruzeiro do Sul: 20 de setembro de 2012, com duração de 23:33 minutos;
Epitaciolândia: 06 de setembro de 2012, com duração de 13:10 minutos;
Feijó: 23 de agosto de 2012, com duração de 12:39 minutos;
Mancio Lima: 20 de setembro de 2012, com duração de 11:43 minutos;
Manoel Urbano: 22 de agosto de 2012, com duração de 10:57;
Plácido de Castro: 31 de agosto de 2012, com duração de 09:21 minutos;
Porto Acre: 04 de setembro de 2012, com duração de 15:49 minutos;
Rio Branco: 04 de outubro de 2012, com duração de 18:37 minutos;
Rodrigues Alves: 19 de setembro de 2012, com duração de 15:08;
Senador Guiomard: 05 de setembro de 2012, com duração de 13:50 minutos;
Xapuri: 05 de setembro de 2012, com duração de 22:49 minutos.

Várias dificuldades foram encontradas, principalmente o fato da não participação dos entrevistados nas Conferências de Esporte e Lazer realizadas em 2004, objeto deste estudo. Assim os entrevistados não poderiam responder a determinadas perguntas, pois não tinham participado do processo. Nesse caso, tivemos que abandonar certas perguntas e substituí-las por outras, mais condizentes com a experiência do entrevistado.

Confrontamo-nos também com a situação de o entrevistado se desviar da questão colocada. Quando acontecia, procurávamos, em momento oportuno, conduzir a conversa para o assunto que nos interessava. Isso era feito através de perguntas adicionais que procuravam elucidar algumas questões que não tinham ficado claras ou que nem sequer tinha sido abordadas pelo entrevistado.

Outro ponto negativo foi a realização de três entrevistas ocorrerem nas

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

residências dos gestores, pois eles não disponibilizaram outro local, sendo que uma delas havia muito barulho vindo das área externa da residência.

Todas as entrevistas foram realizadas pelo pesquisador e, com a permissão dos entrevistados, foram gravadas em um gravador de voz digital Olympus WS-801 e posteriormente transcritas.

2.4.2. Documentos: *corpus* do estudo

Para Queirós & Graça (2013, p. 127) corpus do estudo é todo material selecionado pelo pesquisador e que será objeto de análise. Vala (1999) afirma que se o material a analisar foi produzido com vistas à pesquisa que o analista se propõe a realizar, então, geralmente, o corpus do estudo é constituído por todo esse material. Podemos afirmar assim que o corpus são documentos que existem previamente à investigação ou documentos que são criados a propósito desta. Assim, o corpus de nosso trabalho ficou assim constituído:

- Caderno com as Diretrizes para a 1ª Conferência Nacional de Esportes - Esporte, lazer e desenvolvimento humano;
- Documento final sistematizado das teses e propostas aprovadas na 1º Conferência Nacional do Esporte;
- Programas e Projetos do Ministério do Esporte;
- Transcrição das entrevistas realizadas com o gestores de esporte e lazer nos municípios do Acre.

2.4.3. Análise de dados

2.4.3.1. Análise de conteúdo

Após a recolha de dados, fizemos a transcrição das entrevistas que é um passo necessário para sua interpretação. Para Flick (2013) existem diferentes sistemas de transcrição que variam o seu grau de exatidão, mas ainda não foi estabelecido uma medida padrão.

Surge então a necessidade de tratá-los e interpretá-los para que o

discurso se torne suscetível de ser entendido. Assim, para análise destes dados optamos por realizar a análise de conteúdo, amparado em Quivy & Campenhoudt (2008) em que afirmam que o método de entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo.

Para Vala (1999) a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação plenamente conhecida pelas ciências humanas e sociais, que tem a possibilidade de integrar-se em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação e pode ainda servir os diferentes níveis de investigação científica.

Já Vergara (2005) afirma que a análise de conteúdo é uma técnica utilizada para o tratamento de dados que visa a identificar aquilo que está sendo dito a respeito de determinado tema e Bardin (2013) sustenta que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Franco (2007) afirma que “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido” (Franco, 2007, p. 19). Sendo o objetivo a interpretação por meio da explicitação do conteúdo dos dados e da forma como estes se expressam, afirmamos que a análise de conteúdo é a melhor forma de tratar os dados das entrevistas realizadas.

De acordo com Vala (1999) a análise de conteúdo compreende algumas operações mínimas: a delimitação dos objetivos e definição de um quadro de referencial teórico; constituição de um corpus de estudo; definição de categorias e definição de unidades de análise. Uma vez que já foram tratados anteriormente os dois primeiros tópicos, abordaremos agora a construção do sistema de categorias.

2.4.3.2. Sistema categorial

O processo de categorização é uma operação de classificação dos elementos participantes de um conjunto, iniciando pela diferenciação e, seguidamente por reagrupamento, segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. São rubricas ou classes que reúnem um conjunto de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento este efetuado segundo os caracteres comuns desses elementos (Bardin, 2013, p. 145).

Segundo a autora, a categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. As inferências finais são efetuadas a partir do material reconstruído. Por meio das relações entre as categorias, e de suas interpretações, é possível desenvolver explicações e afirmativas (proposições).

A autora afirma ainda que o critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido) e expressivo (categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

No entendimento de Vala (1999) a construção do sistema de categorias pode ser feita a priori ou a posteriori, ou ainda por meio da combinação desses dois processos. Não diferente, Franco (2007) sustenta que no processo de elaboração de categorias existem dois caminhos a serem seguidos: i) categorias criadas a priori, quando pré-determinados em função da busca a uma resposta específica do pesquisador, e ii) categorias criadas a posteriori, quando emergem da fala, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constantes ida e volta do material de análise à teoria. Em nosso estudo, as categorias foram definidas a priori.

Para a construção do sistema categorial consideramos os preceitos de Bardin (2013, pp. 147,148) para que as categorias apresentem um conjunto de qualidade:

- Exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão;
- Homogeneidade: Em um mesmo conjunto categorial só pode funcionar

com um registro e com uma dimensão de análise;

- Pertinência: adaptação ao material de análise escolhido e pertencente ao quadro teórico definido;
- Objetividade e fidelidade: as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira;
- Produtividade: relativo ao oferecimento de resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

A determinação de cada uma das categorias tem como suporte o enquadramento apresentado no campo teórico de análise enquanto que para definição das unidades de registro foram do tipo léxico (a palavra, a frase) ou semântico (o tema, as categorias temáticas), como referenciados por Vala (1999) e Bardin (2013). Assim apresentamos as categorias com as respectivas unidades de registro:

GATEGORIA A: ANÁLISE DA SITUAÇÃO

Consubstanciado na revisão bibliográfica realizada e no apriorismo categorial elaborado para este trabalho, entendemos que essa categoria se revela, para além do vocábulo em si e afins, em palavras e ou expressões como: estrutura organizacional; conferência de esporte e lazer; problemas sociais (drogas, alcoolismo, prostituição infantil); faixa etária.

GATEGORIA B: FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta categoria foi dividida em três subcategorias, a saber: subcategoria B1 – Estratégias; Subcategoria B2 – Prioridades; Subcategoria B3 - Tomada de decisão.

SUBGATEGORIA B1: ESTRATÉGIAS

Consubstanciado na revisão bibliográfica realizada e no apriorismo categorial elaborado para este trabalho, entendemos que essa categoria se revela, para além do vocábulo em si e afins, em palavras e ou expressões

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

como: planejamento; reuniões; projetos; conferências.

SUBGATEGORIA B2: PRIORIDADES

Consustanciado na revisão bibliográfica realizada e no apriorismo categorial elaborado para este trabalho, entendemos que essa categoria se revela, para além do vocábulo em si e afins, em palavras e ou expressões como: campeonatos; escolinhas; vontade dos jovens, futebol.

SUBGATEGORIA B3: TOMADA DE DECISÃO

Consustanciado na revisão bibliográfica realizada e no apriorismo categorial elaborado para este trabalho, entendemos que essa categoria se revela, para além do vocábulo em si e afins, em palavras e ou expressões como: ruptura; continuidade; melhoras; avanço nas ações; gestão anterior.

GATEGORIA C: IMPLEMENTAÇÃO

Consustanciado na revisão bibliográfica realizada e no apriorismo categorial elaborado para este trabalho, entendemos que essa categoria se revela, para além do vocábulo em si e afins, em palavras e ou expressões como: Recursos financeiros; orçamento; parcerias público privada; leis; empresários.

CATEGORIA D: AVALIAÇÃO

Consustanciado na revisão bibliográfica realizada e no apriorismo categorial elaborado para este trabalho, entendemos que essa categoria se revela, para além do vocábulo em si e afins, em palavras e ou expressões como: avaliação interna; avaliação externa; falta de apoio; futuro; público.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como propósito descrever os resultados dos discursos dos gestores pesquisados. Conforme dissemos anteriormente, esses discursos foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada.

Optamos por apresentar os resultados dos 16 municípios estudados em ordem alfabética, tendo por base as categorias definidas: “Análise da Situação”, “Formulação das Políticas Públicas”, “Implementação” e “Avaliação”.

3.1. Acrelândia

Categoria A: Análise da Situação

Nesse município, não existe uma secretaria específica de Esporte e Lazer; funciona como um departamento vinculado à Secretaria de Assistência Social. O gestor está à frente do processo de gestão do Desporto e Lazer do município desde janeiro de 2011. Não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem das propostas apresentadas. Participou somente da Conferência de 2010, em que as comunidades do interior e do campo foram convidadas, gerando vários documentos, mas ele não se lembra das metas especificadas na referida conferência.

Para ele, o desporto e o lazer são importantes e fundamentais na formação de cada um: *“é muito importante porque é uma oportunidade que aparece para os jovens, e as crianças do município, até mesmo os adultos (...) a gente vê a alegria do povo ao participar. Então, são fundamentais na formação de cada um.”*

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, as estratégias utilizadas na formulação das Políticas Públicas foram a realização de atividades de lazer nas escolas:

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

“vamos às escolas, fazemos o lazer. É um dia de lazer para as crianças... um torneio de pingue-pongue”, e também, as competições em diversas categorias. Anteriormente, atividades eram desenvolvidas para diversas faixas etárias, em escolinhas, mas devido a problemas jurídicos, as atividades do PELC - Programa de Esporte e Lazer na Cidade - realizado pelo Ministério dos Esportes em parceria com os municípios, foram canceladas motivadas pela não prestação de contas por parte da gestão anterior: *“nós tínhamos um programa chamado PELC, (...) e aí, a prestação de contas da prefeitura da gestão passada foi reprovada, (...) e nós ficamos sem o recurso federal para ajudar nessas atividades”.* Hoje em dia, são realizadas outras atividades como escolinhas e campeonatos masculinos e femininos.

As prioridades para a implementação das Políticas Públicas levaram em consideração a vontade da população, fazendo com que haja campeonatos nas diversas categorias: *“teremos todas as competições para a juventude, sub-10, sub-12 e sub-14”* e afirma ainda que *“a gente levou em consideração a vontade dos jovens. Aqui, o esporte que interessa a juventude é o futebol, então levamos em consideração a necessidade deles (...) então está de bom tamanho para a gente”.*

Outro aspecto que merece destaque é a realização de atividades relacionadas ao lazer, em que afirma: *“nós temos o tênis de mesa. Vamos às escolas, é um dia de lazer para as crianças”.* Em relação às atividades da gestão anterior, o gestor afirmou que *“houve uma ruptura, mas em compensação a gente fez outras atividades”.*

Categoria C: Implementação

Segundo o gestor, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas *“está no recurso financeiro. A gente não tem material para desenvolver atividades, e aí, ficamos parados em determinados momentos”.* Ao ser questionado se há recursos no orçamento do município para o esporte e lazer, o entrevistado foi enfático ao afirmar que *“não, infelizmente não”.* Afirmou ainda que *“a fonte de financiamento é via poder*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

público mesmo. É a prefeitura comprar uma bola, uma coisa ou outra. Essa é a maneira de a gente financiar”.

Em relação à existência de parceiras privadas ou públicas para realização de ações no esporte e lazer, o entrevistado foi enfático ao afirmar *“infelizmente não acontece”* ficando dependentes da Lei de Incentivo do Estado, que após abertura de edital, qualquer pessoa ou Instituição pode apresentar propostas para financiamento, podendo ser aceito ou não. No município foram aprovados para o ano de 2012 cinco projetos, sendo três de escolas e dois particulares.

Outro aspecto a destacar é a falta de leis específicas para o esporte e lazer no município.

Ao ser perguntado se os objetivos foram ou estão sendo atingidos com as políticas implantadas, afirma que *“(...) na proporção em que nós fizemos o que as crianças queriam, a gente atingiu a minoria, mas a maioria da população, na verdade, ficou sem o esporte que é essencial na formação de cada um.”*

Categoria D: Avaliação

As avaliações das Políticas Públicas segundo o gestor, são realizadas com a participação de agentes que pertencem à Secretaria de Esportes, assistência social e prestadores de serviços, mas a grande dificuldade é a participação da população.

Diante das ações que foram implementadas no município, o gestor espera para o futuro, a criação de fato e de direito, de uma secretaria específica para o esporte e lazer, que possua recursos próprios para o incentivo às diversas modalidades. *“(...) espero que num futuro bem próximo, nós tenhamos a secretaria de fato e de direito, atuando com recurso próprio para investir no esporte (...) porque aqui, nós só praticamos o futsal e o futebol. (...) temos de ter motivação para o vôlei, handebol, para o basquete e outras modalidades, para o atletismo (...) nós temos crianças com potencial aqui, nós não temos, infelizmente, quem ofereça isso”.*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.2. Assis Brasil

Categoria A: Análise da Situação

No município de Assis Brasil, não há uma secretaria específica de Esporte e Lazer, há sim, um departamento vinculado diretamente à Prefeitura, sendo o Departamento de Esportes e Lazer de Assis Brasil. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município, desde janeiro de 2009. Não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas.

Para ele, o desporto é essencial, pois a partir do momento em que fazem alguma competição, a população prestigia, além de contribuir para o desenvolvimento financeiro de outros setores: *“a população não tem muito lazer, não tem muito local para lazer, mas o esporte é essencial. No dia em que tem evento, o município naqueles locais ali, está bastante movimentado, sem contar que várias pessoas vêm ganhar seu dinheiro, vender suas coisas; isso atrai, ajuda demais a população no momento de lazer.”*

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Ao ser questionado sobre as estratégias utilizadas para formulação das Políticas Públicas, o gestor afirma que não houve por parte dele e de sua equipe uma estratégia definida: *“Não tem aquele planejamento, a gente planejou em cima do que existia”*.

Em relação às prioridades estabelecidas para formulação das Políticas Públicas, o gestor afirma: *“temos a parte do futebol e as partes esportivas que são as datas festivas”,* como o aniversário da cidade e dia da Independência do Brasil. Essas atividades *“já fazem parte do calendário; nós planejamos um campeonato de futsal, um campeonato de futebol de campo, atletismo, maratona, corrida de bicicleta... isso tudo é planejado desde o começo do ano”*. As escolinhas esportivas não são realizadas pelo poder público, ficando facultado à comunidade, por meio da Lei de Incentivo do Estado, que após

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

abertura de edital, qualquer pessoa ou Instituição pode apresentar propostas para financiamento, podendo ser aceito ou não. No ano de 2012, não foi contemplado nenhum projeto para o município. Houve uma continuação das políticas do governo anterior com melhoras nas atividades. Em suas palavras *“a gente deu uma continuidade a um trabalho que já existia, da gestão anterior, com boas melhoras”*.

Categoria C: Implementação

As maiores dificuldades encontradas para a implementação das Políticas Públicas estão na falta de recurso financeiro e na falta de material, pois segundo o gestor, *“para fazer um evento melhor, a gente precisaria de uma parceria com o comércio local, da iniciativa privada, e há dificuldade em relação a isso”* e continua afirmando que *“outra dificuldade é a parte financeira que deixa a gente sem poder fazer mais o que a gente gostaria de fazer”*. As parceiras privadas não atendem os anseios e nem as necessidades do gestor para as ações a serem desenvolvidas e afirma: *“do comércio é muito pouco”*. Com o Estado, a parceria se dá por meio da lei estadual de incentivo ao esporte.

Ao ser questionado sobre recursos financeiros, o gestor afirma que as atividades foram realizadas com recursos somente da prefeitura. Mesmo com essas dificuldades o gestor afirma *“que o objetivo de todas as atividades que a gente faz é alcançado”*. Um ponto importante é a falta de informação concreta do gestor em relação a recursos para o esporte e lazer no orçamento do município, *“essa informação aí, eu vou deixar para você perguntar ao secretário de planejamento. Dentro do orçamento, com certeza, existe a quantidade. Só não posso saber a quantidade exata que é”*.

Outro aspecto a destacar é a falta de leis específicas para o esporte e lazer no município.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria D: Avaliação

As avaliações das Políticas Públicas de acordo com o gestor, *“acontecem sempre após a realização de eventos com todos os responsáveis por essas atividades”*. A grande dificuldade encontrada nas avaliações é a falta de apoio externo, principalmente quando há dependência de outros órgãos.

Para o futuro, o gestor espera que com as ações que foram implementadas, as Políticas Públicas melhorem a cada dia, com novos projetos, com apoio dos representantes da Câmara, que para ele: *“esforços não estão faltando porque eu vejo o esforço da nossa prefeita e de alguns vereadores que trabalham diretamente com o esporte”*. Espera ainda, mais apoio externo, um trabalho maior com a iniciação desportiva e que aumente o número de projetos para a área. E nas palavras do gestor *“só não joga bola quem não quer, durante o ano”*.

3.3. Brasiléia

Categoria A: Análise da Situação

O estudo feito nesse município mostra que não há uma secretaria específica de Esporte e Lazer. Funciona como uma gerência de esportes vinculada à Secretaria de Educação. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município desde janeiro de 2009 e não participou da 1ª Conferência de Esporte, bem como não tem conhecimento do documento final e nem das propostas apresentadas. Participou somente da Conferência de 2010, nas fases municipal, regional, estadual e nacional.

Para o gestor *“o esporte é importante, pois ajuda as crianças, os jovens, os idosos, porque estão praticando saúde”*. Vale ressaltar que a cidade fica localizada em uma área de fronteira entre países, Brasil e Bolívia, sendo uma área de risco e segundo o entrevistado, *por meio do esporte, por meio das escolinhas a gente está tirando esses meninos do mau caminho”*.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, as atividades realizadas antes de sua posse à frente da gerência de esporte, eram voltadas para o futebol. Quando assumiu a gerência, a estratégia utilizada para a definição das políticas a serem implementadas foi a realização de uma reunião com a Secretária de Educação e com a Prefeita do município na qual traçaram as bases das políticas, o que pode ser demonstrado em suas palavras: *“conversei com a Secretária e com a Prefeita para a gente fazer todo tipo de esporte”*. Não houve participação da população na formulação das políticas, pois de acordo com ele *“não foi preciso, porque eu, quando assumi a gerência, eu já tinha uma boa visão, porque eu era jogador de futebol”*.

A iniciação esportiva, por meio de escolinhas nas diversas modalidades foi a opção para área desportiva do município, além da participação em competições em nível estadual como handebol, futebol de campo, basquete, *“faltando apenas o voleibol”*.

De acordo com o gestor, as prioridades para implementação das Políticas Públicas resultaram da necessidade de o município se destacar no cenário desportivo estadual. A existência de atletas no município e nos municípios vizinhos fez com que a Prefeita desse um grande incentivo ao desporto. Em consequência disso, hoje, o município tem uma boa representatividade no Estado. *“A gente estava vendo a necessidade de o nosso município aparecer no cenário estadual, (...) aí, a Prefeita veio, e deu um grande incentivo”*.

Em relação às políticas desportivas anteriores, *“demos continuidade, e criamos muito mais”*, com escolinhas de futsal, handebol, basquetebol, kung-fu, jiu-jitsu.

Categoria C: Implementação

Na ótica do gestor, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas é a falta de visão dos empresários locais que não investem no esporte, *“a dificuldade é do próprio empresário do*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

município, pois ele não tem essa visão, como a gente que gosta do esporte, tem". As parceiras privadas são muito poucas, tendo somente um parceiro com a iniciativa privada, assim afirma: *"temos uma parceiro, que ele vem ajudando bastante o campeonato local"*. Com o Estado, a parceria se dá por meio da lei estadual de incentivo ao esporte. Neste ano de 2012, foram aprovados oito projetos, em diversas modalidades, handebol, futebol de areia, vôlei de areia, escolinhas e futebol. Em todas as atividades realizadas pelo município, os recursos foram provenientes da própria Prefeitura e do governo do Estado com base na Lei de Incentivo.

Os recursos provenientes da Prefeitura fazem parte do orçamento do município em que, de acordo com o gestor, *"existe, existe, existe muito, eu fico até admirado, (...) mas se for ver o orçamento realmente, a gente estoura"*. Este "estouro" no orçamento, ainda de acordo com o gestor, deve-se ao fato de diversas viagens terem sido realizadas pelas seleções municipais para a capital do estado e para outros municípios visando à participação em jogos de campeonatos oficiais. Sobre as dificuldades encontradas na implementação das Políticas Públicas, o gestor afirma que é a *"falta de material humano"*.

De acordo com a política estabelecida pelo município, a de se obter destaque no cenário desportivo estadual, os objetivos estão sendo cumpridos, pois as equipes de handebol, basquetebol, futebol de campo su-15, kung-fu, conseguiram diversos títulos estaduais: *"a gente tem de agradecer o apoio que está recebendo da prefeitura e do governo do Estado, porque está dando certo, e o esporte local vem sendo muito bem recompensado."* Neste município não há leis específicas para o esporte e o lazer.

Categoria D: Avaliação

Segundo o gestor, para avaliar as Políticas Públicas é realizada uma reunião interna para *"ver o que deu certo e o que deu errado para a gente não cometer o mesmo erro"*. A grande dificuldade encontrada *"é a falta de material humano para realização das atividades no município"*.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com as ações implementadas no município, o gestor espera que no futuro as Políticas Públicas *“tragam grandes vantagens para o município, pois quando há investimento e participação sempre aparecem grandes revelações”*.

De acordo com a perspectiva de competição adotada como política prioritária do governo municipal, o gestor faz referência a atletas de futebol que se destacam fora do Estado e vê isso como uma recompensa pelo trabalho realizado e que os atletas *“possam sair daqui e quando chegar lá fora, a gente possa representar bem nosso Estado”*.

3.4. Bujari

Categoria A: Análise da Situação

No município de Bujari existe a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município desde 2010. Também não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final e nem mesmo das propostas apresentadas.

Para ele, o esporte tem uma importância educativa, pois *“a partir do momento em que você está incluído na questão esportiva, você está esquecendo as drogas, está esquecendo a marginalidade entre outras coisas”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

De acordo com o gestor, o processo de formulação das Políticas Públicas no município é um processo novo que está começando a se organizar. E uma das estratégias utilizadas é a tentativa de formulação da lei municipal de cultura, esporte e lazer, sendo que esta lei envolve o desporto e a cultura. A participação da população nessa formulação é muito pequena, segundo afirma: *“algumas pessoas participam”*. O gestor atribui a não participação da comunidade à falta de informação da população e até mesmo, culpa os gestores e equipe. Isso acaba por desestimular as pessoas, diminuindo o número de participantes nas atividades desportivas.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Hoje o município conta com ações de formação desportiva e de acordo com o gestor *“hoje a gente tem duas escolinhas de futebol, uma de campo e uma de futsal”*.

Especificamente nas prioridades de implementação das Políticas Públicas, o entrevistado não mencionou qualquer tipo de prioridade específica. Sugere que sejam ações que revelem algum atleta, *“e mesmo que não se torne um jogador, vai chegar ao ponto de ser um cidadão honesto e bem visto pela sociedade”*. Em relação às políticas desportivas anteriores, *“foram melhoradas, porque não se ouvia falar em escolinha de futebol”*

Categoria C: Implementação

Na visão do gestor, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas *“é a questão financeira; o recurso é pequeno e temos outras prioridades como a agricultura. O município é muito pequeno, e a renda que a gente arrecada aqui, é muito, muito pequena”*.

As parceiras privadas são muito poucas, tendo *“duas, três ou quatro entidades que auxiliam”*. Com o Estado, a parceria se dá somente por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte aberta a toda comunidade. A questão de não possuir uma parceria pública direta com a Prefeitura na opinião do gestor, *“é muito mais pelo lado político”*.

Não há recursos específicos no orçamento municipal para o Desporto e Lazer.

Diante das políticas implementadas, os objetivos propostos estão sendo atingidos *“na medida do possível”*, sabendo que falta muito ainda a se fazer.

Outro aspecto a destacar, é a falta de leis específicas para o esporte e lazer no município, em que naquela data, já tramitava na Câmara um projeto de lei de incentivo à cultura.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria D: Avaliação

Segundo o gestor, as avaliações das políticas se dão, em um primeiro momento, a partir da divulgação em um site da internet, dos recursos financeiros públicos gastos com as atividades. O segundo momento da avaliação: *“é realizada uma reunião interna, de participação, um diagnóstico geral”* no qual a grande dificuldade encontrada é a pouca participação da comunidade, e *“são poucas as pessoas que chegam a participar e a colaborar”*.

Após a implementação das Políticas Públicas no município, o gestor espera que no futuro possam colocar em prática tudo aquilo que está no calendário de execução, ou pelo menos 60% a 70%. E o ponto principal é ver que o trabalho *“que a gente fez, que a gente planejou”* traz *“contribuição e uma parcela de crescimento para o município, bem como para a população”*.

3.5. Capixaba

Categoria A: Análise da Situação

Nesse município não há uma secretaria específica para o esporte e lazer. É uma coordenação vinculada diretamente à prefeitura. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município desde 2005, sendo que não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final, tampouco das propostas apresentadas. Para ele, o esporte é muito carente no município e a realização de ações com o apoio da Prefeitura e de empresário, faz com que haja desenvolvimento na cidade e no interior.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

De acordo com o gestor, no município não houve uma estratégia definida para a formulação das Políticas Públicas, sendo que a elaboração das ações passa pelo Secretário de Finanças e o entrevistado afirma que *“aqui é vinculado tudo à Prefeitura e ao Secretário de Finanças. Nós não temos um*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

projeto, nós não temos uma coisa assim feita”. Para elaboração de atividades “tem reuniões que a gente marca com os empresários e a comunidade”.

Especificamente nas prioridades de implementação das Políticas Públicas, o gestor não mencionou qualquer tipo de prioridade, indicando somente as atividades que realizam como *“futebol de campo, salão, vôlei, vôlei de areia, corrida, gincana e outras”*. Também citou o funcionamento de uma escolinha de futebol: *“nós temos uma escolinha, a Escolinha nota 10, com 40 alunos”*. Em relação às políticas desportivas anteriores, *“houve melhoras, melhorou muito, houve uma continuidade”*.

Categoria C: Implementação

Na visão do gestor, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas são os patrocínios. As parceiras privadas para execução das atividades de esporte e lazer segundo o gestor são em forma de ajuda, como demonstrada em suas palavras *“tem uns empresários que me ajudam, nunca me abandonaram em relação à aquisição de troféu e bola”*. Com o Estado, a parceria se dá *“nos jogos escolares”*. Em relação ao orçamento para o esporte e lazer o gestor afirma que *“não existe um valor X... não conheço um valor assim”*. Apesar dessa afirmação, ele se contradiz ao afirmar que *“há uma verba destinada para o esporte”*. Sobre o alcance dos objetivos com as políticas implementadas, o gestor afirma que *“principalmente na área de esporte estão sendo atingidos em 90%”*. Outro aspecto é a falta de leis específicas para o esporte e lazer no município, e cita a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.

Categoria D: Avaliação

Segundo o gestor, as avaliações das Políticas Públicas são realizadas assim: *“depois do evento, faz-se o levantamento, põe no jornal e sai a divulgação dos resultados”*. O critério de avaliação adotado é *“a participação da população, do pessoal. Esse é o critério”*. A grande dificuldade encontrada nas avaliações é a falta de apoio. Na opinião do gestor, *“o esporte tinha que ser*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

totalmente fora da prefeitura” pois encontra dificuldade de relacionamento entre pessoas que não fazem parte dos partidos políticos apoiados pelo prefeito, e reafirma que “se o esporte tivesse fora da prefeitura, só para a prefeitura entrar com a contrapartida, seria muito melhor”. Para o futuro, o gestor afirma que “quem for administrar nosso município, tem de entender um pouco de esporte, e que faça um excelente trabalho”.

3.6. Cruzeiro do Sul

Categoria A: Análise da Situação

No município de Cruzeiro do Sul, segundo maior município do estado em termos populacionais, não há uma secretaria específica de Esporte e Lazer, funciona como um departamento. Segundo o gestor, está sendo criada uma secretaria específica, pois o município *“está concorrendo ao selo UNICEF¹³, e para isso está sendo criada a secretaria específica de esporte e lazer, bem como as leis de incentivo ao esporte”*. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município há 3 anos e 6 meses e não participou da 1ª Conferência de Esporte, bem como não tem conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas. Para ele, o trabalho desenvolvido no esporte *“é um trabalho social, para tirar os jovens das drogas, tirar os jovens da ociosidade, para que a gente tenha um jovem mais sadio, um jovem sem as drogas”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Para o gestor, esse processo se deu em *“reuniões entre vários diretores e dirigentes esportivos de equipes amadoras de diversas modalidades do*

¹³ O Selo UNICEF Município Aprovado é a contribuição do UNICEF para o cumprimento da Agenda Criança Amazônia, para melhorar as condições de vida das crianças e dos adolescentes no Semiárido e na Amazônia Legal Brasileira, áreas que concentram o maior número de meninos e meninas em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

município” e procurou fazer um trabalho diferenciado, que viesse trazer benefícios aos jovens e aos adultos.

O entrevistado afirma que a prioridade estabelecida foi a realização de atividades que já eram praticadas pela população, convidando pessoas que trabalhavam com determinadas modalidades esportivas. *“A gente já fazia mais ou menos o que praticava em Cruzeiro do Sul, ...ajudava a organizar corridas, campeonatos... não tivemos dificuldades porque a gente convidou as pessoas que a gente sabia que trabalhava naqueles setores.”* Em relação à continuidade ou ruptura das políticas da gestão anterior, o entrevistado não foi claro, limitando-se a dizer que não conhecia o gestor anterior.

Categoria C: Implementação

Na visão do gestor, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas *“são os recursos financeiros e a liberação desses recursos”*. Foi encaminhado um projeto para o Ministério do Esporte e *“você entra no site hoje, está para análise, desde 2009”*. Ainda de acordo com o entrevistado, apenas uma ou duas vezes foram liberados recursos por meio da lei de incentivo; tudo feito em parceria com a liga cruzeirense de futebol e a prefeitura de Cruzeiro do Sul. São poucos recursos para dividir em três ou quatro campeonatos, valor que *“não dá praticamente nem para você pagar arbitragem”*. Outro ponto destacado pelo gestor é o fato de que *“a Lei de Incentivo no Estado é um pouco direcionada para algumas pessoas e quando se sabe que está trabalhando com a prefeitura, aí, já fica um terceiro lugar”*. Outra dificuldade apontada pelo gestor é a falta de documentação das instituições que trabalham com as escolinhas (iniciação esportiva) o que dificulta a liberação de recursos públicos.

Mesmo com todos esses problemas, já realizaram dois circuitos de esportes com diversas modalidades como: natação, futebol de campo, salto em distância, corridas, futsal, contando com a participação de mais de 1.500 jovens. É realizada a Copa do Vale do Juruá, com a participação de vários municípios da região e a final da copa é feita no aniversário da cidade.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Além dessas atividades, foram criadas equipes de futebol com os habitantes das áreas ribeirinhas dos diversos rios do município para realização de torneios nessas localidades. O município também conta com seis vilas e foram criadas mais de dez equipes de futebol em cada uma dessas vilas, e os campeões de cada localidade disputam a copa rural no estádio municipal.

Em relação as parceiras privadas, o entrevistado afirma *“não, não há. Todas as programações foram feitas com recursos próprios da prefeitura”*. Em relação às parcerias públicas afirma que *“nós não temos ajuda do governo do Estado para fazer esporte junto da Prefeitura de Cruzeiro do Sul”*. A fase municipal dos jogos escolares, que é uma competição realizada pelo governo do Estado, foi toda realizada com recursos da Prefeitura.

Sobre os recursos financeiros, afirmou que a fonte de financiamento para o esporte no município é somente da Prefeitura, e que não há recursos no orçamento. O gasto é de acordo com uma porcentagem prevista em lei, mas o não soube informar o montante desse recurso. Atualmente não há uma lei específica para o esporte e lazer.

Segundo o gestor, os objetivos propostos na implementação das Políticas Públicas estão sendo atingidos e de acordo com suas palavras *“Cruzeiro do Sul nunca teve incentivo ao esporte como está tendo agora, durante estes três anos em que estamos à frente do departamento de esporte”*. São realizados diversos campeonatos municipais, todos os dias. Afirma ainda que quando assumiu o cargo, o município possuía duas quadras *“totalmente destruídas e estádio de futebol que tinha até animal amarrado dentro”*. Foram realizadas reformas e hoje, além das duas, são mais oito em funcionamento, e *“provavelmente para janeiro nós deveremos ter em torno de 20 a 22 quadras em Cruzeiro do Sul”*. Ainda sobre infraestrutura, o gestor afirma *“nós temos em Cruzeiro do Sul, o que Rio Branco não tem, nós temos a praça da juventude”*.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria D: Avaliação

Segundo o gestor, as avaliações das Políticas Públicas são realizadas por meio de audiência pública¹⁴. Assim sendo, já foram realizadas duas reuniões para receber sugestões da população envolvida. Outro tipo de avaliação realizada é a “*avaliação visual*”, em que o critério utilizado é o “*público, pois se não tem a participação do público eu acho que não adianta insistir, porque você está gastando com uma coisa que o povo não gosta*”. Para o gestor, o importante é ter uma maior participação da população “*e ver que a população está satisfeita com aquilo que está sendo feito*”. A principal dificuldade encontrada nessas avaliações, segundo o entrevistado, são as “*informações más, que a gente percebe que não está fazendo do jeito que o povo quer*”. Para o futuro o gestor, espera-se que com a construção de várias quadras, poderá realizar projetos com as comunidades de bairros, executando programações esportivas para poder “*tirar muitos jovens da situação em que se encontram, hoje no Brasil*”.

3.7. Eptaciolândia

Categoria A: Análise da Situação

No município de Acrelândia há uma secretaria específica para o esporte e lazer nomeadamente a Secretaria Municipal de Esportes, criada no início de 2008. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município desde janeiro de 2008, sendo que também não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final e nem das propostas apresentadas.

¹⁴ Audiência pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal, onde os poderes Executivo, Legislativo ou Ministério Público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação e resultados de uma política pública, a elaboração de um projeto de lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente. É uma reunião com duração de um período, coordenada pelo órgão competente onde apresenta-se um tema e a palavra é dada aos cidadãos presentes para que se manifestem.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para ele, o desporto é importante, pois leva o esporte até as comunidades, por meio de atividades como a Rua de Lazer, *“é você levando o esporte até a comunidade, promovendo a inclusão social”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Para formulação das Políticas Públicas, o gestor afirma: *“Ao assumir a Secretaria, montei uma equipe e trabalhamos o planejamento”* no qual foi elaborado um calendário anual com a realização de campeonatos, torneios, tanto na área urbana quanto na área rural. O gestor afirma que *“a cada 60 ou 90 dias, a gente vai trabalhando as modalidades e no período do inverno a gente trabalha o desporto na área do ginásio coberto”*.

Sobre a gestão participativa, afirma que houve a participação da população na formulação das políticas e a principal estratégia utilizada foi a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.

Para o gestor, as prioridades adotadas pelo município foram a de trabalhar com campeonatos e com as ruas de lazer. *“Trabalhamos as divisões de base até o máster, Rua de Lazer, Copa Regional de Futebol Máster e projeto da Escolinha de Futebol do Alto Acre”*. Essas ações foram realizadas por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, bem como das Escolinha de Futebol do Alto Acre. Na data dessa entrevista não havia o resultado dos projetos aprovados para o ano de 2012. Em relação às políticas desportivas anteriores, *“houve uma continuidade e cada vez mais fortalecendo o governo do Estado, tanto na capital como no interior”*.

Categoria C: Implementação

A maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas está na falta de importância que os gestores municipais, neste caso os prefeitos, dão ao esporte. De acordo com o entrevistado, *“os gestores municipais, a maioria deles, não priorizam o esporte, isso é notório. Não dão importância para o esporte, como dão para a saúde, como dão para a*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

educação”. Para ele “precisamos ter um trabalho de melhoria, de conscientização para que nossos gestores municipais possam ver a importância do esporte local”.

As existências de parceiras públicas e privadas para implementação das Políticas Públicas segundo o gestor *“não existem”*. As atividades realizadas pelo gestor se dão por meio de apoio das comunidades da zona rural e zona urbana.

Os recursos utilizados para as atividades são escolhidos pelo prefeito. De acordo com o entrevistado *“a gente faz o planejamento do calendário esportivo, o prefeito prioriza alguns e libera o recurso, para alguns. Os outros, a gente faz com parceria das comunidades, com dirigentes das equipes, com as equipes, é assim que a gente trabalha.”*

Questionado sobre a existência de orçamento específico para o esporte e lazer o entrevistado afirmou que na prefeitura do município *“existe, mas é um recurso abstrato, a gente não tem o poder de trabalhar com esse recurso”*. Afirma ainda que *“nós temos um valor de 300 mil reais, verdadeiramente neste ano, eu não tive 20 mil reais para trabalhar o esporte local. Não é nem sequer 10% desse recurso, então é muito difícil trabalhar”*. No município não existe uma lei específica para o esporte e lazer. Com as Políticas Públicas implementadas, o gestor afirma que os objetivos estão sendo alcançados *“porque a gente tem feito um esforço, mesmo sem os gestores locais priorizarem o esporte”*.

Categoria D: Avaliação

As avaliações das Políticas Públicas são realizadas sempre após a realização de eventos. De acordo com o gestor: *“depois que faço um evento, pego a equipe e trabalho uma enquete para saber a aceitação e depois repasso para o prefeito”*.

A dificuldade encontrada nas avaliações é a *“falta de apoio e de reuniões entre os secretários para avaliações e sugestões das atividades”*.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o futuro o gestor, espera-se que haja um trabalho nas escolas em várias modalidades e não só no futebol e futsal. Afirma que *“a gente precisa que tanto o Secretário de Estado, como o de Educação e de Desporto, bem como o Municipal, possam trabalhar as modalidades esportivas dentro das escolas”*.

3.8. Feijó

Categoria A: Análise da Situação

Nesse município há uma secretaria específica a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer do Município de Feijó. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município desde 2009. Não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem das propostas apresentadas. Para ele, o desporto no município estava esquecido e o prefeito deu uma estrutura para o trabalho ser realizado. A prioridade é *“trabalhar o esporte envolvendo a maioria da juventude do município de Feijó”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, as estratégias na formulação das Políticas Públicas utilizadas são contatos e reuniões realizados com os empresários locais, a fim de firmar parcerias entre eles e a prefeitura para execução de diversos campeonatos.

Afirma ainda que, para formulação das políticas *“houve a participação da comunidade, dos empresários, mas a participação maior é da prefeitura”*.

O gestor não deu muitos detalhes a respeito das prioridades adotadas se limitando a dizer que *“a gente faz um projeto e apresenta ao prefeito juntamente com a parceria dos comerciantes”*. Atualmente realizam *“campeonatos de futsal, campeonato feminino, campeonato sub-17, campeonato da futebol da primeira e segunda divisão”*, este último com 15 equipes inscritas.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria C: Implementação

A maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas está na questão política partidária, apesar de o entrevistado afirmar *“não sou partidário, faço meu trabalho junto com a população aqui de Feijó, recebo qualquer pessoa aqui na minha secretaria”*. O estádio municipal é cedido para ações do governo do Estado como Jogos da Floresta, além dos Jogos Escolares.

As parcerias para implementação das Políticas Públicas existem. A parceria privada *“se dá com os comerciantes, que dão em material esportivo como bola, bandeiras, redes”* e a parceria pública se dá *“com o governo do Estado por meio da Lei de Incentivo”*.

Os recursos utilizados para as atividades são da Prefeitura, *“que entra com uma parte em dinheiro para pagar os árbitros, para manter o campeonato no município e manter o lazer para juventude”*.

Sobre recursos financeiros específicos para o esporte e lazer, afirma que há recursos e *“dentro do orçamento, os valores variam de um ano para outro”*.

No município não existe uma lei específica para o esporte e lazer.

Quanto aos objetivos propostos com a implementação das Políticas Públicas, afirma que estão sendo alcançados principalmente pelo apoio que recebe do Prefeito. O gestor afirma que *“o município conta com 16 quadras em todos os bairros da cidade e todo final de mês, com o apoio do Prefeito, distribuo duas bolas em cada quadra para a juventude ir se mantendo para esquecer as drogas e a bebida”*.

Categoria D: Avaliação

Sobre realização de avaliações das Políticas Públicas o gestor foi enfático ao dizer *“nunca fizemos uma reunião interna, nem nada”*. A forma de avaliar é a quantidade de pessoas presentes nos eventos esportivos.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o futuro o gestor, propõe que *“os novos prefeitos olhem para nossa juventude que tanto espera por um futuro melhor”*.

3.9. Mâncio Lima

Categoria A: Análise da Situação

Neste município, não há uma secretaria específica de Esporte e Lazer, funciona como um setor vinculado à Secretaria de Educação. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município desde 2008. Não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas.

Para ele, o fato de o município estar localizado em uma região de fronteira com outros países, *“o índice de criminalidade e de drogas é muito grande”*. Isso faz com que haja uma preocupação em *“trabalhar com a juventude para auxiliar no crescimento e no desenvolvimento dessa pessoa, de um lado positivo praticando esporte se exercitando, tendo um bom crescimento espiritual”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, a estratégia utilizada para a formulação das Políticas Públicas foi a realização de atividades que *“já fazem parte de nossa cultura”* como campeonatos e torneios nas comunidades. Nesta gestão existe um programa chamado Rede da Cidadania em que *“a gente trabalha com crianças de várias faixas etárias nas modalidades de futebol de salão, futebol de campo, violão, aulas de informática e outras”*.

O processo de escolha das ações a serem desenvolvidas segundo o entrevistado, *“partiu da iniciativa da gestão atual, da equipe atual do Prefeito, percebendo necessidade de trabalhar a área esportiva e cultural, e a gente elaborou alguns projetos para serem executados nesta gestão”*.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o gestor, uma das prioridades adotadas pelo município na implementação das Políticas Públicas foi de *“trabalhar com modalidades que eram realizadas anteriormente como o futebol de salão, o futebol de campo, o futebol society, para ver se futuramente terá algum jogador representando o estado ou o município”*. Houve uma continuidade das políticas do governo anterior e outras foram adotadas como o campeonato de futebol e de futsal e eventos nas comunidades rurais.

Categoria C: Implementação

Para o gestor, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas está no orçamento do município que é pequeno e também a falta de uma secretaria específica para o esporte e lazer, *“pois acredito que se tivesse uma secretaria específica para o esporte, teria mais facilidade de conseguir recursos diretamente no Ministério do Esporte”*.

Sobre as parcerias para implementação das políticas de esporte e lazer, o gestor afirma *“as parcerias com o comércio local existem, mas ainda são poucas e com o Estado a parceria se dá por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte”*.

As fontes de financiamento para o esporte se dão por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. São apresentados os projetos que dependem de aprovação, além de projetos que são enviados para a Secretaria de Educação que também dependem de aprovação.

Sobre o tema orçamento, o entrevistado não demonstrou segurança, pois ao ser indagado se há no município orçamento específico para o esporte, ele afirmou: *“eu acredito que sim, mas a gente por trabalhar dentro da Secretaria de Educação, a gente é dependente do recurso enviado”*. Ele afirma ainda que o valor é dividido entre Educação, Esporte e Cultura.

No município existem duas leis específicas para o esporte, sendo *“uma para a realização do calendário esportivo e outra para a realização de uma corrida pedestre que é realizada no aniversário da cidade”*.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Quanto aos objetivos, o gestor afirma que *“estamos alcançando nossos objetivos que a gente sentou e elaborou, os nossos projetos para a gestão atual, e está sendo de grande valia e utilidade para o nosso município”*.

Categoria D: Avaliação

Sobre as avaliações das Políticas Públicas, o gestor afirma que *“avalia aquele evento que foi realizado”* e questionado sobre os critérios utilizados, sustenta que *“o principal critério utilizado é a presença do público”*.

As dificuldades encontradas nas avaliações é a ausência das lideranças locais e lideranças comunitárias nestas reuniões.

Para o futuro, o gestor espera um resultado positivo junto à comunidade e que *“façam bom proveito do patrimônio público que hoje temos. Que possam representar o município onde estiverem e que seja bem representado com essas Políticas Públicas que foram implantadas no município local”*.

3.10. Manoel Urbano

Categoria A: Análise da Situação

No município de Manoel Urbano há uma secretaria específica, Secretaria Municipal de Esportes, criada em 2011. O gestor não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas.

Para ele, a importância do desporto está em trabalhar em parcerias com as escolas e com a comunidade para buscar alternativas para a população.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do entrevistado, uma das estratégias utilizadas *“é trabalhar com crianças em diversas modalidades de esporte vôlei, handebol, atletismo”*. Outra meta da Secretaria de Esportes em 2011 foi dar apoio à

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

equipe de futsal do município para disputar competições oficiais. De acordo com ele, *“foi feito um projeto, a Prefeitura bancou esse time, foi campeão e conseguiu acesso à primeira divisão do futsal acreano. Neste ano de 2012 vai representar Manoel Urbano na primeira divisão”*.

Para a formulação destas políticas, *“o Secretário busca ouvir diretores de escolas, associações, presidentes de bairros, lideranças, para que daí seja o ponto de partida para execução das ações”*.

Para o entrevistado, *“o esporte é a porta para muitas coisas boas, para a educação”* e *“a prioridade da Secretaria é valorizar sempre a terceira idade e as crianças que estão começando”*.

Outra prioridade destacada foi a de incentivar a comunidade em geral a elaborar projetos para obtenção de financiamento com base na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Em relação às atividades da gestão anterior, houve uma continuidade naquilo que estava dando certo e mudanças em outras que precisavam de melhorias nas ações realizadas.

Categoria C: Implementação

O gestor sustenta que a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas está na *“falta de dinheiro para poder executar”*. As ações realizadas acontecem por meio da parceria com o governo estadual beneficiando-se assim, da Lei de Incentivo ao Esporte. Quanto a parcerias privadas, não existem, pois *“ainda tem aquela cultura do empresariado local de não procurar investir porque é uma coisa que não tem retorno, porque a questão da mídia e da publicidade ainda é pouco na nossa região, e não tem lucro para ele”*.

As fontes de financiamento para o esporte no município *“são do governo do estado, de parcerias e de recursos próprios, e de emendas que são passados da União para a prefeitura”*.

Sobre orçamento, o entrevistado afirma que há um recurso definido, mas isso não quer dizer *“que vai acontecer”*.

Sobre leis específicas para o esporte, pelo seu conhecimento não há.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Quanto aos objetivos estarem sendo atingidos, o gestor afirma que *“na medida do possível sim, naquilo que foi projetado dentro do que se esperava, foi alcançado”*.

Categoria D: Avaliação

As avaliações das Políticas Públicas são realizadas após a execução dos eventos, com a presença da comunidade, com lideranças, com presidentes de bairros, com igrejas, lideranças religiosas e a própria gestão, momento em que se avalia se as metas foram alcançadas. Os critérios utilizados segundo o gestor, *“é a quantidade de pessoas que participaram do evento”*.

Para o futuro o gestor, espera dar continuidade às políticas que estão dando certo, novos projetos e um novo cronograma serão elaborados para 2013 e *“será muito melhor daquilo que se passou no ano de 2011/2012”*.

3.11. Plácido de Castro

Categoria A: Análise da Situação

Nesse município há uma secretaria de esporte e lazer, mas que também engloba o turismo. É a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, criada no ano de 2000. Há um Secretário e o entrevistado é o responsável pela gestão do Desporto e Lazer do município desde janeiro de 2004. Não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas. Segundo afirma, *“na época, quem participou foi o Secretário de esportes”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Para a formulação das Políticas Públicas, o gestor afirma que ao assumirem a Prefeitura houve uma primeira reunião com toda a equipe e posteriormente *“o Secretário se reuniu com os desportistas e traçou algumas*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

metas”. Quanto à participação da comunidade na formulação das Políticas Públicas *“foi convidada toda a população e principalmente os desportistas”*.

O entrevistado afirma que *“a Secretaria priorizou a realização de campeonatos de futebol de campo e futsal”*. Afirma ainda que *“a primeira atividade logo no início do ano é o aniversário do município, momento em que são feitas várias atividades desportivas, como corrida pedestre, corridas ciclísticas, torneios de dominó, torneios de vôlei, pingue-pongue, e depois os campeonatos”*. Em relação às atividades da gestão anterior, houve uma continuidade das ações e do grupo político.

Categoria C: Implementação

Para o entrevistado, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas *“é a questão de patrocínio do comércio. Infelizmente, em nosso comércio ainda são poucos os que contribuem, e assim mesmo, ainda é pouca a contribuição”*.

As ações realizadas acontecem por meio de parceria entre o governo e Prefeitura, além da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte aberta a toda comunidade.

A fonte de financiamento para o esporte segundo o entrevistado, *“é o município que banca todo o dinheiro”*.

Sobre recursos específicos no orçamento para o esporte e lazer, o gestor afirma que não tem conhecimento se há recursos e que *“talvez o Secretário tenha, mas não me passou, não”*.

Sobre leis específicas para o esporte, afirma que não existem.

Quanto aos objetivos estarem sendo atingidos, o gestor afirma que *“nem todos. Em parte a gente conseguiu fazer o planejamento, mas infelizmente nem tudo foi possível de ser realizado”*.

Categoria D: Avaliação

Sobre as avaliações das Políticas Públicas, o gestor afirma que são *“internas, com o Secretário e o Diretor”*. A dificuldade encontrada para realizar avaliações segundo ele, *“parte da gente mesmo. Deveríamos ter consciência que a gente precisa avaliar para saber como foi realizado, se está a contento ou não”*.

Para o futuro, o gestor espera que o município cresça muito na área de esporte, pois tira muitos jovens do mau caminho. Espera que os próximos gestores *“tenham essa consciência de que a gente precisa melhorar muito na área de esportes. Temos que pensar em nosso município, e que a gente volte a crescer com o esporte de base”*.

3.12. Porto Acre

Categoria A: Análise da Situação

Nesse município a Secretaria de Esporte e Lazer funciona junto à Secretaria do Planejamento. É a Secretaria Municipal de Planejamento, Esportes e Lazer. O entrevistado está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município há pouco tempo. Não participou da 1ª Conferência de Esporte além de não ter conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas. Para ele o esporte e o lazer *“são atrativos e ferramentas para resgatar a saúde e o bem estar social, além de serem facilitadores do resgate dos jovens e até mesmo da terceira idade”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

O gestor não foi muito específico ao citar quais foram as estratégias para formulação das Políticas Públicas. Afirma que anteriormente *“não havia uma área específica de esporte e lazer”* e estão se adaptando. Quanto à

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

participação da população afirma que realizaram uma audiência pública e *“houve sim, a participação direta da comunidade”*.

O entrevistado afirma que uma das prioridades estabelecidas foi a *“realização de campeonatos de futebol de campo, futsal e voleibol e atividades como basquete e handebol ainda pouco difundidas, existindo até certo preconceito da população em querer executar”*. Mesmo assim, tentam implementá-las e vêm gradativamente conseguindo seus objetivos.

Categoria C: Implementação

O entrevistado citou duas grandes dificuldades encontradas para implementar as Políticas Públicas de esporte e lazer. Na primeira, afirma que *“pelo município ser pequeno, há pouca captação e é difícil uma verba exclusiva para o esporte. Querendo ou não sempre fica em segundo plano”*. E a segunda dificuldade *“é a falta do hábito das pessoas em se mostrarem dispostas ao esporte”, que ele vê como um problema*.

Sobre as parcerias privadas afirma que *“existem alguns comerciantes que fazem doações”*.

As fontes de financiamento para o esporte e lazer são provenientes de um recurso exclusivo que a Prefeitura torna disponível, além de uma parcela que vem da Secretaria de Esportes do Estado como auxílio para compra de troféus, uniformes, bolas e redes.

Sobre orçamento, o entrevistado afirma que há recursos e que giram em torno de R\$ 4.500,00 reais por ano.

No município não há leis específicas para o esporte e o lazer, e quanto aos objetivos, o gestor afirma que estão sendo cumpridos.

Categoria D: Avaliação

De acordo com o gestor, as avaliações são realizadas e o critério utilizado é a comparação do número de inscrições nos eventos e as participações dos anos anteriores em relação ao atual.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Afirma que no passado havia pouco incentivo *“e que para o futuro, esperamos um maior incentivo tanto do Ministério do Esporte, quanto da Secretaria para implementar e incentivar o esporte”*.

3.13. Rio Branco

Categoria A: Análise da Situação

No município de Rio Branco, capital do estado, não há uma secretaria específica de esporte e lazer. Existe a Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, na qual são estruturadas as áreas de Arte, Patrimônio, Turismo e também Esporte e Lazer.

O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer do município desde o final de 2006 e participou da 1ª Conferência de Esporte em sua fase estadual, pois o município não fez a etapa municipal, participando somente na fase estadual. Tem conhecimento do documento final e concorda com as propostas *“porque foi exatamente uma construção coletiva e uma conferência delibera propostas que são construídas na coletividade, ou seja, traduz o anseio de uma comunidade”*.

Para o entrevistado, participar da gestão pública, governar, significa eleger prioridades e em um município pequeno como Rio Branco, apesar de ser a capital do estado, algumas áreas apresentam necessidades prementes em relação a outras como, por exemplo, a área de infraestrutura. Sendo assim, estas acabam alçando o topo da lista de prioridades. Ele afirma que *“a área social, a área de humanas, por exemplo, como cultura, esporte e lazer, tem sua prioridade na medida em que outras prioridades são atendidas também”*.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, as estratégias ainda estão em formulação, pois o que se entende é que o desenvolvimento pleno de uma política de esporte e lazer no município, *“não se dá de uma hora para outra, não entendo*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

como acabada, eu acredito que ela seja dinâmica e esteja constantemente sendo avaliada e reformulada”. No ano de 2005 houve o lançamento de uma Política Nacional de Cultura, em que o município aderiu a um protocolo de intenção da criação de um Sistema Municipal de Cultura e o esporte fazendo parte dessa política.

Atendendo a uma demanda nacional para a construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer e seu Plano Nacional de Esporte e Lazer, o município de Rio Branco, seguindo este mesmo caminho, começou a construção dessa proposta e para isso usou mecanismos de participação popular como fóruns, conferências com a participação de entidades administradoras de esporte e lazer, as entidades de práticas, os agentes sociais e a comunidade de uma forma geral. A participação da comunidade *“se deu por meio da participação direta da sociedade civil, exatamente por conta dos resultados dessas conferências”*.

O entrevistado afirma que as prioridades estabelecidas na implementação das Políticas Públicas *“se deram a partir do 1º Fórum Municipal de Cultura realizado em 2005, no qual a área de esporte, por meio de suas diversas manifestações, de suas modalidades, nas diversas reuniões e encontros, apontou uma série de necessidades e anseios da área a curto, médio e longo prazo. Entendemos isso como prioridade que serviu para o estudo e a construção de nossa política pública de esporte e lazer levando em conta o Sistema Municipal de Esporte e Lazer criado aqui no nosso município”*.

Em relação às políticas desportivas anteriores, afirma que este é o segundo mandato de uma mesma gestão, sendo que ao assumirem o primeiro mandato *“não tínhamos nem o aceno, nem o indicativo para uma política de esporte e lazer, então houve uma ruptura, sim. A partir daí, começamos a estudar, a propor e a implementar uma política pública de esporte e lazer”*.

Categoria C: Implementação

Para o gestor, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas está na questão orçamentária, para estabelecer as ações,

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

atividades, programas e projetos, porque *“não sendo uma das prioridades absolutas, obviamente o orçamentário, o financeiro fica para a medida do possível”*.

Em relação às parcerias pública e privada, para implementação das Políticas Públicas, afirma que existe tal parceria com governo do estado e também com o governo federal, utilizando-se de convênios com o Ministério do Esporte. Isso fica comprovado em sua resposta *“eu diria que não daria para a gente sobreviver sem a parceria com o governo do estado e com o governo federal”*. Por parte da iniciativa privada, acontece com base na Lei de Incentivo ao Esporte.

As fontes de financiamento para o esporte perpassam pela Lei de Incentivo ao Esporte, em que 3% da arrecadação anual do ISS – Imposto Sobre Serviços, e do IPTU – Imposto Predial, Territorial e Urbano, são repassados para financiamento da respectiva lei. Assim como pelo fundo municipal de cultura, que é dividido com o fundo municipal de esportes. No ano de 2012, foram captados R\$1.200.000,00 com a Lei de Incentivo e mais R\$ 300,00 com o Fundo Municipal, perfazendo um total de R\$ 1.500.000,00.

Estes valores fazem parte do orçamento municipal e o gestor afirma que são divididos com a Cultura, com o Patrimônio e o Turismo e não chega a 1,5% da arrecadação do município, o que considera um valor relativamente baixo.

De acordo com o gestor no município, existem duas leis específicas para o esporte, *“sendo a Lei de Incentivo à Cultura e ao Desporto, que é uma lei agregada e precisa ser desmembrada e ter uma específica para a Cultura e outra para o Desporto. A outra lei é o Fundo Municipal de Esportes que apesar de estar criada, precisa ser regulamentada e estabelecer a fonte de captação”*.

Quanto aos objetivos, o gestor afirma que é muito cedo para dizer se foram alcançados por se tratar de um processo dinâmico e em constante construção, ainda que os resultados demonstrem consistência, pois *“garante uma participação direta, ampla e irrestrita da sociedade civil por meio de suas representações”*.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria D: Avaliação

Sobre as avaliações das Políticas Públicas, o entrevistado afirma *“que é um processo relativamente novo e que ainda está em construção, mas que tem três grandes instrumentos de avaliação, que são exatamente as instâncias de participação da sociedade civil, que são as câmaras setoriais, a Comissão Executiva e a Conferência Municipal”*. O primeiro são as câmaras setoriais, em que os conselheiros são moradores do município de Rio Branco, bastando estarem registrados no Cadastro Desportivo e de Lazer do Município. São divididas em suas diversas manifestações.

A seguir, tem a Comissão Executiva que junto ao gestor, faz a gestão das propostas deliberadas no Fórum de Esporte e Lazer, e reúne todos os segmentos esportivos deliberando em primeira instância. E por fim, o outro instrumento é a Conferência Municipal de Esporte e Lazer que considera instâncias de participação, portanto de avaliação também, na medida em que acontece a participação de forma democrática, direta. Sobre os critérios utilizados para estas avaliações, afirma que *“é exatamente a participação”*.

Sobre problemas encontrados nas avaliações, ele afirma que um dos principais *“é a falta de participação, pois se houvesse uma participação maior das entidades, das pessoas, dos agentes diretos, tudo se daria de forma melhor e teria melhores resultados”*.

Para o futuro o gestor, mostra-se confiante que o projeto iniciado nesta gestão tenha continuidade e afirma *“temos um horizonte muito vislumbrado, propício e promissor para que a gente consiga estabelecer, implementar, desenvolver e ter grandes frutos através da política de esporte e lazer”*. Há possibilidade de grandes investimentos para implementação de programas e projetos e de acordo com o gestor *“uma proposta de criação do órgão gestor de esporte e lazer no município”*.

3.14. Rodrigues Alves

Categoria A: Análise da Situação

No município estudado, não há uma secretaria específica de Esporte e Lazer, funciona como um departamento vinculado à Secretaria de Educação. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer desde 2009. Não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas.

Para ele, o desporto é essencial pois *“traz saúde, educação, interação entre alunos e é uma coisa que todo mundo gosta de praticar.”*

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, o trabalho de formulação das Políticas Públicas começou com o coordenador anterior e logo ao assumirem a prefeitura, *“nos sentamos com as pessoas que trabalham com esporte no município e também com pessoas que trabalham com a lei de incentivo”*. Foram analisados os pontos críticos e analisadas as modalidades preferidas pela população. O futebol de campo foi o primeiro, seguido pelo futsal.

Houve participação da população para implementação e execução das Políticas Públicas e de acordo com o entrevistado *“fizemos um Congresso Municipal, do qual participaram pessoas da zona rural e do município”*. A equipe de Assistência Social do Município trabalha em conjunto com o Desporto, inclusive em eventos para a população.

Para o gestor, *“uma das prioridades adotadas pelo município nos dois primeiros anos foi trabalhar com escolinhas de futebol, que tinham aproximadamente 200 crianças”*. Em relação às atividades da gestão anterior, houve uma continuidade e avanço nas ações dando sequência à realização de campeonatos de futebol na primeira e na segunda divisão nas categorias sub-20, principal, máster e entre as escolinhas do município na categoria sub-14.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria C: Implementação

O entrevistado citou que uma das principais dificuldades encontradas na implementação das Políticas Públicas *“é a falta de recursos financeiros”*, o que torna muito difícil o trabalho, pois ficam em situação de total dependência de recursos da Prefeitura e da Lei de Incentivo que serve para complementar.

O município possui uma quadra e um campo de futebol tornando-se fácil a realização das atividades. Para o gestor, o problema maior são as competições na zona rural, pois muitas vezes a Prefeitura não disponibiliza recursos financeiros, impossibilitando o deslocamento até essas regiões.

Sobre as parcerias privadas afirma que às vezes o município faz parcerias com os comerciantes locais. Sobre parceira pública afirma que apenas uma vez foi aprovado um projeto pela Caixa Econômica Federal, que é um banco do governo federal, e do governo estadual por meio da lei de incentivo. O gestor afirma que para que haja mais parcerias, *“os nossos governantes devem olhar com mais carinho, o esporte. Os nossos deputados federais com o governo do estado poderiam fazer mais projetos que viessem beneficiar realmente as prefeituras”*.

As fontes de financiamento para o esporte e lazer são provenientes dos recursos da Prefeitura e da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.

Sobre a existência de recursos financeiros específicos para o esporte e lazer no orçamento, o entrevistado afirmou que *“não é destinado anualmente. Ele vem para a educação e quando a gente precisa fazer um evento, a gente envia um ofício para o Secretário para ver se é atendido ou não”*. Afirma ainda, que a falta de recursos específicos para o esporte e lazer no orçamento é por *“falta de interesse do poder público. Por exemplo: os vereadores poderiam criar uma Secretaria de Esporte e Lazer”*. Outra dificuldade encontrada pelo gestor é a falta de recursos humanos, que fica evidente quando ele diz *“faltam pessoas que nos ajudem”*.

Sobre leis específicas para o esporte, afirma que não existem.

Quanto aos objetivos serem atingidos ou não, o gestor confirma que estão sendo cumpridos e com o apoio do departamento de esportes do

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

município, da Secretaria de Educação do Município, do governo estadual e das gestões anteriores, conseguiram participar dos jogos escolares nas fases municipal, estadual e nacional.

Categoria D: Avaliação

Sobre as avaliações das Políticas Públicas, o gestor afirma *“a gente se reúne todo final de ano, faz um levantamento e o que está dando certo continua, e aquilo que não está dando certo, a gente procura melhorar”*. Para reunião de avaliação, são convidadas as ligas, a população, o Poder Público e o Departamento de Esportes do Município. Sobre as dificuldades encontradas nas avaliações revela que *“a grande dificuldade é a falta das pessoas na reunião”*.

Para o futuro, afirma: *“espero que cada vez mais o nosso esporte se desenvolva, não só na área do esporte mas na área de educação também e que o município receba mais recursos para implementar as políticas e valorizar não só a sociedade de Rodrigues Alves, mas sim todos os jovens que merecem um futuro melhor dentro do esporte”*.

3.15. Senador Guiomard

Categoria A: Análise da Situação

No município de Senador Guiomard, há uma secretaria específica de esporte, sendo a Secretaria Municipal de Esportes. O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer desde 2010, não participou da 1ª Conferência de Esporte e não tem conhecimento do documento final nem mesmo das propostas apresentadas.

Sobre a importância do desporto, o entrevistado diz: *“estamos valorizando aquelas crianças mais carentes do nosso município”*. Afirma ainda que *“no município onde não existia escolinha, hoje já existe, onde não existia o lazer, tanto na zona urbana quanto na zona rural, hoje já existe”*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, para a formulação das políticas de esporte e lazer *“reuniu com os coordenadores de cada categoria esportiva e fez um calendário esportivo”*. Foram criadas novas ligas esportivas e na formulação houve a participação de pessoas ligadas ao esporte, professores de Educação Física e diretores de escolas. Quanto à participação da comunidade, o gestor conta que *“teve a participação das pessoas que gostam do esporte, dos professores de Educação Física e dos diretores de escolas”*.

Para o gestor *“as prioridades são atividades de capoeira, kung-fu, jiu-jitsu, voleibol de areia, voleibol de quadra, futsal, futebol de campo e natação para senhoras da terceira idade”*. Também realizam um campeonato de futebol de campo com seis equipes da zona urbana e trinta e duas equipes da zona rural. Em relação às atividades da gestão anterior, o entrevistado afirma que *“estamos numa nova gestão mas aqui há oito anos que não existia esporte”*.

Categoria C: Implementação

O entrevistado citou que uma das principais dificuldades na implementação das políticas de esporte e lazer é o pouco recurso financeiro da Prefeitura, pois não tem apoio do governo estadual.

Outro problema encontrado é a falta de uma parceria com o governo estadual, e afirma que a Lei de Incentivo ao Esporte, do ponto de vista da gestão municipal, é errado, pois o governo repassa o bônus para a realização do projeto, não há uma fiscalização e o projeto não é realizado, mas o dinheiro é liberado. Ainda sobre parceria com o governo estadual, afirma que têm muitas dificuldades *“porque a Prefeitura é oposição”*.

Sobre as parcerias privadas revela que *“às vezes fazem parcerias com os comerciantes locais, mas nunca é aquilo que eles esperavam ser”*.

A fonte de financiamento para o esporte é proveniente de uma lei municipal que destina no orçamento, uma porcentagem da arrecadação do

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

município para o esporte. Esse valor gira em torno de R\$ 160.000,00 para o ano. Essa é a única lei específica para o esporte no município.

Quanto aos objetivos, afirma que depois que assumiu a gestão, estes estão sendo atingidos.

Categoria D: Avaliação

De acordo com o gestor, as avaliações são realizadas nos eventos quando é convidada a população, dirigentes de equipes, professores das diversas categorias.

Para o entrevistado, a grande dificuldade é a parceria com o governo do Estado, pois *“a gente ajuda o governo e na hora que a gente precisa que o governo nos ajude, não somos bem reconhecidos.”*

Para o futuro, espera que a área de esporte continue sendo modificada e tem uma previsão para a construção da Praça da Juventude e de uma piscina semiolímpica para atender os bairros do município.

3.16. Xapuri

Categoria A: Análise da Situação

O município possui uma Fundação Municipal de Cultura e Desporto. Nela há uma diretoria para o Esporte e Lazer e outra diretoria para a Cultura.

O gestor está à frente da gestão do Desporto e Lazer há seis anos, participou da 1ª Conferência de Esporte, mas não tem conhecimento do documento final, pois compareceu apenas como membro e o Secretário era outro.

Para ele, a importância do desporto nesta gestão é trabalhar *“a questão do esporte e lazer, na qualidade do esporte de rendimento como também o de inclusão social”*.

Um grande problema encontrado no município é *“a evasão da escola, além do consumo de droga, do alcoolismo, da prostituição infantil, então esse*

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

trabalho, a gente fez basicamente em cima dessa problemática que existia dentro de Xapuri”.

Categoria B: Formulação das Políticas Públicas

Pelas afirmações do gestor, houve uma reunião entre o Ministério Público e a Fundação Municipal de Cultura e Esporte, pois o município de Xapuri estava com altos índices de evasão escolar, consumo de drogas, alcoolismo, prostituição infantil, e a partir dessa reunião traçaram algumas linhas de ação. Foram para os bairros desenvolver o esporte em nível de iniciação esportiva, nas diversas modalidades, selecionando alunos/atletas para o esporte de alto rendimento. As ações têm a participação da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social e do Ministério Público, que é o agente que faz o diagnóstico das áreas de risco.

Em relação às políticas desportivas anteriores, afirma que *“não foi realizado trabalho nenhum em cima do esporte e lazer e nem o esporte como inclusão social”.*

Categoria C: Implementação

Para o entrevistado, a maior dificuldade encontrada para a implementação das Políticas Públicas *“é a questão orçamentária”.* Hoje a Fundação está inadimplente com o governo federal e os recursos são da própria Prefeitura.

As parcerias ocorrem *“somente com o governo estadual e não existe qualquer parceria com o setor privado”.*

As fontes de financiamento para o esporte são provenientes da prefeitura e da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Sobre orçamento, o entrevistado afirma que *“há recursos destinados para a Educação que os repassa para a Fundação, e são utilizados para o esporte, manutenção de quadras e também para outras atividades culturais”* como festa do vinho, carnaval, dentre outros.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Sobre leis específicas para o esporte, afirma que não existem no município, e quanto aos objetivos estarem sendo atingidos, afirma que *“sem dúvida nenhuma, mas que tem muito o que ser feito ainda”*. O esporte de alto rendimento já mudou, inclusive, com uma equipe profissional de futebol participando do campeonato estadual.

Categoria D: Avaliação

Pelas respostas dadas pelo gestor, não ficou clara a forma de avaliação das Políticas Públicas de esporte e lazer. Para ele a maior dificuldade encontrada é executar as ações previstas, por falta de pessoas com formação específica para determinadas áreas, sendo necessário mais treinamentos para os voluntários.

Para o futuro, o gestor afirma: *“espero que o município continue desenvolvendo um trabalho para sanar a questão das drogas, a questão da evasão na escola, a questão da prostituição infantil, do alcoolismo e que no futuro possamos direcionar a tudo aquilo que é de bom no lado social, no lado da cultura e no lado do esporte em nosso município”*.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4. Discussão dos resultados

Esta etapa do trabalho será uma tarefa interpretativa onde trabalhamos com os resultados obtidos nas entrevistas dos gestores, confrontados com o exposto na revisão de literatura, para obtermos os principais elementos para as conclusões.

Como referenciado anteriormente, a técnica utilizada para análise dos dados foi a análise de conteúdo e optamos por fazer a discussão dos resultados tendo como base as categorias definidas, “análise da situação”, “formulação das políticas públicas”, “implementação” e “avaliação”, com análise de cada uma das categorias separadamente.

4.1. Categoria A: Análise da situação

Análise da situação é um dos elementos da gestão onde o gestor terá um visão bem clara da situação, dos problemas existentes e das necessidades desportivas, pois *“cualquier planificación estratégica se inicia com um diagnóstico de la situación actual”* (Ricardo & Viñas, 2012, p. 132), para posteriormente formular um conjunto de variáveis e estratégias afim de solucioná-los como preconizado por Dye (2005), Subirats et al. (2008), Pasquino (2009).

Neste sentido o papel do gestor torna-se fundamental dentro desse processo, e vem de encontro com o pensamento de Pires (2007, p. 32) onde afirma *“o que se espera de um gestor é sua capacidade para gerir processos de mudança social e organizacional”*.

Além disso, Slack (1991, 1996) Chelladurai (1992) afirmam que os gestores destas organizações devem desenvolver um corpo de conhecimento sobre as diversas áreas do conhecimento, as estrutura e operações das organizações, e para DaCosta (1979) conhecer as funções administrativas de uma organização. Westerbeek & Smith (2002) sustentam que o gestor tem que

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

levar em conta a cultura da organização e que esta cultura pode ser aprendida para um melhor desempenho da organização.

Deste modo, as organizações que gerem o desporto, dentre elas as entidades públicas, necessitam ter uma real dimensão de sua importância e responsabilidade na gestão das políticas públicas.

Um dos objetivos desta categoria foi justamente conhecer as estruturas organizacionais do desporto e lazer nos municípios do Estado do Acre.

Em nosso entendimento, para a elaboração e efetivação de políticas públicas é necessário que haja uma estrutura organizacional adequada a cada necessidade. Assim, cada município deve eleger o modelo que considere adequado à prestação dos serviços desportivos, pois cada um possui características contextuais diferenciados, tais como o número de habitantes, o número de instalações desportivas, dentre outros.

Nos municípios estudados, encontramos tanto administração direta como administração indireta.

Uma secretaria faz parte da administração direta, órgão autônomo inserido na alta administração, diretamente subordinados a seus chefes. Estes órgãos têm ampla autonomia administrativa, técnica e financeira, caracterizando-se como órgãos diretivos, com funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência.

Quanto à esfera de atuação, é um órgão central, já que exerce atribuição no município. Em relação à estrutura, são considerados órgãos compostos, já que reúnem na sua estrutura outros órgãos agregados, menores e com função principal idêntica, com funções auxiliares diversificadas.

Quanto à função que exercem, são considerados órgãos ativos, que exercem funções primordiais, pois decidem, ordenam, dirigem e planejam. A essas instituições compete a formação e a manifestação originária da vontade do Estado, assumindo responsabilidade jurídica e política das decisões.

As ações realizadas por órgãos da administração direta ficam sujeitos às mudanças políticas da esfera governamental, padecendo de fragilidade em sua continuidade, a cada mudança nos principais escalões de governo.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por outro lado a administração indireta é composta por entidades que foram criadas com personalidade jurídica própria para realizar atividades de governo que necessitam ser desenvolvidas de forma descentralizada, sendo elas as autarquias, fundações, empresas e sociedades de economia mista, as quais se somam as participações societárias em entidades privadas.

Essas entidades da administração são descentralizadas, possuem autonomia administrativa, receita e patrimônio próprio.

A fundação pública possui regime jurídico, administrativo e econômico e todas as prerrogativas e sujeições que lhes são próprias. Como uma espécie de autarquia, possui orçamento próprio, funcionários concursados, autonomia financeira dentro do seu orçamento, procedimentos próprios de licitação e está submetida a controle pelo tribunal de contas, submetendo-se as mesmas regras das autarquias.

Desta forma, uma fundação possui ampla autonomia para buscar parcerias e recursos de terceiros no sentido de viabilizar a implantação de ações na esfera desportiva e de lazer.

Diferente dos órgãos públicos, que não podem selar contratos, as fundações podem gerar receitas próprias, obter outras rendas, além dos recursos do orçamento municipal ou estadual. Essas receitas adicionais podem ser integralmente aplicadas nas atividades da entidade.

Apesar da autonomia administrativa, o poder central não perde a capacidade de interferir na gestão. A fundação pública está sujeita aos mecanismos de controle da prefeitura, que têm por objetivo assegurar o cumprimento das metas fixadas nos atos de criação da entidade; harmonizar sua atuação com a política e programação do governo; zelar pela obtenção de eficiência administrativa e pela autonomia administrativa, operacional e financeira.

Nos 16 municípios estudados encontramos diversos tipos de estruturas como secretarias, departamentos, gerências, algumas específicas para o esporte e lazer e outras divididas nas mais diferentes pastas como Secretaria de Educação, Secretaria de Turismo, Secretaria de Assistência Social, descritas na tabela 3. Isso vai de encontro ao estudo feito por Mezzadri et al.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

(2007), que encontra também diversas estruturas organizacionais nos municípios estudados.

Tabela 3: Organização administrativa do esporte nos município do Acre

MUNICÍPIO	ESTRUTURA
Acrelândia	Departamento de esporte vinculada a Secretaria de Assistência Social
Assis Brasil	Coordenação de Esporte e Lazer, vinculada diretamente à Prefeitura
Brasiléia	Gerência de Esportes vinculada a Secretaria de Educação
Bujari	Secretaria de Cultura. Esporte e Lazer
Capixaba	Coordenação de Esportes, vinculada diretamente à Prefeitura
Cruzeiro do Sul	Departamento de Esportes da Prefeitura de Cruzeiro do Sul
Epitaciolândia	Secretaria Municipal de Esportes
Feijó	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
Mâncio Lima	Setor de Esporte, vinculada a Secretaria de Educação
Manoel Urbano	Secretaria Municipal de Esporte
Plácido de Castro	Secretaria de Lazer, Esporte e Turismo
Porto Acre	Secretaria Municipal de Planejamento, Esporte e Lazer
Rio Branco	Fundação Municipal de Cultura
Rodrigues Alves	Departamento de Esporte vinculado a Secretaria de Educação
Senador Guimard	Secretaria Municipal de Esportes
Xapuri	Fundação Municipal de Cultura e Desporto

Ao propormos estudar as políticas públicas de esporte e lazer a partir da 1ª Conferência de Esporte se faz necessário termos a noção do grau de conhecimento que os gestores têm das deliberações emanadas da referida conferência. No discurso dos gestores a grande maioria não participou e sequer têm conhecimento do resultado final. Isso fica evidente nos depoimentos onde 14 entrevistados afirmam que não participaram e não conhecem o documento final. O gestor do município de Xapuri afirma que participou mas não conhece o documento final, diferentemente do gestor do município de Rio Branco que afirmou que participou e tem conhecimento do

documento final *“porque participamos da elaboração inclusive da construção coletiva”*.

Em um trabalho realizado por Silva (2009) mostra que de 34 conferências nacionais realizadas em diversas áreas no período de 2003 a 2006, 22% não enviaram o documento final aos participantes, e a autora afirma que *“o que é feito dos resultados das conferências ainda não é de conhecimento amplo”*.

Nosso caso específico de nosso trabalho, entendemos que a falta de conhecimento, esta relacionada ao tempo que os gestores estão à frente da gestão. Dos 16 entrevistados apenas o gestor do município de Plácido de Castro está desde 2004, apesar de não ter conhecimento do documento final.

Para realizar um planejamento eficaz é necessário detectar os possíveis problemas e concretizar diagnósticos. O objetivo de diagnosticar é possibilitar que os municípios desenvolvam projetos de melhoria e conheçam as informações mais relevantes sobre a situação na qual se encontram, passando pela avaliação da situação atual, partindo para a definição da estratégia e da elaboração dos planos para sua implementação (Gallardo & Jiménez, 2004).

Neste sentido as principais questões apresentadas pelos gestores remetem aos problemas sociais entre os jovens dos municípios do Estado:

- *“O momento que você está incluído na questão esportiva, você está esquecendo das drogas, tá esquecendo da marginalidade entre outras circunstâncias”*;
- *“É um trabalho social, para tirar os jovens das drogas, tirar os jovens da ociosidade, para que a gente tenha um jovem mais sadio, um jovem sem as drogas”*;
- *“O índice de criminalidade e de drogas é muito grande”*;
- *“A questão da evasão na escola, a droga, o alcoolismo, a prostituição infantil, então esse trabalho a gente fez basicamente em cima dessa problemática que existia dentro de Xapuri”*.

Os problemas relatados pelos entrevistados em seus municípios vem de encontro com os mesmos problemas apresentados em diversos países. De acordo com o Relatório Mundial da Juventude (Department of Economic and

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Social Affairs the United Nations, 2005), houve um aumento sem precedentes do uso de drogas no mundo, principalmente em contextos recreativos. A procura de substâncias ilícitas entre os jovens de países em desenvolvimento aumentou para níveis normalmente encontrados em países industrializados.

Em relação ao lazer, houve um reconhecimento crescente de sua importância e o papel que pode desempenhar na vida dos jovens em termos da promoção da inclusão social, o acesso e desenvolvimento geral. De acordo com o relatório os jovens estão cada vez mais buscando e encontrando novas maneiras de gastar seu tempo livre, tanto por necessidades como por opção. E um dos gestores mostrou essa preocupação em relação ao desenvolvimento afirmando *“trabalhar com a juventude para auxiliar no crescimento e no desenvolvimento dessa pessoa de um lado positivo praticando esporte se exercitando tendo um bom crescimento espiritual”*.

Além de problemas sociais, os problemas políticos e econômicos devem ser levados em consideração pelos gestores. Neste sentido apenas um dos gestores citou o desenvolvimento econômico como relevante:

- *“No dia que tem evento o município naqueles locais ali esta bastante movimentado, sem contar que várias pessoas vem ganhar seu dinheiro, vender suas coisas”*.

Outros valores como saúde e inclusão social foram citados. Esta relação entre desporto e saúde retoma a antiguidade (Sobral, 1988) e o reconhecimento da importância da prática desportiva parece estar definitivamente solucionado, pelo menos ao nível do discurso oficial (Prista, 2010). Isso fica claro nas palavras dos entrevistados quando afirmam que *“traz saúde, educação, interação entre alunos e uma coisa que todo mundo gosta de praticar”*; *“o esporte é importante pois ajuda a juventude, ajuda as crianças os jovens, o senhores idosos porque está praticando saúde”*.

Entretanto *“se pretendemos realmente utilizar o desporto, como meio de educação e proteção da saúde, temos que ter clareza suficiente acerca das suas particularidades e não admitir de antemão toda e qualquer prática desportiva como válida para toda e qualquer caso”* (Bento, 1988, p. 24).

Relativamente ao tema inclusão social, os gestores citaram: *“é você levando o esporte até a comunidade, promovendo a inclusão social”*; *“estamos valorizando aquelas crianças mais carentes do nosso município”*; *“a questão do esporte e lazer, na qualidade do esporte de rendimento como também o de inclusão social”*.

Esses discursos mostram que há um entendimento da importância do desporto, como defende Bento (2004) que mostra que o desporto toca em muitas vertentes da sociedade, como educação, saúde, prevenção, cultura, além de congregar valores de ordem biológica, psicológica, social dentre outros.

4.2. Categoria B: Formulação das políticas públicas

Dando continuidade a discussão dos resultados a categoria a ser analisada a seguir é a formulação das políticas públicas. Esta fase requer muita atenção pois corresponde ao momento em que os gestores escolhem as melhores estratégias, as principais prioridades e tomam as decisões que lhes parecem mais adequadas. Neste sentido, optamos por desmembrar esta categoria em 3 subcategorias, “Estratégias”, “Prioridades” e “Tomada de decisão”.

Para fundamentar esta decisão acerca das subcategorias, apoiamos em Saravia (2006, p. 33) que afirma que a formulação das políticas públicas *“inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro”*. Assim com base numa seleção entre alternativas politicamente aceitáveis e praticáveis, chega-se, finalmente, a uma decisão (Pasquino, 2009).

4.2.1. Subcategoria B1: Estratégias

De acordo com Mintzberg et al. (2006) estratégia trata-se da forma de pensar o futuro, integrada no processo decisório, com base em um procedimento formalizado e articulador de resultados. Estes procedimentos

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

podem ser os mais variados possíveis. No nosso estudo vários gestores afirmam que logo que assumiram suas funções, realizaram reuniões de planejamento. Isso fica evidente nas respostas dos entrevistados:

- *“conversei com a secretaria e com a prefeita para a gente fazer todo tipo de esporte”.*
- *“o secretário reuniu com os desportistas e traçou algumas metas”;*
- *“o secretario busca ouvir diretores de escolas, associações, presidentes de bairros, lideranças, para que daí seja o ponto de partida para execução das ações”.*
- *“houve uma reunião entre o Ministério Público e a Fundação Municipal de Cultura e Esporte e a partir desta reunião traçamos algumas linhas de ação”.*

Outros gestores da amostra não tiveram esta preocupação em realizar reuniões de planejamento, limitando-se a reproduzir ações anteriores e ainda outros nem sequer têm um projeto definido.

- *“Não tem aquele planejamento, a gente planejou em cima do que existia”;*
- *“Aqui é vinculada tudo sob a prefeitura e do secretario de finanças, nós não temos um projeto, nós não temos uma coisa assim feita”.*

Não é nossa função julgar, mas essas palavras mostram uma total falta de compromisso e neste sentido concordamos com Januário (2010, p. 316) onde afirma que *“a ausência de um Plano de Desenvolvimento Desportivo conduz as políticas públicas ao sabor das mais díspares circunstâncias e circunstancialismo sem qualquer base ideológica e direção estratégica”.*

Um dos objetivos desta categoria foi identificar a existência de mecanismos de participação dos diversos atores na formulação das políticas públicas. O tema participação está diretamente vinculado com o processo de democratização política (Jacobi, 1989) que foi impulsionada pela constituição de 1988 onde apresentou grandes avanços em relação aos direitos sociais e a

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

participação popular na formulação das políticas (Avritzer, 2012; Dagnino, 2004; Moroni, 2005).

A gestão participativa é um tipo de gestão que considera a participação de todos os colaboradores envolvidos no processo de decisão.

Esta participação pode-se dar através de práticas mais tradicionais como referendo, plebiscito, iniciativa popular, e também de novas alternativas como as conferências nacionais, o orçamento participativo, os conselhos gestores de políticas públicas, fóruns, audiências públicas e ouvidorias.

Mediante a participação de pessoas ou grupos, eles podem influenciar e estar presentes na agenda pública e também na formulação, execução e avaliação das políticas públicas (Lahera, 2004).

De uma maneira geral, pode-se afirmar que o discurso que permeia a fala dos entrevistados evidencia a participação de diversos atores, como se pode verificar a seguir.

- *“tem reuniões que a gente marca com os empresários e a comunidade”;*
- *“houve sim a participação direta da comunidade”;*
- *“teve a participação das pessoas que gostam do esporte, dos professores de educação física e dos diretores de escolas”;*
- *“participação da Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e do Ministério Público, que é o agente que faz o diagnóstico das áreas de risco”.*

Como podemos notar há diversos tipos de atores envolvidos na formulação das políticas públicas, podendo ser indivíduos, grupos de interesses e instituições (Dias & Matos, 2012; Howlett, 2000; Rocha, 2010; Secchi, 2012) .

Apesar dos gestores indicarem que existe participação da população, não ficou claro que a participação tivesse um impacto significativo na formulação das políticas públicas.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apenas um dos entrevistados afirmou que a comunidade foi preponderante na formulação das políticas, onde *“se deu através da participação direta da sociedade civil, exatamente por conta dos resultados dessas conferências”*. O gestor afirma ainda que em 2005 houve o lançamento de uma Política Nacional de Cultura e no município *“foi criado o Sistema Municipal de Cultura e conseqüentemente atendendo a área de esporte”*

Entretanto, alguns gestores mostram que a participação da população se torna indiferente na formulação das políticas:

- *“partiu da iniciativa da gestão atual, da equipe atual do prefeito, a necessidade de trabalhar a área esportiva e cultural, e a gente elaborou alguns projetos para serem executados nessa gestão”;*
- *“não foi preciso, porque eu quando assumi a gerência, eu já tinha uma boa visão, porque eu era jogador de futebol”.*

Infelizmente, ainda existem muitos gestores que adotam discursos ultrapassados e que não privilegiam a participação popular e o debate público.

Um estudo de Stigger (1998) mostra *“que na maior parte das políticas governamentais, o poder de decisão fica restrito ao poder instituído, representado pelos políticos e ou pelos profissionais técnicos, ficando a população fora do processo decisório. Dessa forma caracterizam-se as políticas desenvolvidas para a população, diferentes das desenvolvidas com a população”* (Stigger, 1998, p. 92).

4.2.2. Subcategoria B2: Prioridades

Um outro ponto levantado junto aos gestores foi analisar quais as prioridades adotadas para implementação das políticas públicas. Neste sentido é importante ressaltar as manifestações desportivas reconhecidas no País. A Constituição Federal reconhece o desporto educacional, o desporto de participação e o desporto de rendimento. Esta categorização tem origem em 1964 através do Conseil Internationale d'Education Physique Et Sports –

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

CIEPS, vinculado a UNESCO que conceituou e dividiu o desporto em três grandes áreas:

a) esporte de alto rendimento, esporte de alta competição ou esporte performance: abrange todas atividades esportivas baseadas na competição sob regras gerais, com o objetivo fundamental de buscar a superação, o recorde e a vitória. Exige alto grau de dedicação, tornando-o seletivo e excludente a sua prática. Tem como sustento o espetáculo comercial produzido pelos atletas nas diversas formas de competições em datas específicas, e em campeonatos e torneios sazonais. É produzido, gerenciado, organizado e desenvolvido por estruturas internacionais e nacionais, hierarquizadas em comitês, confederações, federações, ligas, associações que juntas constituem o sistema desportivo dos Países, Estados e Municípios.

b) esporte na escola, esporte escolar, esporte educacional ou esporte e educação: voltado essencialmente a crianças e adolescentes nas escolas de 1º e 2º grau, com a finalidade de desenvolvê-las física, moral e mentalmente. Está diretamente relacionado à aplicação da educação física como instrumento científico de orientação, controle e desenvolvimento das capacidades e habilidades dos alunos. Englobam outras formas de educação pelo esporte, como atividades desenvolvidas em escolas, clubes, centros esportivos, centros comunitários, escolinhas de esporte, majoritariamente as de futebol de campo.

c) esporte participação, esporte de lazer ou esporte de tempo livre: abrange a participação em atividades tidas como esportivas, com características formais e não formais, pela população em geral sem o compromisso da competição ou limitada ao aspecto lúdico. Seu objetivo é a diversão, o relaxamento, a descontração, a interação social e com a natureza, despertando o consciência ecológica. Está relacionado com o uso do tempo livre e ao conceito de bem estar físico e psicológico, sendo defendido por várias categorias profissionais como um componente importante para a saúde pública.

Podemos observar a seguir, que todas as manifestações foram mencionadas nas entrevistas feitas com os gestores, como prioridades na implementação das políticas públicas.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Entretanto o que se sobressai são atividades baseadas em competições e eventos sazonais, como podemos perceber na fala dos entrevistados:

- *“teremos todas as competições para a juventude, sub-10, sub-12 e sub-14”, “a gente levou em consideração a vontade dos jovens, aqui o esporte que interessa a juventude é o futebol, então levamos em consideração a necessidade deles (...) então está de bom tamanho para a gente”;*
- *“temos a parte do futebol e as partes esportivas que são as datas festivas”, “já é do calendário, nos planejamos um campeonato de futsal, um campeonato de futebol de campo, atletismo, maratona, corrida de bicicleta, isso tudo é planejado desde o começo do ano”;*
- *“a primeira atividade logo no início do ano é o aniversário do município, onde são feitas várias atividades desportivas, como corrida pedestre, corridas ciclísticas, torneios de dominó, torneios de vôlei, pingue-pongue, e depois os campeonatos”;*
- *“realização de campeonatos de futebol de campo, futsal e voleibol”.*

Esses resultados vão de encontro a um estudo com Cordeiro (2007) sobre as políticas públicas em Montes Claros, Minas Gerais, que reforçam a hipótese de que os interesses políticos partidários frente a programas e projetos dessa natureza são notoriamente instáveis e sazonais, quando se tem por objetivo a obtenção de apoio popular. Neste mesmo sentido podemos afirmar que *“vivemos na cultura do efêmero, e a política do deslumbramento em que o imediatismo tomou o lugar do trabalho sério, programado e profundo.”* (Constantino, 2003, p. 14)

Por outro lado, a formação desportiva, as chamadas “escolinhas” não foram esquecidas pelos agentes públicos e afirmam que são também uma prioridade no município:

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- *“as prioridades adotadas pelo município nos dois primeiros anos foi trabalhar com escolinhas de futebol, onde tinham aproximadamente 200 crianças”;*
- *“trabalhamos as divisões de base, (...) projeto da escolinha de futebol do Alto Acre”;*
- *“hoje a gente tem dias escolinhas de futebol, uma de campo e uma de futsal”;*
- *“nós temos uma escolinha, a escolinha nota 10, com 40 alunos”;*
- *“as prioridades são os trabalhos com a iniciação esportiva”.*

Ao priorizar a formação desportiva o poder público mostra uma preocupação primordial para o desenvolvimento do cidadão, proporcionando a prática do desporto, como algo de valioso para a qualidade de vida das pessoas, tornando *“premente que os praticantes, desde os momentos iniciais da formação desportiva, vivenciem experiências de elevado valor ético, cultural e social, capazes de gerar sentimentos e emoções positivas”* (Mesquita, 2014, p. 192).

Entendemos que a iniciação desportiva, é o primeiro passo na formação desportiva onde se busca ensinar os aspectos básicos de uma ou mais modalidades, promovendo as primeiras adaptações no praticante para que ele possa responder a novos estímulos (Adelino et al., 1998; Weineck, 2003), podendo ocorrer em qualquer fase do desenvolvimento na infância, desde que as características motoras, cognitivas, afetivas e sociais sejam respeitadas em situações pedagogicamente adequadas (Gaya et al., 2002).

Concordamos com Sarmiento et al. (2014), quando afirma que a primeira forma de apresentação das modalidades desportivas pode ocorrer como conteúdo da Educação Física Escolar, mas por outro lado, somos de opinião que a escola não pode ser a única responsável. Outros espaços devem ser valorizados através de atividades extra curriculares e nas atividades comunitárias (Marques & Gaya, 1999), pois muitas das possibilidades pedagógicas e sociais de desporto só se manifestam fora dela (Marques, 2006).

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ainda citando as manifestações desportivas, o esporte participação ou esportes de lazer foi mencionado por apenas 1 dos gestores entrevistados:

- *“vamos nas escolas fazemos o lazer, é um dia de lazer para as crianças, torneio de pingue-pongue”.*

Apesar do lazer ser um direito social garantido na Constituição, constatamos que os gestores municipais não priorizam o lazer para a comunidade. A população tem sua parcela de culpa, pois não reivindica seus direitos e quase sempre tem uma posição passiva, não reivindicando o lazer como um direito social, resultando em frágeis políticas de lazer no nível federal, estadual e municipal (Bramante, 1995).

Todas essas prioridades citadas dentro de suas manifestações desportivas, vem de encontro ao que preconiza Almeida & Gutierrez (2013) ao afirmar que as políticas públicas deveriam intervir na dimensão do alto rendimento, educativa e popular/lazer, e que a prática esportiva pode ser oferecida a população, em ambientes saudáveis, promovendo a saúde, o bem estar, o contato com maior numero de modalidades, ações voltadas para o movimento no sentido amplo, além do *“estreitamento dos laços na comunidade, presença do poder público nestes”* (Almeida & Gutierrez, 2013, p. 68).

Neste sentido, somos favoráveis ao que recomenda Marques & Gaya (1999) que devemos perseguir estratégias integradas para promover hábitos regulares de atividade física envolvendo toda a sociedade e *“um desporto desenvolvido adequadamente na infância e na adolescência, podem ser criadas oportunidades efetivas para preparar os jovens para as diferentes manifestações do desporto”* (Sarmiento et al., 2014, p. 329).

Da mesma forma que *“políticas públicas devem ser desenvolvidas com o intuito de oportunizar a população a possibilidade de manifestar um estilo de vida fisicamente ativo”* (Marques & Gaya, 1999, p. 87).

4.2.3. Subcategoria B3: Tomada de decisão

Após listadas as prioridades, a tomada de decisão torna-se um elemento fundamental para a implementação das políticas públicas a serem adotadas.

Identificamos na literatura (Allison, 1969; Cohen et al., 1972; Etzioni, 1967; Lindblom, 1959) modelos de tomada de decisão que mostram como as autoridades chegam às escolhas e às decisões:

a) Modelo Incremental, proposto por Lindblom, é um modelo descritivo, onde reconhece que a seleção dos objetivos depende dos valores e a implementação esta sujeita a todo tipo de interferência, visto que cada ator envolvido tem sua própria percepção do problema.

b) Modelo Mixed-scanning, proposto por Etzioni, é um modelo bidimensional onde prevê dois níveis de decisão: um relacionado a estratégia, com decisões racionais acerca das direções a seguir e outra e outro relacionado a análise incremental que consiste em comparação de variações da primeira decisão;

c) Modelo Burocrático-Político, proposto por Allison, baseia-se no fato de que o governo possui diversos centros de poder, onde os diversos interesses entram em conflito em busca por recursos geralmente escassos. Há uma divulgação seletiva de informações, bem como o uso político de leis e regulamentos, tudo em benefícios próprios. As decisões saem como resultado de jogos de poder, negociação e consensos, tudo sob a ótica política e não econômica.

d) Modelo da Anarquia Organizada, também chamada de “lata de lixo”, proposta por Cohen, March e Olsen, é um modelo onde os participantes lançam os problemas de soluções nesta lata, e as soluções resultam de oportunidades de escolhas entre elas. Para Secchi (2012), as decisões são meros encontros casuais dos problemas, das soluções e das oportunidades de tomada de decisão.

No Brasil uma característica relevante nas políticas públicas é a descontinuidade das ações implementadas por gestões anteriores em relação a atual. Essas ações são pensadas de acordo com interesses de seus gestores. Essas mudanças ocorrem principalmente quando há uma mudança de partido político nas administrações municipais. Isso fica evidente na tabela

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4, onde podemos observar que no ano em que os partidos políticos permaneceram no poder, através do mesmo partido ou de um partido coligado, houve uma continuidade. Onde ocorreu mudanças de partido e de ideologia aconteceu uma ruptura.

Corroborando neste sentido Carvalho (2004, p. 122) afirma que “a intervenção das autarquias locais no desporto é distinta conforme a sua liderança partidária e localização geográfica”.

Tabela 4: Relação município, partido político e políticas desportivas

Município	Mandato de 1/1/2005 à 31/12/2008	Mandato de 1/1/2009 à 31/12/2012	Políticas desportivas
	Partido Político	Partido Político	Situação
Acrelândia	PSDB	PP	Ruptura
Assis Brasil	PT	PT	Continuidade
Brasiléia	PT	PT	Continuidade
Bujari	PT	PMDB	Melhorias
Capixaba	PTB	PT	Continuidade
Cruzeiro do Sul	PTB	PMDB	Não respondeu
Epitaciolândia	PSB	PSB	Continuidade
Feijó	PT	PT	Não respondeu
Mâncio Lima	PL	PMDB	Continuidade
Manoel Urbano	PSDC	PP	Continuidade
Plácido de Castro	PT	PT	Continuidade
Porto Acre	PPS	PT	Não havia
Rio Branco	PT	PT	Continuidade
Rodrigues Alves	PP	PT	Continuidade
Senador Guiomard	PPS	PSDB	Não existia
Xapuri	PMDB	PT	Não existia

Dos 16 municípios estudados, 9 permaneceram com as mesmas políticas, sendo eles: Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Rio Branco e Rodrigues Alves. Isso fica evidente nas palavras dos gestores entrevistados destes municípios:

- “A gente deu uma continuidade a um trabalho que já existia da gestão anterior, com boas melhoras”;
- “Demos continuidade, e criamos muito mais”;
- “Houve melhoras, melhorou muito, houve uma continuidade”;

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- *“Houve uma continuidade, cada vez mais fortalecendo o governo do Estado, tanto na capital como no interior”.*

Por outro lado também houve ruptura de políticas de gestões anteriores. O gestor do município de Acrelândia foi bem claro ao dizer:

- *“Houve uma ruptura, mas em compensação a gente fez outras atividades”.*

Nos municípios de Porto Acre, Senador Guimard e Xapuri os entrevistados foram enfáticos em afirmar que nas gestões anteriores não haviam atividades esportivas:

- *“Não havia uma área específica de esporte e lazer”;*
- *“Estamos numa nova gestão mas aqui há oito anos que não existia esporte”;*
- *“Não foi realizado trabalho nenhum em cima do esporte e lazer e nem o esporte como inclusão social”.*

Nos municípios de Cruzeiro do Sul e Feijó, os gestores não foram claros em suas respostas, enquanto que no município de Bujari o entrevistado disse que as políticas *“foram melhoradas, porque não ouvia falar em escolinha de futebol”.*

Com os resultados de nossa pesquisa, afirmamos que esta continuidade se dá em função da permanência do grupo político no poder, não demonstrando que tenham uma política pública definida a longo prazo.

Estes resultados são muito semelhantes a pesquisa realizada por Menezes (2009), que mostra que a continuidade é uma tendência muito presente na política desportiva da Região Metropolitana do Recife.

Concordamos com o autor quando afirma que *“esse sintoma diz respeito à ausência de políticas de Estado que indiquem estratégias de garantia de acesso universal, sobressaindo as do governo, o que gera falta de*

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

compromisso com as intervenções em longo prazo no setor desportivo". (Menezes, 2009, p. 301).

Em sentido contrário, os resultados encontrados por Januário (2010) em um estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto, mostra que *“não vislumbramos do ponto de vista ideológico, concepção ou entendimentos diversos em função de os municípios provirem da mesma ou de distinta configuração político-partidária. As discrepâncias estão, essencialmente, ao nível da dimensão dos fatores de intervenção municipal ainda que, sem grandes divergências fracturantes”* (Januário, 2010, p. 314).

Vale a pena ressaltar, que os resultados encontrados em nossa pesquisa e na pesquisa de Menezes (2009) houve mais de um período de mandato havendo alternância no poder local, enquanto o estudo de Januário (2010) mostra apenas um mandato autárquico.

4.3. Categoria C: Implementação

Vamos agora dar início a análise da categoria da implementação das políticas públicas. É nesta fase que as intenções políticas são transformadas em ações concretas, após as decisões terem sido tomadas pelos gestores na fase anterior.

Para Saravia (2006) a implementação é constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo, dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, sendo uma preparação para colocar em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirá sua execução. E execução é o conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política pública, e colocá-las em prática. Esta etapa também inclui o estudo dos obstáculos que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados.

E um dos principais obstáculos encontrados em nosso estudo pelos gestores na implementação das políticas públicas nos seus municípios é a falta de recursos financeiros e recursos materiais, como podemos comprovar, diante das respostas dadas durante as entrevistas.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- *“está no recurso financeiro, a gente não tem material para desenvolver atividades, e aí ficamos parados em determinados momentos”;*
- *“outra dificuldade é a parte financeira que deixa a gente sem poder fazer mais o que a gente gostaria de fazer”;*
- *“são os recursos financeiros e a liberação deste recursos”;*
- *“falta de dinheiro para poder executar”;*
- *“uma das principais dificuldades é a falta de recursos financeiros”.*

Com a falta de recursos financeiros para implementação das políticas públicas fica claro que os gestores não se preocuparam com esta questão nas etapas anteriores, acarretando problemas na execução. Isso está de acordo com Silva & Melo (2000) que afirmam que problemas não antecipados que surgem na fase de implementação de programas ou políticas podem representar obstáculos intransponíveis, podendo levar ao cancelamento dos mesmos.

Mas para que haja recursos financeiros para implementação das políticas públicas é necessário que estes recursos estejam alocados no orçamento do município. Neste sentido, Rocha (2010) afirma que é necessário a existência de recursos, não basta que as políticas públicas sejam legitimadas, é necessário orçamentá-las. Portanto, orçamento é o principal instrumento de realização de políticas públicas sendo utilizado pelo Estado para definir as receitas e fixar despesas que serão efetuadas em determinado período de tempo.

Em nosso estudo, os gestores ao serem questionados se há recursos específicos para o esporte e lazer alocados no orçamento municipal, responderam de forma diferenciada.

Alguns gestores afirmam que não há recursos específicos:

- *“não, infelizmente não”;*
- *“não existe um valor X...não conheço um valor assim”;*
- *“não é destinado anualmente, ele vem para a educação e quando a gente precisa fazer um evento, a gente envia um ofício para o secretário para ver se é atendido ou não”.*

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Há ainda os gestores que desconhecem a situação financeira da área que esta gerindo, como podemos constatar nas respostas dadas:

- *“essa informação aí eu vou deixar para você perguntar ao secretario de planejamento, dentro do orçamento com certeza existe a quantidade só não posso saber a quantidade exata que é”.*
- *“eu acredito que sim, mas a gente por trabalhar dentro da secretaria de educação, a gente é dependente do recurso enviado”.*
- *“talvez o secretario tenha, mas não me passou não”.*

As respostas dadas pelos gestores em nosso estudo são muito semelhantes as respostas encontradas no trabalho de Januário (2010) ao mostrarem desconhecimento sobre o orçamento.

Um conjunto mais restrito de gestores afirmam que existem recursos alocados:

- *“existe, existe, existe muito, eu fico até admirado”;*
- *“dentro do orçamento os valores variam de um ano para outro”.*

Importante destacar, a resposta de um gestor sobre os recursos no orçamento, onde afirma:

- *“existe, mas é um recurso abstrato, a gente não tem o poder de trabalhar com esse recurso”.*

Na pratica o que se observa, é falta de prioridade dada ao desporto e ao lazer por parte dos prefeitos. Esse aspecto fica evidente na crítica que os gestores fazem:

- *“os gestores municipais, a maioria deles, não priorizam o esporte, isso é notório, não dão importância para o esporte, como dão para a saúde, como dão para a educação”.*
- *“pelo município ser pequeno há pouca captação e é difícil uma verba exclusiva para o esporte. Querendo ou não sempre fica em segundo plano”.*

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- *“não sendo uma das prioridades absolutas, obviamente o orçamentário, o financeiro fica para a medida do possível”.*

Os resultados apresentados em nosso trabalho vai de encontro ao estudo de Veronez (2005) que mostra que o setor esportivo não recebe recursos suficientes para atender à demanda existente na sociedade em função da tradição brasileira de sobrepor a questão econômica à social, e o estudo de Menezes (2009) onde aponta que a falta de recursos destinados ao desporto, é uma evidência de que o desporto não é prioridade dos governantes municipais no seu estudo realizado na Região Metropolitana de Recife no Estado de Pernambuco.

Outro ponto abordado junto aos gestores foi a existência ou não de parceiras públicas ou privadas para execução de políticas públicas de esporte e lazer. Este termo parceria passou a ser amplamente utilizado após a Constituição de 1988 com a descentralização e a participação dos cidadãos na formulação e implantação das políticas públicas (Farah, 2001). Ainda de acordo com a autora, na parceria há uma corresponsabilização pela política e seus resultados, ainda que a cada um dos participantes possam caber papéis diferenciados ao longo do processo de implementação das políticas públicas.

Assim, podemos usar a definição de Pombeiro (2003) onde afirma que parceria é “toda e qualquer forma de colaboração entre o setor publico e o setor privado que tenha por objeto uma atividade em beneficio da coletividade”.

Nas respostas dadas pelos gestores sobre a existência de parcerias privadas para execução das políticas públicas alguns afirmam que não existem:

- *“infelizmente não acontece”;*
- *“não, não há. Todas as programações foram feitas com recursos próprios da prefeitura”;*
- *“não existem”;*
- *“somente com o governo estadual e não existe qualquer parceria com o setor privado”.*

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A resposta dada por um dos entrevistados, em nosso entendimento, sintetiza muito bem o motivo da inexistência de parcerias nestas localidades:

- *“ainda tem aquela cultura do empresariado local não procurar investir porque é uma coisa que não tem retorno, porque a questão da mídia e publicidade ainda é pouco na nossa região, e não tem lucro para ele”.*

Porém, em outros municípios existem parceiras:

- “do comércio é muito pouco”;*
- “temos uma parceiro, onde ele vem ajudando bastante o campeonato local”;*
- “duas, três ou quatro entidades que auxiliam”;*
- “se dá com os comerciantes, que dão em material esportivo como bola, bandeiras, redes”;*
- “existem alguns comerciantes que fazem doações”;*
- “as vezes fazem parcerias com os comerciantes locais, mas nunca é aquilo que eles esperavam ser”.*

Em relação as parceiras públicas todos os gestores dos 16 municípios estudados afirmaram que há uma parceria com o governo do estado através da lei de incentivo ao esporte.

- *“com o governo do estado através da lei de incentivo”;*
- *“com o estado a parceria se dá através da lei estadual de incentivo ao esporte”.*

A lei de incentivo ao esporte no estado foi sancionada em 1999 com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento da produção cultural e desportiva, através de patrocínio ou doação de empresas estabelecidas no Estado do Acre. Patrocínio é a transferência de recursos de uma pessoa jurídica a um projeto, para a realização de objetivos, atingindo as finalidades promocionais, publicitárias e retorno institucional e doação é a transferência de recursos

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

financeiros, bens ou serviços, para a realização de um projeto promocional ou publicitário, sem retorno financeiro ao doador.

A forma de funcionamento da lei se dá através da renúncia fiscal, ou seja, é uma destinação governamental de parte de recolhimento de um tributo estadual, neste caso o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, que permite que empresas invistam parte do que pagariam no imposto em projetos esportivos.

Em determinado período do ano, abre-se um edital público onde toda a comunidade pode apresentar um projeto, onde será avaliado por uma comissão. Sendo aprovado, o proponente do projeto está autorizado a fazer a captação dos recursos nas empresas que recolhem o imposto. Somente poderão participar do edital projetos que atendam as dimensões sociais do esporte (rendimento, educação e de participação) e estudos científicos, e que ofereçam serviços e eventos de qualidade, como forma de garantir o direito social dos indivíduos à prática esportiva e de lazer, contribuindo para o aumento nos índices de qualidade de vida e inclusão social da população.

Podemos comprovar o uso da lei de incentivo por parte da comunidade e o aumento gradual de projetos aprovados, de acordo com a tabela 5.

Tabela 5: Comparativo anual da lei de incentivo

Ano	Valor disponível	Número de projetos aprovados
2004	400.000,00	96
2005	750.000,00	183
2006	1.000.000,00	235
2007	1.000.000,00	205
2008	1.000.000,00	223
2009	1.000.000,00	243
2010	1.000.000,00	227
2011	1.300.000,00	224
2012	1.300.000,00	253
2013	1.300.000,00	300

Nota: Fonte: Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre

Assim, podemos afirmar que as prefeituras usam o termo parceria com o governo estadual, mas a realidade é que os projetos são abertos a toda a

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

comunidade, independente da posição das prefeituras. O que pode ocorrer, é que alguns destes projetos tenham participação e apoio das mesmas.

Este posicionamento fica claro nas palavras de Di Pierro (2001) que afirma que o recuo do estado no financiamento e na oferta dos serviços sociais gerou um deslocamento da fronteira entre o público e o privado que, sob o signo da parceria, disseminou para o conjunto da sociedade responsabilidades que até então eram interpretadas como tarefas dos governos, levando à multiplicação dos provedores não-governamentais, e o estado deixa de ser o provedor direto exclusivo e passa a ser o coordenador e fiscalizador de serviços que podem ser prestados pela sociedade civil ou pelo mercado ou em parceria com estes setores (Farah, 2001).

Outra forma de materialização das políticas públicas é a regulamentação das normas pertinentes a gestão das políticas públicas prevista na Constituição através de leis, decretos e normas.

Porém não é isto que fica demonstrado nas respostas dadas pelos gestores ao serem questionados se o município possui alguma lei específica para o esporte e lazer.

Apenas dois, dos dezesseis municípios estudados possuem leis específicas para o esporte e lazer. No município de Mâncio Lima o gestor afirma:

- *“temos duas leis, uma para a realização do calendário esportivo e outra para a realização de uma corrida pedestre que é realizada no aniversário da cidade”.*

O outro município que possui leis para o esporte e lazer é Rio Branco, capital do Estado do Acre. O gestor afirma que são duas as leis:

- *“sendo a lei de incentivo a cultura e ao desporto, que é uma lei agregada e precisa ser desmembrada e ter uma específica para a cultura e outra para o desporto, a outra lei é o fundo municipal de esportes que apesar de estar criada precisa ser regulamentada e estabelecer a fonte de captação”.*

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A lei de incentivo a cultura e esporte no qual o gestor se refere é semelhante a lei estadual de incentivo ao esporte, onde a forma de funcionamento da lei se dá através da renúncia fiscal, neste caso são tributos municipais, onde parte do recolhimento do ISS – Imposto Sobre Serviço e também do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, permite que empresários invistam parte do que pagariam nos impostos em projetos esportivos e de lazer.

Assim, constatamos que a maior parte dos municípios não possuem leis para o esporte e lazer. Para (Feio, 1978) “não basta a publicação de uma lei ou de uma doutrina para que se cumpra no âmbito das instituições o destino eminentemente dinâmico e funcional da cultura desportiva”, e neste mesmo sentido Carvalho et al. (2012) afirma que “um melhor serviço público passa efetivamente muito mais pela definição de estratégias concretas em função do diagnóstico cabal de cada população e, naturalmente pela adoção de políticas consubstanciadas em estratégias, objetivos, metas, programas e medidas que atentem ao desporto na sua pluralidade e multidimensionalidade, do que pela produção legislativa que tem grassado nas últimas décadas” (Carvalho et al., 2012, p. 66).

Ainda na perspectiva de Saravia (2006) onde sustenta que a implementação é constituída pela organização do aparelho administrativo, dos recursos humanos e tecnológicos, afirmamos que os gestores discorreram muito pouco sobre os referidos temas. Sobre o aparelho administrativo apenas dois entrevistados afirmaram a necessidade do município possuir um órgão específico para o esporte e lazer:

- *“uma proposta de criação do órgão gestor de esporte e lazer no município”.*
- *“espero que num futuro bem próximo nos temos a secretaria de fato e de direito, atuando com recurso próprio para investir no esporte”*

Relativamente a recursos humanos, dois gestores afirmam que a falta de pessoas é um grande problema na execução das políticas públicas:

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- *“falta de material humano”;*
- *“falta de pessoas que nos ajudem”.*

Outra questão colocada aos gestores foi se os objetivos propostos foram atingidos. Grande parte afirmou que estão conseguindo:

- *“na medida do possível sim, naquilo que foi projetado dentro do que se esperava foi alcançado”;*
- *“que o objetivo de todas as atividades que a gente faz é alcançado”;*
- *“na medida do possível”;*
- *“principalmente na área de esporte está sendo atingido a 90%”;*
- *“estamos alcançando nossos objetivos que a gente sentou e elaborou, os nossos projetos para a gestão atual, e esta sendo de grande valia e utilidade para o nosso município”.*

Entretanto há respostas que demonstram que os objetivos não foram atingidos em sua totalidade:

- *“nem todos, em parte a gente conseguiu fazer o planejamento, mas infelizmente nem tudo foi possível ser realizado”.*
- *“na proporção que nos fizemos o que as crianças queriam, a gente atingiu a minoria, mas a maioria da população na verdade ficou sem o esporte que é essencial na formação de cada um”.*

Ao não atingir os objetivos propostos, demonstra que houve uma falha durante o processo. Estas falhas podem ter ocorrido durante o processo de análise dos recursos a serem utilizados (humanos, financeiros, materiais) e também nos processos ou atividades a serem executadas para se chegar ao resultado. Também podem ocorrer outras falhas como o deslocamento das políticas públicas, ou seja, propor uma determinada ação e fazer outra; um déficit de implementação, que é começar a executar determinadas ações e não terminar e por fim as consequências não intencionais, onde há divergência entre o planejado e o resultado final, por causa de combinações de diversos

fatores não previstos, de difícil previsão tais como fatores contextuais, políticos, econômicos dentre outros (Gallego, 2014).

4.4. Categoria D – Avaliação

A última categoria a ser analisada é a avaliação das políticas públicas. É uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública, que inclui as fases de definição da agenda, formulação e implementação (Ramos & Schabbach, 2012).

É uma fase imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (Frey, 2000), e permite ao governante um certo conhecimento dos resultados de um dado programa, informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção ou implementação de um programa, para fundamentar decisões e para melhorar a prestação de contas sobre políticas e programas públicos (Ala-Harja & Helgason, 2000).

Nas respostas dadas pelos gestores de esporte e lazer dos municípios acreanos que foram estudados, grande parte afirma que fazem reuniões de avaliação, como podemos comprovar nas respostas dadas:

- *“é realizada uma reunião interna para ver o que deu certo e o que deu errado para a gente não cometer o mesmo erro”;*
- *“é realizada uma reunião interna, de participação, um diagnóstico geral”;*
- *“internas, com o secretário e o diretor”;*
- *“a gente se reúne todo final de ano, faz um levantamento e o que esta dando certo continua, e aquilo que não esta dando certo a gente procura melhorar”.*

A realização de reuniões internas esta de acordo com a literatura que aponta dois tipos de avaliação, a interna e a externa (Cohen & Franco, 2004; Cotta, 1998, 2001; Ramos & Schabbach, 2012), onde avaliação interna é feita

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

pelos responsáveis pela gestão do programa, e avaliação externa é feita por especialistas não participantes do programa.

Cada uma destas avaliações, interna e externa tem suas peculiaridades sendo que a avaliação interna é vantajosa pois os responsáveis pela avaliação estão incorporados ao programa, tendo um maior conhecimento sobre eles além de terem acesso mais facilitado às informações de que precisam. Já a avaliação externa conta com uma importante imparcialidade, o que gera uma maior credibilidade em relação ao público externo, mas tem como desvantagem um gasto maior de tempo e dinheiro, até que se familiarizarem com o objeto de estudo.

Outro ponto a ser destacado é a realização de avaliações somente após a realização de eventos e como já destacados anteriormente são pontuais. Isso fica claro nas afirmações dadas pelos gestores.

- *“são realizadas sempre após a realização de eventos com todos os responsáveis por essas atividades”;*
- *“depois do evento, faz o levantamento põe no jornal e sai a divulgação dos resultados”;*
- *“depois que faço um evento, pego a equipe e trabalho uma enquete para saber a aceitação e depois repasso para o prefeito”;*
- *“avalia aquele evento que foi realizado”.*

Na perspectiva temporal há a avaliação *“ex-ante”*, que é executada antes de executar o plano, a política ou programa, a avaliação intermediária, que é realizada durante o programa e a avaliação *“ex-post”*, realizada ao final do programa. Existem estudos (Cohen & Franco, 2004; Ramos & Schabbach, 2012; Trevisan & Bellen, 2008) que mostram que esta é uma avaliação *“ex-post”*, onde é realizada ao final do programa.

No caso específico de nosso estudo, todas foram realizadas com o programa já concluído, para analisar se o mesmo tipo de programa deve ser implementado novamente ou não, com base nos resultados obtidos. Se a resposta for positiva avalia-se se o programa deverá ser mantido na sua forma

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

original ou sofrer modificações. Para Cunha (2006), a avaliação “*ex-post*” é a mais desenvolvida e a que tem tido uma maior aplicação.

A avaliação de uma política pública não pode se limitar a aspectos quantitativos, devendo ser feita também uma verificação qualitativa. Para isso, é necessário estabelecer critérios de avaliação que nos permitam dizer que uma política é preferível à outra. Em nosso estudo foi perguntado aos gestores de esporte e lazer quais os critérios utilizados nas avaliações realizadas em seus municípios. Podemos comprovar que o mais importante para os gestores é o aspecto quantitativo:

- *“é a quantidade de pessoas que participaram do evento”.*
- *“a participação da população, do pessoal. Esse é o critério”.*
- *“é o público, pois se não tem a participação do público eu acho que não adianta insistir porque você está gastando com uma coisa que o povo não gosta”*
- *“é a quantidade de pessoas nos eventos esportivos”.*
- *“o principal critério utilizado é a presença do público”.*

Ao recorrermos a estudos sobre avaliação de políticas públicas (Arretche, 1998; Costa & Castanhar, 2003; Ramos & Schabbach, 2012; Secchi, 2012) podemos constatar que os critérios utilizados nas avaliações de políticas públicas são variados, não ficando restrito a quantificação. Os mais utilizados são:

- a) Eficiência: é a relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados, ou seja, é a relação custo/benefício;
- b) Eficácia: é a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos;
- c) Efetividade: são os resultados e impactos do programa, ou seja, seu sucesso ou seu fracasso no ambiente atingido pelo programa, em seus aspectos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- d) Equidade: procura avaliar o grau que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível entre os destinatários de uma política pública;

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

e) Satisfação: atitude do usuário em relação a qualidade do atendimento.

Entretanto, Arretche (1998) alerta que estes três itens, eficiência, eficácia e efetividade, tende a ser apenas um dos elementos, na decisão pela adoção, reformulação ou suspensão de um programa público, tendo em vista que as razões do mercado eleitoral têm forte influência no processo decisório.

Pelas respostas dadas pelos gestores em nosso estudo, fica demonstrado que nenhum dos critérios citados fizeram parte das avaliações, havendo preocupação somente na quantificação de atendimentos. Isto pode nos levar a uma interpretação de que o gestores não se preocupam com outros critérios, por falta de conhecimento de um conjunto de ferramentas sobre o processo de avaliação.

Entretanto, em nosso estudo encontramos um gestor que demonstra não saber a importância da avaliação das políticas públicas, pois ao ser questionado sobre o tema, foi enfático em afirmar:

- “nunca fizemos uma reunião interna, nem nada”

Ao contrário deste, outro gestor mostra a importância da avaliação e afirma:

- “deveríamos ter consciência que a gente precisa avaliar para saber como foi realizado se está a contento ou não”.

Para realização das avaliações das políticas públicas, um fator importante é a participação da sociedade neste processo. E isto fica demonstrado na afirmação de um gestor entrevistado:

- “é um processo relativamente novo e que ainda esta em construção, mas que tem três grandes instrumentos de avaliação, que são exatamente as instâncias de participação da sociedade civil, que são as câmaras setoriais, a comissão executiva e a conferência municipal”.

Entretanto, o problema encontrado por grande parte dos gestores para a realização destas avaliações, é justamente a falta de participação e de apoio nestas ações de avaliação:

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- *“são poucas as pessoas que chegam a participar e colaborar”;*
- *“falta de apoio e de reuniões entre os secretários para avaliações e sugestões das atividades”;*
- *“é a participação, pois se houvesse uma participação maior das entidades, das pessoas, dos agentes diretos se daria de forma melhor e teria melhores resultados”;*
- *“a grande dificuldade é a falta das pessoas na reunião”.*

O tema participação, já foi por nós mencionado em outra categoria. Porém, achamos necessário referenciá-lo novamente, pois neste contexto a falta de participação da sociedade interfere negativamente nas avaliações das políticas públicas. Esta afirmação vai de encontro ao que defende Lahera (2004) onde afirma que mediante a participação de pessoas ou grupos, eles podem influenciar e estar presentes na agenda pública e também na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Diversos autores Jacobi (1989); Milani (2008); Subirats et al. (2008) e Avritzer (2012) mostram a importância da participação da sociedade nas diversas etapas de uma política pública. Esta participação é fundamental para que as ações governamentais sejam melhoradas, onde a sociedade pode colaborar informando as necessidades, prioridades e capacidades das comunidades, adequando os programas às demandas locais, promovendo uma melhor utilização de recursos; melhorando os serviços, as instalações, os equipamentos, a manutenção, além dos recursos locais poderem ser mobilizados (Dias & Matos, 2012).

Assim, podemos comprovar que estas avaliações realizadas pelos gestores em seus municípios são muito superficiais, pontuais e são realizadas após determinados eventos.

Para que tenhamos uma avaliação que corresponda a realidade, e mostre uma preocupação com os desenhos das políticas e dos programas sociais, e também com os resultados, Rodrigues (2008) sugere que as avaliações em políticas públicas sejam realizadas de uma forma mais ampla e mais completa. Ela é denominada Avaliação em Profundidade. Esta avaliação

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

é constituída por quatro eixos, sendo: a) a análise do conteúdo do programa, b) a análise do contexto da formulação da política, c) a trajetória institucional da política e d) seu espectro temporal e territorial.

a) análise do conteúdo do programa: devemos ter em conta três aspectos: i) formulação; ii) bases conceituais e iii) coerência interna; sendo que estes três aspectos dizem respeito à análise do material institucional sob forma de leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reuniões, dados estatísticos dentre outros;

b) a análise do contexto da formulação da política: levantamento do contexto da formulação da política, contextos político-econômicos relativos ao processo da política no tempo entre diferentes governos e contextos locais de implementação da política;

c) a trajetória institucional da política: esta dimensão pretende avaliar o grau de coerência ou não da política ou do programa durante sua existência, nas vias institucionais, levando em consideração os aspectos culturais inerentes a estes espaços institucionais e organizacionais.

d) seu espectro temporal e territorial: esta dimensão procura observar o percurso que determinada política desenvolve, não somente pelas vias institucionais, mas também nos espaços socioculturais ao longo de sua implementação.

Esta avaliação permite explicar quais as causas do sucesso ou insucesso das políticas adotadas, além de explicar as causas determinantes que levaram para caminhos muitas vezes diferentes daqueles definidos no planejamento e na formulação das políticas públicas.

Assim, podemos concluir que a avaliação de políticas públicas não é uma tarefa fácil. A dificuldade de isolar da realidade variáveis efetivamente relevantes; a incerteza sobre os reais objetivos da política avaliada; as dificuldades de obtenção e adequação das informações; as dificuldades técnicas para estabelecer relações de causalidade entre programas e seus resultados, as dificuldades para obtenção dos recursos financeiros necessários; todos estes fatores tornam os estudos de avaliação de muito difícil execução (Arretche, 1998).

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste sentido, Costa & Castanhar (2003) afirmam que “o grande desafio para a disseminação da prática da avaliação de projetos no setor público é, sem dúvida, encontrar formas práticas de mensurar o desempenho e fornecer ao responsável pela gestão dos programas sociais, bem como para os demais atores envolvidos, informações úteis para a avaliação sobre os efeitos de tais programas, necessidade de correção ou mesmo da inviabilidade do programa” (Costa & Castanhar, 2003, p. 987).

A última pergunta feita aos gestores de esporte e lazer dos municípios foi: Qual o futuro que se espera para o município, diante das ações que foram ou estão sendo realizadas e implementadas?

As entrevistas foram realizadas no ano de 2012, e no mês de outubro daquele ano houve eleições para escolha de prefeitos para uma legislatura de 4 anos. Assim, algumas respostas foram no sentido da eleição de novos gestores municipais:

- *“quem for administrar nosso município, entenda um pouco de esporte, e que faça um excelente trabalho”;*
- *“que a próxima gestão tenham essa consciência de que a gente precisa melhorar muito na área de esportes. Temos que pensar no nosso município, e que a gente volte a crescer com o esporte de base”;*
- *“os novos prefeitos olhem para nossa juventude que tanto espera por um futuro melhor”;*

Outras respostas levaram em consideração não só o esporte e lazer mas também a educação, que é um dos pilares básicos de desenvolvimento do país:

- *“a gente precisa que tanto os secretario de estado, de educação e de desporto, tanto como municipal, possam estar trabalhando as modalidades esportivas dentro das escolas”.*
- *“cada vez mais o nosso esporte se desenvolva, não só na área do esporte mas na área de educação também e que o município receba mais recursos para implementar as políticas e valorizar não só a*

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

sociedade de Rodrigues Alves mas sim todos os jovens que merecem um futuro melhor dentro do esporte”.

- *“espero que o município continue desenvolvendo um trabalho para sanar a questão das drogas, a questão da evasão na escola, a questão da prostituição infantil, do alcoolismo e que no futuro vamos estar direcionado a tudo aquilo que é de bom no lado social, no lado da cultura e no lado do esporte no nosso município”*

Para além destas respostas, outros gestores entrevistados se mostram preocupados e esperançosos com o futuro das políticas públicas em seus municípios:

- *“tirar muitos jovens da situação que se vive o jovem do Brasil de hoje”;*
- *“façam bom proveito do patrimônio público que hoje temos, e que possam representar o município onde estiver e bem representado com essas políticas públicas que foram implantadas no município local”;*
- *“e que o futuro esperamos uma maior incentivo tanto do Ministério do Esporte, tanto da Secretaria para implementar e incentivar o esporte”;*
- *“temos um horizonte muito vislumbrado, propício e promissor para que a gente consiga estabelecer, implementar, desenvolver e ter grandes frutos através da política de esporte e lazer”.*

Portanto, de uma forma geral, os gestores mostram-se preocupados com o desenvolvimento desportivo e a conseqüente melhoria na qualidade de vida da comunidade. E neste sentido, podemos citar Cunha (2003) que traduz este aspecto das políticas públicas:

“Não basta promover mais atividades, mais instalações, envolver mais verbas no desporto, conseguir mais praticantes, obter melhores resultados nacionais e internacionais. É necessário um enquadramento articulado e estratégico na aplicação destes esforços de crescimento, de modo a que,

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

findos estes processos, se possam manter as estruturas e dinâmicas criadas, se consolidem os ganhos conseguidos, se obtenha um valor acrescentado em termos de benefícios à comunidade e ao cidadão em matéria de desporto e da sua qualidade de vida” (Cunha, 2003, p. 13).

Portanto, a avaliação é uma importante ferramenta para gestores, formuladores e implementadores de programas e políticas públicas. É a forma pelo qual os governantes devem prestar contas a sociedade pelo uso de recursos públicos. Possibilita o emprego mais eficiente de recursos, melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, aferir o impacto das políticas públicas implementadas junto a população, além de modernizar e democratizar da gestão pública.

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES

5. Conclusões

Conclusões

Ao longo desse trabalho, realizamos um esforço no sentido de analisar as políticas públicas de esporte e lazer nos municípios do estado do Acre, tendo como ponto de partida a 1ª Conferência de Esporte e Lazer realizada no ano de 2004.

Este estudo permitiu conhecer um pouco da realidade das políticas públicas de esporte e lazer dos municípios do Acre, estado que trabalho e resido desde 1992. Pôde-se constatar uma carência muito grande relacionado a este tema. Em vários municípios as instalações físicas para funcionamento dos órgãos gestores são inadequadas; reduzido número de recursos humanos, falta de documentação (relatórios, projetos, atas, dentre outros) e falta de materiais esportivos para realização de atividades.

Também se constataram algumas divergências entre o discurso dos gestores de esporte e lazer com a realidade municipal. Um ponto que chamou atenção foi a grande dependência destes gestores em relação ao prefeito, chegando ao ponto de não terem autonomia nas tomadas de decisão.

Portanto, o trabalho empírico foi de grande importância para confirmar as opiniões tidas anteriormente sobre as políticas públicas de esporte e lazer nos municípios do estado do Acre.

Efetivamente sobre a realização da 1ª Conferência Nacional de Esporte, chegamos à conclusão que a foi um marco na história das políticas públicas do Brasil, pois foi a primeira vez que um governo do país convocou a sociedade para elaboração de uma Política Nacional de Esportes. Os objetivos principais da conferência foram estabelecer uma política de esporte voltada para a qualidade de vida, formação da juventude e inclusão social, além de democratizar a elaboração da Política Nacional de Esportes, envolvendo a participação da sociedade, processo fundamental na concretização dos direitos sociais do cidadão.

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES

No presente estudo constatamos a democratização e a descentralização na formulação das políticas públicas de esporte e lazer no âmbito municipal, através da participação da sociedade. Entretanto as tomadas de decisão foram centralizadas, cabendo ao gestor municipal à decisão final.

Outra constatação é a existência de uma grande diferença entre a agenda política proposta pela Conferência e as que foram realizadas pelos municípios estudados, havendo um descompasso entre a formulação e a efetividade das ações governamentais.

Para facilitar o entendimento das conclusões da presente investigação, vamos apresentá-las em blocos, a saber: Análise da situação; formulação das políticas públicas; tomada de decisão; implementação e avaliação.

Análise da situação

- As estruturas organizacionais de esporte e lazer nos municípios do Estado do Acre são díspares, sendo que cinco possuem secretarias específicas para o setor e as demais inseridas em departamentos, gerência e fundações, ocasionando problemas na divisão dos recursos para execução das ações.
- Dos dezesseis municípios estudados, com exceção de Rio Branco, os outros quinze gestores não participaram e não tem conhecimento do resultado final da 1ª Conferência Nacional de Esporte – Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano.
- De acordo com o diagnóstico realizado pelos gestores de esporte e lazer nos municípios estudados, as principais questões apresentadas remetem a problemas sociais, tais como alto índice de criminalidade, alcoolismo, uso de drogas, evasão escolar, prostituição infantil, etc.

Formulação das políticas públicas

- A estratégia utilizada pelos gestores para implementação das políticas públicas de esporte e lazer, foi à realização de reuniões de planejamento com diversos setores da sociedade, e apenas um gestor afirma não fazer qualquer tipo de planejamento.
- A participação dos atores no processo de formulação, execução e avaliação das políticas públicas é fundamental, e a maior parte dos gestores afirma que houve a participação de diversos atores, entretanto não ficou evidente que esta participação tenha trazido algum impacto significativo.
- As prioridades adotadas pelos gestores para implementação das políticas públicas de esporte e lazer, perpassam pelas três manifestações reconhecidas pela Constituição Federal, o desporto participação, desporto de rendimento e desporto escolar.
- Apesar dos discursos apontarem para manifestações do desporto participação, desporto de rendimento e desporto escolar o que sobressai são as competições esportivas, eventos esporádicos e sazonais.
- Dentro da manifestação do desporto escolar, a formação desportiva é uma das prioridades dos gestores, entretanto a grande parte destas “escolinhas” estão voltadas para o futebol.

Implementação

- Nos processos de implementação, podemos observar que nos municípios analisados não há uma definição concreta a respeito do modelo utilizado, o *top-down* ou o *bottom-up*. O que podemos presumir é que as decisões são tomadas de cima para baixo (*top-down*), apesar de não haver uma regularidade no cumprimento legal do processo de implementação.
- Nos processos de tomada de decisão, dentro dos modelos existentes, o que mais se aproxima da realidade dos municípios estudados, é o modelo

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES

burocrático-político, pois os diversos interesses entram em conflito por recursos escassos, e as decisões giram em torno da questão política e não econômica.

- Do ponto de vista político partidário, há uma clara demonstração de que quando um grupo ou partido político permanece no poder há uma continuação das políticas públicas, havendo ruptura onde ocorreu mudança de partido.

- Os principais obstáculos encontrados pelos gestores na implementação das políticas públicas são a falta de recursos financeiros e materiais.

- Uma parte dos municípios estudados não possuem recursos específicos para o esporte e lazer no orçamento municipal.

- As informações que os gestores possuem a respeito de recursos financeiros disponíveis para implementação das políticas públicas de esporte e lazer é ínfima, pois vários gestores desconhecem a situação financeira da área que está gerindo.

- Em uma parte dos municípios estudados, não há qualquer tipo de parcerias privadas para implementação das políticas públicas de esporte e lazer.

- As parcerias existentes em outros município, são poucas e se dão através de doações de materiais esportivos.

- Em todos os municípios estudados, os gestores afirmam que utilizam a lei estadual de incentivo ao esporte para implementação das políticas públicas, apesar da mesma poder ser usada por toda a comunidade municipal.

- Com exceção de Rio Branco, capital do Estado, e Mâncio Lima, os outros quatorze municípios não possuem qualquer tipo de lei específica para o esporte e lazer.

- O município de Mâncio Lima possui uma lei para realização do calendário esportivo e outra para realização de corrida pedestre.

- A capital do estado do Acre, Rio Branco, possui uma lei municipal de incentivo a cultura e ao esporte, e uma norma que precisa ser regulamentada, que é o fundo municipal de esportes.

- De uma forma geral, todos os gestores afirmam que os objetivos propostos na formulação das políticas públicas foram atingidos, alguns em sua totalidade e outros em partes.

Avaliação

- Para avaliação das políticas públicas, os gestores realizam reuniões internas, com a participação das equipes de trabalho, onde são feitas somente após a realização dos eventos, e o critério utilizado é a quantificação de pessoas presentes nestes acontecimentos.

- A grande dificuldade nas avaliações é a pouca participação da comunidade e das entidades envolvidas.

- Diante das ações que foram implementadas nos municípios, os gestores entrevistados esperam uma maior conscientização por parte dos políticos da importância do desporto para a população e uma melhora na qualidade de vida de seus municípios.

- De acordo com as “propostas de ação” contidas no documento final da 1ª Conferência Nacional do Esporte, somente a proposta que diz *“que os governos estaduais e municipais o organizações da sociedade civil devem valorizar as práticas do esporte e do lazer, da educação ambiental, a promoção da saúde, a educação para a formação cidadã e a qualidade de vida”* descrita no eixo temático “Esporte, Lazer e Qualidade de Vida, é comum a todos os municípios.

- Dos dezesseis municípios estudados, com exceção de Rio Branco, não identificamos nenhum outro programa, atividade ou evento desportivo que esteja coadunado com as “propostas de ação” contidas no documento final da 1ª Conferência Nacional do Esporte.

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES

- O município de Rio Branco conta com ações contidas nas “propostas de ação” do documento final da 1ª Conferência Nacional do Esporte, tais como *“criação, legitimação e fortalecimento de espaços políticos da sociedade civil organizada”*; *“criar leis de incentivos fiscais.”*
- Dos dezesseis municípios estudados, nenhum deles apontam para uma parceria com o Ministério do Esporte através de seus projetos e programas.

5.1. Recomendações

Com este trabalho, espera-se ter contribuído para o conhecimento da realidade das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios do estado do Acre e apresentamos algumas recomendações que no nosso entendimento acarretarão melhorias essenciais para o desenvolvimento do desporto no Estado.

- Valorizar e aumentar a participação da sociedade civil em todas as instâncias das políticas públicas.
- Implementação de políticas públicas para o setor com planejamentos a médio e longo prazo, que atenda a todos os setores da sociedade.
- Oferecimento de uma maior diversificação de modalidades desportivas, não priorizando somente o futebol.
- Contratação, qualificação e valorização de recursos humanos para os diversos setores da área de esporte e lazer.
- Estabelecimento de parcerias público privadas, com definição clara das responsabilidades de cada um.
- Ampliar e melhorar a infraestrutura desportiva e de lazer das escolas e demais espaços públicos.
- Criação e regulamentação de mecanismos de financiamento para o setor desportivo municipal.

- Prever dotação orçamentária para o esporte e lazer nos municípios.
- Criação de conselhos de esporte e de lazer nos municípios.
- Maior empenho e apoio ao desporto e ao lazer por parte dos gestores municipais e dos gestores de esporte e lazer dos municípios.

5.2. Limitações

Qualquer investigação científica tem limitações e ao término deste trabalho, pode-se constatar que no decorrer de sua construção encontramos algumas, que julgamos ter contribuído para uma diminuição de informações importantes.

A primeira limitação prende-se ao fato que dos dezesseis municípios estudados, nenhum deles disponibilizou relatórios, avaliações, projetos ou programas, fazendo com que ficássemos somente com as entrevistas dos gestores.

A segunda limitação deve-se ao fato de que as entrevistas foram realizadas em um ano que decorreram eleições municipais, onde vários gestores municipais (prefeitos) optaram em não responder, passando a responsabilidade para o gestor de esporte e lazer do município.

A terceira limitação ocorreu na análise dos dados, pois algumas vezes se constatou a falta de consistência nas respostas dadas pelos entrevistados.

Apesar das limitações já descritas, nenhuma delas foi obstáculo para validar os resultados do estudo e as conclusões que se retiraram a partir da análise dos mesmos.

Portanto, almeja-se que este trabalho sirva de estímulo para motivar mais pessoas a estudarem o tema, trazendo novos conhecimentos para fomentar a gestão das políticas públicas e para o desenvolvimento do desporto e maior qualidade de vida para a comunidade.

Ainda há um longo caminho a percorrer.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. Referências bibliográficas

- Adelino, J., Vieira, J., & Coelho, O. (1998). Jovens no desporto, um pódio para todos. *Treino Desportivo*, 3(2), 19-32.
- Ala-Harja, M., & Helgason, S. (2000). Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública*, 51(4), 5-59.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. d. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Allison, G. (1969). Conceptual models and the missile crisis in Cuba. *Public Administration Review*, 63(3), 689-718.
- Almeida, M. B., & Gutierrez, G. (2013). A interface da esfera civil nas políticas públicas esportivas: uma análise habermasiana [Versão eletrônica]. *Motrivivência*, XXV(41), 57-70. Consult. 15 de janeiro de 2014, disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2013v25n41p57>.
- Alves, J. A. B., & Pieranti, O. P. (2007). O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil [Versão eletrônica]. *RAE-eletrônica - Fundação Getúlio Vargas-Escola de Administração de Empresas de São Paulo*, 6(1). Consult. 20 de maio de 2010, disponível em <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3843&Secao=ARTIGOS&Volume=6&Numero=1&Ano=2007>.
- Anderson, J. E. (2003). *Public policymaking: An introduction*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Arretche, M. (1998). Tendências no estudo sobre avaliação. In E. M. Rico (Ed.), *Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate*. São Paulo: Cortez.
- Arretche, M. T. S. (1999). Políticas sociais no Brasil: Descentralização em Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(40), 111-141.
- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1), 43-64.
- Avritzer, L. (2012). Sociedade civil e estado no Brasil: Da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, 18(2), 383-398.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardach, E. (1976). Policy termination as a political process. *Policy Sciences*, 7(2), 123-131.
- Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo* (5ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bastos, F. d. C. (2008). *Gestão democrática e política municipal de esporte: O caso de Santana de Parnaíba*. São Paulo: Flávia da Cunha Bastos. Dissertação de Doutorado apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Baumgartner, F. R., Jones, B. D., & True, J. L. (2007). Punctuated-equilibrium theory: Explaining stability and chance in public policymaking. In P. A. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Bello, J. L. d. P. (2009). *Metodologia científica: Manual para elaboração de monografias*. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida - UVA.
- Bento, J. O. (1988). Introdução ao tema desporto, saúde e bem-estar. In J. O. Bento & A. Marques (Eds.), *Desporto, saúde e bem-estar: Actas* (pp. 17-26). Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física - Universidade do Porto.
- Bento, J. O. (1999). Novas motivações, modelos e concepções para a prática desportiva. In *O desporto no século XXI: Os novos desafios* (pp. 113-146). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Bento, J. O. (2004). *Desporto: Discurso e substância*. Porto: Campo das Letras.
- Bento, J. O. (2009). Prefácio 2. In A. N. Rebelo, A. Seabra, J. Brito, B. Salgado & Á. Ramos (Eds.), *O jovem futebolista da Maia - Perfil antropométrico, físico e técnico*. Maia: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Betti, M. (1991). *Educação física e sociedade*. São Paulo: Movimento.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política* (11ª ed. Vol. 1). Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2010). *Investigação qualitativa em educação* (5ª ed.). Porto: Porto Editora.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais [Versão eletrônica]. *Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1), 68-80. Consult. 14 de setembro de 2012, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>.
- Bramante, A. C. (1995). Políticas públicas para o lazer: O envolvimento de diferentes setores. In Prefeitura de Belo Horizonte & Secretaria Municipal de Esportes (Eds.), *O LUDICO e as políticas públicas: Realidade e perspectivas* (pp. 13-17). Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- Bueno, L. (2008). *Políticas públicas do esporte no Brasil: Razões para o predomínio do alto rendimento*. São Paulo: Luciano Bueno. Dissertação de Doutorado apresentada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- Cagigal, J. M. (1972). *Deporte: Pulso de nuestro tiempo*. Madrid: Editora Nacional.
- Caiden, G., & Caravantes, G. (1982). Reconsideração do conceito de desenvolvimento. *Revista Administração Pública*, 16(1), 4-16.
- Camargo, L. O. L. (1989). *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense.
- Carvalho, M. J. (2004). Inovações relativas às autarquias, às empresas de desporto e ao desporto espetáculo na proposta de Lei de Bases do Desporto. In G. Souza (Ed.), *Inovar para melhor competir - 6º Congresso Nacional de Gestão de Desporto* (pp. 121-129). Oeiras: Associação Portuguesa de Gestão do Desporto.
- Carvalho, M. J., Resende, C., Cirac, M. J. G., & Costa, J. (2012). Desporto, política e direito: Do passado e da atualidade: Enfoque nas autarquias locais. In J. M. Constantino & J. O. Bento (Eds.), *Desporto e municípios: Políticas, práticas e programas* (pp. 39-71). Lisboa: Visão e Contextos.
- Chelladurai, P. (1992). Sport management: Opportunities and obstacles. *Journal of Sport Management*, 6(3), 215-219.
- Chemin, B. F. (2008). *Políticas públicas de lazer: O papel dos municípios na sua implementação*. Curitiba: Juruá.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cobb, R. W., & Elder, C. D. (1971). The politics of agenda-building: An alternative perspective for modern democratic theory [Versão eletrônica]. *The Journal of Politics*, 33(4), 892-915. Consult. 15 de março de 2012, disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0022-3816%28197111%2933%3A4%3C892%3ATPOAAA%3E2.0.CO%3B2-Z>.
- Cohen, E., & Franco, R. (2004). *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Cohen, M., March, J., & Olsen, J. (1972). A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, 17(1), 1-25.
- Constantino, J. M. (1999). *Desporto, política e autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constantino, J. M. (2003). Sistema desportivo português: Que modelo? In A. C. i. Povill, J. Lucas, J. Araújo, J. O. Bento, J. A. d. Oliveira, J. M. Constantino, J. M. Meirim & R. Santos (Eds.), *Sistema desportivo português: Que modelo?* Algés: Confederação do Desporto de Portugal.
- Constantino, J. M. (2006). *Desporto: Geometria e equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cordeiro, L. B. (2007). Das interfaces entre os ciclos políticos eleitorais e os investimentos públicos em ações de esporte e lazer em Montes Claros (MG): Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e do II Congresso Internacional de Ciências do Esporte [CD]. Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE.
- Corrêa, A. L. (1971). Apresentação. In L. P. d. Costa (Ed.), *Diagnóstico de educação física e dos desportos no Brasil* (pp. 7-8). Rio de Janeiro: FENAME.
- Correia, J. P. (2009). Políticas públicas e desenvolvimento do desporto. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O desporto e o Estado: Ideologias e práticas* (pp. 7-44). Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, F. L. d., & Castanhar, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: Desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, 37(5), 969-992.
- Costa, L. P. d. (1971). *Diagnostico de educação física e desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: FENAME.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cotta, T. C. (1998). Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: Análise de resultados e de impacto. *Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública*, 42(2), 103-124.
- Cotta, T. C. (2001). Avaliação educacional e políticas públicas: A experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). *Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública*, 52(4), 89-110.
- Cristan, M. L. (2000). *Estrela cadente: A gestão de esporte e lazer na SEME durante a administração Luíza Erundina de Souza (1989/1992)*. Salvador: Mara Lúcia Cristan. Dissertação de Doutorado apresentada a Escola de Administração/Universidade Federal da Bahia.
- Cruz-Rúbio, C. N. (2010). Mapa de desarrollo teórico em política pública e policy change: Estado de la cuestión y tendencias. *academia.edu* Consult. 10 de novembro de 2011, disponível em [http://www.academia.edu/236021/Mapa de desarrollo te%C3%B3rico e n pol%C3%ADtica p%C3%BAblica y policy change estado de la cuesti%C3%B3n y tendencias](http://www.academia.edu/236021/Mapa_de_desarrollo_te%C3%B3rico_e_n_pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica_y_policy_change_estado_de_la_cuesti%C3%B3n_y_tendencias)
- Cunha, C. G. S. (2006). Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: Tendências recentes e experiências no Brasil. *Secretaria do planejamento, gestão e participação cidadã* Consult. 14 de julho de 2013, disponível em [http://www.scp.rs.gov.br/upload/Avaliacao de Politiclas Publicas e Programas Governamentais.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/upload/Avaliacao_de_Politiclas_Publicas_e_Programas_Governamentais.pdf)
- Cunha, L. M. (2003). *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*. Lisboa: FMH Edições.
- DaCosta, L. P. (1979). *Noções de administração para profissionais da educação física e dos desportos*. Brasília-DF: Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Educação Física e Desportos.
- Dagnino, E. (2004). ¿Sociedade civil, participação e cidadania: De que estamos falando? In D. Mato (Ed.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización* (pp. 95-110). Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.
- Darido, S. C. (2003). *Educação Física na escola: Questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Deccache-Maia, E. (2006). Esporte e políticas públicas no Brasil [Versão eletrônica]. *Esporte e Sociedade: Revista digital*, 1(3). Consult. 19 de novembro de 2013, disponível em <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html?ed=3>.
- Department of Economic and Social Affairs the United Nations. (2005). *World youth report 2005: Young people today, and in 2015*. New York: United Nations.
- Di Pierro, M. C. (2001). Descentralização, focalização e parceria: Uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *Educação e Pesquisa*, 27(2), 321-337.
- Dias, R., & Matos, F. (2012). *Políticas públicas: Princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.
- Dror, Y. (1970). *Prolegomena to the policy sciences*. Califórnia: Clearinghouse.
- Dumazedier, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- Dunn, W. N. (1994). *Public policy analysis: An introduction*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Dye, T. R. (2005). Models of politics: Some help in thinking about public policy. In T. R. Dye (Ed.), *Understanding public policy* (pp. 11-30). New Jersey: Prentice-Hall.
- Easton, D. (1957). An approach to the analysis of political systems [Versão eletrônica]. *World Politics*, 9(3), 383-400. Consult. 11 de novembro de 2012, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2008920>
- Etzioni, A. (1967). Mixed-Scanning: A "third" approach to decision-making. *Public Administration Review*, 27(5), 385-392.
- Farah, M. F. S. (2001). Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista Administração Pública*, 35(1), 119-144.
- Farah, M. F. S. (2006). Inovação e governo local no Brasil contemporâneo. In P. Jacobi & J. A. Pinho (Eds.), *Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares*. (pp. 41-76). Rio de Janeiro: Editora FGV.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Faria, C. A. P. d. (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(59), 97-109.
- Feio, N. (1978). *Desporto e política: Ensaio para a sua compreensão*. Lisboa: Compendium.
- Figueiredo, M. F., & Figueiredo, A. M. C. (1986). Avaliação política e avaliação de políticas: Um quadro de referência teórica. *Análise e Conjuntura*, 1(3), 107-127.
- Flick, U. (2013). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação: Da concepção à realização* (3ª ed.). Loures: Lusociência.
- Franco, M. L. (2007). *Análise de conteúdo*. Brasília-DF: Liber Livro.
- Frey, K. (2000). Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil [Versão eletrónica]. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, 211-259. Consult. 8 de junho de 2008, disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP>.
- Gallardo, L., & Jiménez, A. (2004). *La gestión de los servicios deportivos municipales: Vías para la excelencia*. Barcelona: INDE publicaciones.
- Gallego, R. (2014). Los fallos de la implementación. *Universitat Autònoma de Barcelona - Democracia y decisiones públicas: Introducción al análisis de políticas públicas* Consult. 10 de novembro de 2014, disponível em <https://class.coursera.org/democracia-001/lecture>
- Garcia, R. P. (2009). Um desporto sem ideologias para um desporto com ideias. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O desporto e o Estado: Ideologias e práticas* (pp. 309-325). Porto: Edições Afrontamento.
- Gaya, A., Balbinotti, C., & Torres, L. (2002). Iniciação esportiva e a educação física escolar. In F. M. d. Silva (Ed.), *Treinamento desportivo: Aplicações e implicações* (pp. 15-25). João Pessoa: Editora Universitária - Universidade Federal da Paraíba.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gillet, B. (1961). *História do desporto*. Lisboa: Editora Verbo.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Heidemann, F. G. (2009). Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In F. G. Heidemann & J. F. Salm (Eds.), *Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília - UNB.
- Howlett, M. (2000). A dialética da opinião pública: Efeitos recíprocos pa política pública em sociedades democráticas contemporâneas. *OPINIÃO PÚBLICA*, VI(2), 167-186.
- Huizinga, J. (1972). *Homo ludens*. Madrid: Alianza Editorial.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). Ministério do planejamento, orçamento e gestão. . *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* Consult. 18 de maio de 2011, disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=12
- Jacobi, P. (1989). *Administração municipal, descentralização e participação: Uma agenda de questões e indagações no contexto da transição*. Comunicação apresentada em XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambú.
- Januário, C. (2010). *Políticas públicas desportivas: Estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. Porto: Carlos Januário. Dissertação de Doutorado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Kasznar, I. K., & Filho, A. G. (2002). *O esporte como indústria: Solução para criação de riqueza e emprego*. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Voleibol.
- Kingdon, J. W. (1995). *Agenda: Alternatives, and public policies* (2ª ed.). Addison: Wesley Educational Publishers Inc.
- Lahera, E. P. (2004). *Política y políticas públicas*. Santiago do Chile: Naciones Unidas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. d. A. (1990). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Lasswel, H. D. (1951). The policy orientation. In D. Lerner & H. D. Lasswel (Eds.), *The policy sciences: Recent developments in scope and method* (pp. 3-15). Stanford: Stanford University Press.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Liáo Junior, R. (2003). *Políticas públicas de educação física, esporte e lazer no Governo do Distrito Federal, 1995-1998: Tensões e desafios de um projeto contra hegemônico*. Universidade Estadual de Campinas-Faculdade de Educação Física: Roberto Junior. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Campinas.
- Lindblon, C. (1959). The science of "muddling through" [Versão eletrônica]. *Public Administration Review*, 19(2), 79-88. Consult. 11 de fevereiro de 2012, disponível em <http://www.jstor.org/stable/973677>.
- Lyra Filho, J. (1973). *Introdução a sociologia dos desportos*. Rio de Janeiro: Bloch.
- Magnane, G. (1969). *Sociologia do esporte*. Paris: Éditions Gallimard.
- Manhães, E. D. (1986). *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Marcelino, N. C. (2000). *Lazer e humanização* (3ª ed.). Campinas: Papyrus.
- Marcelino, N. C. (2008). Políticas de lazer: Mercadores ou educadores? In N. C. Marcelino (Ed.), *Políticas públicas de lazer* (pp. 5-30). Campinas: Editora Alínea.
- Marques, A. (2006). Desporto: Ensino e treino. In G. Tani, J. O. Bento & R. D. d. S. Petersen (Eds.), *Pedagogia do desporto* (pp. 142-153). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Marques, A. T., & Gaya, A. (1999). Atividade física, aptidão física e educação para a saúde: Estudos na área pedagógica em Portugal e no Brasil. *Revista Paulista de Educação Física*, 13(1), 83-102.
- Mata, Á. A. R. d. (2011). *Políticas públicas de esporte e lazer na cidade de João Pessoa/Paraíba: Uma análise de ordenamento legal*. João Pessoa: Áurea Augusta Rodrigues da Mata. Dissertação de mestrado apresentada a Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.
- Melo, M. P. (2005). *Esporte e juventude pobre: Políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Mare*. Campinas: Autores Associados.
- Menezes, V. G. (2009). *Gestão de políticas públicas desportivas municipais: Análise da Região Metropolitana do Recife-PE, Brasil, no período de 2002-2008*. Porto: V. G. de Menezes. Dissertação de Doutorado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Meny, Y., & Thoening, J. C. (1992). *Politiques publiques*. Paris: Universitaires de France.
- Mesquita, I. (2014). Fundar o lugar do desporto na escola através do modelo de educação desportiva. In I. Mesquita & J. O. Bento (Eds.), *Professor de educação física: Fundar e dignificar a profissão* (pp. 191-221). Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Mezzadri, F. M., Starepravo, F. A., Basso, D., Guimarães, L., & Reis, R. P. d. (2007). Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do Estado do Paraná. In F. M. Mezzadri, F. R. Cavichioli & D. L. d. Souza (Eds.), *Esporte e lazer: Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas* (pp. 43-60). Jundiaí: Fontoura.
- Milani, C. R. S. (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: Uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista Administração Pública*, 42(3), 551-579.
- Ministério do Esporte. (2004). *Conferência Nacional do Esporte - Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano: Documento Final*. Brasília-DF: Ministério do Esporte.
- Ministério do Esporte. (2013). Ministério do Esporte. *Ministério do Esporte* Consult. 05 de julho de 2013, disponível em <http://www.esporte.gov.br/>
- Mintzberg, H., Lampel, J., Quinn, J. B., & Ghoshal, S. (2006). *O processo da estratégia: Conceitos, contextos e casos selecionados* (4ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Morais, M. d. J. (2008). *"Acreanidade": Invenção e reinvenção da identidade acreana*. Niterói-RJ: Maria de Jesus Moraes. Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade Federal Fluminense.
- Moroni, J. A. (2005). Participamos, e daí? *IBASE* Consult. 26 de julho de 2012, disponível em <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/outros-mapas-monitoramento-ativo-da-part.-soc..pdf>
- Moroni, J. A. (2006). O direito a participação no governo Lula. *ICSW - 32º International Conference on Social Welfare* Consult. 15 de março de 2013, disponível em <http://www.icsw.org/global-conferences/global-conf-intro.htm>
- Oliveira, G. B. d. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, 5(2), 37-48.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Oliveira, P. C. (2012). *Gestão participativa em projetos sociais de educação pelo esporte no Brasil: Um estudo de caso no Projeto Santo Amaro da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco em parceria com o Instituto Ayrton Senna*. Porto: Paulo Cabral de Oliveira. Dissertação de Doutorado apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Organização Nações Unidas. (2003). Esporte para o desenvolvimento e a paz: Em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio: Relatório da força tarefa entre agências das Nações Unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz. *Núcleo de Estudos e Formação de Professores em Educação para a Paz e Convivências - NEP/UEPG* Consult. 09 de agosto de 2011, disponível em <http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/ESPORTE E PAZ.pdf>
- Ostrom, E. (2005). *Understanding institutional diversity*. New Jersey: Princeton University Press.
- Ostrom, E. (2007). Institutional rational choice: An assessment of the institutional analysis and development framework. In P. A. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process* (pp. 21-64). Boulder, Colorado: Westview Press.
- Pasquino, G. (2009). *Nuovo corso di scienza politica* (4^a ed.). Bolonha: Società Editrice il Mulino.
- Peters, G. (2013). The structure of policymaking in american government. *American Public Policy: promise and performance* Consult. 16 de maio de 2013, disponível em <http://www.cqpress.com/cs/peters/chap2/study.asp>
- Pinto, L. M. S. d. M. (2008). Políticas públicas de lazer no Brasil: Uma história a contar. In N. C. Marcelino (Ed.), *Políticas públicas de lazer* (pp. 79-96). Campinas: Editora Alínea.
- Pires, G. (2007). *Agôn: Gestão do desporto*. Porto: Porto Editora.
- Pogrebinschi, T., & Santos, F. (2011). Participação como representação: O impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 54(3), 259/305.
- Pombeiro, A. (2003). *As PPP/PFI - Parcerias Público-Privadas e sua auditoria*. Lisboa: Áreas Editora.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Prista, A. (2010). A saúde e o papel interventivo da educação física em países africanos: Uma reflexão breve. In J. O. Bento, G. Tani & A. Prista (Eds.), *Desporto e educação física em português* (pp. 57-74). Porto: CIFI2D - Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Programa Nações Unidas Desenvolvimento. (2013). Desenvolvimento Humano e IDH. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* Consult. 9 de agosto de 2013, disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/>
- Puga, A. S. (2006). O estatuto do esportista no Ordenamento Jurídico Brasileiro. In A. P. Olmeda (Ed.), *El deportista en el mundo: Su régimen jurídico en las reglamentaciones de los estados y de las federaciones internacionales*. Espanha: Dykinson.
- Queirós, P., & Graça, A. (2013). A Análise de conteúdo (enquanto técnica de tratamento da informação) no âmbito da investigação qualitativa. In I. Mesquita & A. Graça (Eds.), *Investigação qualitativa em desporto* (Vol. II, pp. 113-149). Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Desporto.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: Conceituação e exemplos de avaliação no Brasil [Versão eletrónica]. *Revista de Administração Pública*, 46(5), 1271-1294. Consult. 30 de maio de 2013, disponível.
- Ranzi, C. M. D. (2008). *Raízes do Acre*. Rio Branco: EDUFAC.
- República Federativa do Brasil. (1941). *1ª Conferência Nacional de Educação e 1ª Conferência Nacional de Saúde*. S.l.: S.n.
- Ricardo, H., & Viñas, J. (2012). La planificación estratégica en el deporte municipal. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *Desporto e municípios: políticas, práticas e programas* (pp. 131-145). Lisboa: Visão e Contextos.
- Rocha, J. A. O. (2010). *Gestão do processo político e políticas públicas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Rodrigues, L. C. (2008). Propostas para uma avaliação de políticas públicas. *Aval: Revista avaliação de políticas públicas*, 1(1), 1-15.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Rua, M. d. G. (1998). Análise de políticas públicas: Conceitos básicos. In M. d. G. Rua & M. I. Valadão (Eds.), *O estudo da política: Temas selecionados* (pp. 231-260). Brasília: Paralelo 15.
- Sabatier, P. A. (2005). From policy implementation to policy change: A personal odyssey. In A. Gornitzka, M. Kogan & A. Amaral (Eds.), *Reform and change in higher education: Analysing policy implementation* (pp. 17-34). Dordrecht: Springer.
- Sabatier, P. A. (2007). *Theories of the policy process*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Sabatier, P. A., & Weible, C. M. (2007). The advocacy coalition framework. In P. A. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process* (pp. 189-222). Boulder, Colorado: Westview Press.
- Saravia, E. (2006). Introdução à teoria da política pública. In E. Saravia & E. Ferrarezi (Eds.), *Políticas públicas: Coletânea* (Vol. 1, pp. 21-42). Brasília: ENAP- Escola Nacional de Administração Pública.
- Sarmiento, C. E. (2006). *A regra do jogo: Uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC.
- Sarmiento, J. P. (2000). *Qualidade de gestão das instalações e o novo perfil do gestor desportivo*. Montemor-o-Novo: AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora. Relatório de Estágio apresentado a
- Sarmiento, J. P., Bastos, F. d. C., & Luguetti, C. N. (2014). A sustentabilidade dos sistemas desportivos e o desporto na escola. In I. Mesquita & J. O. Bento (Eds.), *Professor de educação física: Fundar e dignificar a profissão* (pp. 323-347). Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Secchi, L. (2012). *Políticas públicas: Conceitos, esquema de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, E. R. A. d. (2009). Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: Reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Consult. 17 de março de 2013, disponível em <http://www.ipea.gov.br>

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Silva, P. L. B., & Melo, M. A. B. (2000). *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. Comunicação apresentada em Painel "Estado Democrático e Governança no Século XXI: reformando a reforma". Campinas: UNICAMP/NEPP.
- Slack, T. (1991). Sport management: Some thoughts on future directions. *Journal of Sport Management*, 5(2), 95-99.
- Slack, T. (1996). From the locker room to the board room: Changing the domain of sport management. *Journal of Sport Management*, 10(1), 97-105.
- Soares, A., Liberato, A., Lima, P. C., Silva, A. C., & Cardoso, J. (Eds.). (2011). *Diagnóstico do esporte e lazer na Região Norte Brasileira: O existente e o necessário*. Manaus: Edua.
- Sobral, F. (1988). Investigação das relações entre saúde e desporto: História, estado actual e perspectivas de evolução. In J. O. Bento & A. Marques (Eds.), *Desporto, saúde, bem estar: Actas* (pp. 41-52). Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física - Universidade do Porto.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão de literatura [Versão eletrônica]. *Sociologias*, 8(16), 20-45. Consult. 18 de agosto de 2011, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-4522&lng=pt&nrm=iso.
- Souza, P. T. L. d. (2011). Princípios do direito desportivo. *Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento* Consult. 22 de setembro de 2011, disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/princ%C3%ADpios-de-direito-desportivo>
- Starepravo, F. A. (2011). *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Curitiba: Fernando Augusto Starepravo. Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Paraná.
- Stigger, M. P. (1998). Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: "São as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?" *Revista Motrivivência*, 10(11), 83-96.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Subirats, J., Knoepfel, P., Larrue, C., & Varrone, F. (2008). *Análisis y gestión de políticas públicas*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Tani, G., Silveira, S. R., Basso, L., & Corrêa, U. C. (2012). Desporto, município e escola: Relato de duas experiências integrativas no Estado de S. Paulo-Brasil. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *Desporto e municípios: Políticas, práticas e programas* (pp. 289-300). Lisboa: Visão e Contextos.
- Torres, S. F. (2001). *O princípio da subsidiaridade no direito público contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Trevisan, A. P., & Bellen, H. M. v. (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista Administração Pública*, 42(3), 529-550.
- Tubino, M. J. G. (1987). *Teoria geral do esporte*. São Paulo: Ibrasa.
- Tubino, M. J. G. (1996). *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: Sprint.
- Tubino, M. J. G. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: Ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá.
- United Nations Educational, S. a. C. O. (1978). *Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO*. Comunicação apresentada em Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris.
- Vala, J. (1999). Análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. Madireira (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vargas, Â. L. (1995). *Desporto: Fenômeno social*. Rio de Janeiro: Sprint.
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Veronez, L. F. C. (2005). *Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição de 1988*. Campinas: Luiz Fernando Camargo Veronez. Dissertação de Doutorado apresentada a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.
- Weineck, J. (2003). *Treinamento Ideal* (9ª ed.). São Paulo: Manole.

CAPÍTULO VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Werneck, C. (2000). *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG.
- Westerbeek, H., & Smith, A. (2002). Location dependency and sport sponsors: A factor analytic study. *Sport Marketing Quarterly*, 11(3), 140-150.
- Zahariadis, N. (2007). The multiple streams framework: Structure, limitations, prospects. In P. A. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process* (pp. 65-92). Boulder, Colorado: Westview Press.
- Zingoni, P. (2009). O princípio das parcerias na gestão pública do lazer. In V. Noronha (Ed.), *Pensando sobre políticas públicas de lazer para a juventude em contextos de vulnerabilidade social: Contribuição a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais* (pp. 35-42). Belo Horizonte: Editora.
- Zipper, R. I., & Morales, M. E. (1999). *Ciência política*. Santiago de Chile: Editorial Universitária.

ANEXOS

ANEXO 1 CARTA DE APRESENTAÇÃO



Declaração

Declaro para os devidos efeitos que José Reinaldo Cajado de Azevedo é aluno do Programa Doutoral em Ciência do Desporto desta Instituição e que carece de documentação à sustentação do seu estudo de investigação, comprometendo-se, a garantir o uso correcto de todos os dados fornecidos.

Com os melhores cumprimentos

Porto, 14 de junho de 2012.

José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes
Orientador

ANEXO 2
DIRETRIZES DA 1º CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE

1º CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE
ESPORTE, LAZER E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Apresentação

Vivemos um momento histórico. Ao chegarmos à etapa nacional da 1ª Conferência Nacional do Esporte, não temos dúvidas de que esta foi uma iniciativa vitoriosa. Foi, não. É vitoriosa, porque se repetirá daqui para frente. Jamais em nossa história tivemos, como temos hoje, ampla participação da sociedade na formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer.

Esta é, sem dúvida, uma enorme mobilização em favor do esporte, que reafirma um processo já em curso. O esporte vem mudando, para melhor, em nosso País. A começar por duas decisões do presidente Lula que demonstram essa vontade de mudança: a criação do Ministério do Esporte e da própria Conferência Nacional. E está em construção uma Política Nacional de Esporte, com mudança de conceito e foco na inclusão social.

Nas suas etapas municipais e estaduais, realizadas desde março, esta 1ª Conferência envolveu a chamada comunidade esportiva e os movimentos sociais e populares de todo o País. Cerca de 83 mil pessoas se envolveram no processo, com enorme entusiasmo. Foram 60 Conferências Municipais e 116 Regionais, responsáveis pelo efetivo envolvimento, nessas etapas, de 873 municípios. Foram eleitos 861 delegados, dos quais 208 mulheres.

O tema Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, por si só, inspirou os participantes e gerou uma Conferência voltada para uma nova visão sobre o tema. Transformar o esporte em atividade essencial em nossas vidas, como se alimentar ou tomar banho, e que mereça prioridade nas políticas públicas, como a saúde e a educação, é uma preocupação de todos. Ficaram mais claros, também, os papéis dos governos, das entidades gestoras e até do cidadão comum na atividade esportiva e de lazer.

Acima de tudo, a Conferência mostrou que o Brasil está construindo um verdadeiro pacto nacional pelo esporte. Acima de partidos, de interesses específicos, está a qualidade de vida da sociedade brasileira. Isto ficou claro. Temos a certeza de que o resultado deste encontro é enorme contribuição para construção de um Brasil cada vez melhor, através do esporte.

AGNELO QUEIROZ
Ministro do Esporte

Sumário

Texto Básico Sistematizado

Propostas de Ação

Eixo Temático 01: ESPORTE E ALTO RENDIMENTO

Eixo Temático 02: ESPORTE EDUCACIONAL

Eixo Temático 03: FUTEBOL

Eixo Temático 04: ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA

Eixo Temático 05: DIREITO AO ESPORTE E AO LAZER

Eixo Temático 06: ESPORTE, ECONOMIA E NEGÓCIOS

Eixo Temático 07: ESPORTE, ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO

Eixo Temático 08: ESPORTE E CONHECIMENTO

Texto Básico Sistematizado

- 1 O Ministério do Esporte, criado pela Medida Provisória nº 103, de 1ª de janeiro de 2003, tem como missão "formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano".
- 2 Ou seja, sua tarefa é assegurar e facilitar o acesso de todos a atividades esportivas e de lazer, como parte do compromisso do governo de minimizar o quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social que aflige a maioria da população brasileira. Leva em conta, para isso, que o esporte e o lazer são direitos sociais e, por isso, interessam à sociedade civil organizada devendo ser tratados como questões de Estado, ao qual cabe promover sua democratização, colaborando para a construção da cidadania esportiva e de lazer.
- 3 Essa é uma tarefa de grandes dimensões, porque passa pelo reconhecimento do papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer.
- 4 Quando falamos de esporte e de lazer, estamos nos referindo a fenômenos distintos, mas, de certa forma, confluentes. É no tempo e espaço de lazer que a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático (da busca do rendimento), se apresenta como possibilidade de ser vivenciada por todos que o acessam.
- 5 O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento humano, porque

contribuem na formação integral das pessoas e na melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade e não devem ser vistos como um instrumento para solucionar ou desviar a atenção dos problemas sociais.

- 6 A prática do esporte e do lazer pode apresentar aspectos negativos e positivos, dos quais devemos ter ciência. Mas, como parceiros em enorme pacto pelo esporte, devemos buscar nele os benefícios que pode trazer para nós como indivíduos e como coletividade.
- 7 No campo do indivíduo e das comunidades, por exemplo, ele pode trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, etc. Também pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas, criminalidade, e entre outras.
- 8 O esporte e o lazer podem ser um fator de desenvolvimento sociocultural e econômico, gerador de emprego e renda. Criam uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos na indústria que produz material esportivo, no comércio que o distribui, na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, enfim, em todos os setores.
- 9 Também é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade em nossa diversidade cultural. Ou seja, o esporte e o lazer são partes indissociáveis do desenvolvimento nacional, uma riqueza que se soma aos nossos recursos naturais, aos valores culturais, à população brasileira.
- 10 Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um documento intitulado Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. É um relatório que faz uma análise da situação do esporte no mundo e propõe ações práticas para os governos. Nele, fica claro que, no mundo inteiro, há um movimento no sentido de valorizar mais e mais o esporte, para a melhoria da qualidade de vida no Planeta.
- 11 Em cada cidadão, em cada nação, o esporte pode desempenhar esse importante papel. Internacionalmente, serve para aproximar povos diferentes, para difundir culturas, para promover a paz. Os eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, tornam o país-sede conhecido mundialmente, em todos os ângulos, e ajudam até mesmo no intercâmbio comercial entre as nações.
- 12 O futebol, como um entre tantos outros exemplos, sempre contribuiu para a difusão dos valores culturais brasileiros, para a ampliação das nossas relações econômicas e de fraternidade com outros povos. São, essas todas, características que denotam a complexidade do mundo do esporte, e que devem ser alvo de nossas preocupações.

ANEXOS

- 13 Por inúmeros fatores, o Brasil tem condições de ser não simplesmente o país do futebol, mas, sim, o país de todos os esportes, num sentido amplo, que valorize políticas públicas de esporte e lazer por meio da qualificação e do acesso aos espaços públicos, garantindo programas sistemáticos. É possível fazer com que todos possam praticar esporte nas escolas, nas ruas, nas praças nas fábricas, no campo, em casa, em todos os lugares. Ganhar campeonatos e medalhas, não só no futebol, mas também nos demais esportes, poderá ser consequência disso, mas o objetivo central será formar cidadãos e cidadãs críticos e conscientes.
- 14 Para que ocorra essa valorização do esporte e do lazer é preciso que o Estado tenha clareza do seu papel, nas esferas federal, estadual e municipal. O mesmo deve ocorrer com a escola, a empresa, a entidade de classe, a ONG e, em especial, as entidades gestoras do esporte e lazer. De que servem e como atuam esses agentes deve ser uma preocupação de todos, para que o setor contribua cada vez mais para a sociedade.
- 15 Em todos os sentidos, é enorme a contribuição que a Conferência Nacional do Esporte poderá dar ao País. Sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.
- 16 Sendo realizada em três etapas (municipal, estadual e nacional), a 1ª Conferência deve ser um espaço legítimo de participação de todos os brasileiros, marcado pela livre manifestação, o cotejo dos distintos interesses que permeiam a configuração do mundo esportivo, o respeito às diferenças e a busca da nossa integração social e cultural ampla, contemplando etnias, gêneros e pessoas portadoras de necessidades especiais. Seu objetivo é produzir respostas à sociedade, por meio da proposição de políticas e projetos e a indicação de ações práticas.
- 17 "E além do rio andavam muitos deles, dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos". Esse é um dos trechos em que Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao rei D. Manuel, relata o comportamento dos índios encontrados aqui pelos portugueses, em 1500. Ele fala de lutas, danças e brincadeiras dos primeiros habitantes do Brasil.
- 18 O jogo de bola dos índios Parecis, a corrida de tora e outras manifestações culturais vinculadas a atividades físicas, em forma de danças, jogos e lutas, por certo antecederam ao descobrimento e ao processo de colonização do Brasil. Essas atividades, com seu significado próprio na cultura dos que as exercem milenarmente, passaram a conviver com outras práticas, introduzidas pelos europeus, e foram "ressignificadas" ou simplesmente destruídas.

- 19 Outras práticas da cultura corporal vieram com o povo africano, que, embora escravizado e subjugado culturalmente, resistiu de inúmeras formas. Outras tantas mais nasceram aqui, como fruto dessa mistura e da necessidade de convivência, resistência ou mera sobrevivência, a exemplo da capoeira, uma dança/luta que nasceu nas senzalas, sob a batida melódica do berimbau, hoje difundida mundo afora. Atualmente, essas práticas de resistência à cultura dominante sofrem inúmeras tentativas de redução a uma prática meramente esportiva, de forma a enfraquecer os elementos culturais que lhes dão significado e sustentação histórica. Fenômeno semelhante acontece nos movimentos comunitários, de ruas e guetos, que também trazem contribuições para a cultura corporal.
- 20 No mundo inteiro, a trajetória do esporte se confunde com a história das sociedades – e não seria diferente no Brasil, com maior ou menor interferência do sistema de poder vigente. Na Inglaterra, por exemplo, um tipo de jogo de bola que é tido como antecessor do futebol ficou proibido por quase 400 anos (de 1314 a 1681), mas nunca deixou de ser jogado. Aqui, em muitos momentos, jogos e lutas esportivas também foram proibidos, mas não deixaram de existir.
- 21 De todo modo, a história do esporte nos tempos modernos se confunde, em grande parte, com a presença do Estado brasileiro nessas questões. Pode ser constatada na própria evolução da organização social e política do País. Em especial, aquela construída já a partir da segunda década do século passado, quando o Brasil deixava o modelo agrário de então e se organizava no molde da industrialização capitalista.
- 22 Essa mudança foi a maior responsável pelo processo de urbanização vivido pela sociedade brasileira ao longo do Século XX. Se tínhamos, no início desse Século, 9,40% de nossa população vivendo em cidades, já em meados de 1940 éramos 31,24%, chegando a expressivos 81,23% na sua última década.
- 23 Desde meados do século XIX, porém, a elite brasileira tinha nas atividades esportivas e nos exercícios físicos, nos moldes europeus, um valioso instrumento para a execução do seu projeto de eugeniação (aperfeiçoamento da raça humana) e higienização (melhoria das condições de higiene e saúde) da sociedade brasileira. Antes até, por influência dos Jesuítas, já haviam sido introduzidos alguns jogos de largo uso na Europa. Mas é do Século XIX um dos principais determinantes da relação paradigmática da Educação Física com a aptidão física, que continua até os dias de hoje.
- 24 As cidades, por sua vez, passaram a exigir dos governantes a construção de políticas públicas que respondessem aos enormes desafios dos cada vez maiores aglomerados urbanos. A recreação dos operários das fábricas e do restante da população incorporava essas práticas esportivas e

ANEXOS

corporais, inclusive como parte de uma estratégia para melhorar a produtividade.

- 25 Já na virada do Século XIX para o XX, com a abolição da escravatura e com a chegada do futebol ao Brasil (1894), os esportes já haviam fugido dos recintos fechados. O negro liberto, mas sem terras nem empregos, buscava trabalho e ocupação do tempo nas cidades. Teve contato com o futebol como serviçal nos clubes. Modalidade de poucas regras e barata de se praticar, o futebol caiu no gosto popular.
- 26 Habitado às danças, às lutas e longas andanças, o negro impôs seu gingado e criou uma nova forma de jogar o futebol. Ainda que meio às escondidas e sem participar de competições oficiais, nos primeiros anos, o negro difundiu amplamente o futebol entre nós. Mantinha-se, porém, a ideia do esporte como gerador de saúde, reconhecida quase que exclusivamente em sua dimensão biofisiológica.
- 27 Entretanto, foi só no período do Estado Novo (1937-1945) que o governo brasileiro passou a interferir mais diretamente no esporte. A Constituição de 1937 já definia a capacitação física dos trabalhadores como finalidade do esporte. Mas havia também o interesse político, de relacionar o esporte com o espírito cívico-patriótico, em especial no reforço à aliança capital-trabalho que norteava o governo do então presidente Getúlio Vargas.
- 28 E, em 1941, o Decreto-Lei nº 3.199 se propunha a disciplinar, na expressão usada, o esporte. Foi ali que nasceu o Conselho Nacional dos Desportos (CND), que era para ser regulador, mas que, na prática, acabou como gestor da atividade esportiva no Brasil. Essa intervenção governamental sobreviveu ao fim do Estado Novo e a outras mudanças políticas. Durou 34 anos.
- 29 Quando essa legislação foi alterada, pela Lei nº 6.251 de 1975, durante o regime militar, foram mantidas basicamente as mesmas diretrizes e princípios orientadores do documento de 1941. Foi criada a Política Nacional de Educação Física e Esporte, mantendo a aptidão física como base conceitual para as políticas públicas desse setor.
- 30 Assim, a Educação Física e o esporte continuaram confundidos com educação do físico, educação do corpo, do seu rendimento físico-esportivo. Portanto, simulacros da ordem da produtividade, eficiência e eficácia inerente a determinado modelo de sociedade, no qual a brasileira encontrava identificação. Mais do que nunca, nesse período, o esporte passou a ser usado como instrumento de poder, de clientelismo, de benefício pessoal, características que ainda sobrevivem em grande escala.
- 31 O referencial histórico-social possibilitou a superação desse entendimento por um outro onde o preceito de saúde tem um significado mais amplo, de qualidade social de vida, do esporte como prática social e expressão da

nossa cultura. Essa é uma visão secular, mas que ganhou força a partir de 1980, primeiro nos meios acadêmicos, depois entre gestores do esporte e do lazer e, hoje, pode-se dizer que é amplamente difundida no Brasil.

- 32 A legislação criada na década de 70, por sua vez, foi substituída por outra, com a promulgação da Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988, que recebeu o apelido de Constituição Cidadã. Com a nova Carta, o esporte passou a ser tratado como "direito de cada um" e deu-se autonomia às entidades e associações esportivas. Era o rompimento da tutela do Estado sobre o esporte brasileiro.
- 33 Surge, então, um novo conjunto de leis, constituído pela Lei Zico (Lei nº 8.672/93 e Decreto nº 981/93), alterada pela Lei Pelé (Lei nº 9.615/98 e Decreto nº 2.574/98), que propõem princípios e diretrizes para a organização e funcionamento das entidades esportivas. Essas leis promoveram mudanças, principalmente nas questões do futebol. Entretanto, alvo de pressões de setores envolvidos, a Lei Pelé foi alterada pela Lei nº 9.981/00, conhecida como Lei Maguito Vilela.
- 34 Em vários momentos, o Congresso Nacional colocou em pauta o debate sobre o esporte. Um deles foi ainda em 1983, quando a Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados realizou um ciclo de debates denominado Panorama do Esporte Brasileiro. Outro, nos anos de 2000, 2001 e 2002, por parte da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Raramente, porém, a sociedade foi convocada a debater.
- 35 Também nesse período, duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma no Senado (CPI do Futebol) e outra na Câmara (CPI CBF/Nike), deram trato a assuntos pertinentes ao esporte, em particular ao futebol. Trouxeram conclusões indicativas de graves problemas na estrutura esportiva nacional, encaminhando esses resultados ao Ministério Público e à Justiça.
- 36 Na esfera do Executivo, algumas iniciativas foram tomadas no sentido da formulação de propostas mais abrangentes para o esporte. A principal delas foi, sem dúvida, a criação da Câmara Setorial do Esporte que, em agosto de 2001, apresentou uma proposta de política nacional de esporte.
- 37 Ainda no âmbito Legislativo, leis importantes foram aprovadas, a saber:
- Lei nº 10.264/01 (Lei Agnelo/Piva), que destina 2% das loterias federais aos comitês Olímpico e Paraolímpico;
 - Lei nº 10.671/03 (Estatuto do Torcedor), que dá ao torcedor a condição de consumidor e estabelece regras para o procedimento dos clubes, donos de estádios, dirigentes e dos próprios torcedores;
 - Lei nº 10.672/03 (Moralização dos Clubes), que fixa regras de transparência aos clubes e dirigentes.

ANEXOS

38 Encontram-se, ainda, em tramitação no Congresso Nacional:

- Projeto de Lei nº 3.826/00, que institui a Bolsa-Atleta, uma ajuda financeira para que atletas carentes possam treinar;
- Projeto de Lei 4.874/01 (Estatuto do Desporto) proposto no relatório final da CPI da CBF/Nike. Este tem por objetivo concentrar em um único diploma legal todo o ordenamento jurídico esportivo.

39 Um diagnóstico (ou censo) do esporte brasileiro está sendo elaborado pelo Ministério do Esporte, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com a participação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). É a primeira radiografia completa do esporte no Brasil desde 1971. Há 32 anos portanto. E certamente mostrará que o nosso setor esportivo e de lazer é de enorme diversidade, com disparidades regionais, gigante em números, mas ainda pequeno no que diz respeito a políticas públicas.

40 Encontra-se em fase de conclusão o Atlas do Esporte no Brasil, realizado por um consórcio de entidades da área esportiva, sob a coordenação do Conselho Federal de Educação Física. Embora não tenha a pretensão de ser um diagnóstico, o Atlas é um volumoso e consistente almanaque de informações sobre esporte, Educação Física e atividades físicas de saúde e lazer.

41 Em 2003, com a posse do Governo do presidente Lula, descortinam-se a possibilidade e a necessidade de se dar vazão a uma política esportiva e de lazer coerente com os princípios, diretrizes e objetivos e procedimentos consignados no seu programa. Ao Ministério do Esporte, criado como parte dessa política, cabe a responsabilidade e o desafio maior de articular as ações necessárias à execução da referida política, dando voz aos anseios da sociedade civil organizada.

42 Em um ano, já é possível divisar resultados. Mas, o Brasil ainda está longe de assegurar o direito constitucional de acesso de todos às atividades esportivas e de lazer. Por isso, torna-se imprescindível a indicação de parâmetros para que a democratização do esporte e do lazer possa ser usufruída por todo o conjunto da população brasileira.

43 Pela legislação vigente (Lei nº 9.615/98), o esporte pode ser reconhecido nas seguintes manifestações: I – Esporte educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; II – Esporte de participação (recreação e lazer), praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a

integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; III – Esporte de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País, e estas com as de outras nações. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado: a) de modo profissional e b) de modo não profissional.

- 44 Entretanto, o Ministério do Esporte colocou em uso a expressão esporte social, nascida do processo de debates com a sociedade e que vem funcionando como uma categoria a mais. Esta classificação reflete a preocupação com a inclusão social. Por isso, é merecedora de políticas que, embora específicas, perpassam as outras três dimensões. A preocupação com o social deve estar, portanto, na escola, na recreação e mesmo no esporte de alto rendimento para garantir profissionais qualificados em todo o País. Essas modalidades devem ser ministradas, orientadas e supervisionadas por profissionais qualificados.
- 45 É dever do Estado assegurar o direito constitucional de acesso às atividades esportivas e de lazer a toda a população, independentemente da condição socioeconômica ou necessidade especial de qualquer natureza, e do estágio de ciclo de vida de seus distintos segmentos. Mas isso só se realiza de maneira plena em ambiente democrático, como este em que vivemos no Brasil, construído pela sociedade brasileira, e ao contrário de intervenções autoritárias, desconectadas dos anseios populares.
- 46 A Política Nacional de Esporte, hoje em implantação é objeto de debate nas Conferências, levando em conta a especificidade de cada dimensão do esporte, procurando manter os canais de comunicação entre elas, de modo isonômico, sem hierarquia.
- 47 Esse conceito convive com o da tradicional "pirâmide esportiva", que coloca em toda atividade do esporte o objetivo de ir peneirando, a partir da base, até chegar a uma elite de atletas. Em lugar de priorizar a seletividade, este sistema valoriza, por exemplo, o fato de que nem todo menino que joga bola quer ser um Pelé – ele tem o direito de querer apenas jogar bola.
- 48 Disso vem a importância de se tratar o lazer no conjunto de uma política do esporte. O esporte na sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontra no lazer a possibilidade concreta de expressão.
- 49 Isso pode ocorrer na sua prática (como protagonista), na fruição do espetáculo (como espectador) ou, ainda, no conhecimento de seu significado e de seu lugar em nossa cultura. É em sua dimensão recreativa, portanto, que o esporte explicita seu potencial sociabilizador e inclusivo, sua capacidade aglutinadora, oxigenando a vida das pessoas, no seu sentido lúdico, expressão de festa, de alegria e de inserção social.

ANEXOS

É claro que o setor esportivo brasileiro tem muitos problemas e desafios a enfrentar. Mas tem, ao mesmo tempo, uma potencialidade inestimável. O Sistema Esportivo brasileiro poderá ser muito mais eficiente se definir melhor, por exemplo, os papéis da União, estados e municípios na gestão das políticas públicas para o setor, e se houver maior transparência e participação popular na gestão das entidades que cuidam do esporte em vários aspectos.

Ao longo deste Texto Básico, buscamos alinhar os princípios, diretrizes e objetivos estruturantes da construção da ação política governamental na área do esporte e do lazer. **Princípio** entendido como origem de tudo, fonte primeira de uma ação; **diretriz** como um conjunto de instruções ou indicações para se levar a termo um plano, uma ação; e **objetivo** entendido como alvo que se pretende atingir, propósito de uma ação.

- 50 **Princípios** – O do projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população.
- 51 **Princípios** – O do reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais.
- 52 **Princípios** – O da inclusão social, compreendido como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer natureza.
- 53 **Princípios** – O da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.
- 54 **Diretrizes** – Descentralização da política esportiva e de lazer.
- 55 **Diretrizes** – Gestão participativa.
- 56 **Diretrizes** – Controle social da gestão pública.
- 57 **Diretrizes** – Desenvolvimento da nação.
- 58 **Diretrizes** – Integração étnica, racial, socioeconômica, religiosa, de gênero e de pessoas portadoras de necessidade especial de qualquer natureza.
- 59 **Diretrizes** – Desenvolvimento humano e promoção da inclusão social.
- 60 **Objetivos** – Promover a cidadania esportiva e de lazer, na sua dimensão científica, política e tecnológica, com ênfase nas pesquisas referenciadas socialmente.
- 61 **Objetivos** – Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer,

na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

62 **Objetivos** - Promover o desenvolvimento do esporte e do lazer na sua dimensão científica e tecnológica.

63 **Objetivos** – Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.

64 **Objetivos** – Detectar e desenvolver talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento.

65 **Objetivos** – Fomentar a prática do esporte educacional e de participação, para toda a população, e o fortalecimento da identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros ministérios.

PROPOSTAS DE AÇÃO

Eixo Temático 01: ESPORTE E ALTO RENDIMENTO

1 - Estabelecer um calendário esportivo unificado e integrado envolvendo municípios, estados, a União e as entidades organizadoras do esporte nacional garantindo competições em todos níveis (nacionais e internacionais), fomentando o intercâmbio de profissionais, atletas e paratletas das equipes de alto rendimento.

2 - Definir e implementar uma Política Nacional de Esporte e Paradesporto de Alto Rendimento para os próximos 20 anos, na qual todas as entidades públicas e privadas promotoras do esporte atuem de forma integrada e unificada na detecção, formação e desenvolvimento dos atletas, ampliando a oportunidade dessa prática esportiva a todos.

3 - Aumentar, descentralizar e fiscalizar os recursos financeiros destinados ao esporte de alto rendimento em todas as suas vertentes (olímpicos, de aventura, radicais, paradesporto, entre outros), por meio da criação de leis de incentivo fiscal, participação nas arrecadações de loterias e outros jogos legalizados ou a serem legalizados, priorizando o investimento em categorias de base, como mecanismo de financiamento para a autonomia do esporte de alto rendimento.

4 - Definir uma política para o esporte de base em que o poder público juntamente com os clubes assumam a responsabilidade da formulação, implementação, financiamento e apoio a projetos de desenvolvimento de novos atletas.

5 - Garantir que os recursos da Lei Agnelo/Piva sejam destinados, também, às entidades estaduais de administração do esporte – olímpico e paraolímpico,

ANEXOS

assim como entidades formadoras – clubes, para que o Esporte de Base seja priorizado e contemplado.

6 - Implementar estruturas especializadas – centros de treinamento – para o desenvolvimento de atletas e paratletas de alto rendimento, desde a base até o treinamento de alto nível, dotadas de equipamento, recursos humanos, apoio científico, médico e instalações apropriadas, de forma regionalizada e descentralizada em diversos municípios.

7 - Criar condições e estrutura para que o atleta e o paratleta de alto rendimento possam se dedicar profissionalmente a uma modalidade, com remuneração digna, premiações, direitos trabalhistas, transporte, educação, seguro, assistência médica, entre outros.

Implantar apoio por Bolsa-Atleta e utilização do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT).

8 - Incentivar o desenvolvimento de tecnologia e a produção nacional de equipamentos esportivos, devidamente certificados, e isentar a importação de equipamentos, quando necessária, para todo tipo de esporte: olímpico, adaptado, de aventura, radicais, etc.

9 - Criar uma política de formação continuada para todos os profissionais envolvidos com o esporte e o paradesporte de alto rendimento, por meio de escolas de treinadores, intercâmbios nacionais e internacionais, tanto no esporte de base quanto no de alto nível.

10 - Ampliar e democratizar as informações sobre esporte, veiculando campanhas informativas e educativas na divulgação dos censos esportivos, cadastros de atletas, esclarecendo sobre os benefícios do esporte e do paradesporte, programas antidoping, sobre esporte de aventura e educação ambiental, promovendo o acesso da população a todo tipo de informação esportiva.

11 - Criar uma "Agência Nacional Antidoping", envolvida com as áreas de esporte, da saúde e da educação, que tenha poderes de fiscalizar, regular, articular ações multisetoriais e implementar campanhas preventivas contra o doping, assim como criar condições para ampliar a aplicação de exames antidoping, tanto preventivos como na maioria das competições regionais, nacionais e internacionais que ocorram no Brasil.

12 - Criar e implementar condições para garantir a participação popular e o controle social: da aplicação de recursos públicos para o esporte e o paradesporte, assim como na implementação de ações que visem o aumento da prática esportiva de alto rendimento em parceria com confederações, federações, clubes e associações, descentralizando o poder no esporte e democratizando o acesso ao alto rendimento.

13 - Fortalecer as modalidades esportivas não olímpicas/paraolímpicas, fomentar o esporte de aventura, os esportes de caráter regional, as artes marciais, utilizando a escola e aproveitando as potencialidades do local.

14 - Elaborar, com a participação dos Ministérios do Esporte e do Meio Ambiente, legislação que cobre taxas sobre o uso de água potável, existente nos rios e lagos brasileiros para também subsidiar os Esporte de Aventura, instrumento da natureza brasileira.

15 - Ampliar os centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp) para todo território nacional por meio de parcerias com universidades públicas e privadas.

Eixo Temático 02: ESPORTE EDUCACIONAL

1 - Necessidade de Investimentos de Orçamento ou parcerias dos governos federais, estaduais e municipais para a aquisição de material esportivo para as escolas públicas, bem como, transporte para os alunos de zonas rurais e periféricas.

2 - Ampliação dos investimentos federais, estaduais e municipais para a construção, restauração, ampliação e conclusão de infraestrutura mínima e necessária à prática da atividade física nas escolas e em espaços municipais de áreas urbanas e rurais. Estabelecer uma política de aproveitamento de espaços físicos já existentes nos municípios. Desde a abertura das escolas, clubes, universidades, entidades privadas e sem fins lucrativos, academias, e outros, durante a semana e nos finais de semana, com propósito de firmar parcerias que promovam a ampliação da oferta da prática esportiva para os alunos das escolas públicas e comunidade em geral no País.

3 - Reformular e realizar política de eventos esportivos (jogos, seminários, conferências, etc.), organizada com a participação dos envolvidos, na forma de um Calendário Nacional que servirá de base para a organização nos níveis estadual e municipal, envolvendo o público das escolas e universidades públicas e professores com formação acadêmica específica.

4 - Indicar ao MEC a necessidade de revisar, reformular, ampliar e reestruturar o currículo e a metodologia utilizada nos cursos de Educação Física, com diretrizes nacionais que orientem a prática pedagógica (incluindo os programas de ensino, as competências, os objetivos, as orientações metodológicas e os instrumentos e processos avaliativos) respeitando as demandas regionais e rurais.

5 - Assegurar, através de relações interinstitucionais, a formação e valorização do professor de Educação Física pelo poder público, nos diferentes níveis de ensino, com o provimento de concursos públicos, garantia de melhor remuneração e formação continuada. A elevação na qualificação poderá acontecer com ações integradas com IES, com a facilitação na participação em eventos da área, bem como, com a criação de programas de incentivo aos

ANEXOS

professores de Educação Física e com a criação de fundos específicos orientados, principalmente, àqueles que desenvolvem programas e projetos sociais e ações interdisciplinares e integradas com outras entidades e setores sociais.

6 - Reorganização e reestruturação e das Secretarias de Educação dos estados, consolidando se, em alguns casos, um setor específico de esporte, com autonomia para organizar e gerenciar o esporte escolar, com orçamento específico ou fundo de incentivo. A política de esporte desenvolvida nos estados deve garantir a ampliação de projetos já existentes no âmbito do esporte, beneficiando maior número de jovens que estejam incluídos ou não no ensino regular, conforme a Constituição e legislação específica. Além disso, deve promover articulações e parcerias com ONGs, agências governamentais, terceiro setor e iniciativa privada, para captação de recursos financeiros destinados ao esporte educacional que qualificam a prática esportiva oferecida aos educandos.

7 - Reformular, ampliar e reestruturar as diretrizes metodológicas do esporte para escolares em todos os níveis de ensino (pré-escola, ensino fundamental, médio e superior), no intuito de ampliar a qualidade do ensino. Para tal é preciso: ampliação de carga horária destinada ao esporte e a inclusão de outras modalidades esportivas, ministradas por profissionais da área. É fundamental priorizar, inicialmente, o esporte na escola, como parte integrante do projeto pedagógico da escola.

8 - Estabelecer Política Nacional de Esporte Educacional/Escolar que vise à descentralização da União para os estados e municípios com o compromisso de priorizar a contratação de recursos humanos com formação na área, contribuindo para o processo de geração de emprego, elevando o número de escolas e de alunos atendidos. Para isto poderá ser enviado projeto de lei de incentivo fiscal, fundos financeiros e ainda parcerias e articulações com instituições de ensino superior, Sistema S, e outras, em prol do esporte educacional, assim como, a possibilidade de ampliação da contrapartida dos estados.

9 - Ampliação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas "Segundo Tempo" e "Pintando a Liberdade" – estendendo-o aos presídios femininos –, para todos os estados e municípios. Criação de novos programas educativos de esporte e lazer que contemplem crianças, jovens, trabalhadores e idosos; escolas de educação especial e portadores de necessidades especiais; crianças e jovens incluídos ou não no sistema regular de ensino; programa para alunos do turno noturno; programa nacional de bolsa-atleta para alunos carentes do ensino básico e universitário; programas de esporte e lazer sistemáticos para universitários; programas de esporte e lazer que utilize o tema transversal preservação do meio ambiente; programas de esporte e lazer que visem especialmente a elevação da qualidade de vida e a prevenção às drogas e programas de formação de professores, técnicos e especialistas na área de esporte, lazer e Educação Física.

10 - Desenvolvimento, apoio e mobilização do setor público na implementação de campanhas de sensibilização e divulgação do esporte educacional junto à comunidade, em articulação com outros ministérios e segmentos sociais. Estas campanhas devem ressaltar os benefícios e a importância da prática esportiva para a elevação da qualidade de vida do homem.

11 - Promover o debate e financiar políticas, programas e ações articuladas com as federações e confederações universitárias – nos âmbitos federal, estadual e municipal – dirigidas para o público universitário, através da articulação e integração do governo com as instituições de ensino superior, setor privado e demais entidades locais. Isso possibilita o fortalecimento dos centros acadêmicos, garantindo o componente esportivo dentro das organizações de ensino superior do País, na perspectiva de que o esporte universitário possa contribuir com a inclusão social, resgatando a participação, a cooperação de todos os envolvidos.

12 - Construção, organização, articulação, integração, apoio e financiamento do poder público e segmentos sociais para o desenvolvimento de espaços e oportunidades de práticas didático-pedagógicas em Educação Física/esporte, desenvolvendo o conhecimento específico, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, objetivando avaliar, assessorar e aperfeiçoar os trabalhos dos profissionais envolvidos, permitindo uma compreensão do esporte como fenômeno histórico-sociocultural.

13 - Criação de conselhos, secretarias, autarquias e programas nacional, estadual e municipal que beneficiem o desenvolvimento do Esporte Educacional, principalmente no que se refere ao processo de controle público e acompanhamento dos programas sociais, envolvendo e integrando o trabalho dos Ministérios do Esporte e da Educação e de associações comunitárias no processo de elaboração de programas, administração dos espaços públicos, aplicação de recursos públicos e garantia da efetividade das ações governamentais.

14 - Políticas e programas que garantam a inclusão do portador de necessidades especiais, por meio de professores capacitados para atuar nos diferentes níveis do ensino público e a organização de espaços onde estes possam ter participação garantida, como, por exemplo, em jogos e competições acadêmicas.

15 - Promover a articulação e consonância entre as Diretrizes do Esporte Educacional/Escolar com as Diretrizes da Educação Física Escolar. O aprofundamento da articulação, com ações conjuntas, entre o Ministério do Esporte, o Ministério da Educação, outros ministérios afins e as Secretarias Estaduais e Municipais, é necessário para garantir a Educação Física escolar em todos os níveis de ensino, conforme prevista pela LDB (Lei no 9.394/96) e a possibilidade e ampliação de uma prática pedagógica no contraturno escolar, orientada no esporte.

Eixo Temático 03: FUTEBOL

1 - Melhorar a segurança nos estádios adequando-os às normas técnicas de segurança, utilizando tecnologia apropriada, conjugando ainda, ações de conscientização contra a violência à melhoria do treinamento e das condições de trabalho das equipes de policiamento.

2 - Promover a melhoria da gestão dos recursos destinados ao futebol, seja na geração e captação através de incentivos fiscais, aumento nas dotações orçamentárias públicas para no mínimo 1%, e criação de fundos próprios, como no planejamento organizado para a aplicação desses recursos, priorizando a formação de atletas.

3 - Implementar um plano de desenvolvimento do futebol feminino com especial atenção na formação de novas atletas por meio da ampliação da oferta de escolinhas de futebol feminino, aumento do número de competições e inclusão desta modalidade nos campeonatos promovidos pelo Ministério do Esporte. Estimular a criação de ligas de futebol feminino bem como aperfeiçoar a legislação.

4 - Melhoria das condições necessárias para que os atletas do futebol possam se desenvolver e atingir o ápice da sua performance garantindo locais de treinamento adequado, centros científicos de excelência esportiva, apoio médico, financeiro, material, condições para continuar os estudos e orientação de profissionais qualificados.

5 - Aprimorar e incrementar a infraestrutura necessária ao futebol por meio da modernização dos estádios existentes e da construção de novos, aumento do número de campos de futebol aproveitando as escolas e as áreas comunitárias.

6 - Regulamentar e fiscalizar as atividades dos empresários de atletas e garantir os direitos federativos aos atletas das escolinhas de esportes de várzea imputado o percentual de 20% da venda do atleta.

7 - Aperfeiçoar a estrutura organizacional do futebol garantindo a gestão democrática e transparente das suas entidades organizadoras bem como o controle social destas por meio da organização de ouvidorias e conselhos comunitários.

8 - Promover a revisão da legislação vigente (Lei Maguito Vilela, Estatuto do Torcedor, etc.) garantindo sua aplicação, ampliando a divulgação dessas leis através de edições e publicações que levem esclarecimentos à população, contribuindo para a formação de uma consciência esportiva cidadã.

9 - Estimular a participação das entidades promotoras do futebol e das empresas que se beneficiam dele num esforço conjunto para racionalizar e otimizar as ações capazes de melhorar a situação desta modalidade no País.

Formular uma política de investimento para integração entre escolas e clubes na formação de atletas – categorias de base – nas esferas, municipal, estadual e federal, convênios e parcerias com empresas.

Eixo Temático 04: ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA

1 - Elaborar, propor e implementar políticas públicas de formação inicial, formação continuada e de capacitação para profissionais e gestores que atuam no setor de esporte e de lazer, articuladas com instituições de ensino superior e outras entidades. Esta política deverão contemplar: (1) qualificação de profissionais e gestores para atuarem junto a diferentes segmentos da população (crianças, jovens, adultos, idosos e, entre estes, pessoas portadoras de necessidades especiais) e diferentes interesses e necessidades (esportivas, artísticas, educacionais, lúdico-recreativas); (2) formação multidisciplinar em todos os níveis; (3) o objetivo de valorização e respeito ao idoso e PNE.

2 - Propor e executar políticas públicas intersetoriais, envolvendo os ministérios do esporte, saúde, cultura, educação, meio-ambiente, ciência e tecnologia, que valorizem as práticas do esporte e do lazer, o respeito ao meio ambiente, a promoção da saúde, a educação para formação cidadã e a qualidade social de vida.

3 - Formular, implantar, apoiar e financiar políticas públicas de promoção do esporte e do lazer, articuladas pelo princípio da inclusão social, envolvendo governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, direcionadas à população, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou de exclusão social.

4 - Elaborar, implementar e apoiar políticas públicas para financiamento de estudos e pesquisas no setor do esporte e do lazer que tematizem questões sociais, desenvolvimento humano e qualidade social de vida.

5 - Propor políticas públicas para racionalizar, maximizar e ocupar espaços e equipamentos públicos, adequados ao esporte e ao lazer, visando o atendimento de diferentes interesses e necessidades da população, especialmente daquelas parcelas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Essa política deverá apontar para a utilização de escolas, passeios, parques, ginásios, estádios, espaços não formais, entre outros equipamentos públicos.

6 - Propor, executar, apoiar e financiar políticas públicas, articuladas com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização e preservação de equipamentos e espaços públicos de esporte e de lazer. Essa política deverá contemplar questões como acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física e idosos; flexibilidade de horários para utilização dos equipamentos; profissionais capacitados e qualificados para desenvolverem atividade de esporte e de lazer; descentralização e desconcentração dos espaços e equipamentos públicos,

ANEXOS

priorizando comunidades com populações em situação de vulnerabilidade ou exclusão social; atingir todos os segmentos da sociedade.

7 - Realizar diagnóstico da estrutura esportiva e do lazer, para auxiliar a gestão deste setor, que seja capaz de detectar a infraestrutura nacional, as demandas da população, as práticas vivenciadas na esfera do esporte e do lazer.

8 - Elaborar, implementar e apoiar, em conjunto com entidades da sociedade civil, políticas públicas de esporte e lazer em instituições como hospitais, escolas, creches, universidades, asilos, entidades assistenciais e correlatas.

9 - Criar nos órgãos públicos de administração do esporte e do lazer, nos níveis municipal e estadual, coordenações ou equivalentes, que tratem das questões relativas à pessoa idosa e à pessoa portadora de deficiência.

10 - Incentivar e apoiar a criação de órgãos públicos de administração do esporte e do lazer, nos níveis municipal e estadual, e órgãos de controle social das políticas públicas de esporte e lazer, democráticos e com ampla participação de setores organizados da sociedade civil que demandam por esse tipo de política.

Eixo Temático 05: DIREITO AO ESPORTE E AO LAZER

1 - Criação de um fundo financeiro para o esporte em todas as suas manifestações e o lazer, bem como a criação de fontes de recursos públicos com a finalidade de prover atividades esportivas e de lazer, com garantia de 15% dos investimentos na pessoa portadora de deficiência física. Garantir o acesso à pessoa idosa, buscando a desburocratização na liberação das verbas destinadas a esse fim.

2 - Criação, ampliação, manutenção e viabilização de programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer, incluindo a pessoa portadora de deficiência física e os idosos, fortalecendo e estimulando parcerias com o terceiro setor, entre os vários entes públicos e o setor privado.

3 - Criar leis de incentivo fiscal para o esporte e o lazer, em nível municipal, estadual e federal, com garantia da aplicação das legislações vigentes. Promover a elaboração de novas proposições que garantam o desenvolvimento do esporte e do lazer para todos os segmentos e regiões, ao mesmo tempo, estimular a criação de Conselhos e Secretarias de Esporte e Lazer (municipais e estaduais), para facilitar e potencializar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas no setor.

4 - Instituição, promoção, formulação, resgate, conscientização e reestruturação de ações e políticas voltadas para o desenvolvimento dos esportes em todos os níveis.

5 - Criação, construção, revitalização, reforma e manutenção de espaços para a prática do esporte e do lazer, otimizando os espaços existentes, levando-se em conta a dimensão da acessibilidade à pessoa portadora de deficiência e à pessoa idosa. Garantia da participação popular na discussão da utilização destes espaços e equipamentos, através de uma política de cogestão, na construção de instrumentos para sua democratização.

6 - Capacitação, valorização, reconhecimento e contratação de profissionais de esporte e lazer, abrindo concursos nesta área para o trabalho nas escolas e comunidades, presídios e demais espaços públicos. Garantir aos profissionais de Educação Física e aos agentes sociais do lazer formação e condições para o atendimento a comunidades nas mais diversas dimensões esportivas e de lazer, para todos os segmentos (infância, juventude, adulto, idoso, portadores de necessidades especiais e de deficiência).

7 - Promoção de campanhas e busca de parcerias para estimular o desenvolvimento do esporte.

8 - Incentivar, fomentar a prática do esporte e do lazer na dimensão do esporte de criação e da identidade nacional e cultural, na área rural e na área urbana, em comunidades indígenas e quilombolas, respeitando as peculiaridades regionais.

9 - Promover o intercâmbio entre os órgãos de esporte e lazer por meio de competições, eventos esportivos e de lazer, divulgação de banco de dados, de programas e projetos existentes, garantindo inclusive o estímulo à organização de eventos de paradesporto.

10 - Elaborar, implementar e avaliar políticas públicas de esporte e lazer que estimulem e valorizem a participação da mulher.

11 - Elaborar, implantar e avaliar políticas públicas de esporte e lazer para a pessoa portadora de deficiência. Garantir a acessibilidade da pessoa portadora de deficiência aos espaços e equipamentos públicos de esporte e de lazer.

12 - Otimizar e ampliar a utilização de espaços de esporte e lazer, tais como escolas, clubes, praças, parques e outros, com vistas à democratização do acesso ao esporte e lazer.

13 - Definir e ampliar o papel do terceiro setor para democratização do acesso ao esporte e ao lazer.

14 - Implementar política pública destinada à fabricação, distribuição de materiais esportivos e de lazer através de parceria do poder público e o terceiro setor para distribuição em comunidades em situação de vulnerabilidade social em que estejam sendo desenvolvidas políticas de esporte e de lazer, configurando uma ampliação do atual programa "Pintando a Liberdade".

ANEXOS

15 - Reestruturar o sistema esportivo e paradesportivo brasileiro quanto à regulação e ao controle do Estado, definindo diretrizes nacionais, com vistas a definir um novo ordenamento legal do esporte e do lazer que tenha como princípio a participação popular, oportunizando a democratização do esporte e lazer como direito social.

Eixo Temático 06: ESPORTE, ECONOMIA E NEGÓCIOS

1 - Constituir os órgãos municipais e estaduais de esporte e lazer como unidades orçamentárias, destinando no mínimo 1% do orçamento aos mesmos.

2 - Vinculação de parte de impostos ou taxas para o subsídio do esporte: 1) em nível federal, imposto de renda (IR); 2) em nível estadual, imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS); 3) em nível municipal, imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN) e imposto predial territorial urbano (IPTU); 4) destinação de percentual definido da contribuição provisória sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) para programas de esporte e lazer; 5) legislação específica que crie uma taxa agregada às contas de água e energia elétrica para o esporte escolar; 6) destinar percentual definido do Fundo das Telecomunicações para programas de esporte e lazer; 7) criação de fundo nacional para programas de esporte e de lazer, oriundos do lucro líquido do sistema bancário.

3 - Aumentar o percentual de recursos oriundos das Loterias para o esporte e lazer: 1) para 5%; 2) com previsão de chegar a 8%, destinando percentual específico para União = 2,5%; estados = 2% e municípios = 3,5%; 3) alteração na Lei Agnelo/Piva destinando 2% para o esporte olímpico e paraolímpico, mais 2% aos esportes não-olímpicos.

4 - Regulamentação dos bingos com controle da União.

5 - Criação de linhas de financiamento do esporte pelas entidades financeiras (bancos) em níveis municipal, estadual e federal.

6 - Criação de legislação de incentivos fiscais em nível municipal, estadual e nacional, com recursos destinados: 1) somente ao esporte de base; 2) aos atletas; 3) ao esporte e ao lazer nos bairros; 4) para eventos esportivos; 5) agremiações desportivas e entidades afins; 6) 70% das verbas desta lei aos municípios e 30% aos estados; 7) aos estados carentes.

7 - Criação de um Fundo para o Desenvolvimento do Esporte vinculado ao Ministério do Esporte, com a destinação de recursos aos níveis federal, estaduais e municipais. Que o valor repassado seja proporcional ao número de habitantes de cada município.

8 - Criar programa de incentivos à instalação da indústria esportiva, vinculado à responsabilidade social e a geração de empregos; no caso de equipamentos esportivos sem similar nacional, facilitar a importação.

9 - Elaborar diagnóstico estatístico do potencial econômico financeiro do esporte em níveis municipal, estadual e nacional (% no PIB – Produto Interno Bruto).

10 - Maximizar as possibilidades da integração entre ações de esporte, lazer, turismo e cultura.

11 - Destinação dos investimentos para o Esporte e Lazer: 1) vinculando à inclusão social; 2) diversificando as experiências dos cidadãos; 3) diversificando as modalidades oferecidas; 4) para a infraestrutura esportiva nos municípios.

12 - Capacitar atletas, técnicos, professores, gestores, enfim, todos os envolvidos com o produto esportivo a maximizar a vinculação deste ao desenvolvimento econômico do País, desencadeando uma política de profissionalização do esporte e do lazer.

13 - Ampliar a divulgação, cobertura e transmissão do esporte no rádio e na TV, de: 1) todas as modalidades; 2) todas, exceto o futebol; 3) todas as olímpicas; 4) só o esporte de base e as categorias menores; 5) todas que tenham patrocinador a ser divulgado; 6) Divulgar e cobrir também eventos de lazer; 10% do total da transmissão de TV local só para o esporte.

14 - Criar, através do Ministério do Esporte, veículo de comunicação para divulgação de políticas, temas e eventos do esporte e do lazer, assim como fomentar a veiculação de eventos esportivos através das TVs educativas e comunitárias, estimulando as modalidades na sua base e nas divisões inferiores.

15 - Ampliar a validade do Estatuto do Torcedor para todos os esportes.

Eixo Temático 07: ESPORTE, ADMINISTRAÇÃO E LEGISLAÇÃO

1 - Alteração da Lei Agnelo/Piva nos aspectos: viabilização de transferência de recursos para as federações desportivas estaduais; desmembramento dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro, transferindo seu gerenciamento pelo Ministério do Esporte; aumento do percentual destinado e a extensão para esporte armador; destinação de recursos para entidades regionais olímpicas e não-olímpicas; aumento do percentual destinado ao esporte para 3%, sendo 1% para o Comitê Olímpico Brasileiro e 2% para as secretarias estaduais e distrital, obedecendo critério de massificação do esporte.

2 - Fiscalização pelo poder público acerca do cumprimento da legislação desportiva em vigor.

ANEXOS

3 - Garantir a participação da sociedade na elaboração e implementação de políticas públicas do esporte e lazer, mediante a realização de seminários e fóruns permanentes.

4 - Aprovação de legislação: que proporcione políticas de ação de incentivo por todos os entes federados, viabilizando espaço, recurso, projetos para o desenvolvimento do desporto social, de lazer, rendimento e educacional; garanta instrumentos que proporcione o aperfeiçoamento técnico dos profissionais que atuam na área desportiva; regulamente a destinação de recursos provenientes de estatal; para atribuir responsabilidade aos dirigentes desportivos; alteração da Lei no 9.615/98 disciplinando acerca do processo eleitoral das entidades desportivas; vinculação orçamentária dos entes federados na ordem facultativa de 1,5% em 2005 e obrigatória 2,0% em 2006 e 3,0% em 2007; criação do FUNDO NACIONAL DO DESPORTO; criação de agência reguladora de recursos públicos destinados aos esportes amadores, profissionais e ao Comitê Olímpico Brasileiro; alteração da Lei no 10.264/01 acrescendo o esporte não-olímpico; alteração da Instrução Normativa no 1 do STN.

5 - Desenvolvimento de mecanismos de controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos no esporte, notadamente confederações e federações, garantindo maior transparência quanto a destinação e prestação de contas referente à utilização de verba pública. 6 - Incentivo e apoio aos estados e municípios para a criação de secretarias e conselhos de esporte, visando o desenvolvimento do desporto com a participação de todos os segmentos ligados ao esporte e da sociedade civil organizada.

7 - Apoio do Ministério do Esporte junto ao Congresso Nacional para que ocorra o compilamento da legislação desportiva mediante a aprovação do Projeto de Lei no 4874 – Estatuto do Desporto – incluindo a concessão de incentivo fiscal para o particular que promover o esporte e a regulamentação dos transexuais no esporte, e a agilização para aprovação dos projetos que beneficiam o esporte que estão em tramitação como, por exemplo, o projeto de lei que institui o Bolsa-Atleta.

8 - Desenvolvimento do desporto de lazer mediante legislação que garanta destinação orçamentária e inclusão nos planos diretores municipais de recursos que garantam a construção e manutenção de espaços e a infraestrutura destinada ao setor. Alteração do Estatuto da Cidade para destinar espaços exclusivos para o esporte e lazer nos aglomerados residenciais.

9 - Incentivo para criação de ligas desportivas estaduais e municipais e a legalização da dança como desporto cultural.

10 - Criação de cargos técnicos para profissionais da educação junto aos órgãos públicos voltados para o desenvolvimento do esporte, cujo ingresso

decorra de aprovação em concurso público. Criação do curso de Licenciatura do Esporte. Regulamentação da profissão atleta.

11 - Viabilização de aumento de recurso para o esporte por meio: aumento na participação dos recursos provenientes das loterias; aprovação de lei federal que concede incentivo fiscal; regulamentação dos bingos direcionando percentual para o esporte; destinação de percentual de royalties do petróleo para o esporte e lazer; criação e implementação de fundo e/ou leis de incentivo municipais, estaduais e federais; destinação de parte dos impostos, taxas e contribuições cobradas sobre qualquer atividade esportiva e de lazer para a formação do esporte de base e lazer; instrumentalização de gestores públicos e privados para a captação de recursos públicos e privados.

12 - Promover a integração entre universidades, poder público e terceiro setor para implementação de programas de educação continuada. Articulação, proposição e execução de política de esporte e lazer em cooperação com a sociedade organizada e demais instituições públicas, na perspectiva do desenvolvimento social.

13 - Divulgação mediante seminários e publicação de periódicos de legislação desportiva, despertando o interesse e levando a conhecimento de toda a sociedade o desenvolvimento legislativo desportivo, e a criação de bancos de dados específicos sobre a legislação do esporte e da Educação Física e o condensamento dos dispositivos legais relacionados ao esporte e ao lazer.

14 - Celebrar convênios entre instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos esportivos e de formação profissional continuada. Aproximação entre instituições municipais e estaduais gestoras de esporte e lazer e universidades/faculdades que proporcionam formação do profissional da Educação Física, mediante projetos, programas e convênios, proporcionando a experiência aos acadêmicos e também a produção acadêmica aos gestores públicos.

15 - Incluir as empresas organizadoras de eventos esportivos no Sistema de Tributação Simplificada (Simples).

Eixo Temático 08: ESPORTE E CONHECIMENTO

1 - Promover a formulação, o fomento, o apoio, o incentivo e o financiamento a políticas públicas de formação continuada, descentralizadas e desconcentradas, articuladas com as instituições de ensino superior, públicas e privadas, e instituições científicas, para qualificar o trabalho de gestores públicos e privados de esporte e lazer, profissionais e acadêmicos da área de Educação Física, Esporte e Lazer, agentes sociais de esporte e de lazer e ex-atletas, visando o desenvolvimento científico da Educação Física, do esporte e do lazer.

2 - Incentivar, apoiar e financiar políticas públicas descentralizadas e desconcentradas, que promovam a produção de pesquisas e estudos

ANEXOS

científicos visando o desenvolvimento do lazer, da Educação Física e do esporte em suas diversas manifestações. Essa política deverá contemplar a iniciação científica, a criação e manutenção de laboratórios, centros de excelência e núcleos de pesquisa. O produto desta ação deverá levar em conta os problemas sociais e as diferenças regionais.

3 - Elaborar, fomentar, apoiar e incentivar políticas públicas de informação e documentação visando a socialização do conhecimento, o aperfeiçoamento da gestão pública e privada e o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física, do esporte e do lazer. Esta política deverá contemplar a criação de uma rede nacional de documentação e informação, um diagnóstico do esporte e do lazer, apoio à preservação de documentos, formação de recursos humanos, a criação de um banco de dados de informações do esporte e do lazer e, finalmente, apoio à criação de bibliotecas virtuais que disponibilizem a produção científica e o acervo literário.

4 - Realizar, com apoio e financiamento público, eventos científicos, em âmbito nacional e internacional, que promovam o desenvolvimento da Educação Física, do esporte e do lazer.

5 - Formular, implementar, apoiar, financiar políticas públicas de infraestrutura e modernização de equipamentos para o desenvolvimento da Educação Física, do esporte e do lazer.

6 - Implementar políticas públicas de apoio, incentivo e financiamento de publicações de periódicos e livros e de difusão do conhecimento científico, na área da Educação Física, do esporte e do lazer.

7 - Elaborar e implementar ações que permitam maior controle público da gestão dos programas do Ministério do Esporte, visando a sua democratização, a sua desburocratização e participação da sociedade civil.

8 - Formular e implementar políticas de cooperação técnica e intercâmbios em nível nacional e internacional que promovam a troca de experiências e ao avanço científico e tecnológico da Educação Física do esporte e do lazer e o estreitamento das relações internacionais do Brasil com outros países.

ANEXO 3
DOCUMENTO FINAL DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE

CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE
Documento Final

Apresentação

A sistematização final das teses e propostas aprovadas na 1ª Conferência Nacional do Esporte propõe, sobretudo, a continuidade da mobilização e da articulação presentes nesse rico processo de construção, levando-nos agora à ação.

Este documento tem a finalidade de levar ao conhecimento de todos, comunidade esportiva e a sociedade em geral, o posicionamento e as deliberações que, a partir de agora, passam a orientar e subsidiar a Política Nacional do Esporte e do Lazer, já implementada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As emendas ao texto básico, bem como a aprovação da resolução que propõe a criação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, foram complementadas pelas propostas de ação que, para efeito desta sistematização, foram registradas na íntegra, conforme aprovado pela plenária final da Conferência. Entretanto, cabe ressaltar que, na perspectiva de sua implantação, algumas propostas deverão ser adequadas ao contexto geral, considerando as duplicidades e/ou as divergências presentes no texto, já que foram discutidas e aprovadas por eixos temáticos e agora integram o conjunto de ações.

Assim, as propostas de ação referentes ao financiamento do esporte e do lazer (regulamentação da Lei nº 10.264/01, incentivos fiscais, orçamentos governamentais, entre outros) deverão ser objeto de estudo detalhado visando o dimensionamento preciso de alíquotas e metas para captação, considerando o cenário econômico nacional.

Quanto ao Sistema Nacional de Esporte e do Lazer, cabe promover o estabelecimento de suas bases (princípios, diretrizes e objetivos propostos) em consonância com as demais políticas nacionais e em fase com as discussões do Estatuto do Esporte no Congresso Nacional.

O desafio a nós imposto, é o estabelecimento de uma agenda positiva de implantação, acompanhamento e avaliação destas ações, para a que o esporte e o lazer se efetivem como políticas públicas essenciais, contribuindo para o desenvolvimento integral do cidadão brasileiro e consequente desenvolvimento social da nação.

Agnelo Queiroz
Ministro do Esporte

ANEXOS

CARTA DE BRASÍLIA

MOMENTO HISTÓRICO

Este 20 de junho de 2004 já é parte importante da história do esporte e lazer brasileiros. Nós, participantes da 1ª Conferência Nacional do Esporte, com muita alegria em nossos corações, vemos que nossos sonhos começam a virar realidade. Estamos criando as condições para fazer do esporte e do lazer atividades essenciais na vida de todos os brasileiros e brasileiras.

A própria realização da Conferência já é uma vitória. Jamais em nossa história tivemos, como temos agora, ampla participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer. É uma forte mobilização que se transforma num entendimento nacional pelo esporte e pelo lazer, num sentido amplo e democrático.

Foram quatro dias de debates, deflagrados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em ato no belo Teatro Nacional de Brasília. Vínhamos com o respaldo de 83 mil pessoas que se mobilizaram em 873 municípios, 26 estados e Distrito Federal. Não representamos apenas o chamado segmento de esporte e lazer, mas toda sociedade.

Aprovamos a política de esporte e lazer que vem sendo implantada, com foco na inclusão social. Estamos convictos de que é a política mais adequada para o nosso tempo.

O tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” propiciou um debate amplo sobre todos os aspectos do esporte e lazer. E ficou claro: esta luta não tem donos. É de todos os brasileiros e brasileiras em favor de uma sociedade melhor.

Desse intenso processo de debates, surgiu a vigorosa proposta de criarmos o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento. Será um sistema descentralizado e regionalizado.

No campo do financiamento, pelo momento em que vivemos, desde logo destacamos nosso apoio à criação de uma Lei de Incentivo ao Esporte e o nosso desejo de rápida aprovação, pelo Senado Federal, da lei que cria a Bolsa-Atleta.

Nos recursos humanos, sustentamos que todas as atividades esportivas e de lazer, quando orientadas, o sejam por trabalhadores qualificados. Isto, em caráter multiprofissional e multidisciplinar.

No controle social, é unânime a tese de que a democracia participativa é que deve reger as ações também neste campo da vida em nosso país.

As teses e propostas resultantes desta Conferência irão referenciar, a partir de agora, a Política Nacional de Esporte e Lazer.

Brasília, 20 de junho de 2004

POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

O Ministério do Esporte, criado pela Medida Provisória 103, de 1º de janeiro de 2003, tem como missão “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”.

Sua tarefa é assegurar e facilitar o acesso de todos a atividades esportivas e de lazer, que quando orientadas, sejam por trabalhadores qualificados, como parte do compromisso do governo de reverter o quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social que aflige a maioria da população brasileira. Leva em conta, para isso, que o esporte e o lazer são direitos sociais e, por isso, interessam à sociedade civil organizada, devendo ser tratados como questões de Estado, ao qual cabe promover sua democratização, colaborando para a construção da cidadania.

Essa é uma tarefa de grandes dimensões, porque passa pelo reconhecimento do papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer.

Quando falamos de esporte e de lazer, estamos nos referindo a fenômenos distintos, mas, de certa forma, confluentes. É no tempo e espaço de lazer que a manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático (da busca do rendimento), se apresenta como possibilidade de ser vivenciada por todos que o acessam.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento humano, porque contribuem na formação integral das pessoas e na melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade e não devem ser vistos como um instrumento para solucionar ou desviar a atenção dos problemas sociais.

A prática do esporte e do lazer pode apresentar aspectos negativos e positivos, dos quais devemos ter ciência. Mas, como parceiros em enorme pacto pelo esporte, devemos buscar nele os benefícios que pode trazer para nós como indivíduos e como coletividade.

ANEXOS

No campo do indivíduo e das comunidades, por exemplo, ele pode trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, etc. Também pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas, criminalidade, e entre outras.

O esporte e o lazer podem ser um fator de desenvolvimento sociocultural e econômico, gerador de emprego e renda. Criam uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos na indústria que produz material esportivo, no comércio que o distribui, na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, enfim, em todos os setores.

Também é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade em nossa diversidade cultural. Ou seja, o esporte e o lazer são partes indissociáveis do desenvolvimento nacional, uma riqueza que se soma aos nossos recursos naturais, aos valores culturais, à população brasileira.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um documento intitulado Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. É um relatório que faz uma análise da situação do esporte no mundo e propõe ações práticas para os governos. Nele, fica claro que, no mundo inteiro, há um movimento no sentido de valorizar mais e mais o esporte, para a melhoria da qualidade de vida no Planeta.

Em cada cidadão, em cada nação, o esporte pode desempenhar esse importante papel. Internacionalmente, serve para aproximar povos diferentes, para difundir culturas, para promover a paz. Os eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, tornam o país-sede conhecido mundialmente, em todos os ângulos, e ajudam até mesmo no intercâmbio comercial entre as nações.

O futebol, como um entre tantos outros exemplos, sempre contribuiu para a difusão dos valores culturais brasileiros, para a ampliação das nossas relações econômicas e de fraternidade com outros povos. São, essas todas, características que denotam a complexidade do mundo do esporte, e que devem ser alvo de nossas preocupações.

Por inúmeros fatores, o Brasil tem condições de ser não simplesmente o país do futebol, mas, sim, o país de todos os esportes, num sentido amplo, que valorize políticas públicas de esporte e lazer por meio da qualificação e do acesso aos espaços públicos, garantindo programas sistemáticos. É possível fazer com que todos possam praticar esporte nas escolas, nas ruas, nas praças, nas fábricas, no campo, em casa, em todos os lugares. Ganhar campeonatos e medalhas, não só no futebol, mas também nos demais esportes, poderá ser consequência disso, mas o objetivo central será formar cidadãos e cidadãs críticos e conscientes.

Para que ocorra essa valorização do esporte e do lazer é preciso que o Estado tenha clareza do seu papel, nas esferas federal, estadual e municipal. O mesmo deve ocorrer com a escola, a empresa, a entidade de classe, a ONG e, em especial, as entidades gestoras do esporte e lazer. De que servem e como atuam esses agentes deve ser uma preocupação de todos, para que o setor contribua cada vez mais para a sociedade.

Em todos os sentidos, é enorme a contribuição que a Conferência Nacional do Esporte poderá dar ao País. Sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subseqüentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas

Sendo realizada em três etapas (municipal, estadual e nacional), a 1ª Conferência deve ser um espaço legítimo de participação de todos os brasileiros e brasileiras, marcado pela livre manifestação, o cotejo dos distintos interesses que permeiam a configuração do mundo esportivo, o respeito às diferenças e a busca da nossa integração social e cultural ampla, contemplando etnias, gêneros e pessoas portadoras de necessidades especiais. Seu objetivo é produzir respostas à sociedade, por meio da proposição de políticas e projetos e a indicação de ações práticas.

"E além do rio andavam muitos deles, dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos". Esse é um dos trechos em que Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao rei D. Manuel, relata o comportamento dos índios encontrados aqui pelos portugueses, em 1500. Ele fala de lutas, danças e brincadeiras dos primeiros habitantes do Brasil.

O jogo de bola dos índios Parecis, a corrida de tora e outras manifestações culturais vinculadas a atividades físicas, em forma de danças, jogos e lutas, por certo antecederam ao descobrimento e ao processo de colonização do Brasil. Essas atividades, com seu significado próprio na cultura dos que as exercem milenarmente, passaram a conviver com outras práticas, introduzidas pelos europeus, e foram "ressignificadas" ou simplesmente destruídas.

Outras práticas da cultura corporal vieram com o povo africano, que, embora escravizado e subjugado culturalmente, resistiu de inúmeras formas. Outras tantas mais nasceram aqui, como fruto dessa mistura e da necessidade de convivência, resistência ou mera sobrevivência, a exemplo da capoeira, uma dança/luta que nasceu nas senzalas, sob a batida melódica do berimbau, hoje difundida mundo afora. Atualmente, essas práticas de resistência à cultura dominante sofrem inúmeras tentativas de redução a uma prática meramente esportiva, de forma a enfraquecer os elementos culturais que lhes dão significado e sustentação histórica. Fenômeno semelhante acontece nos movimentos comunitários, de ruas e guetos, que também trazem contribuições para a cultura corporal.

ANEXOS

No mundo inteiro, a trajetória do esporte se confunde com a história das sociedades – e não seria diferente no Brasil, com maior ou menor interferência do sistema de poder vigente. Na Inglaterra, por exemplo, um tipo de jogo de bola que é tido como antecessor do futebol ficou proibido por quase 400 anos (de 1314 a 1681), mas nunca deixou de ser jogado. Aqui, em muitos momentos, jogos e lutas esportivas também foram proibidos, mas não deixaram de existir.

De todo modo, a história do esporte nos tempos modernos se confunde, em grande parte, com a presença do Estado brasileiro nessas questões. Pode ser constatada na própria evolução da organização social e política do País. Em especial, aquela construída já a partir da segunda década do século passado, quando o Brasil deixava o modelo agrário de então e se organizava no molde da industrialização capitalista.

Essa mudança foi a maior responsável pelo processo de urbanização vivido pela sociedade brasileira ao longo do Século XX. Se tínhamos, no início desse Século, 9,40% de nossa população vivendo em cidades, já em meados de 1940 éramos 31,24%, chegando a expressivos 81,23% na sua última década.

Desde meados do século XIX, porém, a elite brasileira tinha nas atividades esportivas e nos exercícios físicos, nos moldes europeus, um valioso instrumento para a execução do seu projeto de eugeniação (aperfeiçoamento da raça humana) e higienização (melhoria das condições de higiene e saúde) da sociedade brasileira. Antes até, por influência dos Jesuítas, já haviam sido introduzidos alguns jogos de largo uso na Europa. Mas é do Século XIX um dos principais determinantes da relação paradigmática da Educação Física com a aptidão física, que continua até os dias de hoje.

As cidades, por sua vez, passaram a exigir dos governantes a construção de políticas públicas que respondessem aos enormes desafios dos cada vez maiores aglomerados urbanos. A recreação dos operários das fábricas e do restante da população incorporava essas práticas esportivas e corporais, inclusive como parte de uma estratégia para melhorar a produtividade.

Já na virada do Século XIX para o XX, com a abolição da escravatura e com a chegada do futebol ao Brasil (1894), os esportes já haviam fugido dos recintos fechados. O negro liberto, mas sem terras nem empregos, buscava trabalho e ocupação do tempo nas cidades. Teve contato com o futebol como serviço nos clubes. Modalidade de poucas regras e barata de se praticar, o futebol caiu no gosto popular.

Habitado às danças, às lutas e longas andanças, o negro impôs seu gingado e criou uma nova forma de jogar o futebol. Ainda que meio às escondidas e sem participar de competições oficiais, nos primeiros anos, o negro difundiu amplamente o futebol entre nós. Mantinha-se, porém, a idéia do esporte como gerador de saúde, reconhecida quase que exclusivamente em sua dimensão biofisiológica.

Entretanto, foi só no período do Estado Novo (1937-1945) que o governo brasileiro passou a interferir mais diretamente no esporte. A Constituição de 1937 já definia a capacitação física dos trabalhadores como finalidade do esporte. Mas havia também o interesse político, de relacionar o esporte com o espírito cívico-patriótico, em especial no reforço à aliança capital-trabalho que norteava o governo do então presidente Getúlio Vargas.

E, em 1941, o Decreto-Lei nº 3.199 se propunha a disciplinar, na expressão usada, o esporte. Foi ali que nasceu o Conselho Nacional dos Desportos (CND), que era para ser regulador, mas que, na prática, acabou como gestor da atividade esportiva no Brasil. Essa intervenção governamental sobreviveu ao fim do Estado Novo e a outras mudanças políticas. Durou 34 anos.

Quando essa legislação foi alterada, pela Lei nº 6.251 de 1975, durante o regime militar, foram mantidas basicamente as mesmas diretrizes e princípios orientadores do documento de 1941. Foi criada a Política Nacional de Educação Física e Esporte, mantendo a aptidão física como base conceitual para as políticas públicas desse setor.

Assim, a Educação Física e o esporte continuaram confundidos com educação do físico, educação do corpo, do seu rendimento físico-esportivo. Portanto, simulacros da ordem da produtividade, eficiência e eficácia inerente a determinado modelo de sociedade, no qual a brasileira encontrava identificação. Mais do que nunca, nesse período, o esporte passou a ser usado como instrumento de poder, de clientelismo, de benefício pessoal, características que ainda sobrevivem em grande escala.

O referencial histórico-social possibilitou a superação desse entendimento por um outro onde o preceito de saúde tem um significado mais amplo, de qualidade social de vida, do esporte como prática social e expressão da nossa cultura. Essa é uma visão secular, mas que ganhou força a partir de 1980, primeiro nos meios acadêmicos, depois entre gestores do esporte e do lazer e, hoje, pode-se dizer que é amplamente difundida no Brasil.

A legislação criada na década de 70, por sua vez, foi substituída por outra, com a promulgação da Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988, que recebeu o apelido de Constituição Cidadã. Com a nova Carta, o esporte passou a ser tratado como "direito de cada um" e deu-se autonomia às entidades e associações esportivas. Era o rompimento da tutela do Estado sobre o esporte brasileiro.

Surge, então, um novo conjunto de leis, constituído pela Lei Zico (Lei nº 8.672/93 e Decreto nº 981/93), alterada pela Lei Pelé (Lei nº 9.615/98 e Decreto nº 2.574/98), que propõem princípios e diretrizes para a organização e funcionamento das entidades esportivas. Essas leis promoveram mudanças, principalmente nas questões do futebol. Entretanto, alvo de pressões de setores envolvidos, a Lei Pelé foi alterada pela Lei nº 9.981/00, conhecida como Lei Maguito Vilela.

ANEXOS

Em vários momentos, o Congresso Nacional colocou em pauta o debate sobre o esporte. Um deles foi ainda em 1983, quando a Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados realizou um ciclo de debates denominado Panorama do Esporte Brasileiro. Outro, nos anos de 2000, 2001 e 2002, por parte da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Raramente, porém, a sociedade foi convocada a debater.

Também nesse período, duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma no Senado (CPI do Futebol) e outra na Câmara (CPI CBF/Nike), deram trato a assuntos pertinentes ao esporte, em particular ao futebol. Trouxeram conclusões indicativas de graves problemas na estrutura esportiva nacional, encaminhando esses resultados ao Ministério Público e à Justiça.

Na esfera do Executivo, algumas iniciativas foram tomadas no sentido da formulação de propostas mais abrangentes para o esporte. A principal delas foi, sem dúvida, a criação da Câmara Setorial do Esporte que, em agosto de 2001, apresentou uma proposta de política nacional de esporte.

Ainda no âmbito Legislativo, leis importantes foram aprovadas, a saber: - Lei nº 10.264/01 (Lei Agnelo/Piva), que destina 2% das loterias federais aos comitês Olímpico e Paraolímpico; - Lei nº 10.671/03 (Estatuto do Torcedor), que dá ao torcedor a condição de consumidor e estabelece regras para o procedimento dos clubes, donos de estádios, dirigentes e dos próprios torcedores; - Lei nº 10.672/03 (Moralização dos Clubes), que fixa regras de transparência aos clubes e dirigentes.

Encontram-se, ainda, em tramitação no Congresso Nacional: - Projeto de Lei nº 3.826/00, que institui a Bolsa-A atleta, uma ajuda financeira para que atletas carentes possam treinar; - Projeto de Lei 4.874/01 (Estatuto do Desporto) proposto no relatório final da CPI da CBF/Nike. Este tem por objetivo concentrar em um único diploma legal todo o ordenamento jurídico esportivo.

Um diagnóstico (ou censo) do esporte brasileiro está sendo elaborado pelo Ministério do Esporte, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com a participação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). É a primeira radiografia completa do esporte no Brasil desde 1971. Há 32 anos portanto. E certamente mostrará que o nosso setor esportivo e de lazer é de enorme diversidade, com disparidades regionais, gigante em números, mas ainda pequeno no que diz respeito a políticas públicas.

Encontra-se em fase de conclusão o Atlas do Esporte no Brasil, realizado por um consórcio de entidades da área esportiva, sob a coordenação do Conselho Federal de Educação Física. Embora não tenha a pretensão de ser um diagnóstico, o Atlas é um volumoso e consistente almanaque de informações sobre esporte, Educação Física e atividades físicas de saúde e lazer.

Em 2003, com a posse do Governo do presidente Lula, descortinam-se a possibilidade e a necessidade de se dar vazão a uma política esportiva e de

lazer coerente com os princípios, diretrizes e objetivos e procedimentos consignados no seu programa. Ao Ministério do Esporte, criado como parte dessa política, cabe a responsabilidade e o desafio maior de articular as ações necessárias à execução da referida política, dando voz aos anseios da sociedade civil organizada.

Em um ano, já é possível divisar resultados. Mas, o Brasil ainda está longe de assegurar o direito constitucional de acesso de todos às atividades esportivas e de lazer. Por isso, torna-se imprescindível a indicação de parâmetros para que a democratização do esporte e do lazer possa ser usufruída por todo o conjunto da população brasileira.

Pela legislação vigente (Lei nº 9.615/98), o esporte pode ser reconhecido nas seguintes manifestações: I – Esporte educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; II – Esporte de participação (recreação e lazer), praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; III – Esporte de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País, e estas com as de outras nações. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado: a) de modo profissional e b) de modo não profissional.

Entretanto, o Ministério do Esporte colocou em uso a expressão esporte social, nascida do processo de debates com a sociedade e que vem funcionando como uma categoria a mais. Esta classificação reflete a preocupação com a inclusão social. Por isso, é merecedora de políticas que, embora específicas, perpassam as outras três dimensões. A preocupação com o social deve estar, portanto, na escola, na recreação e mesmo no esporte de alto rendimento para garantir profissionais qualificados em todo o País. Essas modalidades devem ser ministradas, orientadas e supervisionadas por profissionais qualificados.

É dever do Estado assegurar o direito constitucional de acesso às atividades esportivas e de lazer a toda a população, independentemente da condição socioeconômica ou necessidade especial de qualquer natureza, e do estágio de ciclo de vida de seus distintos segmentos. Mas isso só se realiza de maneira plena em ambiente democrático, como este em que vivemos no Brasil, construído pela sociedade brasileira, e ao contrário de intervenções autoritárias, desconectadas dos anseios populares.

ANEXOS

Resolução sobre a criação do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer

A 1ª Conferência Nacional do Esporte aponta para a construção do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, a partir de princípios, diretrizes e objetivos estruturantes que visam unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer em todo o território nacional.

São princípios do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer:

1. O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade;
2. O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais;
3. A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie;
4. A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.

São diretrizes:

1. Descentralização da política esportiva e de lazer;
2. Gestão participativa;
3. Universalização do acesso;
4. Controle social da gestão pública;
5. Desenvolvimento da nação;
6. Integração étnica, racial, socioeconômica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiência e com necessidade especial de qualquer natureza;
7. Desenvolvimento humano e promoção da inclusão social.

São objetivos:

1. Promover a cidadania esportiva e de lazer, na sua dimensão científica, política e tecnológica, com ênfase nas pesquisas referenciadas socialmente;
2. Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira;
3. Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer;

4. Detectar e desenvolver talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento;
5. Fomentar a prática do esporte educacional e de participação, para toda a população, e o fortalecimento da identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.

O Sistema Nacional do Esporte e do Lazer compreende as esferas de atuação pública e privada e considera a existência de uma ampla rede de gestores, entidades de representação do esporte, do lazer, prestadores, profissionais, atletas e a população atendida.

A construção do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer deverá observar a indicação de competências das esferas nacional, estadual e municipal.

O Sistema Nacional do Esporte e do Lazer pressupõe um processo integrado que compreende um corpo unificado de políticas públicas da União, dos Estados e dos Municípios.

O conjunto das políticas nacionais e a legislação do segmento devem estar consolidados como partes constituintes do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer.

Serão consideradas como EIXOS do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, a POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS, a POLÍTICA NACIONAL DE FINANCIAMENTO e o CONTROLE SOCIAL, que pressupõe a existência de mecanismos democráticos e participativos de gestão, como os conselhos do esporte e do lazer e as Conferências Nacionais, que assegurem a participação de todos os envolvidos.

A Política Nacional de Recursos Humanos deve indicar como se articulam e se constituem os recursos humanos necessários ao Sistema Nacional do Esporte e do Lazer.

Três aspectos devem ser considerados na elaboração da Política Nacional de Recursos Humanos:

1. O caráter multiprofissional (diversos profissionais) e multidisciplinar (diversas áreas do conhecimento) desses recursos humanos;
2. A necessidade de capacitação dos recursos humanos já inseridos no segmento;
3. A necessidade de formação de novos recursos humanos qualificados.

A política Nacional de Financiamento deve indicar as fontes de recursos e as diretrizes de financiamento.

ANEXOS

Serão consideradas como fontes de financiamento do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer:

1. Recursos públicos diretos da União, dos Estados e dos Municípios;
2. Recursos públicos de órgãos e instituições da administração indireta nas três esferas: Municípios, Estados e União;
3. Recursos provenientes da vinculação de parte das receitas de impostos e taxas nas três esferas: Municípios, Estados e União;
4. Recursos provenientes de medidas de incentivo fiscal;
5. Recursos provenientes da vinculação de parte das receitas de concursos de prognósticos, loterias e outras modalidades de apostas;
6. Recursos provenientes de Fundos e outras medidas de fomento ao esporte e ao lazer;
7. Recursos provenientes de linhas de crédito e incentivos a toda a cadeia produtiva vinculada ao segmento.

As diretrizes de aplicação dos recursos destinados ao financiamento do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer são:

1. Assegurar a permanência e continuidade do financiamento;
2. Atender às três esferas: Municípios, Estados e União a partir das competências de cada uma;
3. Atender ao conjunto das entidades do esporte nacionais, estaduais e municipais, os atletas e a população atendida no âmbito do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer;
4. Assegurar a implementação das políticas que visem à inclusão social e ao atendimento das pessoas com deficiências e com necessidades especiais;
5. Atender à infraestrutura e aos equipamentos necessários à implementação das políticas e programas;
6. Atender à capacitação dos recursos humanos já inseridos no segmento e à formação de novos recursos humanos qualificados;
7. Atender ao fomento e desenvolvimento científico e tecnológico;
8. Contemplar a multiplicidade de experiências e especificidades regionais de todo o território nacional e a equidade na aplicação dos recursos.

As demais políticas nacionais já existentes e/ou formuladas – esporte educacional e escolar, esporte e paraesporte de alto rendimento, esporte social e outras - visando o atendimento aos princípios, diretrizes e objetivos já definidos, deverão estar referenciadas no Sistema Nacional do Esporte e do Lazer.

Em complemento ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer, a 1ª Conferência Nacional do Esporte, indicou as seguintes **propostas de ação**, de acordo com os eixos que compuseram o temário da Conferência:

Esporte e Alto Rendimento

- Definir e implementar uma Política Nacional de Esporte contemplando o desenvolvimento do esporte olímpico, paraolímpico e não-olímpico; estabelecer um sistema nacional de capacitação profissional para professores de Educação Física, técnicos, preparadores físicos e dirigentes de esportes de base e alto rendimento, por intermédio de incentivos à pesquisa, intercâmbio e cursos.
- Aumentar, descentralizar e fiscalizar os recursos financeiros destinados ao esporte de alto rendimento em todas as suas vertentes – olímpico, paraolímpico e não-olímpico – por meio da criação de leis de incentivo fiscal; destinação de 3% dos recursos arrecadados das multas de trânsito, do fundo de defesa do consumidor e do DPVAT; participação na arrecadação de loterias, bingos e outros jogos legalizados ou a serem legalizados, como mecanismo de financiamento para a autonomia do esporte de alto rendimento, priorizando os investimentos em categorias de base.
- Garantir que os recursos da Lei Agnelo/Piva sejam destinados também às entidades estaduais e municipais de administração do esporte olímpico, paraolímpico e não-olímpico, bem como às entidades formadoras – clubes e associações – beneficiando também técnicos e atletas para que o Esporte de Base seja contemplado e priorizado.
- Implementar Centros de Formação, Treinamento, Pesquisa e Excelência esportiva por intermédio de parcerias com Universidades, Forças Armadas e entidades afins, com estrutura especializada para o desenvolvimento de atletas e paraatletas e programas antidrogas, desde a base até o treinamento de alto rendimento. Estas estruturas devem ser dotadas de equipamentos, recursos humanos, científicos, médicos, fisioterapeutas e profissionais de Educação Física, e instalações apropriadas, de forma regionalizada e descentralizada em diversos municípios de todos os Estados brasileiros, priorizando a utilização e adequação de espaços ociosos já existentes em entidades esportivas, sem fins lucrativos ou econômicos, instalações militares, escolas etc.
- Garantir junto às agências de bacias hidrográficas a destinação de uma porcentagem mínima de 3% dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da

ANEXOS

água potável, existentes nos rios e lagos brasileiros para subsidiar os esportes em geral.

Esporte Educacional

- Os investimentos federais, estaduais, distritais e municipais devem contemplar: a) aquisição de material esportivo, implementos paradesportivos e cadeiras de rodas paradesportivas; b) construção, restauração, manutenção, ampliação e conclusão de infraestrutura necessária à educação física, ao esporte educacional e ao lazer, nas escolas e em espaços municipais urbanos e rurais com a consulta ao profissional de educação física; c) assegurar transporte para os alunos de zonas rurais e periféricas; d) aproveitamento de espaços físicos já existentes nos municípios e estados, com parcerias públicas e privadas que promovam a ampliação da oferta da prática esportiva para os alunos das escolas públicas e comunidade em geral no país com a consulta ao profissional de Educação Física; e) práticas didático-pedagógicas em educação física/esporte para desenvolver o conhecimento no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, do esporte formal e não-formal; f) criação de fundos e incentivos fiscais orientados, principalmente àqueles que desenvolvem programas e projetos sociais e ações interdisciplinares, integradas com outros setores sociais, voltadas para o Esporte Educacional.
- Reformular e implementar política de eventos esportivos e científicos (jogos, seminários, conferências, etc), de acordo com a proposta do esporte educacional, organizada com a participação dos segmentos envolvidos, na forma de um Calendário Nacional que servirá de base para a organização nos níveis estadual e municipal, envolvendo as comunidades escolar e universitária e entidades estudantis. Implementar, desenvolver e apoiar campanhas de sensibilização e divulgação do esporte educacional nas comunidades, em articulação com outros ministérios e segmentos sociais. Estas campanhas devem ressaltar os benefícios e a importância da prática esportiva como direito social para elevação da qualidade de vida do homem.
- O Sistema Nacional de Esporte e Lazer contemplará a criação, legitimação e fortalecimento de espaços políticos da sociedade civil organizada, como fóruns populares e sociais, e a criação de conselhos, secretarias, autarquias e programas nacionais, estaduais e municipais, promovendo a articulação em consonância entre as Diretrizes do Esporte Educacional/Escolar. Potencialização do desenvolvimento do Esporte Educacional, principalmente no que se refere ao processo de controle público e social, no acompanhamento dos programas, promovendo aprofundamento da articulação com ações conjuntas entre o Ministério do Esporte, o Ministério da Educação, outros Ministérios afins e as secretarias estaduais e municipais, sendo necessário a garantia da Educação Física escolar em todos os níveis de ensino, conforme previsto pela LDB (Lei 9.394/96), assegurando o caput do artigo 26, que evidencia ser a Educação Física componente curricular da Base Nacional comum, mobilizando assim o

Ministério do Esporte e o MEC no sentido de revogar a Lei 10.793/03, já que a mesma fere o caput citado acima. Possibilitar a ampliação da prática pedagógica no contra-turno escolar, orientada no esporte educacional escolar, enquanto atividade extracurricular, garantindo a obrigatoriedade da Educação Física no período noturno.

- A Política de Esporte e Lazer desenvolvida nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, deverá garantir a ampliação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Programas já existentes no âmbito do Esporte e lazer, beneficiando o maior número de crianças, jovens, trabalhadores e idosos que estejam incluídos no ensino regular ou não, bem como as pessoas com necessidades especiais, garantindo a organização de espaços, com acessibilidade universal, onde estes possam ter participação, conduzidos por profissionais qualificados. Implantar um programa nacional de bolsa atleta para alunos carentes do ensino básico e universitário. Garantir o repasse dos recursos destinados pela Lei 10.264/01 (Agnelo/Piva), referente ao financiamento do desporto escolar e universitário diretamente para a CBDE e CBDU.
- Que os Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte fomentem campanhas para que os cursos de Educação Física revisem seus currículos atentando para a formação profissional em Educação Física na perspectiva do Esporte Escolar, enquanto cultura corporal. E ainda orientem diretrizes considerando os aspectos pedagógicos e metodológicos do esporte escolar como parte integrante do projeto pedagógico da escola nos níveis fundamental, médio e superior, com carga horária específica, considerando a manutenção das aulas de educação física; e também estabelecer política nacional de Esporte Educacional/Escolar, assegurando, por meio de relações interinstitucionais, a formação e valorização do profissional de Educação Física pelo poder público, nos diferentes níveis de ensino, com o provimento de concursos públicos, garantia de melhor remuneração e formação continuada. A elevação da qualificação deverá acontecer com ações integradas com as Instituições de Ensino Superior, facilitando a participação dos profissionais em eventos desta área, bem como, na descentralização da União para os estados e municípios com o compromisso de priorizar a contratação de recursos humanos com formação na área, contribuindo para o processo de geração de emprego, elevando o número de escolas e de alunos atendidos, usando como base e referência, o texto final da Conferência.

ANEXOS

Futebol

- Criação de um sistema nacional de financiamento do futebol amador, por meio de um fundo nacional, estadual e municipal que garanta o repasse de recursos às ligas e entidades esportivas sem fins lucrativos e que participam do processo de formação e prática do futebol e que estejam aptas com as suas obrigações estatutárias e de acordo com a legislação em vigor. Que nas construções e eventos que forem subsidiados por recursos públicos seja garantido percentual para o atendimento gratuito às comunidades e ligas de futebol amador.
- Implementar um plano de desenvolvimento do futebol feminino com especial atenção na formação de novas atletas por meio da ampliação da oferta de escolinhas de futebol feminino, aumentando o número de competições e inclusão dessa modalidade nos campeonatos, promovidos por confederações, federações e ligas. Formular uma política de investimento para integração entre escolas, clubes e entidades comunitárias na formação de atletas nas categorias de base nas esferas municipal, estadual e federal, convênios e parcerias com empresas. Estimular a criação de ligas de futebol feminino e departamento específico nas confederações e federações. Bem como aperfeiçoar a legislação incluindo a modalidade futebol feminino nos jogos promovidos pelo Ministério do Esporte.
- Estimular a participação das entidades promotoras do futebol - federações e associações de cronistas do futebol - e das empresas que se beneficiam dele, num esforço conjunto para racionalizar e otimizar as ações capazes de melhorar a situação desta modalidade no país, bem como formular uma política de investimento para integração entre escolas, clubes, ligas, federações e entidades de práticas comunitárias na formação de atletas - categorias de base e amadoras – nas esferas municipais, estaduais e federal.
- Aperfeiçoar a estrutura organizacional no futebol garantindo a gestão democrática e transparente nas suas entidades organizadoras, bem como a criação de um sistema único de esporte e lazer com dotação orçamentária da união, dos estados e dos municípios, com controle social, onde os poderes constitutivos possam fiscalizar as eleições e os repasse financeiros para as confederações, federações, ligas e entidades envolvidas nas ações do futebol. Fica determinado às Confederações, Federações, Clubes, Ligas, Conselhos, COB, e todas as entidades desportivas em geral que poderá haver apenas uma reeleição para cada eleição dos seus presidentes e respectivos membros.
- Regulamentar e fiscalizar as atividades dos empresários de atletas e garantir os direitos federativos aos atletas das escolinhas de esporte de várzea, dos clubes amadores e profissionais, e das ligas filiadas às federações de futebol, imputando o percentual de 100% da venda do atleta.

Esporte, Lazer e Qualidade de Vida

- Elaborar, propor e implementar ações de qualificação profissional, em nível de formação inicial, continuada e de capacitação para profissionais e gestores que atuam nos setores de esporte e lazer, articulados com instituições de ensino superior e outras entidades, devendo atender a atuações nos diferentes segmentos da população (crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências e portadores de necessidades especiais) e de diferentes interesses e necessidades.
- Propor, formular, implantar, apoiar, executar e financiar ações intersetoriais, envolvendo os ministérios, secretarias estaduais e municipais do esporte, saúde, cultura, educação, meio ambiente, ciência, tecnologia e turismo. Ações estas de promoção do esporte e do lazer, articuladas pelo princípio da inclusão social, envolvendo governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, direcionadas à população, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou de exclusão social. Estas ações portanto, devem valorizar as práticas do esporte e do lazer, da educação ambiental, a promoção da saúde, a educação para a formação cidadã e a qualidade de vida.
- Realizar diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer e propor ações articuladas ente os diversos níveis da administração pública e ou em articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer com segurança e qualidade, visando o interesse e necessidades da população, contemplando a acessibilidade de pessoas com deficiência e idosos, flexibilidade de horários e utilização, descentralização e desconcentração dos espaços e equipamentos públicos e privados, tais como escolas, passeios, parques, ginásios, entidades esportivas, sem fins lucrativos e/ou econômicos, estádios, creches e universidades, instituições de longa permanência, priorizando comunidades com populações em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Estas ações devem ser promovidas por profissionais, agentes sociais, animadores culturais e voluntários da sociedade civil capacitados e qualificados.
- Incentivar e apoiar a criação de órgãos públicos de administração do esporte e do lazer, nos níveis municipal e estadual, e órgão de controle social das políticas públicas de esporte e de lazer, democráticos e com ampla participação de setores organizados da sociedade civil que demandam por esse tipo de política, através da criação de um sistema nacional de esporte e lazer com dotação orçamentária da União, dos estados federados e dos municípios, com controle social através de conselhos populares.
- Definição de papéis e responsabilidades nas diferentes instâncias, federal, estadual e municipal no sentido de garantir aplicação equânime no mínimo de 1,5% do orçamento da União e de cada estado e município, na

ANEXOS

elaboração, implantação, manutenção, avaliação e controle das ações de esporte e de lazer.

Direito ao Esporte e ao Lazer

- Criar o fundo nacional com fontes de recursos públicos para o esporte em todas as suas manifestações, para o lazer e para as atividades esportivas de criação nacional e identidade cultural garantindo o acesso às pessoas com deficiência e idosos. A responsabilidade pela fiscalização dos fundos ficará a cargo dos conselhos de esporte e lazer estaduais e municipais, buscando a desburocratização na liberação das verbas destinadas a esse fim.
- Criação do sistema nacional do esporte e lazer com dotação orçamentária da União, estados e municípios (de no mínimo 1%), garantindo o controle social e gestão pública consubstanciados nos princípios da participação popular e gestão democrática para manutenção e viabilização de políticas públicas de esporte e lazer com base ao princípio do parágrafo 52 da tese guia da 1ª Conferencia Nacional do Esporte, fortalecendo e estimulando e parcerias com o terceiro setor entre vários entes públicos e setores privados.
- Criação, construção, revitalização, ampliação, reestruturação, reforma e manutenção de espaços para a prática do esporte e do lazer baseadas no Estatuto das Cidades que definiu o plano diretor do esporte e do lazer a todos os municípios independentemente do número de habitantes, respeitando as diferenças regionais. Garantir a utilização dos prédios de escolas e universidades públicas, levando se em conta a acessibilidade e adaptabilidade para as pessoas com deficiência, pessoas idosas e mulher mãe, para quem a prática do esporte e do lazer demanda uma estrutura paralela de atendimento aos seus filhos (as), além da participação popular na discussão e formulação das ações a serem executadas na utilização desses espaços.
- Incentivar e fomentar a prática do esporte e do lazer na dimensão do esporte de criação nacional e de identidade cultural em todo território brasileiro e em todas as comunidades, privilegiando sobretudo, as de baixa renda e respeitando as peculiaridades regionais e as características nacionais.
- Elaborar, implantar, avaliar e financiar políticas de esporte e lazer sendo que 15% do valor total arrecadado pela nova loteria timemania seja destinado para investimento ao segmento do desporto de base das pessoas com deficiência e necessidades especiais, sejam elas ONG'S, escolas, entidades estudantis e outros segmentos que desempenhem projetos sociais com deficientes e portadores de necessidades especiais. Garantir a acessibilidade em espaços e equipamentos públicos e privados de esporte e lazer a partir de um diagnóstico em todo território brasileiro, considerando a norma 9050, nas escolas, clubes, praças, parques e outros e garantir a implantação, independentemente da fonte de financiamento, de políticas de

esporte e lazer voltadas para as pessoas com deficiência, especialmente o esporte de base.

Esporte, Economia e Negócios

- Vinculação mínima de 1% do orçamento federal, estadual, e municipal, através de emenda constitucional, para o esporte, em suas quatro manifestações definidas no texto básico sistematizado, ou seja, esporte educação, esporte de participação (ou de lazer), esporte de rendimento e esporte social.
- Criar leis de incentivos fiscais em nível municipal, estadual e federal.
- Criação de um Fundo para o Desenvolvimento do Esporte e Lazer vinculado ao Ministério do Esporte, com a destinação de recursos prioritária para os municípios, condicionando o repasse das verbas à existência de Conselhos de Esporte e Lazer que exercerão fiscalização sobre a aplicação dos recursos.
- Regulamentar sistemas de consórcios e sorteios bem como outras modalidades de apostas que financiem o Esporte e Lazer.
- Criar programa de Esporte e Lazer na programação de rádio e TV do Sistema Radiobrás, para divulgação de políticas, temas e eventos do esporte e do lazer, assim como fomentar a veiculação de eventos esportivos, estimulando as modalidades na sua base e nas divisões inferiores com o uso de janelas de Libras e legendas.

Esporte, Administração e Legislação

- Criação e implementação de um Sistema Único de Esporte e lazer para o Brasil contemplando: gestão, ordenamento legal, participação popular (conselhos e conferências) e financiamento do esporte e lazer.
- Exigência e apoio para a criação: de órgãos estaduais e municipais específicos para o desenvolvimento do esporte e do lazer; de fundos estaduais e municipais de esporte e lazer vinculados aos conselhos estaduais e municipais de esporte e lazer respectivamente; das ouvidorias de esporte e lazer nos Estados e Municípios e Distrito Federal; legislação antidoping para o desporto de alto rendimento.
- Desenvolvimento do desporto, do paradesporto e do lazer mediante destinação orçamentária e inclusão nos planos diretores municipais de recursos que garantam a construção e manutenção de espaços e a infraestrutura destinada ao setor, com garantia de destinação orçamentária

ANEXOS

priorizando as regiões norte e nordeste, considerando o fator amazônico e os desequilíbrios regionais, e especificando, ainda, subvenção para operacionalidade administrativa e estrutural das federações, ligas e associações esportivas não profissionais. Alteração do Estatuto da Cidade para destinar espaços exclusivos para o esporte e o lazer nos aglomerados residenciais.

- Aprovação de legislação, em caráter de urgência: que regulamente a lei Agnelo/Piva; que proporcione políticas de ação de incentivo por todos os entes federados, viabilizando espaço, recurso, projetos para o desenvolvimento do desporto e paradesporto social, do lazer, de rendimento e educacional; que garanta instrumentos para o aperfeiçoamento técnico dos profissionais que atuam na área desportiva; que incentive a criação de secretarias / órgãos / departamentos e conselhos de esporte, com a participação de todos os segmentos que regulamente a destinação de recursos provenientes de empresas estatais, autarquias e fundações públicas; que altere a Lei 9615/98, disciplinando acerca do processo eleitoral das entidades que compõem o Sistema Nacional do Desporto; que crie um Fundo Nacional do Desporto e Lazer, destinado ao fomento e viabilização através do aumento de recursos para o esporte e lazer e do aumento na participação dos recursos provenientes das loterias e demais jogos legalizados; que ao regulamentar os bingos direcione percentual para o esporte, mantendo vinculado a entidade esportiva; que destine percentual sobre os royalties do petróleo para o esporte e lazer; que crie e implemente fundos e /ou leis de incentivo ao esporte e lazer a nível municipal, estadual, distrital e federal; que destine parte dos impostos , taxas e contribuições cobradas sobre qualquer atividade esportiva, para aplicação no lazer e no esporte de base; que instrumentalize gestores públicos e privados para a captação de recursos; criando um plano anual de desporto e lazer e o Sistema Único do Desporto e Lazer; que inclua as entidades de administração e promoção do desporto e lazer, sem fins lucrativos ou econômicos, dentre as beneficiadas pela imunidade tributária referida no artigo 150,VI,c, da Constituição Federal. Aprovação do abatimento no IRPF e IRPJ das doações ao Esporte e ao Lazer, à semelhança das deduções já existentes para o Estatuto da Criança e Adolescente e à produção audiovisual.

Esporte e Conhecimento

- Promover a formulação, o fomento, o apoio, o incentivo e o financiamento a políticas públicas de formação continuada, descentralizadas e desconcentradas, articuladas com as instituições de ensino superior públicas e privadas e instituições científicas, ONG'S, associações de moradores para qualificar o trabalho de gestores de esporte e lazer, profissionais e acadêmicos da área de Educação Física, Esporte e Lazer, agentes sociais de esporte e lazer e ex-atletas, visando o desenvolvimento científico da Educação Física, do Esporte e Lazer, priorizando o atendimento das demandas sociais, principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-

oeste, onde ainda não existem cursos de mestrado e doutorado na referida área.

- Incentivar, apoiar e financiar políticas públicas descentralizadas e desconcentradas, que promovam a produção de conhecimento e estudos científicos visando o desenvolvimento do lazer, da Educação Física e do esporte em suas diversas manifestações. Essas políticas deverão contemplar a iniciação científica, a criação e manutenção da infraestrutura e modernização de equipamentos para o desenvolvimento de centros, núcleos e grupos de pesquisa, preferencialmente em universidades. O produto desta ação deverá levar em conta os problemas sociais e a diversidade regional, promovendo a cooperação técnica, científica e o intercâmbio em nível municipal, estadual, nacional e internacional.
- Elaborar, fomentar, apoiar e incentivar políticas públicas de informação e documentação, visando a socialização do conhecimento, o aperfeiçoamento da gestão pública e o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física, do esporte e do lazer. Estas políticas deverão contemplar a criação de uma rede nacional de documentação e informação, um diagnóstico do esporte e do lazer, apoio à preservação de documentos, formação de recursos humanos, a criação de listas de discussões técnico-científicas e de um banco de dados de informações do esporte e do lazer e, finalmente, apoio à criação de bibliotecas virtuais que disponibilizem a produção científica e o acervo literário.
- Implementar ações de políticas públicas de difusão de conhecimento em Educação Física, esporte e lazer, através do financiamento de eventos científicos e culturais em âmbito nacional e internacional e de publicação de periódicos científicos e livros na área, bem como apoiar e incentivar a implantação de cursos de mestrado e doutorado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na área de Educação Física, esporte e lazer.
- Elaborar e implementar ações que permitam maior controle público dos programas do Ministério do Esporte, visando à sua democratização, desburocratização e participação da sociedade civil.

MOÇÕES

Esporte e Alto Rendimento

- Moção de repúdio à maneira com que foram expedidas as passagens aéreas. Os interiores que têm vôos regionais não receberam passagens para os necessários deslocamentos interior-capital e capital-interior. As passagens só contemplaram os vôos nacionais afirmando uma postura marginalizadora e centralizadora do esporte, nos dias de hoje.
- Moção de louvor: A fala do Presidente da República considerando os principais clubes de futebol, assim como Confederações e Federações como patrimônio do país e que deve ser objeto de um estudo sério por parte do governo.

Esporte Educacional

- Moção de repúdio a aprovação da Lei nº 10.793 de 1º de dezembro de 2003. Os delegados participantes da 1ª Conferência Nacional de Esporte acontece no período de 17 a 20 de junho em Brasília, vêm através deste documento repudiar a aprovação da Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, que altera o parágrafo 3º do artigo 26 da Lei nº 9394/96, que faculta o acesso ao ensino da Educação Física aos alunos: 1- Que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; 2- Pessoa maior de 30 anos de idade; 3- Que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar estiver obrigado à prática da Educação Física; 4- Amparado pelo Decreto-lei nº 10.044 de 21 de outubro de 1969; 5- Que tenha prole. A facultatividade aos alunos aqui referidos, significa a exclusão dos mesmos, a um saber, componente da Base Nacional Comum, fato este que comprometerá a educação plena do aluno, princípio fundamental, assegurado na LDB. A aprovação desta Lei se constitui em ação política autoritária, na medida em que desconsidera discussões importantes no âmbito da Educação Física no Brasil, a partir do final da década de 70. Da vigência da referida Lei, representa um retrocesso inadmissível, para a Educação Física enquanto campo de conhecimento e, sobretudo enquanto componente curricular.
- Moção de recomendação Diante da manifestação pública do Ministro de Esporte, na abertura da 1º Conferência Nacional do Esporte anunciando como procedimento inovador de premiação nos JEB's (Jogos Escolares Brasileiros), deste ano a concessão para o 1º lugar – além de medalhas e troféu - Equipamentos esportivos, melhoria e/ou construção de infraestrutura esportiva para a escola. Tal entendimento e intenção política destoam absolutamente dos princípios, diretrizes e objetivos expostos na Tese Guia da referida conferência, além de reproduzir de maneira exagerada a lógica tradicional da “pirâmide esportiva”, onde as consequências desta intenção anunciadas só acirrarão a competitividade e hiperseletividade nas escolas, indo de encontro ao conceito básico do esporte educacional.

- Moção de recomendação Diante da manifestação pública do Ministro de Esporte, na abertura da 1º Conferência Nacional do Esporte anunciando como procedimento inovador de premiação nos JEB's (Jogos Escolares Brasileiros), deste ano a concessão para o 1º lugar – além de medalhas e troféu - Equipamentos esportivos, melhoria e/ou construção de infraestrutura esportiva para a escola. Tal entendimento e intenção política destoam absolutamente dos princípios, diretrizes e objetivos expostos na Tese Guia da referida conferência, além de reproduzir de maneira exagerada a lógica tradicional da “pirâmide esportiva”, onde as conseqüências desta intenção anunciadas só acirrarão a competitividade e hiperseletividade nas escolas, indo de encontro ao conceito básico do esporte educacional.

Futebol

- O Ministério de Esporte deve investir, estimular e financiar competições regionais de caráter comunitário, social e municipal com vistas a fomentar ações de formação e qualificação de atletas.
- Estender os benefícios da lei PIVA aos clubes e ligas amadoras e criar uma legislação impedindo que as áreas destinadas à instalação de equipamentos esportivos não sofram mudanças de destinação para qualquer outro fim.
- Criar linha de crédito especial para financiamento das entidades de práticas do futebol com recursos do BNDES, orçamento federal, municipal, estadual, FAT e outros fundos, para financiar a formação de atletas e construção de equipamentos físicos necessários. Destinar um percentual de 10% dos bens apreendidos pela polícia e receita federal, oriundos do tráfico de drogas e contrabando, a investimentos na formação de atletas.
- Incentivo ao fator amazônico, como diferenciador dos repasses de verbas transparentes, acomodações para atletas dos estados da região norte e nordeste.
- As entidades que trabalham com escolinhas de futebol, tenham um acompanhamento do profissional da área, psicopedagogo, assistente social e fiscalização do conselho tutelar juntamente com o Ministério do Esporte.

Esporte, Lazer e Qualidade de Vida

- Moção de agradecimento Ao Governo Federal pela iniciativa da convocação e realização da Primeira Conferência Nacional do Esporte, Lazer e Qualidade de Vida. Agradecimento a todos os delegados que deixaram seus afazeres e o conforto de seus lares para estarem aqui conosco, durante esses quatro dias para ajudar a construir esse momento histórico. Em nome de todos os delegados eleitos e convidados do Distrito Federal a cada um

ANEXOS

dos colegas de todas as regiões do Brasil. Parabéns a mesa que, com muita competência e responsabilidade, soube conduzir os nossos trabalhos.

- Moção de repúdio Aproveitando a realização desta 1ª Conferência do Esporte, que vem assegurar o direito constitucional de acesso de todos ao esporte e lazer. E nós que atuamos como a pessoa adulta maior, já nos sentimos excluído e por essa razão vimos repudiar pela não inclusão dos jogos da terceira idade nos jogos nacionais 2004. Pois hoje é um direito garantido em seu estatuto. Entendemos que o esporte é acima de tudo poderoso fator de desenvolvimento humano, porque contribui para a formação física e intelectual das pessoas e na melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade. Com a inclusão dos jogos nacionais o esporte para a população da pessoa adulta maior se tornará mais ainda em atividade essencial e com certeza trará maiores benefícios nas vidas de muitos idosos.
- Moção de apoio À realização da 1ª Conferência Nacional do Lazer, a ser organizada pelo Ministério do Esporte em conjunto com o Ministérios de Educação, Cultura, Meio ambiente, Turismo e Cidades.

Direito ao Esporte e ao Lazer

- Moção de Aplausos: Parabenizando a organização da I Conferência Nacional do Esporte, na pessoa do Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, que através da organização conseguiu levar a bom termo as propostas apresentadas. E também aplausos a todos os delegados que se deslocaram de várias partes do país por amor e dedicação ao esporte e ao lazer em toda sua plenitude, com a participação de vários segmentos da sociedade, repudiando o corporativismo que só divide ao invés de congregar. Parabéns a todos.
- Moção de Repúdio: Considerando que alguns governos estaduais e municipais estão tentando reduzir custos na educação, retirando da escola a disciplina Educação Física. Considerando a importância da atividade física e esportiva como meio de formação global do indivíduo, encaminhamos uma moção de repúdio à terceirização da Educação Física escolar que passa a ser atendida em academias e clubes, apenas com alunos executando a prática de movimento sem conceituação do aprendizado global.
- Moção de Protesto e Repúdio: À ingerência indevida do sistema CONFEF/CREF às manifestações da cultura corporal como a capoeira, artes marciais, artes circenses, dança, ioga e esportes indígenas. Entendemos que atitudes como esta não contribuem para a elevação necessária do papel do profissional de educação física na construção de uma convivência democrática que objetiva a consolidação da inclusão social. E manifestamos nosso apoio ao projeto de lei nº 7370 em tramitação na Câmara, que exclui da lei nº9696/98 que regulamenta o profissional de educação física, os

chamados conteúdos formadores da identidade cultural nacional no sentido de um amplo debate junto à sociedade civil e possível alteração da referida lei.

- Moção de Repúdio pela falta de sensibilidade para com o delegados com deficiência. A sensibilidade foi muito prejudicada aos locais de reunião e alimentação como também o transporte, pois o percurso de deslocamento era longo.
- Moção de Apoio: Defendemos a importância da viabilização de políticas públicas de resgate e divulgação das manifestações culturais e de identidade dos povos indígenas. São manifestações que contêm sabedorias milenares desconhecidas de grande parte dos brasileiros. Garantir o financiamento específico, incluindo a criação de uma rubrica nos níveis federal, estadual e municipal para fomentar, incentivar e valorizar a prática de atividades culturais de esporte e lazer próprias dos povos indígenas, levando em conta sua diversidade social e cultural. Esse financiamento deve contemplar as necessidades locais de espaço, de materiais e de agentes indígenas das comunidades. Sem esta ação não será possível concretizar a valorização das manifestações indígenas.

Esporte, Economia e Negócios

- Moção de Apoio Ao Presidente da República pelo compromisso publicamente assumido de encaminhar a Lei de incentivo ao esporte. Que esta Lei traduza o sentimento desta Conferência.
- Moção de Agradecimento Considerando a importância do Esporte e do Lazer na vida do ser humano, nós delegados que participamos da 1ª Conferência Nacional do Esporte, agradecemos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro de Esporte e a sua abnegada e competente equipe pela realização deste evento, que por certo, revolucionará a prática do esporte e do lazer no Brasil, com resultado altamente positivo para nosso povo e para nossa nação.
- Moção de Repúdio Aos valores no orçamento da União e das loterias para o esporte.
- Moção de Recomendação Destinação de Recursos Financeiros e Operacionais do FAT – Fundo de Apoio e Amparo ao trabalhador, para capacitação e qualificação de profissionais, que tenham atuação profissional nas áreas do esporte e lazer.
- Moção de Recomendação O esporte ainda é um instrumento que chega satisfatoriamente a todas as camadas sociais, não escolhendo sexo, cor, religião ou poder social, apenas contendo possibilidades maiores e menores na forma e meio de praticá-las. Ficando a população de baixa renda a necessitar de mais apoio de forma a dar continuidade as suas atividades

ANEXOS

que, em sua maioria, tende a se dirigir aos órgãos municipais, carentes de recursos para atender a grande demanda. Não se entende como o GOVERNO deixa de socorrer as prefeituras para contribuir com clubes de futebol profissional, por isso, desejamos que toda e qualquer ajuda deva ser destinada ao esporte de participação através dos municípios.

Esporte, Administração e Legislação

- Moção de Apoio Ao apoio ao Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD), pelo trabalho de divulgação, promoção, expansão e incremento do Direito Desportivo.
- Moção de Apoio A Conferência Nacional do Esporte conclama o Congresso Nacional à votação urgente do Estatuto do Desporto, com a realização de audiências públicas nos estados e com ampla divulgação, pelo Ministério do Esporte, do teor da matéria.
- Moção de apoio ao Congresso Nacional para em caráter de urgência votar, aprovar e encaminhar para execução o projeto de lei de incentivos fiscais para esporte e lazer.
- Moção de Apoio Ao Senado Federal da República pela manutenção dos Bingos, com a ressalva de que, com a maior urgência seja regulamentada a matéria, priorizando: 1º Fiscalização rígida; 2º Obrigatoriedade de destinar no mínimo 2% de suas receitas ao esporte e ao lazer.
- Moção de reconhecimento do Quimbol como esporte de identidade nacional.